



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LAURA BUARQUE CORTIZO

**CARTOGRAFANDO CONTROVÉRSIAS URBANAS:
o Parque Capibaribe, o bairro das Graças e o
exercício do direito à cidade no Recife**

RECIFE
2020

LAURA BUARQUE CORTIZO

**CARTOGRAFANDO CONTROVÉRSIAS URBANAS:
o Parque Capibaribe, o bairro das Graças e o
exercício do direito à cidade no Recife**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE), como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientadora: Professora Doutora Carolina Dantas de Figueiredo

RECIFE

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

C829c Cortizo, Laura Buarque
Cartografando controvérsias urbanas: o Parque Capibaribe, o bairro das Graças e o exercício do direito à cidade no Recife/ Laura Buarque Cortizo. – Recife, 2020.
269p.: il. fig.

Orientadora: Carolina Dantas de Figueiredo.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Comunicação. 2. Teoria ator-rede. 3. Cartografia da controvérsia. 4. Direito à cidade. 5. Hibridismo tático. 6. Produção de espaço urbano. I. Figueiredo, Carolina Dantas de. (Orientadora). II. Título.

302.23 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2021-207)

LAURA BUARQUE CORTIZO

**CARTOGRAFANDO CONTROVÉRSIAS URBANAS:
o Parque Capibaribe, o bairro das Graças e o
exercício do direito à cidade no Recife**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE), como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Aprovada em 28/02/20:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Carolina Dantas de Figueiredo
Universidade Federal de Pernambuco
(ORIENTADORA)

Prof^a. Dr^a. Izabela Domingues da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
(EXAMINADORA INTERNA)

Prof. Dr. Cristiano Felipe Borba do Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco
(EXAMINADOR EXTERNO)

AGRADECIMENTOS

Olhar para o percurso percorrido por mim durante a presente pesquisa é reconhecer uma rede imensa e dinâmica de referências acadêmicas, suportes emocionais, apoios afetivos e, sobretudo, inspiração na jornada de busca pelo conhecimento. Dessa forma, registro meu reconhecimento e minha gratidão:

A Carolina Dantas de Figueiredo, orientadora que me acompanhou durante os dois anos de mestrado, descortinando novos caminhos teóricos e metodológicos, me colocando em contato com referências fundamentais e me ajudando a administrar as frustrações, empolgações e expectativas naturais de todo processo de pesquisa.

Aos membros da banca, professores Izabella Domingues e Cristiano Borba, pela disponibilidade de contribuírem com seus olhares e suas experiências com o meu trabalho. Também à professora Julieta Leite, que integrou a banca de qualificação, deixando sua preciosa contribuição para que eu pudesse seguir a pesquisa com novos olhares.

Aos funcionários do PPGCOM Cláudia Romeira, Roberta Bacelar e José Carlos Silva, pela convivência, pela abertura e pelas ajudas que me deram durante o mestrado. Quero agradecer também aos professores Giovana Mesquita, Heitor Rocha e Karla Patriota por compartilharem seus ensinamentos nas disciplinas ministradas;

À professora Adriana Santana pela oportunidade do estágio docência no curso de Jornalismo e aos alunos pela experiência inquietantemente maravilhosa da sala de aula.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) pela bolsa de pesquisa concedida para que eu me dedicasse a esse trabalho.

A Fábio Gouveia, da FioCruz, pela generosidade, gentileza e paciência de compartilhar seus conhecimentos sobre os softwares de análise de redes sociais, imprescindíveis para o desenvolvimento da presente pesquisa e aos professores e alunos do Network Summer School da Universidade de Évora, pelos momentos de descobertas e trocas compartilhadas.

Aos entrevistados Cida Pedrosa, Circe Monteiro, Fernanda Costa, Francisco Cunha, Lúcia Moura, Luiz Vieira, Norah Neves, Múcio Jucá, Raquel Meneses, Roberto Montezuma, Romero Pereira, Rubia Campelo pelo tempo e pela disponibilidade em compartilhar suas experiências.

A Rodrigo Édipo, pelas diversas consultas antes e durante o processo desta pesquisa.

A Eduardo Amorim, Caio Castro, Renata Coutinho e Renato Contente, que dividiram a orientadora e, cada um a seu modo, a experiência com a pesquisa.

A Márcia Guenes, conselheira, companheira de tantas aventuras e inspiração definitiva na minha vida profissional. Pela parceria, pela paciência e pelo carinho de sempre.

A Amanda pelo suporte acadêmico inestimável, mas, sobretudo, por me ouvir, me entender e me incentivar, dividindo as melhores e as piores partes da jornada. Este agradecimento, estendo aos amigos amados que fiz na graduação de Jornalismo, uma tigela cheia de afeto, família que o CAC me deu e que me constituem mais do que consigam imaginar: Camila, José Bruno, Fellipe, Lara, Rafael, Raquel, Breno, Carolina, Fernanda, Sofia.

A Flavia, Deborah, Diego e Luís, minha família, meus amores maiores. Pelo incentivo, pela presença e constante independente das distâncias e dos desafios diários. *In memoriam*, a Guiomar e Nilce, inspirações de vida, pelas memórias sempre presentes no meu caminhar.

A Ivan, amor e parceiro dessa e de tantas outras jornadas, pelo olhar atento de todos os dias e pela paciência durante esta pesquisa. Por ser inspiração diária. Por acreditar, admirar e ser o maior entusiasta de (quase) todas as minhas ideias. Por nunca deixar a peteca cair.

As cidades são um conjunto de várias coisas: de memória, de desejos, de sinais de uma linguagem; as cidades são lugares de permuta, como explicam todos os livros de história da economia, mas essa permuta não se reduz somente a trocas de mercadorias, são troca e palavras, de desejos, de recordações (CALVINO, 1990, p.18).

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo cartografar e analisar a articulação em rede em torno da produção do espaço urbano, enfocando, especialmente, o exercício do direito à cidade pela sociedade civil. Para isso, nos valem metodologicamente da cartografia da controvérsia e da análise de conteúdo para nos debruçarmos sobre disputa no bairro das Graças, no Recife, em que dois projetos com propostas divergentes estiveram em discussão, até que um deles foi escolhido para a área. Observamos analiticamente o contexto comunicacional da controvérsia para compreender quais foram seus principais agenciamentos e quais repercussões eles tiveram na solução do impasse. Para mapear a dinâmica da controvérsia, no que diz respeito ao arcabouço teórico mobilizado tanto na metodologia quanto na análise dos dados levantados, trabalhamos com a teoria do ator-rede postulada por Bruno Latour (2012), bem como seus desdobramentos metodológicos consolidados na cartografia da controvérsia, sistematizada por Tommaso Venturini. Já para a análise do conteúdo (Laurence Bardin, 2011) coletado, mobilizamos as noções de Henri Lefebvre (1968) e David Harvey (2014) sobre direito à cidade. Entre outros teóricos, recorremos ainda às postulações de Michel de Certeau (1994) sobre a reapropriação do espaço e a abertura de fissuras dentro de uma estratégia já estabelecida, bem como às reflexões de André Lemos sobre territorialização e desterritorialização e de Henry Jenkins sobre propagabilidade e atos de curadoria (2014). Como resultado, identificamos que os agenciamentos realizados pela Associação por Amor às Graças, enquanto ator-rede da controvérsia, evidenciam o exercício do direito à cidade, uma vez que as mobilizações e articulações do grupo desempenharam papel decisivo na transformação do espaço urbano, estabelecendo o sentido de construção coletiva em detrimento da lógica de consumo da cidade. Tais agenciamentos revelaram, ainda, a prevalência de um hibridismo tático que se mostrou determinante na dinâmica e na solução da controvérsia.

Palavras-chave: teoria ator-rede; cartografia da controvérsia; direito à cidade; hibridismo tático; produção de espaço urbano.

ABSTRACT

This research aimed to map and analyze the network articulation around the production of urban space, focusing especially on the exercise of the right to the city by civil society. For this, we methodologically used the cartography of controversy and content analysis to focus on the dispute in the Graças neighborhood, in Recife, where two projects with divergent proposals were under discussion until one of them was chosen for the area. We analytically observed the communicational context of the controversy in order to understand what were its main agencies and what repercussions they had in the solution of the impasse. To map the dynamics of the controversy, concerning the theoretical framework mobilized both in the methodology and in the analysis of the data collected, we have worked with the actor-network theory postulated by Bruno Latour (2012), as well as its methodological consequences consolidated in the cartography of controversy, systematized by Tommaso Venturini. For the analysis of the content (Laurence Bardin, 2011) collected, we have mobilized the notions of Henri Lefebvre (1968) and David Harvey (2014) about the right to the city. Among other theorists, we also resorted to the postulations of Michel de Certeau (1994) about the reappropriation of space and the opening of fissures within an already established strategy, as well as the reflections of André Lemos on territorialization and deterritorialization and of Henry Jenkins on spreadability and curatorship acts (2014). As a result, we identified that the arrangements made by the Associação por Amor às Graças, as an actor-network of the controversy, evidence the exercise of the right to the city, since the group's mobilizations and articulations played a decisive role in the transformation of the urban space, establishing the sense of collective construction at the expense of the city's consumption logic. Such assemblages also revealed the prevalence of a tactical hybridism that proved to be determinant in the dynamics and solution of the controversy.

Keywords: actor-network theory; controversy mapping; right to the city; tactical hybridism; urban space production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Projeção do projeto de Via Expressa, rechaçado pela Associação.....	13
Figura 2 –	Projeção do projeto de Via Parque, aprovado pela Associação em 2015.....	13
Figura 3 –	Equipe do Inciti/UFPE apresenta, em fevereiro de 2015, diretrizes do Parque Capibaribe ao prefeito, ao vice-prefeito e à secretária de Meio Ambiente.....	21
Figura 4 –	Evento de Dia das Crianças, em outubro de 2014, com apresentação do Parque Capibaribe.....	24
Figura 5 –	Postagem no grupo do Facebook chamando atenção para o projeto de Via Expressa.....	27
Figura 6 –	Postagem feita no grupo mantido pelos moradores no Facebook.....	28
Figura 7 –	Projeção do projeto para a Beira Rio das Graças com quatro faixas.....	29
Figura 8 –	<i>Frame</i> de vídeo de apresentação do Parque no lançamento público do projeto.....	30
Figura 9 –	Comparação entre o projeto de quatro faixas e a proposta de duas faixas.....	31
Figura 10 –	Apresentação do projeto do Parque Capibaribe pelo Inciti/UFPE para os moradores, em junho de 2015, com a presença de representantes da prefeitura.....	37
Figura 11 –	Postagem de moradora resumindo as negociações, março de 2016.....	39
Figura 12 –	Postagem feita pela presidente no grupo da Associação.....	40
Figura 13 –	Imagem do projeto aprovado, publicada em fevereiro de 2017.....	41
Figura 14 –	Lista dos atores-rede da controvérsia da Beira Rio das Graças.....	77
Figura 15 –	Linha do tempo da controvérsia da Beira Rio das Graças.....	80
Figura 16 –	Grafo produzido por meio do Gephi com as relações da rede da controvérsia das Graças, em março de 2013.....	83
Figura 17 –	Grafo produzido por meio do Gephi com as relações da rede da controvérsia das Graças, em maio de 2014.....	85
Figura 18 –	Grafo produzido por meio do Gephi com as relações da rede da controvérsia das Graças, em junho de 2015.....	88
Figura 19 –	Grafo produzido por meio do Gephi com as relações da rede da controvérsia das Graças, em junho de 2016.....	94
Figura 20 –	Grafo produzido por meio do Gephi com as relações da rede da controvérsia das Graças, em junho de 2017.....	96

LISTA DE SIGLAS

ANT – Actor-network Theory

CDU – Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife

CEF – Caixa Econômica Federal

Inciti/UFPE – Pesquisa e Inovação para as Cidades/Universidade Federal de Pernambuco

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FJP – Fundação João Pinheiro

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife

PNUD – Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento

SMAS – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife

Semoc – Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife

TAR – Teoria Ator-Rede

Uninassau – Centro Universitário Maurício de Nassau/Grupo Ser Educacional

URB – Autarquia de Urbanização do Recife

VNA – Visual network analysis

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	UMA CIDADE PARA CHAMAR DE MINHA.....	19
2.1	Parque Capibaribe: a academia entre o poder público e a comunidade.....	19
2.2	Controvérsia no bairro das Graças: cidade entre futuro e passado.....	25
2.3	Debate em terreno fértil: uma vizinhança atuante e privilegiada.....	31
3	APORTE TEÓRICO.....	42
3.1	Quem sou eu na cidade? Direito à (produção da) cidade.....	43
3.2	Como eu faço cidade? <i>Práxis</i> e táticas cotidianas frente às estratégias.....	49
3.3	Como articulo na cidade? Comunicação e hibridismo tático.....	54
3.4	Como capturar a dinâmica da cidade? Mapeando controvérsias urbanas.....	59
4	METODOLOGIA.....	69
5	ANÁLISES.....	76
5.1	Extensão da controvérsia: lista de atores-rede envolvidos.....	76
5.2	Linha do tempo: de 2013 até 2017.....	79
5.3	Dinâmica da controvérsia: como se comportaram os atores na rede.....	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS.....	104
	APÊNDICE A – ENTREVISTAS.....	108
	APÊNDICE B – MATRIZES PARA A OBTENÇÃO DOS GRAFOS.....	225
	ANEXO A – MATÉRIAS MAIS RELEVANTES NO PERÍODO.....	230
	ANEXO B – DOCUMENTOS.....	262

1 INTRODUÇÃO

Ser militante dessas causas relacionadas à cidade sempre foi muito frustrante, então para cada vitória como foi essa [...] a gente perdeu muitas guerras, muitas batalhas, a gente perdeu muito. Então, de certa maneira, é muito bom quando a sociedade consegue uma vitória como essa. A gente vê isso acontecer muito na Europa, mas na nossa realidade é muito raro (JUCÁ, 2019).

A fala do arquiteto e urbanista pernambucano Múcio Jucá, um dos entrevistados para esta pesquisa, se refere ao desfecho da luta de moradores do bairro das Graças, localizado na Zona Norte do Recife, pela aprovação do projeto intitulado Parque Capibaribe no trecho da margem do rio que passa pela vizinhança¹. Como veremos em detalhes no decorrer do presente trabalho, ao longo dos cinco anos analisados por nós, eles se articularam via redes sociais digitais, promoveram eventos, solicitaram audiências com os órgãos envolvidos no projeto, viabilizaram reuniões entre vizinhos, interagiram com a imprensa e ocuparam espaços estratégicos, agenciando relações em rede para garantir um uso do espaço público do bairro diferente daquele inicialmente proposto pelo poder público municipal.

Como costuma ocorrer em casos que envolvem participação da sociedade civil – democracia participativa – e produção do espaço urbano, a trajetória foi longa e intrincada, envolvendo diversos agentes em disputas de poder, argumentação, busca por consenso, ajustes técnicos e articulação. O resultado foi a desistência da Prefeitura do Recife de construir uma Via Expressa com quatro faixas de rolamento no trecho entre as pontes da Torre e da Capunga, bem como a substituição do projeto por uma proposta de via compartilhada, com uma única faixa para carros de extensão e velocidade reduzidas, priorização do pedestre, dentro de um conceito de integração entre a natureza e o espaço construído – esta última versão debatida e aprovada pelos moradores da área. Um desfecho avaliado como positivo, sobretudo, para os moradores que se engajaram na decisão sobre o futuro do bairro, mas também, posteriormente, aprovado por diversos atores envolvidos no caso, incluindo prefeito e secretários.

¹ Mais informações sobre a assinatura da ordem de serviço, bem como vídeo com trecho do discurso: <https://poraqui.com/gracas/geraldo-julio-assina-ordem-de-servico-e-obra-do-parque-capibaribe-tem-inicio-imediate/>

Figura 1 – Projeção do projeto de Via Expressa, rechaçado pela Associação de moradores



Fonte: Inciti/UFPE

Figura 2 – Projeção do projeto de Via Parque, aprovado pela Associação em 2015



Fonte: Inciti/UFPE

Antes de tudo, é preciso partir do entendimento de que a mobilização popular em torno da produção do espaço urbano nas Graças não se deu de forma isolada, mas estava inserida em um contexto maior de movimentos sociais urbanos que lutam para serem ouvidos nos processos de tomadas de decisões que impactam as cidades, a sociedade ou grupos significativos dela. Na segunda década do século XXI, registra-se em todo o mundo uma efervescência de movimentos

sociais impulsionados pelas especificidades da cibercultura. Tais mobilizações estão voltadas a combater desde regimes autoritários até a especulação financeira, passando por políticas de austeridade e, de maneira mais ampla, problematizando a falta de representatividade democrática e os caminhos da urbanização globalizada (HARVEY, 2014). Sob os efeitos e as possibilidades da internet – a rede mundial de computadores –, sobretudo com a consolidação das redes sociais digitais, vimos a multiplicação dos chamados ativistas de sofá, mas também daqueles que saíram de casa munidos por seus pervasivos smartphones. Acompanhamos, assim, movimentos internacionais como a ocupação da Praça Tahrir, no Cairo, que chegou a reunir mais de 1 milhão de pessoas (Egito, 2011), integrando uma onda ainda mais ampla de protestos conhecida como a Primavera Árabe (Norte da África, 2010/2011), o Occupy Wall Street (Estados Unidos, 2011), o 15M (Espanha, 2011). No Brasil, entre tantas outras expressões, destacamos o Ocupe Estelita (2012), as Jornadas de Junho (Brasil, 2013) e o Movimento Parque Augusta (São Paulo/Brasil, 2015).

Além do impacto das redes sociais digitais na mobilização, na divulgação e na mediatização dos processos sociopolíticos, outro elemento se destaca ora como palco, ora como pauta: a cidade. Não à toa, no contexto citado acima, destacamos o Ocupe Estelita movimento que impactou a cidade do Recife e ganhou projeção internacional colocando em evidência assuntos como preservação do patrimônio e planejamento urbano, evidenciando e representando a luta pelo direito à cidade. Não simplesmente o direito de estar ou não na cidade, muito menos o de consumi-la através de serviços e oportunidades, mas principalmente o direito de se reconhecer enquanto ator na construção desse espaço, como antecipa o geógrafo David Harvey (que, inclusive, esteve no acampamento do Ocupe Estelita falando para os apoiadores do movimento, no dia 16 de novembro de 2014, quando participou de programação realizada na ocupação²) ao ecoar o pensamento do francês Henri Lefebvre (cujas ideias, por sua vez, estão intimamente vinculadas ao contexto revolucionário que culminou no movimento revolucionário de Maio de 1968, na França).

A cidade comunica a todo momento os anseios, as dores e as potencialidades da sociedade da qual é ao mesmo tempo suporte e resultado direto. A mensagem, contudo, não é uníssona ou sem ruídos. São diversos os interesses envolvidos e múltiplos os atores. O impasse, então, revela-se a cada esquina, mostrando-se fonte de incerteza, mas também de possibilidades – e é esse aspecto que pretendemos investigar ao lançar luz sobre o debate em torno do espaço público no bairro das Graças. Observado à distância, o caos urbano experimentado seja no

² Registro em vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnT8XHk>

exagero do mundo desenvolvido, seja na carência do terceiro mundo, parece não apontar para cenários melhores no que diz respeito a temas como democracia e qualidade de vida. Entretanto, se olharmos com mais atenção, frequentemente conseguiremos identificar práticas cotidianas empreendidas por grupos sociais que mobilizam táticas de resistência aos vínculos de ordem imposta (CERTEAU, 1994) – táticas, devemos dizer, necessariamente comunicacionais e cada vez mais híbridas. É como dar um zoom na dinâmica da cidade em busca de respostas reais e viáveis.

Nosso trabalho, portanto, propõe-se a investigar se e como a controvérsia (LATOURE, 2012) em torno da produção de espaço urbano evidencia o exercício do direito à cidade, com suas limitações, mas, sobretudo, suas potencialidades. Navegando nos ambientes comunicacionais da controvérsia, buscamos apreender as associações, acessar a rede formada e aprofundar o olhar analítico sobre o processo que culminou na aprovação do projeto do Parque Capibaribe no trecho das Graças. Vale destacar que, por meio de uma investigação preliminar, de uma primeira aproximação do nosso objeto de estudo, identificamos a relevância da Associação por Amor às Graças enquanto ponto nodal relevante da rede que cartografávamos. Assim, partindo da indispensável cartografia de toda a rede da controvérsia escolhida, nossa análise se dará fundamentalmente em torno das associações on e off-line estabelecidas pelos moradores a fim de estudar a efetividade dessas associações diante do objetivo do grupo de interferir nos rumos do bairro. Dessa forma, para o presente trabalho, partimos da hipótese de que os agenciamentos realizados pelos moradores das Graças, enquanto atores-rede da controvérsia em torno de projeto viário para o bairro, desempenharam papel decisivo na produção do espaço urbano, evidenciando o exercício do direito à cidade ao estabelecer o sentido de construção coletiva em detrimento da lógica de consumo da cidade e resistindo ao modelo vertical (*top-down*) de planejamento tradicionalmente imposto pelo poder público.

Buscaremos, dessa forma, compreender como o impasse, a disputa de poder, a controvérsia em torno dos usos do espaço urbano abre brechas para a mobilização das táticas referidas por Michel de Certeau (1994) e apontam para realidades alternativas possíveis, evocando a visão de Lefebvre das heterotopias enquanto espaços sociais onde “algo diferente” é possível e fundamental (HARVEY, 2014). Aqui controvérsia deve ser entendida como uma situação em que os atores discordam, assumem e enxergam essa discordância (VENTURINI, 2010). São contextos em que coisas antes tidas como certas começam a provocar nos mais diversos atores questionamentos e agenciamentos. “A palavra ‘controvérsia’ refere-se aqui a todo pedaço de ciência e tecnologia ainda não estabilizado, fechado ou encarado como ‘caixa

preta’... nós o utilizamos como um termo genérico para descrever *incerteza partilhada*” (MACOSPOL, 2007 apud VENTURINI, 2010, p. 260, ênfase no original, tradução nossa)³.

A definição apresentada acima integra o conjunto de conceitos mobilizados pelo sociólogo francês Bruno Latour e estudiosos da Teoria Ator-Rede (TAR)⁴. Ecoando as ideias de *mapa* e *rizoma* postuladas por Gilles Deleuze e Felix Guattari, Latour aborda a rede “enquanto campo tensional de forças heterogêneas, conjugando assim a diferença em sua multiplicidade” (TURINO, 2008, p. 33). Ao definir a TAR, ele chama atenção para o fato de, além de poder ser humano ou não humano, o “ator” não é “a fonte de um ato, mas o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção” (LATOURE, 2012, p. 75). Destaca-se, nessa abordagem, a crítica a um entendimento de indivíduo atomizado (com posição fixa, remetendo a um ponto) fazendo parte de um organismo social superior dissociado; para a TAR, não há separação entre interação e estruturas.

A TAR é interessante, pois ela busca identificar justamente as associações entre atores, vistos como mediadores ou intermediários, destacando as redes que se formam com a circulação da ação entre eles, entendendo as estabilizações, ou caixas-pretas que daí se formam como algo momentâneo. Ela abandona o pensar em macroestruturas já que essas só aparecem, se aparecerem, a posteriori. Essência e estrutura não são aqui explicações causais (LEMOS, 2014).

O olhar do pesquisador, portanto, deve incidir sobre os processos, as dinâmicas e os agenciamentos em seu desenrolar, caso contrário, estaríamos tomando contextos, poderes e acontecimentos como dados, como algo externo ao fenômeno a ser estudado e não como resultado de constantes disputas. Estaríamos aceitando o mundo como pronto, um mapa com rotas pré-estabelecidas, quando já sabemos que estamos mais próximos a estrutura de um rizoma. Por isso, partiremos da noção dinâmica de sociedade postulada por Latour em sua defesa de uma teoria das associações, onde o movimento importa mais do que o estado das coisas. “A TAR é essencialmente uma teoria de mudança. O seu foco não está na estrutura das associações, mas na dinâmica delas” (VENTURINI et al, 2018, p. 16).

Como desdobramento metodológico da Teoria Ator-Rede, a cartografia da controvérsia (LATOURE, 2012) nos servirá de lastro para empreender a análise proposta por este trabalho em torno da produção de espaço urbano. Parte-se da máxima latouriana “siga os atores”, abrindo espaço para o hibridismo metodológico na exploração dos fenômenos e demandando uma

³ “The word ‘controversy’ refers here to every bit of science and technology which is not yet stabilized, closed or ‘black boxed’ ... we use it as a general term to describe *shared uncertainty*” (MACOSPOL, 2007 apud VENTURINI, 2010, p. 260, ênfase no original).

⁴ O conceito e sua respectiva sigla podem aparecer neste trabalho tanto na versão em português Teoria Ator-Rede (TAR) quanto na versão em inglês Actor-Network Theory (ANT).

representação visual e múltipla da dinâmica observada. Caminho possível e cada vez mais explorado nas ciências sociais, a cartografia da controvérsia aparece aqui como metodologia complexa como nosso objeto em análise, porém comprometida com uma visualização clara e inteligível dos fenômenos.

Apesar de desafiadora, por se tratar de uma abordagem teórico-metodológica ainda pouco difundida no universo científico se comparada com outras mais consolidadas nas ciências humanas, optamos pela cartografia da controvérsia como principal linha para esta pesquisa, primeiramente, por acreditar na importância de explorar novos caminhos para fazer ciência. Somam-se a isso o fato de a natureza rizomática, a característica dinâmica e o caráter híbrido dos nossos principais espaços de investigação – os comunicacionais e o urbano – demandarem uma abordagem que dê conta de toda a multiplicidade e ambiguidade dos atores-rede, das associações, dos meios, das linguagens, etc. A análise visual de redes vem ganhando espaço exatamente porque no que diz respeito aos gráficos de rede, “sua ambiguidade visual espelha alguma ambiguidade empírica do fenômeno que eles representam” (VENTURINI *et al*, 2019, s/p)⁵.

Mais que uma resposta pronta, um ponto final, o esforço do presente trabalho está no desenrolar do processo, é sobretudo o exercício teórico-metodológico que nos interessa. Dessa forma, com o objetivo de analisar a articulação em rede em torno da produção do espaço urbano, tendo o caso das Graças como objeto, empreendemos a referida exploração metodológica para o tema recorrendo à cartografia da controvérsia – e ao hibridismo técnico por ela proposto – para as etapas de coleta, visualização e análise dos dados no nosso trabalho. Para a coleta dos dados, recorreremos à netnografia e a entrevistas em profundidade com atores-rede relevantes. Já a visualização dos dados se dará em três etapas complementares: lista de atores-rede, linha do tempo que reconstitui os principais eventos da cartografia – contemplando o período em que a controvérsia esteve mais ativa, de 2013 a 2017 – e, por fim, grafos que revelam a dinâmica relacional da controvérsia ao longo desse mesmo período. Finalmente, inspirados na *visual network analysis* (VENTURINI, 2015; 2019), realizaremos a interpretação desses produtos gráficos por meio de análise de conteúdo à luz do referencial teórico escolhido para este trabalho.

Um objeto ancorado na pequena escala em seus mais diferentes aspectos – o caráter local da rede formada, o volume de dados levantados, o alcance das táticas empreendidas, a

⁵ “their visual ambiguity mirrors some of the empirical ambiguity of the phenomena they represent” (VENTURINI *et al*, 2019, s/p).

propagabilidade das mensagens trocadas, as dimensões do espaço urbano em questão, o projeto final para a área, com prioridade ao pedestre, etc. – nos servirá de porta de entrada para o extenso rizoma da produção de espaço urbano. Assim, esperamos identificar e lançar luz, sobretudo, em agenciamentos que tornem possíveis desfechos diferentes para as controvérsias urbanas que cotidianamente marcam a vida das grandes cidades. Se, ao olharmos os mapas geográficos das cidades, buscamos os indicativos sobre onde estamos e para onde vamos, ao visualizar a cartografia de uma controvérsia urbana – marcada sempre pelo flerte com o *devoir* – esperamos enxergar caminhos possíveis para uma reinvenção mais democrática e consciente da velha cidade.

2 UMA CIDADE PARA CHAMAR DE MINHA

Como ponto de partida desta dissertação, neste capítulo nos propomos a delinear o contexto da controvérsia urbana que escolhemos investigar, em torno do projeto viário para a chamada Beira Rio das Graças. Apresentando os fatos e introduzindo os atores-rede mais relevantes, buscaremos traçar um panorama mais amplo do que esteve em jogo enquanto a controvérsia esteve ativa: a proposta inicial voltada para tráfego de automóveis *versus* o projeto de Via Parque. É aqui também, que iremos identificar os agenciamentos realizados por moradores do bairro e, em particular, pela Associação por Amor às Graças, que integraram, conforme veremos adiante, um *cluster*⁶ relevante para o desfecho apresentado.

A exigência do povo de dialogar com o seu governante nas ruas não é o trabalho de “mentes primitivas” ou de almas infantis; é uma ideia que expressa a modernidade e a maturidade de um povo. A demonstração de 9 de janeiro é uma forma de modernidade que emerge do solo distinto de Petersburgo. Ela expressa as mais profundas necessidades e ambivalências das pessoas comuns que essa cidade originou [...] (MARSHAL, 1986, p. 237).

Como afirma Berman Marshal ao comentar o contexto de instabilidade política e revoluções passadas na Rússia durante o final do século XIX e o início do século XX, mobilizar o diálogo com o governo exige maturidade e, acrescentamos, algumas outras qualidades e condições específicas. Nosso olhar sobre o caso das Graças e, em particular, sobre a articulação dos moradores em torno do destino do bairro vem, portanto, investigar as particularidades desse diálogo – interação, comunicação e articulação – no contexto das necessidades e especificidades do Recife do século XXI.

2.1 Parque Capibaribe: a academia entre o poder público e a comunidade

Espinha dorsal de uma bacia hidrográfica onipresente e capilarizada, o Capibaribe é o principal rio da capital pernambucana, protagonizando desde as primeiras atividades econômicas da região – quando servia, entre outros fins, para o escoamento do açúcar produzido no Estado – até célebres manifestações culturais como o poema *O Cão sem Plumas*, de João Cabral de Melo Neto, e o movimento Manguebeat, que transformou a cena musical pernambucana misturando o som das guitarras com o batuque afro do maracatu, fazendo referência às peculiaridades socioculturais da Região Metropolitana do Recife – a começar pelo

⁶ Aqui usamos o conceito de *cluster* adotado pela visual network analysis, qual seja: uma região de concentração de pontos nodais. “In VNA clusters are defined as regions that gather by many nodes closely packed together and surrounded by areas with a much sparser density (the “structural holes” of Burt, 1995)” (VENTURINI, 2019).

nome do movimento, inspirado no ecossistema que marca a capital pernambucana⁷. Até os dias atuais o rio permeia o imaginário coletivo, marca a identidade dos recifenses e é fonte de sustento para alguns grupos, como barqueiros e pescadores. Ao longo dos anos, entretanto, sua função prática para a cidade foi se esfumando: o Capibaribe já não representa um vetor efetivo de mobilidade para a cidade, quase não há registro de equipamentos públicos a ele associados, o rio tem ficado cada vez mais escondido na paisagem por edifícios e palafitas que se acumulam em suas margens e quem tem o rio como trabalho relata uma crescente dificuldade em tirar dessas águas seu sustento⁸.

Entre as mais recentes propostas para reaproximar o rio da população e reintegrá-lo de forma mais ativa à dinâmica urbana, está o projeto Parque Capibaribe, fruto de um convênio de cooperação técnica entre a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) – por meio da então Secretaria Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAS) – e a Universidade Federal de Pernambuco – por meio do grupo de pesquisa interdisciplinar Inciti–Inovação e Pesquisa para as Cidades⁹. Assinado em agosto de 2013, o acordo foi renovado posteriormente e faz parte do Programa de Políticas Integradas de Sustentabilidade Ambiental da PCR, em eixo estratégico intitulado “Organizando a cidade”¹⁰. Oficialmente apresentado à sociedade em 28 de abril de 2014¹¹, ainda em versão preliminar, o Parque Capibaribe é definido como uma iniciativa de longo prazo voltada à promoção de diretrizes de articulação entre o Rio Capibaribe e os espaços urbanos, conectando por meio de projetos locais as margens com equipamentos existentes na cidade e espaços de área verde até 2037, quando a cidade comemora 500 anos.

⁷ “(...) os mangueboys haviam detectado o estado lamentável das veias e artérias do Recife, mas viam saída para o marasmo cultural. Pretendiam livrar-se dos grilhões do tradicionalismo abandonando a energia negativa do melaço de cana e energizando o ambiente fértil da lama. O nome “mangue” era tão óbvio para um movimento artístico no Recife que até se estranha ninguém ter pensado nisso antes. A capital pernambucana foi erguida em cima de manguezais, ela é com efeito um imenso aterro, cruzada por rios”. (TELES, 2012, p. 258)

⁸ “Rio Capibaribe: a poluição e sua influência na qualidade da pesca informal”, disponível em: <https://recifaces.wordpress.com/2014/02/17/rio-capibaribe-a-poluicao-e-sua-influencia-na-qualidade-da-pesca-informal/>

⁹ Rede de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que tem como objetivo articular atores em torno de novos conhecimentos capazes de transformar a vida nas cidades. Com representantes dos mais diversos campos do conhecimento, o grupo foca em “procedimentos aplicados a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de soluções urbanísticas associados ao processo de Ativação (A), promovendo ações metabolizadoras de transformação”. Mais em: <http://Inciti.org/nos/>

¹⁰ Plano Plurianual de 2017, disponível no link:

http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/PPA_2017_novo.compressed_6f1c667e68ec7c419ba5cd7d1f7ca0d.pdf

¹¹ Mais sobre o lançamento em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/04/plano-preliminar-do-pq-cabiparibe-preve-parques-e-passarelas-no-recife.html>

Figura 3 – Equipe do Inciti/UFPE apresenta, em fevereiro de 2015, diretrizes do Parque Capibaribe ao prefeito, ao vice-prefeito e à secretária de Meio Ambiente



Fonte: Inciti/UFPE

Por meio do convênio, “nos dois primeiros anos, houve um repasse de R\$ 2,4 milhões para a UFPE. Em 2015, o convênio foi renovado por três anos no valor de R\$ 5,2 milhões”¹². A partir desse aporte, uma equipe multidisciplinar envolvendo urbanistas, sociólogos, biólogos, entre outros pesquisadores da Universidade passou a desenvolver pesquisas e análises de território no sentido de traçar diretrizes para viabilizar a revitalização das margens dentro do conceito de cidade-parque, tendo como premissas cinco operações básicas na relação das pessoas com o rio: “percorrer”, “atravessar”, “chegar”, “abraçar” e “ativar”¹³. Sob essas premissas, de acordo com o grupo, a intenção é privilegiar a escala humana e a integração do meio ambiente com a cidade, dar prioridade para pedestres e ciclistas, abrir espaço para a contemplação, o lazer e a vivência coletiva do espaço público. Os resultados do trabalho devem acontecer em vários níveis de detalhamento, do anteprojeto até, em alguns casos, o projeto executivo, a serem desenvolvidos em módulos que contemplam as especificidades de pequenos trechos da margem do rio (extensão da margem, profundidade do terreno, formas existentes de acesso, etc.). Para cada trecho a captação de verba é distinta, podendo envolver patrocínio privado, financiamento público e até verba de mitigação de outros empreendimentos.

O Parque Capibaribe revoluciona a forma como as pessoas vivem o Recife ao reconectá-las com as águas do rio Capibaribe, resgatando a bacia hidrográfica como espinha dorsal da cidade através de áreas de lazer, descanso e bem-estar. O projeto prevê um sistema de parques integrados ao longo de 15km em cada margem do rio Capibaribe, no Recife, totalizando 30km de transformações nas bordas do principal

¹² Disponível em: <http://meioambiente.recife.pe.gov.br/parque-capibaribe>

¹³ Detalhamento das premissas em: <http://parquecapibaribe.org/premissas/>

curso d'água da cidade. A iniciativa, que irá conectar espaços e efetivar uma forma mais fácil e segura de se deslocar pela cidade, para pedestres e ciclistas [...] (PARQUE CAPIBARIBE, 2019).

Já antecipando a discussão teórica do presente trabalho, não pudemos deixar de destacar a escolha pelo termo “conexão”, recorrente nas apresentações da equipe envolvida no projeto e que dialoga com o caminho metodológico adotado por esta pesquisa, que visa mapear essas interações, relações, associações, conexões. O fluxo das associações que pretendemos analisar, contudo, não é contínuo e linear, mas encontra interrupções e impasses fundantes da rede a ser estudada. No caso do Parque Capibaribe, ao procurar soluções técnicas em áreas como urbanismo, mobilidade e gestão ambiental, a iniciativa encontra desafios políticos e sociais que passam pela liberação de terrenos de uso privado para implantação da área pública, mas também pelo diálogo com os moradores do entorno na busca por soluções que muitas vezes são contestadas por grupos específicos.

Um exemplo desse tipo de impasse foi o primeiro trecho implantado do projeto, o Jardim do Baobá, com 100 metros de extensão na margem do rio. Inaugurado em 2016 em torno de uma árvore centenária, também no bairro das Graças, a área funcionou como “piloto” para a Prefeitura e para o Inciti/UFPE. Desde que foi aberto ao público, o espaço já recebeu feiras livres, workshops de prototipagem urbana, passando por aulas de ioga, lançamento de livros, ações voltadas ao meio ambiente, entre outras atividades. Ao longo do tempo, contudo, o projeto foi motivo de questionamentos e disputas por parte de pessoas que moram ou trabalham na região, que reivindicaram, sobretudo, segurança e vagas de estacionamento que foram suprimidas após a instalação do equipamento, polêmica que resultou em reclamação, articulação e abaixo-assinado por parte de grupos a favor e contra o Jardim do Baobá¹⁴.

Neste ponto cabe ressaltar, além dos já mencionados aspectos técnicos, o caráter atípico dessa triangulação institucionalizada entre o poder público municipal, a academia e a sociedade civil no processo de planejamento urbano da capital pernambucana. Por um lado, há o vínculo institucional, técnico e financeiro entre a Prefeitura e a Universidade. Por outro lado, na prática, ao desenvolver os estudos e tomar contato com a realidade de cada área a ser contemplada pela iniciativa, os pesquisadores tendem a mergulhar em realidades bem específicas e até mesmo a estabelecer uma rede de relações próprias como os moradores dessas determinadas áreas,

¹⁴ Detalhes em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/08/10/jardim-do-baoba-na-zona-norte-e-alvo-de-polemica-248048.php>

representando mais do que um simples executor de projetos, mas sobretudo um qualificado mediador de interesses e possibilidades.

O projeto de pesquisa é estruturador da cidade e se diferencia por estabelecer um processo metodológico inovador ao dialogar com diversos grupos de interesses e usuários da cidade, no intuito de ampliar o repertório da população acerca das possibilidades de transformações, solucionar conflitos identificados nos territórios e, por fim, legitimar as intervenções propostas para cada trecho. Nos 30 quilômetros de margem do Rio Capibaribe, impactando ao total 42 bairros da Cidade do Recife, já foram projetados cerca de 5km. No nível de anteprojeto, 1,3km correspondem aos trechos que vão do Parque Caiara à ETE Cordeiro e da ponte da Capunga à do Derby. Aproximadamente 1,4 km foram detalhados em projeto básico, referente ao trecho que vai do Parque Santana ao Parque da Jaqueira. Como projeto executivo, foi detalhado o segmento de 1,1km de extensão, correspondente aos trechos das Graças e do Jardim do Baobá. Atualmente estão em desenvolvimento os projetos executivos relativos a mais de 2 km, que vão interligar toda a margem desde o bairro da Jaqueira ao bairro do Paissandu (INCITI/UFPE, 2019).

Nesse sentido, ao longo do tempo, além de realizarem pesquisas com os moradores via internet, os pesquisadores mantiveram uma agenda de interações com diferentes grupos e iniciativas, como o coletivo Praias do Capibaribe e o Jardim Secreto do Poço da Panela, e também desenvolveram seus próprios eventos locais como parte da premissa de “ativar”, que corresponde à realização de ações *in loco* com o objetivo de incluir os moradores no processo de decisão e também de retroalimentar a pesquisa por meio da vivência do espaço urbano. Conforme informações no site do projeto, “por meio de estratégias de participação social, os processos de ativação constituem momentos de interação, comunicação, pesquisa, produção criativa, debates e difusão cultural entre os atores urbanos, poder público e universidade” (PARQUE CAPIBARIBE, 2019). Em parceria com outros grupos e instituições, o Inciti/UFPE realizou ações como workshop de mobiliário urbano, exposição fotográfica, apresentações do projeto aos moradores e eventos como o Domingo no Baobá, para provocar a participação da comunidade do local em que o projeto se desenvolve.

Figura 4 – Evento de Dia das Crianças, em outubro de 2014, com apresentação do Parque Capibaribe



Fonte: Inciti/UFPE

Na prática, ainda que submetida a uma gestão de recursos do poder público municipal, tal particularidade da relação da equipe de pesquisadores com os moradores, pode representar a oportunidade de modificar em certa medida a lógica do planejamento *top-down*, em que a estratégia do poder público e dos interesses de grandes atores privados se impõe, abrindo espaço não apenas para a escuta, mas sobretudo para o engajamento dos cidadãos nas redes locais. A construção do espaço público e, por consequência, as disputas passam a acontecer na pequena escala, de trecho a trecho, comunidade a comunidade. Dessa maneira, as ativações aproximam a atuação do Inciti/UFPE com as premissas do urbanismo emergente, termo que vem ganhando projeção sobretudo na América Latina e aparece, inclusive, em uma das publicações editadas pelo grupo.

O urbanismo emergente ou o planejamento de baixo para cima se diferencia do planejamento urbano por se basear na participação cidadã como ponto importante de construção da cidade. Poderíamos resumir dizendo que o urbanismo emergente realiza uma cartografia do papel dos cidadãos e habitantes como produtores da cidade de baixo para cima, frente à visão do planejamento urbanístico tradicional. Além disso, esta outra prática de urbanismo não é emergente somente por vir de baixo para cima, mas também pelo fato de virem à superfície muitas vezes em contextos de crise [...] (HUERTA, 2011, apud CIDADES SENSITIVAS, 2017, p. 53).

Crise, impasse, controvérsia. Contextos de tensionamento de forças são cenários que, necessariamente, provocam confrontos entre diferentes visões de mundo e refletem a mobilização de atores-rede em uma ação efetiva na disputa. Por esse motivo, os desdobramentos sociais da implantação do sistema de parques públicos integrados, intitulado Parque Capibaribe, no Recife, são tomados no presente trabalho como evento para explorarmos

como a cartografia da controvérsia pode ser instrumentalizada na análise do exercício do direito à cidade no sentido de construir uma nova realidade urbana possível. Como um projeto de grande extensão e, portanto, de longo prazo, o Parque Capibaribe se apresenta não apenas como um potencial vetor de articulação territorial da cidade, mas se propõe a “ativar” a comunidade em torno do espaço público e interagir com ela de modo a fortalecer o debate em torno das propostas para a cidade – partimos aqui da premissa de que tais interações podem ser apreendidas via ambientes comunicacionais como veículos de imprensa e redes sociais.

2.2 Controvérsia no bairro das Graças: cidade entre futuro e passado

No caso do trecho das Graças, esse diálogo entre os principais atores-rede partiu de uma controvérsia já latente na comunidade: o destino do trecho localizado entre as pontes Cândido Pinto (conhecida como Ponte da Torre) e Professor Morais Rêgo (conhecida como Ponte da Capunga). Para a referida área, já havia outro projeto com verbas federais aprovadas e prestes a expirar. Baseado em projeto elaborado há mais de três décadas e com a justificativa de facilitar o acesso entre o bairro do Derby e a Avenida Rui Barbosa, no bairro das Graças, a ideia era construir uma via com quatro faixas para automóveis e uma ciclofaixa, incluindo um trecho elevado por cima do mangue e do rio. Apresentado como solução para desafogar o trânsito na região, o projeto só ganhou viabilidade nas primeiras décadas dos anos 2000, quando o poder público municipal captou recursos¹⁵ por meio Programa de Aceleração do Crescimento Mobilidade (PAC) Pavimentação¹⁶ e resolveu destinar à referida área. A iniciativa, entretanto, foi imediatamente criticada pelos moradores à época, que, entre outros aspectos, questionavam os impactos ambientais, a priorização dos automóveis indo de encontro ao entendimento mundial de que incentivo ao transporte não motorizado, a interferência negativa do tráfego intenso na dinâmica da vida do bairro, a falta de debate público sobre o assunto, etc.

Após anos sem muitas novidades ou polêmicas, o projeto voltou a ser ponto de movimentação pública mais intensa em 2013, quando o poder público municipal assinou ordem de serviço para a elaboração dos projetos executivos de engenharia para as obras de pavimentação e drenagem do trecho. O montante de R\$ 54,6 milhões¹⁷ deveria ser repassado através do Ministério das Cidades, liberado pela Caixa Econômica e gerido pela Autarquia de

¹⁵ Dados da obra (acessado em setembro de 2019): <http://www.pac.gov.br/obra/47638>

¹⁶ Sobre o PAC (acessado em setembro de 2019): <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>

¹⁷ Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/06/03/2013/prefeitura-garante-r-70-milhoes-para-obras-vinculadas-ao-pac>

Urbanização do Recife (URB). O projeto deveria ser concluído até o dia 30 de junho de 2014, ou seja, antes da realização da Copa do Mundo no Brasil.

Elaborado pela URB, o projeto de requalificação da Avenida Beira-Rio compreende um trecho de 864 metros de extensão. A obra, além de exercer sua função de estruturação viária, sendo uma alternativa de percurso paralela à avenida Rui Barbosa, permitirá a construção de um circuito de caminhada e ciclovia com aproximadamente dois quilômetros de extensão. A nova via será constituída por duas pistas de rolamento para cada sentido de tráfego, medindo 3,50 metros cada. Além da circulação de veículos, seu perfil também compreenderá passeios de 2,5 metros, para ambos os lados, ciclovia de 2,50 metros junto à calçada do lado do rio e canteiro de para separar os veículos dos ciclistas (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

As obras, contudo, não tiveram início com a celeridade esperada. Além de ter sido rechaçado pela população, o projeto enfrentou desafios a exemplo das negociações para levantamento de mais recursos – dessa vez, oriundos de ação mitigatória da faculdade Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau) que usava um trecho da margem como estacionamento, mas estudava a construção de um edifício-garagem em outra área do bairro¹⁸. Apesar disso, os veículos locais seguiam noticiando a Via Expressa como projeto a ser construído na área, o que gerava preocupação em alguns moradores do bairro.

¹⁸ Disponível em: <https://licenciamento.recife.pe.gov.br/node/351>

Figura 5 – Postagem no grupo do Facebook chamando atenção para o projeto de Via Expressa¹⁹



Fonte: Facebook (2013)

As reações em torno do projeto, que então era divulgado como sinônimo de modernidade e solução para o tráfego da Zona Norte da cidade²⁰, já mobilizava alguns dos principais atores-rede da controvérsia. Portanto, neste ponto já começamos a identificar a rede por nós investigada. As tensões e os agenciamentos tanto no meio digital como no meio físico já podiam ser registrados, mapeados, como podemos ver na postagem acima e também na publicação abaixo, ambos publicados no grupo da Associação no Facebook. Aqui também identificamos a presença do Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau) como um dos atores-rede envolvidos, uma vez que, independentemente de qual fosse o projeto a ser executado no local, passaria por uma negociação entre a Prefeitura da Cidade do Recife e o centro universitário controlado pelo Grupo Ser Educacional sobre parte do trecho.

¹⁹ Para postagem completa, incluindo mais comentários, acesse:

<https://www.facebook.com/groups/poramorasgracas/permalink/613511602038188/>

²⁰ Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/03/15/avenida-beira-rio-mais-perto-de-se-tornar-realidade-121511.php>

Figura 6 – Postagem feita no grupo mantido pelos moradores no Facebook



Fonte: Facebook (2013)

Citada no comentário, Cida Pedrosa era a então secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade – órgão à frente do Parque Capibaribe na Prefeitura –, que também mostrou preocupação com o choque entre o projeto já existente para o trecho das Graças e o Parque. Tratava-se de um impasse entre órgãos da própria prefeitura, entre visões entre gestores públicos e, portanto, demandava uma abordagem política para construção de consenso interno. Nesse cenário, apesar da abertura de diálogo entre a Associação e a SMAS, o projeto da Via Expressa continuava sendo divulgado nos veículos locais, como mostra a Figura 7. Diante do conflito de informações, os moradores manifestavam incerteza e insegurança quanto às possibilidades de mudança na proposta para a área.

Figura 7 – Projeção do projeto para a Avenida Beira Rio das Graças com quatro faixas



Fonte: Imagem captada da internet/JC Online/Divulgação²¹

Dessa forma, em 31 março de 2014, a Associação Por Amor às Graças protocolou requerimento²² na Prefeitura da Cidade do Recife, em que solicitava informações sobre os estudos que embasaram o projeto das quatro faixas, o licenciamento da obra, o projeto básico, entre outras informações. No mesmo documento, o grupo demandou informações sobre o então chamado Parque Linear do Capibaribe²³, questionando o poder público sobre “a justificativa técnica da não inclusão do trecho entre a Ponte da Torre e da Ponte da Capunga nas Graças” (ASSOCIAÇÃO POR AMOR ÀS GRAÇAS, 2014).

A insegurança permaneceu no lançamento oficial do Parque Capibaribe, em 28 de abril de 2014, quando a apresentação feita pela Prefeitura e pela Universidade mantinha o desenho das quatro faixas, conforme revela a Figura 8. Durante o evento, contudo, o prefeito e a SMAS, já cientes da posição contrária da comunidade com relação à Via Expressa, declararam que um novo projeto para o trecho estava em desenvolvimento pela equipe do Parque Capibaribe.

²¹ Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/03/15/avenida-beira-rio-mais-perto-de-se-tornar-realidade-121511.php>

²² Disponível no Apêndice B do presente trabalho.

²³ O projeto do Parque só seria oficialmente lançado em 28 de abril do mesmo ano, mas já se tinha conhecimento sobre Parque Capibaribe em alguns grupos, além de página do projeto no Facebook.

Figura 8 – *Frame* de vídeo de apresentação do Parque no lançamento público do projeto



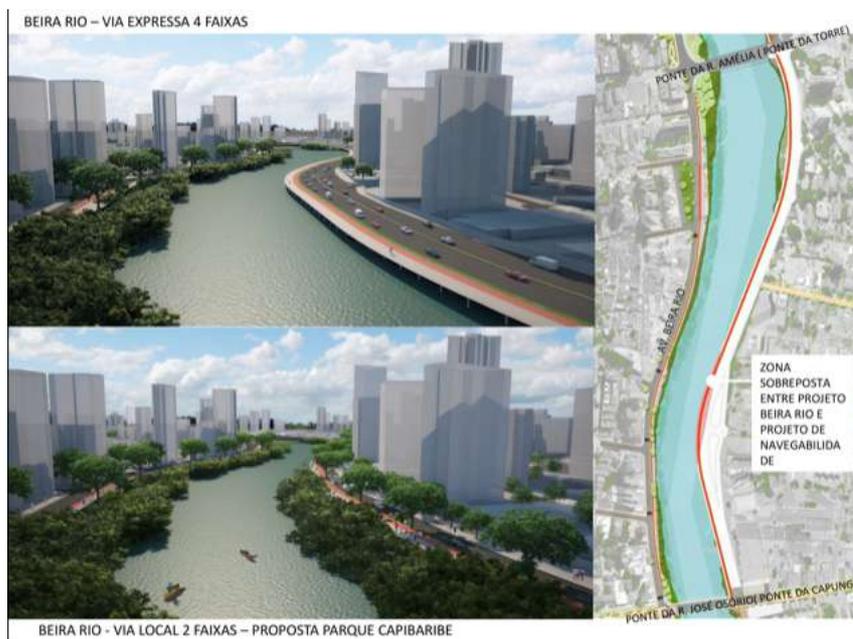
Fonte: YouTube (2014)²⁴

Seria apenas mais uma incongruência comum à administração pública habituada ao planejamento *top-down* e à tomada de decisões à revelia dos cidadãos. O posicionamento dos moradores do bairro, contudo, significou o acirramento das tensões entre a comunidade e a prefeitura, instalando um contexto de controvérsia e a mobilização de uma rede cada vez maior em torno do assunto. Ainda em 2014, portanto, a SMAS solicitou à equipe do Inciti/UFPE uma proposta que conciliasse a natureza do recurso – que exigia um projeto de mobilidade para o local – com as premissas do Parque Capibaribe. É importante destacar que havia, dentro da PCR, quem preferisse o sistema de Via Expressa, embora esses atores não tenham se exposto publicamente de forma pessoal. O projeto do Parque Capibaribe, por sua vez, também contava com o apoio de grupos da gestão, inclusive do prefeito, segundo os relatos registrados nas entrevistas²⁵. Na ocasião, o poder público municipal, entretanto, alegava que o principal entrave era que a verba captada pelo PAC não fosse perdida. Por isso, os trabalhos seguiram na direção de preservar a característica de passagem de carros na via.

²⁴ Disponível em: <https://youtu.be/inlfonLJ5fE>

²⁵ Disponíveis no Apêndice A do presente trabalho

Figura 9 – Comparação entre o projeto de quatro faixas e a proposta de duas faixas



Fonte: Inciti/UFPE

A nova proposta, entretanto, foi mais uma vez rechaçada pelos moradores, que insistiam em uma intervenção menos voltada para os carros. Dessa forma, em 2014, manteve-se a tensão entre as forças envolvidas no projeto, embora a partir de então já estivesse aberta uma frente de diálogo importante para o futuro desfecho da controvérsia. Tanto os moradores se dispuseram a debater com o poder público – sempre com a UFPE envolvida nas discussões – quanto o poder público se dispôs a buscar uma solução projetual que correspondesse às expectativas do bairro. A ideia nesse momento era que a equipe do Parque Capibaribe seguisse buscando uma proposta que fosse viável e consensual.

2.3 Debate em terreno fértil: uma vizinhança privilegiada e atuante

A mobilização em torno da solução urbanística que, de uma forma ou de outra, mudaria a dinâmica do bairro veio na esteira de um processo anterior de articulação social na comunidade, já conhecida pelo envolvimento em debate sobre o funcionamento dos bares da região na década de 1990. Já no novo século, após uma mobilização em torno de questões relativas ao trânsito provocado pela chegada e crescimento do já mencionado Centro Universitário Maurício de Nassau, em 2011 a Associação por Amor às Graças criou um grupo

público no Facebook. Na página da plataforma, que conta com mais de 2 mil integrantes²⁶, os moradores compartilham e debatem assuntos pertinentes à vida em comunidade – desde eventos organizados por moradores do bairro, passando por matérias jornalísticas de interesse, até questões relativas a segurança e perturbações por barulho. Assuntos externos, propagandas ou ofensas são vetados do grupo. Como informa a descrição da página, o objetivo é estimular a participação dos moradores nos assuntos que dizem respeito ao bairro e atuar junto ao poder público nas ocasiões necessárias:

Temos como proposta, promover a integração das pessoas e o estreitamento das relações de amizade, a fim de resgatar o sentimento de união e solidariedade existente nos primórdios das Graças. Atuaremos de forma positiva, sem esperar indefinidamente pelo Poder Público, com a realização de campanhas educativas, eventos comunitários e discussões sobre a realização de obras no bairro. [...] Vamos cobrar do Poder Público, o cumprimento das leis e aplicação correta dos tributos na conservação e melhoria do bairro. (FACEBOOK, 2019)

Apesar de muito atuante na rede social digital no que diz respeito à regularidade de postagens e interação pela plataforma, essa articulação promovida pela Associação apresenta um caráter híbrido, transitando entre os espaços digital e físico: os moradores utilizam a usar a ferramenta para divulgar eventos que ocorrem de forma pública e aberta em vários pontos do bairro. Um exemplo disso foi a série de encontros itinerantes batizada Café da Manhã na Calçada, o evento de Dia das Crianças na margem do rio, reuniões presenciais realizadas em estabelecimentos comerciais da área ou no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora das Graças, festa da São João, Bloco de Carnaval. A esses eventos e encontros, somaram-se as assembleias que tinham como tema o projeto para a margem do rio e até mesmo manifestação de rua com o objetivo de pressionar o poder público a dialogar com a comunidade.

A controvérsia em torno do projeto da então chamada Beira Rio das Graças, portanto, foi inserida nessa rede de vizinhos, alimentando e sendo alimentada pela organização dos moradores em grupo. Mais ativamente a partir de 2014, quando ambos os projetos – tanto o da Via Expressa quanto o do Parque Capibaribe – avançavam e ganhavam mais materialidade, o grupo se articulou para, não apenas impedir o empreendimento, como também para propor uma alternativa viável para o trecho chamado Beira Rio das Graças. Em carta ao prefeito protocolada em 8 de abril de 2014, portanto antes ainda do lançamento público do Parque Capibaribe, a Associação cobra uma apresentação do projeto à comunidade e reforça o interesse dos moradores e usuários do bairro em “participar de forma ativa e efetiva na gestão da cidade, em

²⁶ Acesso em agosto de 2019: <https://www.facebook.com/groups/poramorasgracas/>

especial do bairro. Os projetos com incidência nesse território têm sido objeto de discussão pela comunidade local, em especial os projetos de intervenção na margem esquerda do Rio” (ASSOCIAÇÃO POR AMOR ÀS GRAÇAS, 2014).

Neste ponto, cabe destacar a particularidade socioeconômica do grupo que tinha forte presença, por exemplo, de arquitetos, advogados e jornalistas, atividades profissionais que potencialmente contribuiriam para uma articulação mais efetiva bem como com uma interlocução com representantes do poder público. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), junto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro (FJP), o bairro estava entre os que apresentava os melhores índices na capital pernambucana, atingindo a marca de 0,952, se aproximando a índices de qualidade de vida apresentados por países nórdicos²⁷. Trata-se de um bairro verticalizado, com presença marcante de escolas e universidades particulares, hospitais e a peculiaridade de não ter contato territorial direto com comunidades populares, favelas ou assentamentos, comuns no tecido urbano de toda Região Metropolitana do Recife. Até mesmo o componente étnico deve aqui ser destacado: trata-se um bairro predominantemente branco.

Seus moradores constituem, portanto, um grupo socioeconomicamente privilegiado, com acesso a espaços e indivíduos distantes da maior parte da população. É de se destacar, entretanto, que os vizinhos mais atuantes nos debates da Associação são profissionais liberais, funcionários públicos, aposentados, destacando-se mais como uma elite intelectual do que pelo poderio econômico e financeiro tradicionalmente relacionado aos rumos do desenvolvimento urbano. Trata-se de um grupo politicamente engajado, tanto que um dos mais ativos integrantes nos debates, Ivan Moraes, chegou a eleger-se vereador da cidade no pleito municipal de 2016.

Embora considerando os privilégios socioeconômicos que sem dúvida colocam a classe média em posição favorável no debate público, entendemos que os mais significativos e atuantes atores-rede do bairro não correspondem ao tradicional poder financeiro e imobiliário, vinculado a grandes grupos econômicos locais e internacionais, diretamente responsável por moldar a cidade, dentro dos preceitos levantados por David Harvey (2014), para adiantarmos a discussão que teremos mais adiante²⁸.

²⁷ Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22743

²⁸ Direito à cidade confinado “nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 63).

Vale destacar que, apesar de o projeto da Via Expressa em questão não ter sido diretamente empreendido por corporações privadas, a nossa controvérsia registra – ainda que de forma mais pontual – a presença na rede de atores integrantes da elite a que Harvey se refere. Em plena expansão nas primeiras décadas do novo século²⁹, o Grupo Ser Educacional, responsável pelo controle Uninassau, adquiriu vários imóveis na região, alterando a dinâmica do bairro, notadamente pelo fluxo de veículos que atrai – assunto que, inclusive, já havia sido tema de mobilização da Associação. As negociações por projeto de garagem para a instituição em troca de ações mitigadoras demonstram o poderio econômico que de fato exerce nítida influência na configuração do bairro³⁰. Em um contexto de luta pelo espaço urbano, notamos que aqui estamos falando de quem possui a terra e tem os recursos para explorá-la. Trata-se, nesse caso, não mais de uma relação entre cidadãos comuns e a gestão pública, mas sim entre empresa e Estado.

Por esses e outros motivos, é fundamental, ainda, pontuar que o bairro não é entendido aqui como um coletivo homogêneo ou livre de contradições internas. Além de considerar a presença de um ator-rede de grande relevância econômica como o Grupo Ser Educacional, levemos em conta que, da mesma forma que ocorre com outros atores-rede, a exemplo da URB, em maior ou menor medida foi necessária a construção de consensos internos entre os moradores do bairro das Graças. Nos relatos das entrevistas, é possível identificar o posicionamento de vizinhos que foram contra a construção da Via Parque, sendo favoráveis a um projeto mais voltado aos carros. Há até mesmo, entre os envolvidos, a percepção de que muitos dos moradores nem sequer tomaram conhecimento do imbróglio. Contudo, a atuação da Associação na condução dos debates, no posicionamento público em torno do assunto e na busca por uma interlocução com o poder público fez com que o grupo, embora pequeno se considerarmos o bairro como um todo, se consolidasse como porta-voz.

Aí tinha gente que dizia: “aquela associação das Graças não é representativa”. Não é, de fato não é. [...] Se você pegar ali a esmagadora maioria, muita gente, preferia... parecido com o Estelita. [...] Mas normalmente, esse tipo de gente que tem esse raciocínio não participa. [...] Aliás, eu usei a palavra errada, não é que a associação não seja representativa, o número de associados não corresponde a, sei lá, 5% dos moradores... (PEREIRA, 2020)

²⁹ Mais sobre o poderio econômico do Grupo Ser Educacional, controlado por Janguê Diniz:

<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20141031/ser-educacional-empresa-ano/204474.shtml>

³⁰ Mais detalhes em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/03/cdu-aprova-construcao-de-edificio-garagem-na-zona-norte-do-recife.html>

Dessa maneira, os relatos dão conta de que as opiniões dissonantes daquela manifestada pela Associação enquanto coletivo tornaram-se difusas e sem impacto efetivo na dinâmica da nossa rede.

Tudo que eles estão pleiteando tá correto. Zero carro, isso, aquilo, aquilo lá, tá correto. Agora, eu tenho certeza de que aquilo não é o que a média, da classe média que quer andar de carro, acha. (...) Chegou a se manifestar comigo na Secretaria. “Olhe, não é isso que nós queremos”. Aí a minha coisa era “Vá discutir na Associação. Vá discutir na Associação” (PEDROSA, 2020).

Nesse cenário de privilégios e de histórico de engajamento nas causas comuns ao bairro, a articulação da Associação em torno do assunto do bairro buscou reivindicar a voz dos moradores no tipo de bairro que queriam para o futuro. Se, ao longo dos anos, cada arranha-céu erguido ou cada trecho de mangue invadido não passou por um debate público que resultasse numa participação efetiva da comunidade na configuração do bairro, a construção de uma via pública com recursos públicos em um contexto de intensa mobilização em torno dos processos de urbanização e de participação social foi um catalisador da controvérsia que agora analisamos.

Dessa forma, logo no início da nossa incursão sobre o assunto – ou, já antecipando as indicações metodológicas de Laurence Bardin (2004), na pré-análise –, ao seguir os atores da nossa controvérsia, notamos a necessidade de nos ater de forma mais aprofundada ao ator-rede representado pela Associação por Amor às Graças. Sem abrir mão de cartografar a controvérsia como um todo, nos propomos nos ater com mais atenção, dar uma espécie de *zoom*, naquele que identificamos ser o ponto nodal mais representativo para uma investigação dos processos sociopolíticos envolvidos no direito à cidade.

Além da mobilização interna e da tentativa de diálogo com o poder público pelos caminhos tradicionais e institucionais, como o requerimento protocolado, a abordagem da Associação ganhou outra potência conforme o Parque Capibaribe se consolidava tendo à frente a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAS) e o Inciti/UFPE. Por outras frentes profissionais e sociais – novamente, falamos em privilégio –, alguns moradores mantinham um diálogo mais direto e aberto tanto com parte da equipe acadêmica envolvida no projeto como com a então secretária e o então secretário-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade, o que facilitou a troca de visões nessa frente. Portanto, não era o caso de apenas rechaçar a proposta inicial voltada para os automóveis, os moradores agora tinham no projeto fruto do convênio com a universidade um ponto de diálogo com o poder municipal – antes representado apenas pela URB, pela Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano e pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos – a possibilidade de desenvolver uma alternativa que fosse

mais alinhada com o que eles esperavam para o bairro. Tal privilégio é reconhecido por moradores que participaram da articulação.

Mas, sinceramente, e até tirando um pouquinho do mérito dessa luta das Graças, depois que ela passou e que a gente conseguiu essa vitória, foi uma coisa até que eu comentei com outras pessoas que... é... foi uma vitória que foi motivada consciente ou inconscientemente pelo fato de que as Graças é um bairro de classe média alta, né? [...] Lá na Iputinga, em Santa Luzia, provavelmente a prefeitura teria ignorado as demandas. É muito triste dizer isso, mas essa é a realidade da nossa sociedade brasileira. Então a voz, do mesmo jeito que a vida de uma pessoa de classe média é muito mais valiosa do que a vida de uma pessoa da camada mais baixa da população, a opinião de uma, de uma organização social de bairro rico ela tem muito mais voz do que uma organização social de um bairro pobre. Então eu vejo isso. É o lado muito pouco romântico dessa luta toda, é que eu acho que grande parte da nossa vitória vem disso, entendeu? A facilidade de eu dar um telefonema pra uma Circe, pra um Romero, de Buga fazer a mesma coisa, Fernandinha fazer a mesma coisa, ou seja, a gente ter acesso a essas pessoas por vínculo de amizade inclusive, né? E também, pelo fato de que a prefeitura provavelmente decidiu em algum momento que não era inteligente brigar com as pessoas de um bairro como o bairro das Graças (JUCÁ, 2019).

Ainda assim, um dos maiores desafios para os envolvidos era o estabelecimento de um diálogo efetivo em um contexto institucional, burocrático, com vários níveis de tomada de decisão: recursos federais, três secretarias envolvidas no assunto (Mobilidade e Controle Urbano; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Infraestrutura e Serviços Urbanos), além da própria URB. Como explicou Ivan Moraes, um dos moradores, em postagem de maio de 2015³¹, após audiência com o prefeito e secretarias envolvidas:

Nossa intervenção, resumidamente, pediu: que fossem respeitadas as contribuições que fizemos, ainda no ano passado, para o projeto; que o Parque Capibaribe não fosse considerado o ponto de partida, mas um elemento que conciliaria o que a gente queria originalmente (zero carros), com o que ditava o projeto original (vias expressas). Falamos da importância de vias compartilhadas e outros mecanismos que privilegiassem o transporte não motorizado e pedestre (FACEBOOK, 2015).

Nesse contexto, o contato dos moradores do bairro com a equipe da SMAS e, mais especificamente, com o Inciti/UFPE, mostrou-se mais aberto e frequente do que com outras áreas da Prefeitura. Além do interesse da Secretaria em concretizar um grande projeto na sua pasta, destacou-se em entrevistas realizadas durante esta pesquisa a capacitação técnica para o assunto do então secretário-executivo Romero Pereira, arquiteto e urbanista. Por parte da equipe de pesquisadores – que, vale lembrar, recebiam verba da Prefeitura por meio do convênio –, ressalta-se como ponto de interesse a perspectiva de conquistar um trecho que até então estava fora do Parque Capibaribe, além das já mencionadas relações estabelecidas com os moradores

³¹ Post na íntegra disponível em:

<https://www.facebook.com/groups/poramorasgracas/permalink/891295140926498/>

do bairro – a equipe do Inciti/UFPE respondia aos questionamentos e às demandas da comunidade, se integrando no processo de discussão.

O contato entre os atores pró-Parque contatado acontecia em frentes mais formais, como as audiências em que o projeto era apresentado ao bairro, mas também em contatos informais com coordenadores e pesquisadores responsáveis pelo Parque Capibaribe e em ações lúdicas no bairro com a participação de representantes da universidade. Lembrando que, a exemplo do que foi feito por Ivan Moraes, os interlocutores do bairro costumavam compartilhar no grupo do Facebook o andamento dessas tratativas com o poder público e com a universidade.

Figura 10 – Apresentação do projeto do Parque Capibaribe pelo Inciti/UFPE para os moradores, em junho de 2015, com a presença de representantes da prefeitura



Fonte: Inciti/UFPE

O resultado dessa interlocução permanente foi a apresentação de uma proposta que correspondia às discussões e aos anseios da comunidade, notadamente o pedido para que a via não fizesse ligação de carros de uma ponte a outra, além de privilegiar a mobilidade ativa (pedestres, ciclistas, etc.). A mudança projetual, vale dizer, representava um ponto fundamental no processo de estabilização da controvérsia. Como detalha matéria sobre o assunto publicada no portal G1 no dia 21 de junho de 2015³², o novo projeto iria

criar uma via compartilhada entre carros, pedestres e ciclistas e manter áreas de convivência integradas ao meio ambiente. A proposta foi aprovada pela comunidade e deve ser licitada até o final do ano. O novo desenho do sistema viário, apresentado

³² Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/06/no-recife-gracas-vai-ganhar-sistema-viario-com-ciclovias-e-area-verde.html>

pela Prefeitura do Recife na quinta-feira (18), divide em três partes o trecho de aproximadamente um quilômetro que vai da Ponte da Torre à Ponte da Capunga pelas margens do Capibaribe. E prevê o fluxo de veículos em apenas duas delas. As faixas viárias serão construídas entre a Ponte da Torre e a Rua Manoel de Almeida e da Rua Dom Sebastião Leme à Ponte da Capunga. As duas vias serão margeadas por cicloviárias, calçadas e uma área verde que se estenderá até a beira do rio. No terceiro trecho, que fica entre essas duas partes, haverá apenas passeio de pedestres e cicloviárias, além de áreas de convivência. O espaço ainda vai garantir a preservação de um casarão centenário que seria destruído pela avenida proposta inicialmente (BARBOSA, 2014, s/p).

Após essa etapa, ao longo do ano de 2015, o grupo continuou interagindo com a equipe do Parque Capibaribe para alguns ajustes pontuais na proposta de Via Parque apresentada. Nesse período, o projeto também passou pelo crivo da URB, tendo sido aprovado pela autarquia em fevereiro de 2016, mesmo mês em que, em reunião com a presença de muitos moradores do bairro, o consenso entre Associação, Inciti/UFPE e SMAS foi definitivamente formado. O passo seguinte era, portanto, vencer as etapas burocráticas com o Ministério das Cidades e a CEF para que a mudança de projeto fosse realizada sem prejuízo da verba disponível.

Figura 11 – Postagem de moradora resumindo o status das negociações, março de 2016

Fernanda Carolina Costa
Administrador · 1 de março de 2016

Pessoal, bom dia. Nossa reunião de ontem onde nos foi apresentado pela PCR e a UFPE o novo projeto para a Beira do Rio entre as pontes da Torre e da Capunga foi muito participativa e uma verdadeira conquista de nossa mobilização. Quais serão os próximos passos?? 1)Hoje a equipe da URB e do Parque Capibaribe viajarão à Brasília para apresentação do projeto ao Ministério das Cidades; 2) A CEF deverá proceder a análise das alterações do projeto por pelo menos 40 dias; 3) Paralelamente à análise do projeto, a URB adotará os procedimentos necessários para efetivar o processo licitatório; 4) O primeiro pagamento, decorrente da primeira medição deverá ocorrer até o dia 30 de junho; 5) a previsão de duração da obra é de 6 meses. A associação dos moradores informou que pretende acompanhar o processo licitatório, bem como a execução das obras. Bom dia a todos e obrigada pela presença ontem. Nossa participação é fundamental para garantirmos a qualidade de nosso bairro.

64 9 comentários 7 partilhas

Gosto Comentar Partilhar

Jurin Senna Olha Camila Aires 1
Gosto · Responder · 3 ano(s)

Camila Aires Massa Jurin! 1
Gosto · Responder · 3 ano(s)
Jurin Senna respondeu · 1 Resposta

Dida Maia Foi incrível ver a Fazendinha cheia de gente.
Gosto · Responder · 3 ano(s) 3

Fernanda Carolina Costa Acho que éramos umas 80 pessoas.....
Gosto · Responder · 3 ano(s) 2

Beto Azoubel isso foi a contagem da PM, Fernanda, eu contei mais 😊
Gosto · Responder · 3 ano(s) 1

Fonte: Facebook (2016)

Passada essa fase, mesmo com a autorização da CEF para substituição do projeto. Os novos trâmites burocráticos aconteceram de forma lenta, demora que motivou acompanhamento e até manifestações por parte dos moradores no sentido de pressionar para a publicação do edital que possibilitaria o início das obras – foi neste ponto que aconteceu a queima virtual de pneus na Avenida Joaquim Nabuco, uma das principais vias do bairro, conforme registrado na Figura 12. Mais à frente, no capítulo de análise, adentraremos um pouco mais na dinâmica entre os atores-rede durante esse período. Por ora, é importante saber que, apesar de ainda apresentar um grau de instabilidade – a cidade estava em ano eleitoral, o que provocava insegurança de alguns moradores quanto ao efetivo cumprimento das decisões tomadas sobre o assunto –, a partir da aprovação interna da nova versão, bem como da liberação

dos recursos por parte do financiamento federal, a controvérsia caminhou para o seu já conhecido desfecho.

Figura 12 – Postagem feita pela presidente no grupo da Associação



Fonte: Facebook (2016)³³

Notamos que, entre 2013 e 2017, quando a controvérsia esteve mais ativa, os tensionamentos e associações foram desenhando composição dessa malha de relações, tendo a Associação Por Amor às Graças como um dos nós mais ativos e significativos dessa rede. Com o aporte teórico que aprofundaremos no capítulo seguinte e, norteados pela metodologia da cartografia da controvérsia, pretendemos compreender a dinâmica dessa rede e, mais especificamente o papel dos moradores no desfecho apresentado em junho de 2017, quando o prefeito Geraldo Júlio assinou a ordem de serviço para o início das obras no local – lembrando que, em seu discurso, o gestor destacou o papel dos moradores no processo de mudança do projeto³⁴.

³³ Acesso em agosto de 2019:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10209117336826720&set=gm.1105212382868105&type=3&theater&ifg=1>

³⁴ Trecho do discurso disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=8&v=i6zxtxsWTwE

Figura 13 – Imagem do projeto aprovado publicada em fevereiro de 2017



Fonte: Diário de Pernambuco/Captura de site³⁵

³⁵ Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2017/02/via-parque-comeca-neste-semester.html>

3 APORTE TEÓRICO

Definido o contexto da controvérsia que será investigada, nos dedicaremos então a estabelecer o referencial a ser mobilizado na análise dos dados levantados durante esta pesquisa, que visa, por meio da observação do caso das Graças pelo Parque Capibaribe, entender como a controvérsia em torno da produção de espaço urbano evidencia o exercício do direito à cidade e suas potencialidades. Conforme antecipamos na introdução, nosso trabalho parte da hipótese de que os agenciamentos realizados por diversos meios pelos moradores das Graças, enquanto atores-rede da controvérsia em torno de projeto viário para o bairro, desempenharam papel decisivo na produção do espaço urbano, evidenciando o exercício do direito à cidade ao estabelecer o sentido de construção coletiva em detrimento da lógica de consumo da cidade e resistindo ao modelo vertical – de cima para baixo (*top-down*) – tradicionalmente imposto pelo poder público.

No sentido de testar a nossa hipótese, buscamos entender quais agenciamentos, associações e conexões atuaram na controvérsia e quais delas contribuíram para viabilizar a mudança de projeto para a área – concretizada com a autorização, em junho de 2017, para construção da segunda etapa do Parque Capibaribe, no Bairro das Graças, no Recife. Qual o papel da Associação nessa rede? Os moradores conseguiram interferir no desfecho da controvérsia? Podemos considerar que eles exerceram o direito à cidade neste caso específico?

Para nos ajudar a responder essas perguntas, iremos analisar os dados levantados fundamentalmente à luz dos conceitos de direito à cidade de Henri Lefebvre e David Harvey, além das ideias de Michel de Certeau sobre estratégias, táticas e práticas cotidianas. Por sua vez, entender as táticas do homem comum e rastrear as associações passa, na nossa pesquisa, por mergulhar no universo comunicacional da rede. No século XXI, as interações nos cenários de tensionamentos sociais envolvem necessariamente inovações e hibridismo táticos entre os universos online e off-line nas articulações. Por isso, também recorreremos às reflexões de André Lemos, Manuel Castells, Henry Jenkins e Massimo Di Felice para explorar como os atores-rede se comunicam entre si e com a cidade. Por fim, ainda no que diz respeito ao referencial teórico, mas já entrando no terreno da abordagem metodológica, recorreremos à Teoria Ator-Rede de Latour e à cartografia da controvérsia em desdobramentos desenvolvidos por autores como Tommaso Venturini e Albená Yaneva. Ao empreendermos, com o presente trabalho, uma experimentação metodológica com a cartografia da controvérsia para estudar a produção de espaço urbano e o exercício do direito à cidade, nos dedicaremos mais detalhadamente a este último ponto no final do presente capítulo.

3.1 Quem sou eu na cidade? Direito à (produção da) cidade

Conforme o exposto na contextualização realizada no primeiro capítulo, as reivindicações expressas pela Associação Por Amor às Graças em suas manifestações documentais, nas exposições via Facebook, bem como nos eventos informais que realizaram no espaço público explicitam o “desejo e o interesse” da comunidade em participar efetivamente das decisões sobre o espaço urbano para o bairro, em ter a voz efetivamente ouvida no debate público. Dessa forma, nada mais coerente do que mergulharmos nas discussões e reflexões de dois autores e suas abordagens em torno da urbanização, das disputas de poder e do papel do cidadão nesse processo de produção do espaço urbano: o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre e o geógrafo urbano David Harvey. Suas postulações servirão de base para um exame crítico sobre a dinâmica social que pretendemos estudar no caso específico do Recife.

Ao ecoar, no início do século XXI, o “método dialético de investigação crítica imanente” de Lefebvre na década de 1960, Harvey (2014) identifica um modelo inspirador para encarar a crise da vida urbana na atualidade. Ele resgata, portanto, a noção de uma “urbanização produzida” e reacende o conceito de direito à cidade em que “(...) todos aqueles cujo trabalho está envolvido em produzir e reproduzir a cidade têm um direito coletivo não apenas àquilo que produzem, mas também de decidir que tipo de urbanismo deve ser produzido, onde e como” (HARVEY, 2014, p. 245).

Quando falamos em “direito à cidade”, falamos necessariamente de um vazio significante, como alerta o próprio Harvey, pois sua relevância prática e política depende de quem e como se apropriará do termo para conferir-lhe um ou outro significado. Trata-se de termo imbuído das mais diversas possibilidades. Porém, no cenário global de debate em torno do espaço urbano brevemente descrito na introdução deste trabalho, vem sendo cada vez mais reivindicada a noção do direito à produção de cidade, indo além do que direito ao usufruto dos serviços e espaços urbanos. Portanto, seguindo os passos de Lefebvre e Harvey, partimos da premissa de que, ao se reconhecerem enquanto sujeitos desse direito coletivo, os cidadãos passam a ter uma perspectiva ativa na produção do espaço urbano que lhe cabe, podendo questionar e mesmo impedir a subordinação indiscriminada da cidade ao Estado ou aos interesses do poder econômico. Assim, o urbanismo pode deixar de ser um simples recurso técnico e passa a ser uma “prática social que diz respeito e interessa ao conjunto da sociedade” (LEFEBVRE, 2001, p. 45), passa a ser uma ferramenta (ou uma tática) por meio da qual se exerce a cidadania de forma ativa e consicente.

Esse “conjunto” ao qual Lefebvre se refere, entretanto, está longe de ser uniforme, harmonioso ou até mesmo dicotômico. Ao contrário, ele tem se tornado cada vez mais complexo conforme a globalização e a urbanização avançam. Como nos lembrará Bruno Latour mais adiante, a sociedade que muitas vezes é evocada como uma força superior, é na verdade de uma malha de associações (LATOURE, 2012), um emaranhado de relações e tensionamentos em permanente movimento, provocando novos arranjos, reações e cenários a cada momento. Entretanto, a natureza fragmentária, dinâmica e tensional da vida contemporânea – bem clara nas já mencionadas Jornadas de Junho, no Brasil de 2013, onde não se identificavam pautas claras, ou melhor, onde as pautas se misturavam e se sobrepunham vertiginosamente – encontra, inevitavelmente, lastro no território urbano. Para boa parte das exigências sociais que irrompem – mobilidade, emprego, educação, para citar algumas das mais óbvias –, a cidade se apresenta não apenas como palco, mas como denominador comum e, por isso, é frequentemente invocada pelos que buscam um caminho para estabelecer o consenso social por meio de uma visão mais ampla e democrática. Reconhecer que “no contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer” (LEFEBVRE, 2001, p. 13) pressupõe enxergar o reconhecimento desses grupos com sujeitos no local onde vivem, a autoidentificação enquanto cidadãos daquela cidade em específico. Nesse sentido, vale evocar a ideia de que, ao inventar a cidade, o homem recriou a si mesmo, postulada pelo sociólogo Robert Park, que relaciona os desejos humanos com a consequência urbana desses mesmos desejos.

Se Park está certo, a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilos de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais que um acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014, p. 28).

Em uma contemporaneidade regida pelo capitalismo e, mais especificamente, pelo neoliberalismo, o processo de urbanização viabilizado pela produção de valor excedente fica, quase que invariavelmente, a cargo do poder econômico e do Estado – que, por sua vez, é historicamente alinhado aos interesses do mesmo poder econômico (HARVEY, 2014). Estado e corporações buscam, portanto, ditar e gerir as funções urbanas. Neste ponto, vale lembrar que

A intervenção do Estado na cidade é, portanto, contraditória: sua ação pode favorecer mais ou menos certos seguimentos da sociedade urbana – mas nunca definitivamente. O que há de permanente na cidade do capital é a luta pela apropriação do espaço urbano. A ação do Estado nada mais é do que expressão de forças engajadas, voluntária ou involuntariamente nessa luta [...] (ROLNIK, 1995, p. 77-78).

Ao tentar resgatar o que é a cidade ao longo da história, Rolnik (1995) pontua a relevância que os investimentos estatais em infraestrutura urbana desempenham na lógica do mercado imobiliário ao produzir “localizações valorizadas”, sendo explorados por agentes do poder econômico em seu engajamento no ordenamento urbano que responda às demandas do mercado. Nesse contexto, diante da incapacidade do Estado em assegurar uma gestão mais democrática do espaço urbano, a qualidade de vida se consolida em como uma mercadoria para os que têm dinheiro e se recolhe aos ambientes privados, restando ao público a escassez de recursos, de espaço, de voz, de direitos, de infraestrutura. Na prática, portanto, o direito à cidade que prevalece na urbe contemporânea “encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 63).

Aqui é importante lembrar o que revela o já mencionado Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (com dados de 2010): segundo o estudo, o bairro das Graças apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,952, o que é considerado muito alto pela pesquisa. Esse resultado, portanto, coloca o bairro na elite socioeconômica do Estado. Cabe reforçar, entretanto, a ressalva feita no capítulo 1 e percebida durante os trabalhos de pesquisa realizados para esta dissertação: aqueles moradores das Graças que estiveram mobilizados em torno das discussões sobre a Beira Rio não representam diretamente os interesses financeiros e imobiliários tradicionais, configurando-se mais como uma elite intelectual com meios para se articular em torno de um desejo coletivo. Fica claro que existe privilégio – e a etapa de análise do nosso trabalho evidencia esse aspecto –, entretanto, ele diz mais respeito ao poder de interlocução social, a argumentos técnicos e acesso aos governantes do que ao poder econômico para determinar a configuração da cidade de forma mais direta.

No caso do Brasil e, mais especificamente do Recife, a gestão elitista do espaço público tem reflexos como a privatização do espaço em forma de condomínios – “o confinamento da família na intimidade do lar, que, por sua vez, tem a ver com a história da morte do espaço da rua como lugar de trocas cotidianas, espaço de socialização” (ROLNIK, 1995, p. 57) –, a negligência com o meio ambiente e a forte presença do transporte automotivo individual. Esses foram precisamente os três principais fatores que levaram os moradores das Graças, já mobilizados em uma Associação que debatia e, em certa medida, ocupava o bairro, a rejeitar a proposta de Via Expressa que seria construída na área à revelia da opinião dos moradores. Os

questionamentos, inclusive, remontam a discussões urbanas antigas, como a apresentada pela canadense Jane Jacobs em sua clássica obra “Morte e vida de Grandes Cidades” (2011), publicada originalmente na década de 1960.

Atualmente, todos os que prezam as cidades estão incomodados com os automóveis. As artérias viárias, junto com estacionamentos, postos de gasolina e drive-ins, são instrumentos de destruição urbana poderosos e persistentes. Para lhes dar lugar, ruas são destruídas e transformadas em espaços imprecisos, sem sentido e vazios para qualquer pessoa a pé. Os centros urbanos e outros bairros que são maravilhas de complexidade compacta e sólido apoio mútuo acabam displicentemente desentranhados. Os pontos de referência são aniquilados ou tão deslocados de seu contexto na vida urbana que se tornam trivialidades irrelevantes. A feição urbana é desfigurada a ponto de todos os lugares se parecerem com qualquer outro, resultando em Lugar Algum. [...] É questionável que parcela da destruição provocada pelos automóveis nas cidades deve-se realmente às necessidades de transporte e trânsito e que parcela deve-se ao puro descaso com outras necessidades, funções e usos urbanos. (JACOBS, 2011, p. 377-378).

Mas também a opção do modelo carrocrático responde ao jogo de forças que se desenrola na sociedade. Aqui cabe resgatar Lefebvre ao defender que a cidade

se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de ordem próxima (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relação desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes. A ordem distante se institui nesse “nível superior”, isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. Abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias (religiosas, políticas). Comporta princípios morais e jurídicos. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível. Torna-se visível ao se inscrever nela. Na ordem próxima, e através dessa ordem, ela persuade, o que completa seu poder coator. Ela se torna evidente através e na imediatez. A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a mediação (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

Sem perder de vista a discussão em torno do direito à cidade de Lefebvre e Harvey, e antes de chegarmos à prática cotidiana de Michel de Certeau (1994), relacionamos a ordem próxima à escala das cidades e recorreremos ao urbanista dinamarquês Jan Gehl em sua defesa da dimensão humana das cidades. Em obra intitulada “Cidade para Pessoas” (2013), ele enfatiza que, independentemente do tipo de cidade ou da ideologia do planejamento urbano em questão, a vitalidade das cidades está intimamente relacionada à gestão cuidadosa da relação das pessoas com o espaço construído – isso significa, por exemplo, priorizar essencialmente o caminhar enquanto forma de locomoção. Trata-se de uma questão de escala, de se aproximar da vivência

humana do espaço. Além disso, Gehl referencia Jacobs e defende os espaços públicos como fundamentais para as relações e as conexões sociais.

No século XX, o espaço da cidade continuou a funcionar como importante lugar de encontro social, até o triunfo dos ideais de planejamento do modernismo, o que coincidiu com a invasão dos automóveis. A discussão sobre a “morte e vida” nas cidades, desafiadoramente levantada, em 1961, pelo livro de Jane Jacobs, em grande parte lidava com a gradual perda de oportunidades dos espaços urbanos de funcionarem como pontos de encontro. Ainda que a discussão tenha continuado desde então, em muitos lugares a vida na cidade continuou a ser espremida para fora do espaço da cidade (GEHL, 2013, p. 25-26).

Pensar o direito à cidade em sua perspectiva democrática passa, então, por recuperar essa noção do espaço público como local do encontro, da convivência, da troca, da diferença e até mesmo do conflito de ideias e desejos – e aqui ressaltamos o conflito enquanto convite à mudança. Viver a cidade – não somente viver “na” cidade – constrói a noção de pertencimento indispensável a uma relação de uso do espaço em detrimento de uma relação restrita ao consumo de seus serviços. Ou seja, é uma forma de reativar o reconhecimento do cidadão enquanto produtor do espaço urbano e, em última instância, de vida urbana. Afinal, se saímos de um espaço privado para o outro dentro de automóveis também privados, a noção de espaço público desvanece até tornar-se apenas uma abstração distante. É necessário ocupar os espaços para reconhecer-se sujeito da cidade enquanto obra coletiva.

Neste cenário, portanto, quando efetivamente abertas e democráticas, tendo o cidadão comum como sujeito e não apenas como integrante pró-forma das discussões, os projetos que envolvem a participação ativa de cidadãos comuns nos processos de decisão sobre o espaço urbano – que em certa medida se relacionam com as práticas do urbanismo emergente já citadas no presente trabalho e têm sido potencializados pelo ativismo digital registrados nos últimos anos – estão intrinsecamente relacionados ao efetivo exercício do direito à cidade.

Os meios democráticos alternativos (além da democracia existente do poder do dinheiro), como as assembleias populares, precisam ser construídos caso se pretenda revitalizar e reconstruir a vida urbana fora das relações dominantes de classe. O direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado (HARVEY, 2014, p. 245-246).

É evidente que as velhas relações de poder, as tradicionais concepções de cidade e o peso de um modelo globalizado regido pela lógica do consumo, da desigualdade e da privatização se impõem de maneira quase generalizada. Porém, o desafio aqui é reconhecer a existência, a resistência e a insistência de movimentos que buscam, através de vias distintas e com resultados também imprevisíveis, por novas formas de democratizar as decisões sobre a

vida coletiva e sobre a construção da cidade. Experimentando diferentes maneiras de mobilizar, de reivindicar e de ocupar o espaço público esses grupos criam de forma mais ou menos perene situações, cenários, ocasiões ou espaços em que o direito à cidade em sua concepção mais democrática – e, pode-se dizer, revolucionária – não mais se inscreve na dimensão da utopia, mas se impõe a uma ordem estabelecida e aponta para uma nova relação possível do indivíduo com o espaço que constrói e no qual, por sua vez, é forjado.

Para Lefebvre, porém, e nisso ele está certamente de acordo com os situacionistas, se não em dívida com eles, há no urbano uma multiplicidade de práticas prestes a transbordar de possibilidades alternativas. Qualquer momento espontâneo de natureza alternativa e visionária é passageiro; se não se souber aproveitá-lo no momento exato, sem dúvida, não voltará a acontecer (como Lefebvre testemunhou e, primeira mão nas ruas de Paris, em 1968). O mesmo pode se dizer dos espaços heterotópicos de diferença, que são a sementeira para os movimentos revolucionários. Em *A revolução urbana*, ele apegou-se à ideia de heterotopia (práticas urbanas) em estado de tensão (e não como alternativa) com a isotopia (a ordem espacial consumada e racionalizada do capitalismo e do Estado), bem como a utopia como desejo expressivo (HARVEY, 2014, p. 22).

É de se registrar, portanto, o caráter excepcional desses movimentos que funcionam como espaços heterotópicos. As iniciativas que quebram com um padrão dominante são frequentemente efêmeras e geralmente desarticuladas, não se efetivando como alternativa global e definitivamente revolucionária à ordem capitalista dominante – mesmo porque nem todas as manifestações urbanas se apresentam como alinhadas a uma luta anticapitalista, embora registre-se que “os movimentos sociais urbanos sempre têm um conteúdo de classe mesmo quando são primariamente articulados em termos de direito, cidadania e labuta da reprodução social” (HARVEY, 2014, p. 231). Se pensados em sua potência transformadora, contudo, esses contextos heterotópicos apresentam-se não apenas como cenários concretos de experimentações táticas por uma outra realidade possível, mas também como pequenos, porém efetivos, nós de uma rede orgânica de resistência à lógica do consumo passivo da cidade. É na tensão entre heterotopia e isotopia descrita por Lefebvre que se inscreve o devir de uma nova cidade, a configuração de um novo mapa físico, mas também social.

O conceito de heterotopia defendido por Lefebvre (radicalmente diferente do de Foucault) delineia espaços sociais limítrofes de possibilidades onde “algo diferente” é não apenas possível, mas fundamental para a definição de trajetórias revolucionárias. Esse “algo diferente” não decorre necessariamente de um projeto consciente, mas simplesmente daquilo que as pessoas fazem, sentem, percebem e terminam por articular à medida que procuram significados para sua vida cotidiana. Essas práticas criam espaços heterotópicos por toda parte. Não precisamos operar a grande revolução para que esses espaços venham a se concretizar. A teoria de Lefebvre de um movimento revolucionário situa-se exatamente no polo oposto: a confluência espontânea em um momento de “irrupção”, quando grupos heterotópicos distintos de repente se dão conta, ainda que por um breve momento, das possibilidades da ação coletiva para criar algo radicalmente novo (HARVEY, 2014, p. 22).

O exercício possível de um direito à cidade democrático e transformador, portanto, depende da construção coletiva desses movimentos heterotópicos em que grupos historicamente excluídos das decisões sobre o espaço urbano subvertem a ordem estabelecida por meio de uma nova consciência cidadã, de novas articulações sociais e novos usos do espaço. As condições que fazem surgir as possibilidades devem extrapolar a virtualidade do devir para se impor como realidade possível, ainda que em caráter de exceção. Os novos cenários, portanto, não são dados, mas sim construídos coletivamente dentro do mesmo campo em que o jogo tradicional de forças é jogado. Nesse sentido, é fundamental compreender quais forças operam na viabilização desses espaços heterotópicos, como os atores dessa rede chamada cidade se articulam por uma nova realidade possível, quais os ambientes comunicacionais são mobilizados nessas articulações e, por fim, qual é o papel da *práxis* (prática social) na configuração dessa nova malha social e urbana.

3.2 Como eu faço cidade? *Práxis* e táticas cotidianas frente às estratégias

Voltamos a recorrer a Lefebvre para destacar que, ainda que as cidades estejam sempre vinculadas às macrodecisões do poder global vigente e, neste contexto, estejam inseridas em um processo de urbanização fundamentalmente capitalista – não à toa cresce o discurso que promove a cidade como empresa, submetida a uma gestão por produtividade, fluxos e números –, elas acontecem também e, essencialmente, nas relações imediatas entre pessoas, espaços e instituições (LEFEBVRE, 2001).

Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico - e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Todavia, esta distinção se revela perigosa e a denominação proposta não é manejada sem riscos. O urbano assim designado parece passar sem solo e sem a morfologia material, desenhar-se segundo o modo de existência especulativo das entidades, dos espíritos e das almas, libertando-se de ligações e inscrições numa espécie de transcendência imaginária [...] A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra “o urbano” não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. [...] O urbano não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica (LEFEBVRE, 2001, p. 54-55).

Para o francês, para quem o “valor de uso” se opõe ao “valor de consumo”³⁶, os habitantes – que precisam ser descobertos pelos pesquisadores – “reconstituem centros,

³⁶ Neste ponto, cabe localizar o termo consumidor no tempo: a obra de Lefebvre reflete a sociedade da década de 1960, quando consumo possuía uma conotação mais restrita ao mercado, passando uma ideia de passividade. Entretanto, no âmbito das ciências sociais e, sobretudo da comunicação, o conceito tem se ressignificado ao longo

utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências de troca” (LEFEBVRE, 2001, p. 85). Com essa afirmação, Lefebvre nos dá pistas de que na prática cotidiana já podemos identificar, ainda que de forma tímida, intuitiva e desconexa, relações que extrapolam o simples consumo do espaço abrindo a possibilidade ao indivíduo de recuperar o caráter de produtor do espaço urbano. Para sair da dimensão das teorias, dos planos ou dos desejos, a realidade urbana em formação conta com a *práxis* (prática social), que por sua vez, ainda na leitura de Lefebvre, prescinde de altos níveis de elaboração e de ação, demandando o confronto das estratégias políticas para conquistar relevância e efetividade na vida social urbana.

A ideia de que o indivíduo ordinário escapa à razão técnica que tenta organizar o espaço e a sociedade sob a lógica do consumo também pode ser apreendida nas considerações do sociólogo francês Michel de Certeau na obra “A Invenção do Cotidiano” (1994). Interessado nas “práticas cotidianas que produzem sem capitalizar, isto é, sem dominar o tempo”, o pesquisador traz o debate para a escala humana e evidencia as “artes de fazer”, as astúcias sutis e as táticas de resistência que permitem uma reapropriação do espaço e a abertura de fissuras dentro de uma “estratégia” já estabelecida (CERTEAU, 1994).

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como um totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. [...] O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião” (CERTEAU, 1994, p. 46-47).

No contexto dos movimentos sociais, das manifestações da sociedade civil organizada, da luta pelo direito à cidade em um território cujo planejamento (a estratégia) fica a cargo do Estado ou da Empresa, as táticas mobilizadas funcionam sempre no lugar do outro, aproveitando oportunidades para subverter relações propostas (de simples consumo para uso,

do tempo, chegando até o termo *prosumer*, cunhado por Alvin Toffler em 1995, que mescla as lógicas de produtor e consumidor. Tal atualização do termo dialoga, inclusive, com a abordagem de Michel de Certeau, também na década de 1990, que veremos mais adiante, ao demonstrar como as táticas cotidianas dos consumidores podem subverter as estratégias impostas.

por exemplo, ou de produzir enquanto consome) com o espaço urbano. Se tomarmos o objeto a ser analisado pelo presente trabalho, notamos que a controvérsia se apresenta como “ocasião” no sentido adotado por Certeau. A partir de uma ação de projeto urbano definido pelo poder público municipal (estratégia), os moradores enxergam e constroem a oportunidade de participar do processo de decisão e mobilizam elementos heterogêneos (interlocução com a mídia, manifestações na rua, articulação via redes sociais, articulação política, etc.) para chegarem a um resultado diferente do que seria obtido caso a estratégia do governo municipal tivesse prevalecido. “A linguagem do poder ‘se urbaniza’, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico” (CERTEAU, 1994, p. 174). Trata-se de uma “reapropriação dos espaços organizados por meio das técnicas das produções socioculturais”, que, no nosso caso específico, envolvem também o domínio técnico – embora não no nível estratégico – do objeto de disputa, uma vez que o grupo das Graças contava com a relevante participação de arquitetos e urbanistas. Reapropriação, vale dizer, que faz parte da própria natureza da arquitetura e do urbanismo.

Arquitetura por definição fica do lado da ordem, da sociedade e das regras; é assim uma contrapartida da sociologia ao lidar com regularidades, normas e “estratégias” (para usar o termo de De Certeau). Ainda assim, a própria consciência dessas premissas subjacentes à arquitetura levou muitos arquitetos contemporâneos a focar sua atenção nas atividades dos usuários que, através de seus “atos de fala” “reapropriam-se do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural” (de Certeau). Arquitetos passam a aceitar que as estruturas desenhadas por eles serão modificadas pelas atividades dos usuários, e que essas modificações representam uma parte essencial da arquitetura (MANOVICH, 2000, p. 280, tradução nossa)³⁷.

Falando especificamente sobre os mecanismos usados para manter a estratégia de uma cidade “instaurada por um discurso utópico e urbanístico”, Certeau lembra o protagonismo que o medo ganha, sobretudo quando as estratégias se mostram falidas e a cidade, que é objeto de controle, passa a dar sinais de degradação. É a lógica, por exemplo, que leva os cidadãos a normalizarem o esvaziamento do espaço público com a justificativa da falta de segurança pública, mas também o raciocínio que marcou alguns agenciamentos da nossa controvérsia, notadamente quando foi usado o argumento de que uma mudança no projeto resultaria na perda da verba garantida para obras no trecho – ou seja, uma catástrofe na visão dos gestores.

³⁷ “Architecture by definition stands on the side of order, society, and rules; it is thus a counterpart of sociology as it deals with regularities, norms, and ‘strategies’ (to use de Certeau’s term). Yet the very awareness of these assumptions underlying architecture led many contemporary architects to focus their attention on the activities of users who through their ‘speech acts’ ‘reappropriate the space organized by the techniques of sociocultural productions’ (de Certeau). Architects come to accept that the structures they design will be modified by users’ activities, and that these modifications represent an essential part of architecture” (MANOVICH, 2000, p. 280).

Os ministros do saber sempre supuseram o universo ameaçado pelas mudanças que abalam as suas ideologias e os seus lugares. Mudam a infelicidade ou a ruína de suas teorias em teorias de ruína. Quando transformam em “catástrofes” os seus erros e extravios, quando querem aprisionar o povo no “pânico” de seus discursos, será necessário mais uma vez, que tenham razão? Ao invés de permanecer no terreno de um discurso que mantém seu privilégio invertendo o seu conteúdo (que fala de catástrofe e não mais de progresso), pode-se enveredar por outro caminho: analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobreviveram a seu perecimento; seguir o pulular desses procedimentos que, muito longe de serem controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje avançados, da organização observadora (CERTEAU, 1994, p. 174-175).

As ideias de Certeau, portanto, abrem caminho para que possamos investigar os cidadãos enquanto sujeitos de uma prática social urbana marcada por essa consciência de reapropriação do espaço, de resistência à estratégia, conseqüentemente pela possibilidade de efetivo exercício do direito à cidade. Mais do que identificar quais são as amarras e as opressões claramente impostas pelas estratégias de natureza econômica, política e social, para Certeau o foco está em identificar as possibilidades de fissura nessa estratégia, as pequenas e cotidianas formas de criatividade tática desempenhadas pelos grupos sociais no sentido de alterar uma ordem estabelecida. Ao sociólogo francês interessava entender o que chamou de “rede de antidisciplina”. E aqui cabe destacar o uso da palavra rede, pois trata-se muito mais de um conjunto de associações heterogêneas – como veremos mais à frente com Latour – do que uma ação ordenada e homogênea ou de uma força superior que atua no sentido de resolver uma controvérsia, de equalizar a disputa de poder em questão.

Enquanto a microfísica do poder foucaultiana estuda a extensão tentacular dos dispositivos repressivos aplicada pelo capital pós-moderno, para De Certeau é urgente descobrir de que modo as pessoas procuram furta-se a essa gaiola de aço, ou seja, reflectir naquelas práticas quotidianas e difundidas a que “o homem sem qualidades” da metrópole recorre para se opor às técnicas utilizadas para assegurar a ordem política social. Para De Certeau, “*não se trata de determinar de que forma a violência da ordem se transforma em técnica disciplinar, mas sim de desenterrar as formas sub-reptícias que assume a criatividade dispersa, tática e minuciosa dos grupos ou dos indivíduos já apanhados nas redes da ‘vigilância’*” (De Certeau, 2005, p. 9) (LIPPOLIS, 2016, p. 83, grifo do autor).

Notamos, assim, que a busca por maneiras de democratizar as decisões sobre a vida coletiva, sobre a produção de cidade passa por essa criatividade na operacionalização dos espaços e um certo grau de experimentalismo tático. Nesse aspecto, tanto Lefebvre (heterotopias) como Harvey e o próprio Certeau indicam que situações de opressão, de crise social ou de controvérsias podem ser catalisadoras para estimular a ação dos indivíduos no

sentido de desenvolverem capacidade de mobilização e de articulação nas mais diferentes áreas. Apesar de difusos e muitas vezes espontâneos, o engajamento e a participação dos indivíduos nas táticas de reapropriação dos espaços encontram na experiência compartilhada, nos desejos comuns, no “fazer” das associações, a efetiva capacidade de ação humana responsável por construir a tal rede de antidisciplina necessária à produção de novas realidades possíveis.

A figura atual da marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade de massa; atividade cultural dos não produtores de cultura, uma atividade não assinada, não legível, mas simbolizada, e que é a única possível a todos aqueles que no entanto pagam, comprando-os, os produtos-espetáculos onde se soletra uma economia produtivista. Ela se universaliza. Essa marginalidade se tornou maioria silenciosa. Isso não quer dizer que ela seja homogênea. [...] Como o direito (que é um modelo de cultura), a cultura articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários. As táticas do consumo, engenhosidade do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar em uma politização das práticas cotidianas (CERTEAU, 1994, p. 44-45).

Experiências recentes no mundo todo ilustram esse raciocínio. Ao falar sobre a crise de representatividade que tem motivado grande parte das manifestações do novo século, o sociólogo espanhol Manuel Castells destaca mais especificamente a experiência britânica com o Brexit e os desdobramentos eleitorais pós 15M na Espanha como momentos catalisadores desses desejos comuns e férteis para os agenciamentos de antidisciplina. Ele destaca a incapacidade do Estado democrático de

gerir a dinâmica contraditória entre a Rede e o Eu, entre a instrumentalização das nossas vidas e o significado da nossa experiência. Nessa situação de crise estrutural e bloqueio institucional, são os movimentos sociais autônomos, como tantas vezes na história, que exploram novas formas de ação coletiva enraizadas na vivência daqueles que produzem, vivem, sofrem, amam e projetam na urdidura da experiência humana (CASTELLS, 2018, p. 95).

Embora seja crescente o número de pessoas que se engajam em uma causa via internet – como o próprio Castells explora em seu livro intitulado “Rupturas: a crise da democracia liberal” (2018) –, a presença desses movimentos sociais autônomos no território ainda é essencial à criatividade tática dos grupos. As grandes manifestações deste novo século são uma prova desse hibridismo tático: pode-se afirmar que as redes sociais digitais levaram e foram com as pessoas para as ruas. Com seu caráter rizomático e orgânico, tais redes fogem às delimitações e borram as fronteiras entre atores humanos e não humanos, entre velhos e novos agenciamentos, entre a comunicação online e a off-line.

3.3 Como eu articulo na cidade? Comunicação e hibridismo tático

Parafrazeando a clássica afirmação do filósofo e teórico da comunicação canadense Marshall McLuhan³⁸, podemos dizer que cidade é a mensagem. Seus caminhos contam histórias, suas formas revelam tensões, suas paisagens comunicam desejos coletivos, suas esquinas escancaram necessidades individuais. Nossas cidades são expressões simbólicas da nossa identidade enquanto coletivo, e Nova Iorque, símbolo maior da globalização e da urbanização, nos ajuda a ilustrar de forma clara este ponto de vista.

Por mais de um século, Nova Iorque tem servido de centro para as comunicações internacionais. A cidade deixou de ser mero teatro, para se transformar a si mesma numa produção, num espetáculo *multimedia*, cuja audiência é o mundo inteiro. Isso deu ressonância e profundidade especiais à maior parte do que é dito ou realizado aqui. Boa parte da construção e do desenvolvimento de Nova Iorque ao longo do século passado deve ser vista como ação e comunicação simbólicas: tudo foi concebido e executado não apenas para atender às necessidades econômicas e políticas imediatas, mas, pelo menos com igual importância, para demonstrar ao mundo o que todos os homens modernos podem realizar e como a existência moderna pode ser imaginada e vivida. Muitas de suas estruturas urbanas mais marcantes foram planejadas especificamente como expressões simbólicas da modernidade [...] (MARSHAL, 1986, p. 273).

Notamos, portanto, que a identidade é materializada em território. Porém, como nos lembra André Lemos (2007), no universo da sociedade em rede compartilhado pelo indivíduo do século XXI, não há como falar em território no singular. Se as mídias já são naturalmente marcadas por processos de desterritorialização, o ambiente comunicacional da cibercultura reforçou essa condição e criou novos territórios de interação. A relação do indivíduo com as redes telemáticas e com espaço urbano, portanto, naturalmente não é de separação pura, mas sim marcada pela indissociabilidade e pelo hibridismo.

A noção de território é polissêmica, e não deve ser entendida apenas pelo aspecto jurídico, como espaço físico delimitado. Definimos território através da ideia de controle sobre fronteiras, podendo essas serem físicas, sociais, simbólicas, culturais, subjetivas. Criar um território é controlar processos que se dão no interior dessas fronteiras. Desterritorializar é, por sua vez, se movimentar nessas fronteiras, criar linhas de fuga, re-significar o inscrito e o instituído (LEMOS, 2007, s/p).

Característica intrínseca das mobilizações do novo século é a intensificação desses movimentos de desterritorialização e reterritorialização, já característicos das mídias tradicionais (livros, jornais, revistas, rádio, etc.), por meio das novas formas de comunicação em rede, dos aparatos tecnológicos, das redes telemáticas. Estamos a qualquer hora a um clique

³⁸ Referência nos estudos de teorias da comunicação, o canadense cunhou a expressão “o meio é a mensagem”, em sua obra “Os Meios de Comunicação como Extensão do Homem” (1964), chamando atenção para o fato de que cada tecnologia cria um ambiente humano totalmente novo, que por sua vez não são neutros ou passivos no processo de comunicação, e sim ativos.

de novos territórios ao mesmo tempo em que ocupamos simultaneamente vários territórios virtuais, além do nosso próprio território físico. Também a relação com a cidade em que vivemos muda a partir da possibilidade de vivê-la também virtualmente.

As tecnologias móveis permitem exercer um maior controle sobre o espaço e o tempo, agindo também como ferramentas de territorialização. Por instituir formas de controle, através de uma justaposição do espaço eletrônico e físico, tecnologias móveis criam territorializações e controles informacionais, podendo ou não criar procedimentos nômades (LEMOS, 2007, s/p).

Lemos destaca ainda que a dinâmica social, sobretudo no que diz respeito às estratégias do poder vigente, parte dos “territórios” estabelecidos em todas as dimensões, mas se abastece de tensões desterritorializantes de toda ordem, que desestabilizam reorganizam esses “territórios” a todo momento. Com a consolidação de um mundo hiperconectado, essa dinâmica de des-re-territorialização se intensifica, transformando definitivamente a nossa forma de se relacionar com o outro e com o espaço.

O ciberespaço é efetivamente desterritorializante, mas essa dinâmica não existe sem novas reterritorializações. Toda mídia, da escrita à internet, cria processos que nos permitem driblar os constrangimentos do espaço e do tempo: envio de mensagens a distância, processos mnemônicos. As mídias contemporâneas instauram processos de territorialização e desterritorialização, a partir da compressão espaço-tempo (Harvey, 1992) e do desencaixe (Giddens, 1991), que criam novas geometrias do poder (Foucault, 1979) e novos agenciamentos (Deleuze, Guattari, 1980). [...] Como espaço estriado, o ciberespaço é, no entanto, desterritorializado por agenciamentos maquínicos, sociais e coletivos, criando reterritorializações. Essa é a dimensão comunicacional, social e política da cibercultura. O que tem feito do ciberespaço um mecanismo de liberação da emissão, de reconfiguração cultural e de sociabilidade coletiva em rede é a potência para a criação de linhas de fuga em um espaço de controle informacional (LEMOS, 2007, s/p).

Ainda sobre linhas de fuga e novos territórios, Massimo de Felice, em seu “Net-Ativismo: da ação social para o ato conectivo” (2018) traz uma leitura que dialoga em certa medida com tais conceitos: trata-se do impacto das redes sociais digitais no espaço físico. “O novo social das redes digitais [...] acrescentam um dinamismo próprio que acaba transformando o espaço urbano ou metropolitano em paisagens pós-urbanas, alterando não apenas a estrutura física e arquitetônica da cidade, mas o próprio significado de habitar” (FELICE, 2018, s/p).

O caráter positivo ou negativo dos sucessivos movimentos de des-re-territorialização intensificados pelas mídias contemporâneas, por sua vez, depende do uso que delas é feito. Se por um lado as tecnologias móveis abrem espaço para as linhas de fuga vitais aos que buscam explorar novas táticas no cotidiano, elas também estão acessíveis aos operadores das estratégias – aquelas apresentadas por Certeau (1994) –, permitindo um maior controle sobre o espaço, o tempo, a informação. O jogo entre estratégia e tática, portanto, segue ativo seja qual for o

território sobre o qual nos debruçamos. “O surgimento das plataformas digitais apenas ampliou o escopo de atividades desse público participativo e já socialmente ligado em rede” (JENKINS, 2014, p. 211). Os desafios para quem pretende empreender esforços no sentido de enfrentar e transformar uma estratégia imposta continuam sendo da mesma natureza: encontrar as fissuras que abram espaço a novas práticas.

Essa ampliação a que Henry Jenkins se refere vem imbuída de uma característica fundamental: a propagabilidade. Não apenas para conferir projeção às mensagens e às pautas, mas, sobretudo, no sentido de ampliar as possibilidades de articulação dos públicos que tradicionalmente já se organizavam em torno da construção de novas realidades possíveis. Novamente surge a questão da escala: diferente do que pode se imaginar, não é o alcance do conteúdo que vai determinar a eficácia da mobilização via mídias digitais.

Quando usamos a expressão “mídia propagável”, estamos nos referindo (e nos baseamos em casos que descrevem) não apenas a esses textos que circulam amplamente, mas também àqueles que alcançam um engajamento particularmente profundo dentro de uma comunidade-nicho. Em muitos casos, esse conteúdo não atinge o tipo de escala que levaria muitas pessoas a defini-lo como “sucesso viral”, mas mesmo assim, o texto se torna altamente propagado entre determinados públicos que o produtor esperava atingir. [...] compreender a propagabilidade permitirá que o público e os ativistas formem novas conexões e comunidades por meio de seu papel ativo na formatação de conteúdos de mídia. O conceito de propagabilidade também confere a esses grupos novas maneiras de mobilizar e reagir diante de decisões tomadas por empresas e governos, por meios que desafiem as decisões que os afetem de maneira adversa e com a possibilidade de explorar lacunas no sistema, permitindo-lhes atender às próprias necessidades (JENKINS, 2014, p. 48-49).

Compreender a propagabilidade em seus diferentes formatos e dimensões é um diferencial tático para os que buscam formas alternativas para participar ativamente na produção de uma vida alternativa. Da mesma forma, entretanto, parece ser fundamental não perder de vista a importância da dimensão física das pautas, sob pena de, ao mergulhar no “não espaço” da desterritorialização constante, deixar escapar a essência política das táticas. Como os movimentos urbanos do início do século vêm demonstrando, bem como o registrado no caso das Graças, é na sobreposição dos territórios físico e virtual, no hibridismo tático dos atores que reside a potência das articulações.

As cidades estão se transformando em ambientes generalizados de acesso e os espaços físicos conectados passam a ser indiferenciados, um “não espaço” pan-tópico. [...] Aqui vemos princípios territorializantes e, ao mesmo tempo, a criação de pan-topias que podem levar a uma desterritorialização do sentido político de lugar. A solução para Jauréguiberry é a territorialização [...] (LEMOS, 2007, s/p).

No contexto contemporâneo onde os meios são cada vez mais pervasivos, o espaço urbano reafirma-se, portanto, como elemento de (re)territorialização do debate, das lutas, das pautas, lembrando sempre que a linha que divide as dimensões física e digital é ilusória. Ao mesmo tempo, as redes digitais, sobretudo as sociais, parecem se impor como um espaço inevitável e estratégico de agenciamentos e construção de possibilidades. Esse hibridismo tático fica claro quando lembramos que muitas das comunidades adeptas do ativismo digital possuem formações e atuações anteriores à internet.

Seus interesses coletivos estão relacionados a dar forma a representações, significados e valores, promover uma mudança social valendo-se das plataformas utilizadas, porém não sem extrapolá-las. A capacidade de transitar de forma consciente entre os diversos tipos de território, portanto, é um diferencial para os atores-rede engajados em encontrar brechas na estratégia que se impõe. “Os atos de curadoria, conversação e circulação, que ajudam a espalhar suas mensagens progressivas, são compreendidos como parte do processo político” (JENKINS, 2014, p. 215). Sendo assim, conhecer sua causa, se apropriar das ferramentas on e offline, bem como ter a habilidade de acionar uma rede efetiva podem não garantir o sucesso da tática, mas são pré-requisitos que posicionam os sujeitos de forma mais ativa e relevante na permanente disputa da vida urbana.

Segundo a pesquisa F/Radar, realizada em 2015 pela F/Nazca em parceria com o Datafolha, 45 milhões de brasileiros já participaram de movimentos sociais urbanos. Ainda que, como a própria pesquisa evidencia, seja crescente o ativismo digital nos últimos anos, o contingente que afirma ter participado apenas presencialmente dos movimentos – 18,2 milhões, enquanto 13,7 milhões participaram apenas pela internet e 13,1 milhões afirmaram exercer o ativismo tanto presencialmente quanto pela internet³⁹. Mesmo os movimentos que tiveram forte impacto pelo ciberativismo, como o Mídia Ninja nas Jornadas de Junho, revelam uma tática baseada na coordenação de ações dentro e fora do espaço virtual. Esse ativismo nos dois espaços tem sido registrado em todos aqueles movimentos já citados – tendo como um bom exemplo, entre outros recursos, a ferramenta dos eventos no Facebook como conector entre o espaço físico e o virtual, uma chamada para a ação fora do espaço público virtual e, no caso das Graças, a articulação interna da Associação via grupo de Facebook.

Os “indignados”, como se autodenominou o movimento, tentaram reivindicar a democracia em sua própria prática, mediante uma organização assemblear e deliberativa, que combinou os debates no espaço público urbano com a interação

³⁹ Disponível em: < <https://medium.com/@fnazca/ativismo-digital-ca9171dd4fc5> > Acesso em 26 de agosto de 2019.

constante no espaço público virtual das redes de internet. Construíram, assim, um território híbrido entre o real digital e o real urbano, como condição indispensável para se encontrar, se reconhecer e buscar novas formas de relação política e utopia cultural, das quais pudesse surgir uma democracia diferente das formas vazias e cínicas que ocupavam as instituições, sem controle dos cidadãos, com escasso respeito aos princípios que conclamavam (CASTELLS, 2018, p. 100).

Enquanto nova esfera mediativa e habitativa, é cada vez mais evidente que as redes sociais digitais – e sua respectiva e específica arquitetura comunicacional – incrementaram as práticas de participação social. Nesse sentido, refletindo sobre as táticas adotadas pelos ativistas do novo século para reivindicar participação democrática, ou seja, sobre a digitalização dos grupos da sociedade civil e das organizações sociais, Castells sintetizou suas principais características:

Analisando as dinâmicas sociais da participação nas redes digitais, M. Castells identifica quatro características comuns por ele indicadas como as qualidades gerais de tais movimentos, que resultam como: a) conectados em rede em múltiplas formas; b) globais e locais ao mesmo tempo; c) virais; d) autorreflexivos. (FELICE, 2018, s/p).

Também no sentido de explorar as novas formas de manifestação e de articulação nas democracias representativas, Youssef (2018) apresenta casos e referências como os trabalhos de Heimans e Timms e afirma que, diante dos desafios operativos do “novo poder”, as respostas mais eficazes “envolvem uma espécie de combinação entre o velho e o novo poder, ou seja, uma estratégia tradicional de lobby combinada com a capacidade de mobilizar pessoas e participantes nas redes” (YOUSSEF, 2018, p. 65-66). Ideia ecoada também por Jenkins, que por sua vez mobiliza reflexões de Lori Kido Lopez ao afirmar que a eficácia das táticas está intimamente relacionada às habilidades dos integrantes da comunidade, incluindo “educação de si próprios sobre todas as facetas de sua causa e poder contar com suas redes confiáveis para fornecer um banco de dados de informações” (LOPEZ, 2001 apud JENKINS, 2014, p. 216).

Mais uma vez, vale pontuar que o contexto de participação, as possibilidades de propagação e o domínio de táticas híbridas de articulação e mobilização não se apresentam como homogêneos e necessariamente democráticos, nem mesmo – ou muito menos – no âmbito das mídias contemporâneas e do mundo hiperconectado. Apesar de rejeitarmos uma limitação simplista ou determinista, destacamos que as desigualdades socioeconômicas e educacionais, bem com as características próprias das plataformas (algoritmos, por exemplo) têm impactos claros na forma com que exercemos participação e, sobretudo, na eficácia das táticas empreendidas por um ou outro grupo.

Quando dizemos que nossa cultura está em processo de se tornar mais participativa, falamos em termos relativos, ou seja, participativa em relação aos sistemas mais antigos de comunicação de massa, e não em termos absolutos. Não vivemos, e talvez nunca vivamos em uma sociedade em que cada membro seja capaz de participar plenamente, em que a mais baixa das classes baixas tenha a mesma capacidade comunicativa que as elites mais poderosas. Na medida em que a participação dentro dos públicos ligados em rede se torna uma fonte de poder discursivo e persuasivo, e na medida em que as capacidades de participar significativamente on-line estão vinculadas às oportunidades econômicas e educacionais, a luta pelo direito à participação está vinculada às questões fundamentais de igualdade e justiça social (JENKINS, 2014, p. 240-241).

Isto posto, fica claro que, mais do que meras manifestações do espaço público, o sucesso das táticas empreendidas para passar uma mensagem, impedir uma ação governamental ou produzir mudanças desejadas na sociedade reside em certa medida na capacidade dos atores de manterem interlocuções em diferentes instâncias, movimentando-se também dentro das estruturas burocráticas do “velho poder” – que, diga-se, tem se valido cada vez mais das novas ferramentas de comunicação para manter os privilégios e sistemas de dominação, como fica claro no emblemático caso da Cambridge Analytica, que escancarou um esquema de coleta, venda e uso indevido de dados de milhões de pessoas⁴⁰.

O hibridismo tático, vale dizer, parece ser ainda mais necessário quando a pauta é o próprio território e não se restringe apenas às grandes ocupações ou manifestações de rua, mas a toda interlocução possível com as pessoas e com o próprio espaço. Seja on ou off-line, ações básicas como ouvir, tocar, caminhar, olhar, descobrir, percorrer, conversar, confrontar e conviver compõem a experiência necessária às táticas de resistência fundamentais aos tensionamentos da controvérsia urbana.

3.4 Como capturar a dinâmica da cidade? Mapeando controvérsias urbanas

Cidades transbordam, não importa quanto tentemos capturá-las, projetá-las, planejá-las. Não importa que os urbanistas tenham grandes ideias ou que sociólogos indiquem caminhos de ruptura e conciliação. Não importa que a lógica ocidental moderna tente impor limites, separações e divisões como premissas – vide a construção de cidades funcionalmente setorizadas como Brasília ou a naturalização dos cada vez menores apartamentos compartimentalizados. Na estratégia urbana, qualquer coisa pode servir de ocasião para uma tática de transbordamentos: no território das metrópoles, nos arranha-céus multiplicados, nos

⁴⁰ Escândalo envolvendo venda de dados pessoais pelo Facebook para uso político nas eleições presidenciais americanas de 2016. Mais sobre o assunto em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/03/19/O-uso-ilegal-de-dados-do-Facebook-pela-Cambridge-Analytica.-E-o-que-há-de-novo>

cabos de internet, mas também nas memórias sobrepostas, no vaivém das pessoas, nas relações digitais cada vez mais pervasivas, nas disputas diárias de micro e macropoderes.

O espaço planejado, como vimos, está sempre sendo reapropriado de outras maneiras. Essa natureza orgânica, indomável, imprevisível e muitas vezes irracional das cidades nos leva, conforme adiantamos na introdução, ao conceito de rizoma proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011) e a seus desdobramentos teóricos. Rejeitando o estabelecimento de pontos ou posições fixas, segundo os autores, o rizoma realiza-se em linhas de força, de fuga e de intensidades, tendo múltiplas entradas e nenhum limite preestabelecido. A abordagem rizomática é apresentada em oposição às estruturas arborescentes – com hierarquias e genealogias – através das quais a ciência moderna tende a interpretar o mundo, propondo um modelo de representação mais próximo a um mapa sem início nem fim, sempre no meio, uma “experimentação ancorada no real”, portanto na experiência. “O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. [...] O mapa é aberto, conectável, desmontável, reversível, suscetível a receber modificações constantemente” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30).

Como nos lembra Jacobs, “os processos urbanos, na prática, são complexos demais para serem rotineiros; particularizados demais para serem aplicados como abstrações. Eles sempre se compõem de interações entre combinações singulares de peculiaridades, e nada substitui a compreensão das peculiaridades” (JACOBS, 2011). Nesse sentido, para analisar a controvérsia em torno do projeto das Graças, a rede de antidisciplina e táticas dos moradores, faz-se necessário identificar os peculiares agenciamentos enquanto práticas relacionais orgânicas e, para isso, vamos recorrer às ideias do sociólogo francês Bruno Latour, que assume explicitamente a ideia de rizoma como referência para postular o conceito de rede “enquanto campo tensional de forças heterogêneas, conjugando assim a diferença em sua multiplicidade” (TURINO, 2008, p. 33). Assim, o sociólogo apresenta a Teoria Ator-Rede (TAR) em que o “ator” “não é a fonte de um ato, mas o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção” (LATOUR, 2012, p. 75). Aqui cabe destacar um ponto fundamental da TAR: a crítica a um entendimento de indivíduo atomizado (com posição fixa, remetendo a um ponto) fazendo parte de um organismo social superior dissociado; para a TAR não há separação entre interação e estruturas.

O hífen não tem a intenção de conectar duas metades da expressão (ator e rede), mas ele pretende negar as duas (nem ator, nem rede). Por mais paradoxal que possa soar, no mundo ator-rede, não há atores (entidades definidas por propriedades independentes das relações que os conectam) e não há redes

(estruturas definidas por padrões independentes dos elementos que eles conectam) (VENTURINI et al., 2018, p. 15).

A mesma natureza indivisível, mutualística e relacional nos apresenta a vida urbana e o universo da comunicação. Nós não estamos na cidade, nós somos a cidade; não moramos em um bairro, somos esse bairro; da mesma forma que o ator é a rede e a rede é o ator. A ênfase está, portanto, no campo tensional que só é possível pela multiplicidade de pessoas, coisas, processos, interações, fatos, tudo o que faz um outro ente agir, modificando e interferindo no todo. É ao focar no aspecto relacional dos fenômenos que a TAR nos remete ao rizoma, uma estrutura voltada para as linhas e não para os pontos (DELEUZE; GUATARRI, 2011, p. 43).

Para Latour, nem Natureza nem Sociedade são puras, assim como não estão previamente dadas. Ambas são o resultado das trocas de propriedades entre elementos humanos e não-humanos (1994). As misturas que ocorrem incessantemente entre esses elementos advêm dessa cena experimental que faz fluir as práticas de tradução – negadas pelos modernos – gerando novos laços sociais e redefinindo, ao mesmo tempo, do que são feitas Natureza e Sociedade (QUERIOZ E MELO, 2008, p. 261).

Essa troca de propriedades, vale dizer, fica evidente também nas análises sobre como impactamos e somos impactados pela cidade, compondo uma rede de forças e agenciamentos por trás da malha urbana que já cobre mais da metade do planeta⁴¹. Uma relação simbiótica, orgânica e em permanente mutação, que pode ser percebida nas formas mais elementares de experiência urbana, conforme resgata Leonardo Lippolis ao citar Michel de Certeau.

[...] aqueles que vivem diariamente a cidade, a partir de limiares em que cessa a visibilidade, estão “embaixo”. Forma elementar desta experiência são os transeuntes (Wandersmanner), cujo corpo obedece aos cheios e aos vazios de um “texto” urbano que eles escrevem sem poder lê-lo. Circulam por espaços que não se vêem, mas dos quais têm um conhecimento tão cego como dos contactos físicos amorosos. O cruzamento dos seus caminhos, poesias ocultas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapa à legibilidade. É como se uma cegueira caracterizasse as práticas organizativas da cidade habitada. As intersecções dessas escritas que avançam compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada por fragmentos de trajetórias e de modificações do espaço, que em relação às representações permanece diariamente *e indefinidamente outra* (CERTEAU, 2005 apud LIPPOLIS, 2016, p. 84, ênfase no original).

As cidades, contudo, também comportam grupos atentos a essas práticas organizativas, conscientes e ativos em suas táticas de reapropriação do espaço para produzi-lo mais de acordo com seus desejos comuns: são movimentos sociais urbanos procurando estabelecer uma rede disposta a reconfigurar a cidade diferente da que apresentam e impõem os empreendedores

⁴¹ A edição de 2014 do relatório “Perspectivas da Urbanização Mundial” (World Urbanization Prospects) produzida pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais (D3ESA) aponta que, no referido ano, 54% da população mundial vivia em cidades.

(HARVEY, 2014). O campo tensional que caracteriza essas disputas entre estratégia e tática, entretanto, não está desenhado entre dois pontos fixos, mas sim enquanto rizoma. “O projeto da ANT cifra-se em ampliar a lista e modificar as formas e figuras dos participantes, esboçando uma maneira de fazê-los agir como um todo durável” (LATOUR, 2012, p. 109). Como antecipa Latour, são vários os agenciamentos que põem em conexão as complexidades das mais diversas – lembrando: não apenas humanas, mas com grande frequência não-humanas (tecnologia, natureza, estruturas urbanas, etc.). Nesse sentido, cabe nos perguntarmos: como se comportam as forças estratégicas e táticas na dinâmica de produção e transformação de uma cidade? Que interesses, relações e complexidades são agenciados quando a produção dessa cidade está em pauta?

Desdobramento metodológico dos apontamentos conceituais da Teoria Ator-Rede, a cartografia da controvérsia parece nos dar pistas para que possamos responder essas perguntas. Cartografar é fazer o decalque de um mapa, decalque este que é a porta de entrada para um rizoma. “O que o decalque reproduz do mapa ou do rizoma são somente os impasses, os bloqueios, os germes de pivô ou os pontos de estruturação” (DELEUZE; GUATARRI, 2011, p. 31-32). Cartografar uma controvérsia que tem a cidade – rizomática por natureza – como seu principal ponto de divergência e debate, portanto, nos parece uma boa forma de “adentrar” nesse mapa, de entender como as relações são traduzidas na malha urbana e apontam caminhos para uma produção coletiva, consciente e democrática da cidade. Reconhecendo-se como ator-rede e entendendo a dinâmica dessa rede que é moldada pelos atores no mesmo movimento em que os molda, os sujeitos são postos em contato com seu papel ativo no processo – o que pode se refletir no exercício consciente do direito à cidade. O debate urbano pode, então, ganhar uma nova dimensão.

É bem verdade que os termos “mapa” e “cartografia” já antecipam uma possível aproximação entre o nosso objeto de estudo (a cidade) e o método desenvolvido a partir da teoria de Latour. Para entender a controvérsia em torno do projeto para a margem do rio Capibaribe no bairro das Graças, portanto, vamos operacionalizar a cartografia da controvérsia para realizar um decalque desse mapa de relações, ao menos uma amostra dele, esperando acessar e analisar a cidade em sua natureza rizomática.

A operacionalização da cartografia visa traçar um plano que, ao seguir a fala dos atores, tem como objetivo perceber os movimentos de territorialização e desterritorialização produzidos a partir da multiplicidade de agenciamentos e dispositivos que são ativados na produção de subjetividades (TURINO, 2008, p. 38).

Enquanto conjunto de técnicas aplicadas na exploração e visualização de fenômenos, a cartografia da controvérsia é um caminho possível e cada vez mais explorado de como “viver, conhecer e praticar as complexidades da tensão” (LAW; HASSARD, 1999 apud VENTURINI, 2010, p. 258, tradução nossa)⁴². Assim, ao tomarmos a cidade como chão de complexas tensões do mundo contemporâneo, apostamos no método baseado no pensamento Latour, para quem a controvérsia é uma das situações que ampliam a visibilidade dos fenômenos (LATOURE, 2012) – no nosso caso, a produção do espaço urbano e o exercício do direito à cidade.

O mapa não é o território (observado) nem deveria ser. Isso é especialmente verdadeiro para a cartografia da controvérsia. [...] Para serem úteis, mapas sociais devem ser menos confusos e complicados que disputas coletivas. [...] Mas como descrições simples se encaixam em observações complexas? (VENTURINI, 2012, s/p, tradução nossa⁴³).

Neste ponto, é importante resgatarmos a noção latouriana que substituí o termo sociedade por “coletivo”, uma ação que arregimenta diversos tipos de forças unidas por serem diferentes (LATOURE, 2012). A missão dos cartógrafos sociais na empreitada de traduzir a complexidade é, portanto, identificar essas forças, pontos de vista diferentes para um mesmo fenômeno, nunca separando tais forças do rizoma que elas desenham. E como conseguimos? Seguindo os atores, como nos orienta o slogan da TAR. Atores, que podem ser humanos e não humanos – o que contribui para extrapolar uma visão antropomórfica dos fenômenos sociais (FELICE, 2018) –, são nossos guias no entendimento das controvérsias em que estão implicados, lembrando sempre que as vozes devem ser múltiplas e a que menos importa é a do próprio pesquisador. Se há uma premissa na TAR e na cartografia da controvérsia, é que a maior autoridade em determinado assunto é quem está diretamente implicado nele (VENTURINI, 2010).

Apesar de não pretenderem indicar métodos e verdades absolutas e inquestionáveis, os estudos da Teoria Ator-Rede e sua versão empírica e metodológica, a cartografia da controvérsia, fornecem caminhos aos pesquisadores que se dispuserem a enveredar por essa linha. O primeiro e fundamental passo nesse processo é identificar quais são e de onde vêm as tensões que criam a rede de controvérsia, como um reconhecimento de terreno.

⁴² “to live, to know, and to practice in the complexities of tension” (LAW; HASSARD, 1999, apud VENTURINI, 2010, p. 258)

⁴³ “The map is not the (observed) territory neither should it be. This is especially true for controversies mapping. (...) To be of any use, social maps have to be less confuse and convoluted than collective disputes. (...) But how simple descriptions fit complex observations?” (VENTURINI, 2012, s/p).

Identificar a extensão completa da arena controversa, entretanto, é apenas o primeiro passo na cartografia social. Enquanto reconhecem a natureza caótica das controvérsias, cartógrafos devem também reconhecer a existência de uma malha espessa de relações entre as declarações que circulam na disputa. [...] A primeira tarefa da cartografia social é mapear essa rede de referências, revelando como discursos dispersos são tecidos em literaturas (VENTURINI, 2010, p. 266, tradução nossa⁴⁴).

Uma vez identificada a extensão dessa arena, deve-se concentrar em entender como as conexões operam na construção daquele “tecido” específico de relações, identificar as dinâmicas, as movimentações e as associações dos atores no decorrer do fenômeno. Aqui cabe ao cartógrafo social observar sem pressa nem conclusões ou juízos precipitados as conexões sendo feitas e desfeitas. Para voltarmos às ideias postuladas pelos antecessores de Latour, a tarefa é valer-se das conexões entre atores para “mostrar até que ponto do rizoma se formam os fenômenos [...] que linhas, no entanto, subsistem subterrâneas, continuando a fazer obscuramente o rizoma” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 33).

Neste ponto, é importante deixar claro, contudo, que os caminhos utilizados para o levantamento desses dados e relatos das conexões e associações constitutivas da rede são variados – assim como a forma de representá-los e interpretá-los – não há um protocolo metodológico previamente definido pela cartografia da controvérsia. Dessa forma, a formação em comunicação, mais especificamente em jornalismo, que é o nosso caso, parece ser adequada para quem pretende empreender a coleta de dados uma vez que para os jornalistas “the following are regular activities: site visiting, picture-taking, reading papers, compiling a bibliography and conducting interviews” (YANEVA, 2012, p. 75).

As possibilidades para coleta são cada vez mais variadas, por isso, é importante lembrar que nessa tarefa, uma vez que partimos da premissa de que os atores-rede são autônomos na tessitura dessa rede, são eles também que nos vão indicar quais são as melhores ferramentas a serem acionadas diante da controvérsia – o que naturalmente leva à hibridização metodológica.

De fato, por mais suspeito que pareça, cartografar controvérsias não implica nenhum pressuposto conceitual e não demanda protocolos metodológicos. Não há definições a aprender; premissas a honrar; hipóteses a demonstrar; procedimento a seguir; correlação a estabelecer. [...] Ao contrário, ao não impor qualquer filosofia ou procedimentos específicos, a cartografia da controvérsia convida pesquisadores a usarem toda ferramenta de observação que estiver ao seu alcance, como também a misturá-las sem restrições. Pelo menos no início de suas explorações, cartógrafos devem fazer um esforço para permanecer tão abertos quanto possível. Supresa e curiosidade devem inspirar

⁴⁴ “Identifying the full extent of the controversial arena, however, is only a first step in social cartography. While acknowledging the chaotic nature of controversies, cartographers must also recognize the existence of a thick mesh of relations among the statements circulating in a dispute. [...] The first task of social cartography is to map this web of references, revealing how dispersed discourses are woven into articulated literatures” (VENTURINI, 2010, p. 266).

suas noções e protocolos mais do que o contrário (VENTURINI, 2010, p. 259, tradução nossa)⁴⁵.

Nem todas as linhas, contudo, atraem o olhar do pesquisador com a mesma intensidade, pois também no rizoma há forças de hierarquização – ainda que não sejam intrínsecas à rede, são essenciais ao pesquisador. Cabe ao observador, identificar pontos nodais relevantes à interpretação do fenômeno. É essa noção, por exemplo, que nos autoriza a voltar nossa atenção mais especificamente para a Associação Por Amor às Graças ao emprendermos a leitura da nossa rede.

Não afirmamos aqui que determinados nós da rede sejam mais relevantes do que outros, mas apenas que ganham relevância e funcionam como pontos estratégicos por onde os fluxos informacionais passam. Na medida em que a própria rede opera, estes fluxos se deslocam e novos agentes emergem. Com isso, a origem geográfica ou social dos agentes é secundarizada diante da relevância que as redes lhe atribuem. O *status* de um agente na rede não depende (apenas) disso, depende de como ele se comporta em relação aos demais (FIGUEIREDO, 2015, p. 104).

Neste ponto, é importante trazer a perspectiva de uma objetividade que não é conquistada pela imparcialidade do observador, mas exatamente pelo maior número de parcialidades reveladas pelo maior número de atores, sempre atentando para o peso que cada ator representa para a rede. No presente trabalho, por exemplo, a contextualização realizada no primeiro capítulo, uma primeira aproximação – além dos métodos de coleta que explicaremos melhor a seguir –, nos permite identificar pesos diferentes para atores-rede diferentes, em momentos distintos da dinâmica observada. Isso porque:

Objetividade não vem de conferir o mesmo peso a todas as perspectivas, nem mesmo de balancear o espaço alocado a cada lado. Objetividade de segundo grau vem de atribuir a cada ator uma representação que se ajuste à sua posição e relevância na disputa. Ser proporcional na cartografia social significa conferir visibilidades diferentes a diferentes pontos de vista de acordo com 1) sua representatividade, 2) sua influência, 3) seu interesse (VENTURINI, 2012, s/p, tradução nossa)⁴⁶.

⁴⁵ “Indeed, as suspect as this may sound, controversies mapping entails no conceptual assumptions and requires no methodological protocols. There are no definitions to learn; no premises to honor; no hypothesis to demonstrate; no procedure to follow; no correlations to establish. (...) On the contrary, not imposing any specific philosophy or procedures, the cartography of controversies invites scholars to use every observation tool at hand, as well as mixing them without restraint. At least at the beginning of their explorations, cartographers should make any effort to remain as open as possible. Surprise and curiosity should inspire their notions and protocols more than the other way around” (VENTURINI, 2010, p. 259).

⁴⁶ “Objectivity does not come from crediting the same weight to all perspectives, not even from balancing the space allotted to each side. Second-degree objectivity comes from attributing to each actor a representation that fits its position and relevance in the dispute. Being proportional in social cartography means giving different visibility to different viewpoints according to, 1) their representativeness, 2) their influence, 3) their interest” (VENTURINI, 2012, s/p).

Como observação e descrição são duas faces de um mesmo processo e acontecem simultaneamente, as pesquisas na área da cartografia da controvérsia têm revelado alternativas também no que diz respeito à representação dos fenômenos – com foco para a representação visual operacionalizada por ferramentas digitais, que permitem ao pesquisador levantar, calcular e tornar visíveis as associações que estruturam as redes. Tendo em mente as especificidades intrínsecas ao tema na representação da rede, a visualização gráfica das dinâmicas dos atores-rede de uma controvérsia nos permite trabalhar de forma associada aspectos como levantamento de literatura sobre o tema, mapeamento da opinião pública, ramificações, cronologia, diagrama, escala, tabulação de dados, grafos, representações gráficas variadas e até mesmo as simulações de diferentes cenários por meio de animações. Trata-se de um terreno em constante atualização, sobretudo se considerarmos o contexto das evoluções tecnológicas cada vez mais velozes da contemporaneidade.

Nos últimos anos, a crescente disponibilização de softwares de manipulação de rede transformou grafos em algo que pode ser visualizado e manipulado. Transformando grafos em mapas e interfaces, esses softwares fizeram a análise de redes disponível para mais e mais pesquisadores particularmente (mas não exclusivamente) nas ciências sociais (VENTURINI et al., 2015, p. 1, tradução nossa⁴⁷).

Os próprios autores da cartografia da controvérsia têm empreendido esforços no sentido de sistematizar essas formas de representação, interpretando recursos e conceitos gráficos aplicáveis ao estudo das redes, inclusive relacionando os mapas geográficos com a representação gráfica dessas redes. “Como mapas geográficos, grafos são de forma geral representações de bidimensionais, mas diferente dos mapas eles não podem contar com um conjunto predefinido de regras de projeção” (VENTURINI et al., 2015, tradução nossa⁴⁸). Destacamos aqui que estudos de caso já realizados com plataformas abertas revelam nuances das relações e suas dinâmicas, permitindo a identificação, por exemplo, de “variação de densidades nas associações” (VENTURINI et al., 2018). É essa possibilidade de representar graficamente – com o suporte técnico de ferramentas baseadas em vetores e algoritmos – que nos permite, além de tornar as relações inteligíveis, acompanhar a dinâmica da rede.

Controvérsias têm centros e periferias, relevos e vales, fronteiras e passagens. Em tais territórios, nem todas as posições são iguais e os atores lutam para construir e ocupar posições de influência: posições que lhes dão o poder de afetar as ações de outros atores. Atores que ocupam posições influentes

⁴⁷ “In the last years, the increasing availability of software for network manipulation has turned graphs into something that can be seen and manipulated. Turning graphs into maps and interface, this software has made network analysis available to more and more scholars particularly (but not exclusively) in the social sciences” (VENTURINI et al., 2015, p. 1).

⁴⁸ “Like geographical maps, graphs are generally two-dimensional representations, but unlike maps they cannot rely on a predefined set of projection rules” (VENTURINI et al, 2015).

merecem atenção especial, pois, gostemos ou não, eles terão melhores chances de moldar polêmicas (VENTURINI, 2012, s/p, tradução nossa⁴⁹).

Outro caminho que também vem sendo construído pelos pesquisadores da área é o da interpretação desses dados. As ciências sociais aplicadas têm cada vez mais tomado contato com grandes volumes de dados digitais e isso renovou o interesse pela visualização gráfica dos fenômenos – um formato que, mais do que conclusões rígidas, não apropriadas para a natureza ambígua que os fenômenos sociais apresentam, permite que cheguemos a *insights* acerca do que estudamos. Em recente trabalho, Venturini, Jacomy e Jensen, para responder identificar o que nós vemos quando olhamos para redes, destacam que

A pedra angular da Análise Visual de Redes é o uso de “layouts direcionados pela força” para desenhar redes em um espaço bidimensional (Battista et al., 1999). Esses algoritmos podem ser implementados de acordo com diferentes receitas, mas, no final, todos se baseiam na mesma analogia física: os nós são carregados com uma força repulsiva que os separa, enquanto as arestas introduzem uma força atraente entre os nós que elas conectam. Uma vez lançados, os vetores de força variam a posição dos nós tentando equilibrar a repulsão dos nós e as atrações das arestas. No equilíbrio, os layouts direcionados pela força produzem uma disposição de nós visualmente significativa: os nós com vizinhos mais diretos ou indiretos tendem a se encontrar mais próximos no layout. Essa técnica para visualizar gráficos tornou-se tão comum que muitas vezes deixamos de notar sua realização notável. Os algoritmos direcionados pela força não projetam apenas redes no espaço - eles criam um espaço que não existiria sem eles (VENTURINI et al., 2019, s/p, tradução nossa⁵⁰).

O resultado é uma imagem – não o mapa em si, mas um novo espaço que não existia antes – que convida o pesquisador a uma leitura crítica com base no universo pesquisado. No exemplo usado pelos autores para o referido estudo, ao analisar dados do Wikipedia sobre as relações entre cantores e bandas de jazz, o grafo obtido pela ferramenta Gephi foi interpretado à luz de conhecimentos anteriores e com o auxílio de um especialista em jazz. Dessa forma, apesar de simplificar visualmente as conexões e recorrer à matemática para a representação dos fenômenos, os grafos conservam margens de ambiguidade necessárias às ciências humanas e sociais. “Não apesar da sua ambiguidade, mas por causa dela. Por serem problemáticas,

⁴⁹ “Controversies have centers and peripheries, reliefs and valleys, frontiers and passes. In such territories, not all positions are equal and actors fight to build and occupy influential positions: positions that give them the power to affect the actions of other actors. Actors occupying influential positions deserves a special attention because, like it or not, they will have better chances to shape controversies” (VENTURINI, 2012, s/p).

⁵⁰ “The cornerstone of VNA is the use of ‘force-directed layouts’ to draw networks in a two-dimensional space (Battista et al., 1999). These algorithms may be implemented according to different recipes but, ultimately, they all rest on the same physical analogy: nodes are charged with a repulsive force driving them apart, while edges introduce an attractive force between the nodes that they connect. Once launched, force-vectors vary the position of nodes trying to balance the repulsion of nodes and the attractions of edges. At equilibrium, force-directed layouts produce a disposition of nodes that is visually meaningful: nodes that have more direct or indirect neighbours tend to find themselves closer in the layout. This technique for visualizing graphs has become so common that we often fail to notice its remarkable accomplishment. Force-directed algorithms do not just project networks in space – they create a space that would not exist without them” (VENTURINI et al., 2019, s/p).

visualizações gráficas encorajam pesquisadores a problematizarem suas observações e encorajam uma atitude questionadora (Dewey, 1938)” (VENTURINI et al., 2019, tradução nossa⁵¹). Ao olhar para as redes expressas em grafos, portanto, somos convidados a refletir sobre as associações que enxergamos, interpretar as particularidades relacionais apresentadas por aquela mesma rede com base no nosso conhecimento sobre aquele universo – lembrando que, na TAR, observação e representação são indissociáveis.

Lembremos que “a TAR é essencialmente uma teoria de mudança. O seu foco não está na estrutura das associações, mas na dinâmica delas” (VENTURINI et al., 2018, p.16). Na empreitada de definir os critérios para análise das redes, as aplicações práticas e reflexões metodológicas dos estudiosos da cartografia da controvérsia, portanto, nos fornecem as referências necessárias – ainda que sua abertura metodológica e a natureza do nosso objeto no presente trabalho nos permita recorrer ainda à Análise de Conteúdo, como detalharemos no próximo capítulo. Dessa maneira, tendo a controvérsia das Graças como objeto, nos pomos a questionar: como se comportam as forças explícitas e ocultas na dinâmica de produção e transformação de uma cidade? Quem são os atores-rede que interferem nesse todo durável? Que interesses, relações e complexidades são agenciados na controvérsia a ser estudada? Como a Associação por Amor às Graças, enquanto ponto nodal relevante, se comporta e opera nessa rede?

Como explica o pesquisador italiano, acompanhar o movimento das assimetrias dentro da rede – ser capaz de representá-los de forma múltipla e inteligível – dá ao cartógrafo do social a possibilidade de encontrar desfechos diferentes dentro de um mesmo campo de tensão no debate público (VENTURINI, 2012). É precisamente isso que nos leva a escolher a cartografia da controvérsia como uma metodologia para revelar aos atores da cidade novos caminhos. Neste ponto, nota-se a promissora conexão entre objeto (cidade) e metodologia (cartografia da controvérsia). Se as cidades têm seus mapas geográficos como uma fotografia do que elas são – ou foram no instante em que determinado registro foi feito –, os mapas traçados e visualizados ao cartografarmos o tecido das controvérsias urbanas, tomados em sua característica essencial – o flerte com o “devir” –, podem apontar um caminho sobre como, equacionadas as controvérsias, a velha cidade pode se reinventar.

⁵¹ “Not despite their ambiguity, but because of it. Because they are problematic, graph visualisations encourage researchers to problematize their observations and encourage an enquiring attitude (Dewey, 1938)” (VENTURINI et al., 2019).

4 METODOLOGIA

A Teoria Ator-Rede e a cartografia da controvérsia são aqui mobilizadas para a análise de impasses urbanos que têm se acentuado na última década – seja pela popularização da ideia de rede como símbolo, pela ênfase nas conexões proporcionada pelas redes sociais digitais, ou ainda pela pervasividade dessas mesmas redes e da internet em si, que desterritorializa e reterritorializa relações entre atores-rede, tornando-as mais tangíveis e reveladoras.

A exemplo do que foi feito por Yaneva (2012) ao estudar a controvérsia em torno de estádio para os Jogos Olímpicos de Londres, aplicamos no presente trabalho a cartografia da controvérsia para estudar arquitetura, cidade, mas desta vez não sob o ponto de vista do arquiteto e urbanista que precisa se reconhecer numa rede de interesses e forças ao projetar um espaço que vai interferir na vida e na paisagem da cidade, e sim sob a perspectiva do cidadão que se enxerga como ator efetivo nas transformações do espaço urbano. Como destaca a autora em seu “Mapping controversies in architecture” (2012), a controvérsia “exibe a arquitetura e o social de uma maneira muito dinâmica; precedentes de comunidades e de arquitetos, protestos políticos e preocupações arquitetônicas. Os atores nunca aparecem sozinhos, mas em rede” (YANEVA, 2012, p. 60, tradução nossa⁵²).

Dessa forma, ao apontar a cartografia da controvérsia como método de análise da questão urbana apresentada no presente trabalho, partimos das orientações de Latour e seus seguidores ao descreverem o método, lembrando que a proposta é registrar e descrever, deixando que os próprios atores-rede apontem o caminho para solução – nunca definitiva, sempre provisória – da respectiva controvérsia. Seguir os atores passa a ser nossa tarefa fundamental para começar esta pesquisa, e a ideia é que, ao fazê-lo, tracemos um mapa, uma representação passível de análise do nosso objeto. Embora recorrendo ao hibridismo já preconizado no último capítulo, empreenderemos a referida exploração metodológica do nosso objeto recorrendo fundamentalmente à cartografia para as etapas de coleta, visualização e análise dos dados no nosso trabalho.

Como ponto de partida para a coleta, faremos um mergulho nos ambientes comunicacionais e interacionais da controvérsia escolhida: por meio de uma investigação netnográfica, recorreremos a sites, matérias jornalísticas, fotos, documentos públicos

⁵² “displays the design and the social in a very dynamic way; design precedents and communities, political protests and design concerns. The actors never appear alone but in a network” (YANEVA, 2012, p. 60).

digitalizados, grupos em redes sociais, entre outros espaços, para traçar os limites da nossa controvérsia, seus principais atores, fatos e marcadores temporais. Ainda nessa fase, partiremos para uma segunda etapa: pontuais entrevistas em profundidade com atores-rede identificados como relevantes na etapa da netnografia. Já a visualização dos dados se dará em três etapas complementares: lista de atores-rede envolvidos, linha do tempo – contemplando o período em que a controvérsia esteve mais ativa, de 2013 a 2017 – e, por fim, grafos gerados pelo Gephi. Finalmente, seguindo o caminho trilhado por pesquisadores como Venturini em sua *visual network analysis* (2015; 2019), a interpretação desses produtos gráficos se dará por meio de análise de conteúdo à luz do referencial teórico escolhido para este trabalho.

Nesse sentido, conforme destacam teóricos da área, as ferramentas digitais são fortes aliadas do método da cartografia da controvérsia, conferindo a rastreabilidade às relações sobretudo nas controvérsias de larga escala. Entretanto, como sabemos, a dimensão e a natureza do nosso objeto – uma questão urbana que tem como foco a relação face-a-face, a vivência espacial do bairro, reuniões presenciais, etc. – demandam também uma abordagem metodológica offline dessa controvérsia, ainda que também sejam considerados espaços e dados virtuais como fonte de obtenção dos relatos dos atores-redes. Nesse sentido, vale lembrar Yaneva (2012), ao destacar a importância do trabalho de campo, uma vez que “embora muita informação possa ser encontrada na web, a Internet, é claro, não inclui absolutamente tudo. Limitar-se exclusivamente à tecnologia digital pode significar que informações importantes são deixadas de fora e, como consequência, o projeto será prejudicado” (YANEVA, 2012, p. 75, tradução nossa⁵³). Portanto, com o endosso dos próprios teóricos e pesquisadores da cartografia da controvérsia, que preconizam a hibridização das metodologias e a adoção de caminhos complementares e compatíveis a cada caso/ator-rede, avaliamos ser necessária a adoção de metodologias complementares de pesquisa no trabalho em questão.

Para delinear a extensão da nossa controvérsia, nosso levantamento netnográfico sobre o assunto vai de 2013, quando a prefeitura confirmou o recebimento da verba do PAC Pavimentação para construção de Via Expressa entre as pontes da Capunga e da Torre, e 2017, quando a assinatura da ordem de serviço por parte do prefeito Geraldo Júlio autorizou as obras do Parque Capibaribe no local. Nesta etapa, foram coletadas de matérias jornalísticas publicadas na imprensa local: reportagens, notas e notícias dos três principais jornais locais (Jornal do

⁵³ “while much information can be found on the web, the Internet does not, of course, include absolutely everything. Limiting oneself exclusively to digital technology can mean that important information is left out and project will suffer as a result” (YANEVA, 2012, p. 75).

Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco), mas também de veículos como o Leia Já, o Blog de Jamildo e o portal PorAqui de jornalismo hiperlocal – este último com uma sessão específica destinada ao bairro das Graças⁵⁴, que funcionou de janeiro de 2017 até dezembro de 2018, quando o portal parou de ser atualizado sistematicamente. Também coletamos informações do site do Inciti/UFPE e da seção de notícias do site da Prefeitura do Recife. Nossa netnografia alcança, ainda, o grupo de Facebook mantido pela Associação por Amor às Graças, que se configura como importante espaço de comunicação e mobilização. De cada um dos ambientes citados foram coletados os conteúdos mais significativos para a reconstituição dos acontecimentos. Além de apresentar os momentos-chave importantes dentro da cronologia da controvérsia, a netnografia – entendida como método de observação a partir da inserção em comunidades, nesse caso, digitais – nos dá a possibilidade de resgatar posicionamentos relevantes à medida que observamos as interações e apreendemos o comportamento de alguns dos atores-rede. Um bom exemplo é resumo compartilhado por um morador no grupo da Associação sobre a audiência que tiveram com o prefeito acerca do assunto⁵⁵ ou o post sobre a demora na publicação do edital que permitia a contratação da empresa para realização das obras⁵⁶.

Pela necessidade de aprofundar o posicionamento e obter informações e dados que por ventura não emergiram nas etapas anteriores, fez-se necessário uma etapa metodológica complementar na fase da coleta de dados: a realização de entrevistas de profundidade com atores-rede que, nas etapas anteriores, revelaram-se estratégicos para a dinâmica da rede. A pesquisa aqui busca levantar relatos ou opiniões que nos auxiliem a conhecer as relações e trocas acontecidas fora do mundo digital, tragam informações complementares de um ponto privilegiado, a narrativa consciente dos próprios atores-rede. Foram realizadas 12 entrevistas com atores-rede da Prefeitura do Recife-URB (Norah Neves e Rubia Campelo), Prefeitura do Recife-SMAS (Cida Pedrosa e Romero Pereira), Inciti/UFPE (Roberto Montezuma, Luiz Vieira, Raquel Meneses e Circe Monteiro), Associação por Amor às Graças (Lúcia Moura, Fernanda Costa e Múcio Jucá), além do consultor Francisco Cunha, que mantinha interlocução direta com o prefeito durante o período.

⁵⁴ Disponível em: <https://poraqui.com/gracas/>

⁵⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/poramorasgracas/permalink/891295140926498/>

⁵⁶ Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10210761175401657&set=gm.1261556130567062&type=3&theater&ifg=1>

É bom destacar, entretanto, que os entrevistados não são os únicos atores que compõem a rede, mas foram escolhidos para apontar e validar as associações identificadas na rede nas etapas anteriores por ocuparem um posicionamento privilegiado na rede estudada, mantendo conexões com atores relevantes durante um longo período de tempo. Outro ponto importante a ressaltar é que, respaldados pela orientação de que os cartógrafos devem se esforçar para permanecer o mais abertos possível, sempre movidos pela curiosidade (VENTURINI, 2010), as entrevistas foram feitas de maneira aberta e informal, sem um roteiro rígido, sempre deixando que os próprios atores-rede se expressassem a partir de provocações pontuais no sentido de reconstituir os fatos, os movimentos, as associações. A partir desse ponto de vista, não fazia sentido, por exemplo, seguir um roteiro preestabelecido de perguntas de modo que todos os atores respondessem aos mesmos questionamentos, pois essa postura terminaria por engessar a abordagem. Vale mencionar, ainda, que essa última ferramenta metodológica nos permitiu ter acesso a documentos que contribuíram para o delinear da controvérsia: projetos urbanísticos, cartas, atas, fotos, etc. Esses documentos – alguns deles já citados na contextualização feita no primeiro capítulo –, servem não apenas como mais uma forma de rastrear as associações desejadas, mas também para comprovar os relatos e, eventualmente, para ilustrar os principais pontos da nossa controvérsia.

No esforço de representação, também a visualização da nossa controvérsia requer mais de um desdobramento visual. Mais uma vez, Albena Yaneva aparece como uma referência para nossa incursão cartográfica, uma vez que os elementos escolhidos para visualização no presente trabalho bebem de seu estudo sobre o estádio olímpico de Londres. O primeiro deles é a lista dos atores-rede identificados, aqui classificados em: humanos, institucionais e não-humanos. Trata-se de uma aproximação inicial do universo da controvérsia, buscando entender sua extensão. O segundo passo para a representação, já detalhando um pouco mais, é a reconstituição dos acontecimentos em uma linha do tempo própria à nossa controvérsia. É a etapa em que poderemos, a partir de uma análise crítica dos relatos e informações da pesquisa, apontar fatos relevantes desde o momento em que a controvérsia se torna ativa até o momento em que ela esfria – de 2013 a 2017, portanto, cinco anos. Como a ideia é que as representações gráficas sejam de fácil visualização, optamos por uma ferramenta de criação de linha do tempo objetiva, gratuita, com gráficos simples e de fácil acesso: o site Visme⁵⁷. O terceiro resultado visual da nossa pesquisa são os grafos, que estão relacionados à linha do tempo uma vez que foi produzido um grafo para cada um dos cinco anos analisados: lembrando que a escolha da

⁵⁷ Disponível em: <https://www.visme.co/timeline-maker/>

cartografia da controvérsia para o presente trabalho tem por objetivo trazer à tona pontos nodais, disputas, tensões e articulações que “a olho nu”, caminhando pelas ruas da cidade do Recife, lendo jornais ou até escutando os relatos dos moradores, não são claramente visíveis aos cidadãos devido, sobretudo, à fragmentação dos acontecimentos.

Neste ponto, entendemos ser indispensável aprofundar as explicações sobre esse último e mais relevante resultado visual da nossa cartografia. Para que possamos reproduzir as relações em grafos, a ferramenta utilizada será o Gephi⁵⁸ – software de visualização e exploração para todos os tipos de grafos e redes. Apesar de ser utilizada para renderizar bases de dados maiores e mais complexas, a ferramenta permite que os usuários importem suas próprias matrizes de associações e possui qualidades como personalização e produção de grafos inteligíveis. Trata-se de uma alternativa acessível para conectar dados sociais para mapear organizações, comunidades e redes menores.

No nosso caso, para extrair um mapa relacional da nossa controvérsia, nos baseamos nos dados levantados na netnografia e nas entrevistas em profundidade para elaborar as cinco matrizes⁵⁹ que reproduziram as relações entre os principais atores-rede identificados. Cada matriz representa uma fase da controvérsia, sendo esses recortes de tempo representativos das mudanças significativas para o projeto, como o lançamento do Parque e a apresentação da versão da via com duas faixas. Assim, geramos um grafo para cada ano, embora não necessariamente no mesmo mês, para que conseguíssemos dar conta dos principais movimentos da rede – os meses serão indicados nas respectivas legendas.

Cabe explicitar que os vértices dos nossos grafos correspondem aos atores-rede enquanto as relações entre os referidos atores-rede correspondem às arestas. Às relações foram conferidos os seguintes pesos: 1 para repulsão, 10 para neutralidade, 20 para ligações institucionais/busca por diálogo e 40 para concordância. Para garantir legibilidade ao grafo, aplicamos o layout Force Atlas 2 (*force-directed layout algorithm* amplamente utilizado no Gephi para redes de 10 a 10 mil nós), ativamos o modo *prevent overlap* para que não houvesse sobreposição de nós, trabalhamos o *scaling* no 100 e aplicamos a modularidade. Esta última, por sua vez, nos ajudou a visualizar melhor os *clusters* ao aplicarmos às ligações uma partição por cores diferentes de acordo seu peso, de acordo com o peso já descrito acima: vermelho para repulsão, branco para neutralidade, azul para relações institucionais e verde para concordância.

⁵⁸ Software de análise visual de dados que permite ao usuário construir uma representação gráfica com estruturas, formas, cores. Mais em: <https://gephi.org/features/>

⁵⁹ As matrizes estão disponíveis no Apêndice B do presente trabalho.

Vale dizer que optamos por linhas brancas para as ligações neutras para que elas não ficassem visíveis no nosso grafo – dessa forma elas impactam na distribuição espacial dos nós da rede, mas não atrapalham a visualização.

Na Análise Visual de Redes, os clusters são definidos como regiões que se unem por muitos nós estreitamente agrupados e cercados por áreas com uma densidade muito mais esparsa (os “buracos estruturais” de Burt, 1995). [...] Como discutiremos na próxima seção, é uma vantagem distinta da Análise Visual de Redes que ela permite observar padrões globais e configurações locais no mesmo espaço visual (VENTURINI et al., 2019, s/p, tradução nossa⁶⁰).

Os grafos devem nos revelar parâmetros, distâncias, surgimento de novos atores e desaparecimento de outros, espaços de densidade a serem interpretados por nós à luz do contexto já apresentado da nossa controvérsia, assim como tem sido feito por pesquisadores como Venturini e Jacomy, bem como nos estudos desenvolvidos pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo⁶¹.

Aqui, recorrendo ao hibridismo tático e uma vez que nos debruçamos em grande parte sobre conteúdos comunicacionais (matérias, entrevistas, postagens em redes sociais, etc.), reforçamos nossa abordagem metodológica lançando mão da Análise de Conteúdo (AC) de Lawrence Bardin (2004), enquanto “conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Trata-se de método empírico, ferramenta abrangente e particularmente útil para estudos que primam pela transversalidade de temáticas do campo teórico com o campo prático, possuindo funções que podem coexistir de forma complementar.

Por outras palavras, a análise de conteúdo das mensagens que deveria ser aplicável - com maior ou menor facilidade, é certo - a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte (do tampão à imagem, tendo evidentemente como terreno de eleição o código linguístico), possui duas funções, que na prática podem ou não dissociar-se:

- Uma função *heurística*: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo “pra ver o que dá”.
- Uma função de “*administração da prova*”. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo “para servir de prova” (BARDIN, 2011, p. 35-36, grifos da autora)

⁶⁰ “In VNA clusters are defined as regions that gather by many nodes closely packed together and surrounded by areas with a much sparser density (the “structural holes” of Burt, 1995). [...] As we will argue in the next section, it is a distinctive advantage of VNA that it allows observing global patterns and local configurations in the same visual space” (VENTURINI et al., 2019, s/p).

⁶¹ Mais informações em: <https://www.labic.net>

O método realiza-se por meio da organização em torno de três polos: pré-análise; exploração do material; e, finalmente, o tratamento dos resultados através de inferência e interpretação (BARDIN, 2004). No nosso caso, no que diz respeito a esse último polo, os dados levantados na netnografia somados às entrevistas transcritas foram fundamentais para a apreensão dos significados dos conteúdos, dos grafos gerados e da interligação ao contexto que se inserem. Optamos pela Análise de Conteúdo, pois ela

Trabalha com vestígios: os documentos que podem descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são as manifestações de estados, de dados e fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. [...] O analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após o tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a essas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra (BARDIN, 2011, p. 45).

A análise de conteúdo pode ser empregada em estudos exploratórios, descritivos ou explanatórios. A ideia aqui é buscar os significados aparentes e/ou implícitos dos signos (mapas, imagens) e das narrativas (matérias, entrevistas), expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados. Neste ponto, é importante reforçar que nosso objetivo com a presente pesquisa – identificar se e como os cidadãos exercem o direito à cidade em uma situação de controvérsia urbana – tem impacto direto nessa análise, direcionando nosso olhar mais especificamente, embora não somente, para as relações estabelecidas pelos moradores do bairro.

5 ANÁLISES

Neste capítulo, à luz dos referenciais teóricos e metodológicos elencados até aqui, vamos desenvolver a análise dos dados levantados em nossa pesquisa netnográfica e nas entrevistas em profundidade. Em seguida, a partir da listagem dos atores-rede, da representação gráfica dos fatos em linha do tempo, bem como dos grafos obtidos via Gephi, faremos uma análise da dinâmica da controvérsia buscando entender quais agenciamentos contribuíram para o desfecho e, mais especificamente, analisar o papel dos moradores das Graças e seus mecanismos de articulação nas dimensões físicas e virtuais enquanto expressão do exercício do direito à cidade. Por esse motivo, como já mencionado anteriormente, nos centramos com mais atenção nos agenciamentos feitos pela Associação por Amor às Graças na controvérsia descrita, sem esquecer de outros atores-rede estratégicos como a Secretaria de Meio Ambiente, a URB e o próprio Parque Capibaribe enquanto projeto.

5.1 Extensão da controvérsia: lista de atores-rede envolvidos

Como adiantamos no capítulo dedicado à metodologia, o primeiro passo do nosso trabalho de pesquisa foi identificar quais os atores-rede envolvidos na controvérsia entre os anos de 2013 e 2017. Por meio da leitura de matérias, de netnografia nas redes sociais digitais e das entrevistas realizadas com alguns dos envolvidos, identificamos 27 atores-rede a serem considerados em seus diferentes pesos na análise da controvérsia – não foram os únicos ativos na controvérsia, porém refletem os principais grupos envolvidos, conferindo representatividade à nossa rede.

Além da abordagem de rede com foco nas associações, outro ponto que nos leva a mobilizar as ideias de Latour ao empreendermos esta pesquisa é a efetiva inclusão dos atores-rede não humanos na análise – lembrando que a TAR leva a atenção para as associações rastreáveis e amplia o rol de agentes possíveis. Para o sociólogo francês, “a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos (para as quais, de resto, as habilidades sociais básicas seriam suficientes) ou entre objetos, mas com muito maior probabilidade, zigzagueia entre umas e outras” (LATOUR, 2012, p. 113). Enquanto fenômeno em rede, os tensionamentos sociais urbanos extrapolam tanto o campo físico quanto o digital, envolvendo atores humanos, mas também não humanos – smartphones, documentos, leis, algoritmos, infraestrutura urbana, meio ambiente, só para citar alguns. O suporte teórico da Teoria Ator-Rede, como vimos, nos possibilita “ampliar a lista e modificar as formas e as

figuras dos participantes reunidos, esboçando uma maneira de fazê-los agir como um todo durável” (LATOURE, 2012, p. 108-109).

Ao listar quais são os atores-rede do nosso caso com o Parque Capibaribe nas Graças, como nos restringir apenas aos humanos envolvidos no processo? Fica claro, por exemplo, que o rio em si desempenha um papel nesse todo durável, assim como os projetos realizados e os que ainda estão em fase de discussão. Mais do que meros instrumentos, suportes, intermediários ou cenários, esses elementos não humanos efetivamente interferem em maior ou menor medida no desenrolar da controvérsia, influenciando em maior ou menor grau em sua dinâmica, por isso devem ser levados em conta em nossos esforços de investigação.

Assim, seguindo as postulações de Bruno Latour quanto à natureza desses atores, estabelecemos a divisão deles em três categorias: 1) humanos (que representam as pessoas físicas mais diretamente implicadas nas ações e decisões); 2) institucionais (que apesar de serem compostas de pessoas, trazem uma atuação impessoal e de representatividade concentrada); e, por fim, 3) não-humanas (natureza, programas, espaço físico, projetos relevantes, etc.). Dessa forma, temos:

Figura 14 – Lista dos atores-rede da controvérsia da Beira Rio das Graças

QUADRO DE ATORES-REDE NA CONTROVÉRSIA DAS GRAÇAS	
Atores humanos (14)	Geraldo Júlio (prefeito) Lúcia Moura (presidente da Associação) Fernanda Costa (advogada, moradora das Graças) Múcio Jucá (arquiteto e urbanista, morador das Graças) Cida Pedrosa (secretária de Meio Ambiente do Recife) Romero Pereira (secretário executivo de Meio Ambiente) Rúbia Campelo (URB) Norah Neves (URB) Luiz Vieira (coordenador do Inciti/UFPE) Circe Monteiro (coordenadora do Inciti/UFPE) Roberto Montezuma (coordenador do Inciti/UFPE) João Braga (secretário de Mobilidade e Controle Urbano) Janguê Diniz (proprietário da Uninassau) Francisco Cunha (consultor, conselheiro do prefeito)
Atores institucionais (6)	Prefeitura do Recife-URB

	Prefeitura do Recife-Secretaria de Meio Ambiente Inciti/UFPE Associação Por Amor às Graças Caixa Econômica Federal Ministério das Cidades
Atores não humanos (7)	Rio Capibaribe Projeto Parque Capibaribe Jardim do Baobá PAC Pavimentação Via Expressa Projeto Duas Faixas Projeto Parque Capibaribe Graças

Fonte: Autora

Além de aparecerem direta ou indiretamente na linha do tempo que será construída no subcapítulo seguinte e de servirem de base para a elaboração dos grafos, os atores-rede listados já nos permitem identificar algumas características específicas a serem destacadas na nossa controvérsia, como sua extensão (tema global com abordagem local), a variável ambiental a ser considerada (pauta que ganha força internacionalmente), a ausência de força econômica direta do mercado imobiliário (não se trata de um projeto privado), o poder público presente de diversas maneiras e vários níveis de decisão (o que significa considerar burocracias específicas e disputas internas de poder).

Vale observar aqui que, entre os atores-rede humanos, nem todos os entrevistados entraram na nossa lista, bem como há pessoas que não foram entrevistadas e, no entanto, compõem nosso quadro de atores-rede. Isso porque, o critério utilizado por nós no presente trabalho para geração dos grafos é o de peso nas tomadas de decisão. A pesquisadora do Inciti/UFPE Raquel Meneses, por exemplo, foi entrevistada e contribuiu para recuperar fatos com relatos e documentação, porém além de ter participado apenas das discussões finais, ela desempenhou atividades mais técnicas no desenvolvimento do projeto, portanto seu posicionamento na rede iria apenas redundar o impacto que os atores políticos do Inciti/UFPE (coordenadores) já produziam na rede. Por outro lado, atores-rede como o prefeito, cujo posicionamento só foi possível acessar através da documentação, netnografia e de entrevistas

com outros atores, são fundamentais para retratar o jogo de forças da nossa rede, por isso, sua presença na lista.

5.2 Linha do tempo: de 2013 até 2017

Adotada em diversos trabalhos na área da cartografia da controvérsia (YANEVA, 2012), a linha do tempo nos permitirá não apenas a ter uma visão ampla da evolução da controvérsia, como sinalizará os principais fatos geradores de tensão ao longo do tempo em que ela se manteve ativa. É na linha do tempo que podemos localizar tanto as estratégias do poder público com seus projetos de controle urbano e burocracias, quanto as táticas urbanas, a *práxis* voltada à reapropriação do espaço público com o objetivo de reivindicar um novo conceito de cidade ao menos para aquele pequeno espaço do Recife. É verdade que a própria contextualização realizada no primeiro capítulo do presente trabalho já resgata os fatos em disposição cronológica e, portanto, pode parecer reducionista abordar um assunto tão complexo, como temos defendido desde o início deste trabalho, com uma linha do tempo mais sucinta. Porém, entendemos que essa abordagem visual e concisa é fundamental para o nosso esforço de conferir coerência, além dar os limites necessários à nossa análise.

Quando observamos controvérsias, focamos no lado fluido, pois apenas em querelas de disputas e fugas, novos atores podem chegar à superfície da sociedade. Quando descrevemos controvérsias, contribuimos para a solidificação de algumas partes do magma social, reduzindo sua complexidade a um nível gerenciável. Ambas as tarefas são igualmente importantes e estão intimamente ligadas à prática da cartografia social (VENTURINI, 2010 apud YANEVA, 2012, p. 81, tradução nossa⁶²).

Neste ponto, lembramos que, passados mais de três anos da liberação das obras (2017), quando encerramos nosso recorte temporal, o projeto ainda não foi executado – considerando que a presente pesquisa data de fevereiro de 2020. Esse atraso, entretanto, se deve a razões técnicas e burocráticas alheias ao embate sobre o qual nos debruçamos – necessidade de revisão dos indicadores técnicos do projeto, bem como problemas com as empresas licitadas⁶³. Portanto, nós optamos por encerrar nosso período de análise com o fato que conclui a dimensão política da controvérsia, uma vez que nosso objetivo com o presente trabalho é lançar luz sobre

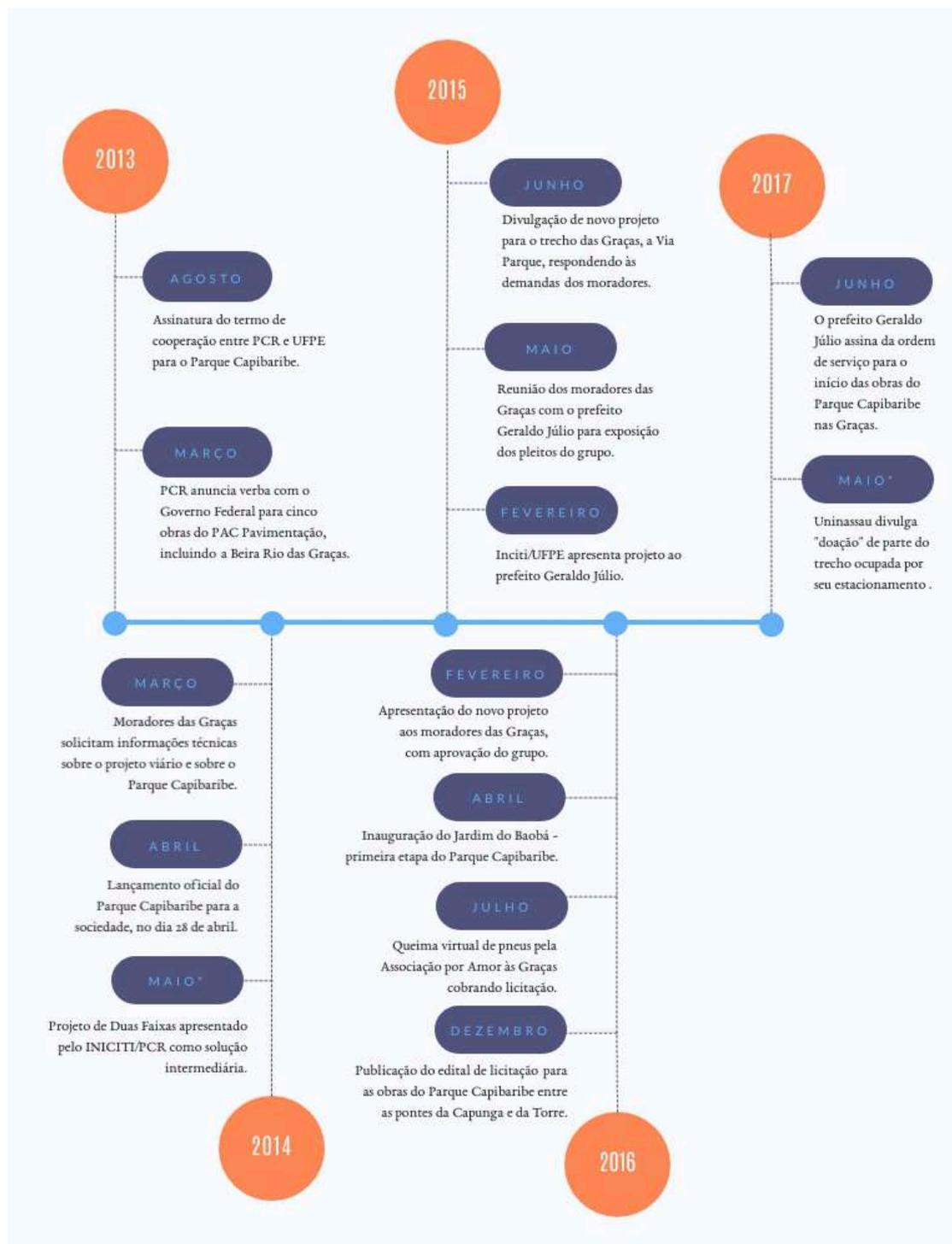
⁶² “When we observe controversies, we focus on the liquid side, as only in quarrels disputes and flights, can new actors make their way to the surface of society. When we describe controversies, we contribute to the solidification of some portions of social magma reducing its complexity to a manageable level. Both tasks are equally important and closely connected in the practice of social cartography” (VENTURINI, 2010 apud YANEVA, 2012, p. 81).

⁶³ Matéria sobre o assunto disponível em:

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/11/27/obra-da-via-parque-das-gracas-esta-novamente-paralisada-393724.php>

um aspecto fundamentalmente social: a participação da população na produção do espaço urbano, o exercício do direito à cidade.

Figura 15 – Linha do tempo da controvérsia da Beira Rio das Graças



Fonte: Autora

Além de nos dar uma perspectiva cronológica ampla da controvérsia estudada, a disposição dos fatos em uma linha do tempo nos ajuda a identificar acontecimentos significativos para a representação do fenômeno. Na figura acima, podemos perceber as intervenções dos moradores das Graças em resposta às ações de atores-rede relacionados ao poder público. Notamos aqui que, antes mesmo de o Parque Capibaribe ser lançado publicamente, por exemplo, a Associação já solicitava informações sobre o projeto em parceria com a Universidade no mesmo documento em que pedia explicações técnicas sobre a proposta da Via Expressa. Este momento, entre março e abril de 2014, foi oficialmente o ponto de partida para a polarização da rede entre duas visões de cidade representadas por projetos do poder público municipal. Se antes os moradores do bairro apenas rejeitavam uma proposta voltada para automóveis, com o lançamento do Parque Capibaribe, começavam os agenciamentos desse grupo em torno de um possível projeto alternativo.

Os agenciamentos das Graças, evidentemente não são os únicos nessa rede. Por um lado, a URB argumentava que a verba devia ser necessariamente destinada a vias de transporte – em oposição à proposta de parque. Por outro lado, o Inciti/UFPE e Secretaria de Meio Ambiente, assim como a Associação, eram contrários à proposta voltada aos carros e atuavam em busca de uma solução mais integrada ao meio ambiente, mas, comprometidos com os trâmites do poder público – em mais de uma entrevista que realizamos, os atores-rede reforçaram a orientação do prefeito era no sentido de “não perder o dinheiro” –, já trabalhavam em uma solução intermediária. Foi então que surgiu a proposta com duas faixas: continuaria como passagem de carros entre as duas pontes, porém não avançava sobre o rio, como na primeira proposta de Via Expressa. Ainda em 2014, o projeto foi igualmente rechaçado pelos moradores, que seguiram se articulando e mobilizando forças em busca de viabilizar o Parque Capibaribe para o referido trecho de margem do rio.

Outros fatos importantes aparecem na reconstituição da linha do tempo da nossa controvérsia: a reunião do grupo com o prefeito, a apresentação de projeto em resposta ao pleito da Associação e a queima virtual de pneus que cobrava a publicação do edital de licitação para realização das obras e, finalmente, a assinatura da ordem de serviço para o início das obras. Detalharemos esses e outros aspectos no próximo ponto de análise, quando a dinâmica da nossa rede ficará visualmente mais clara.

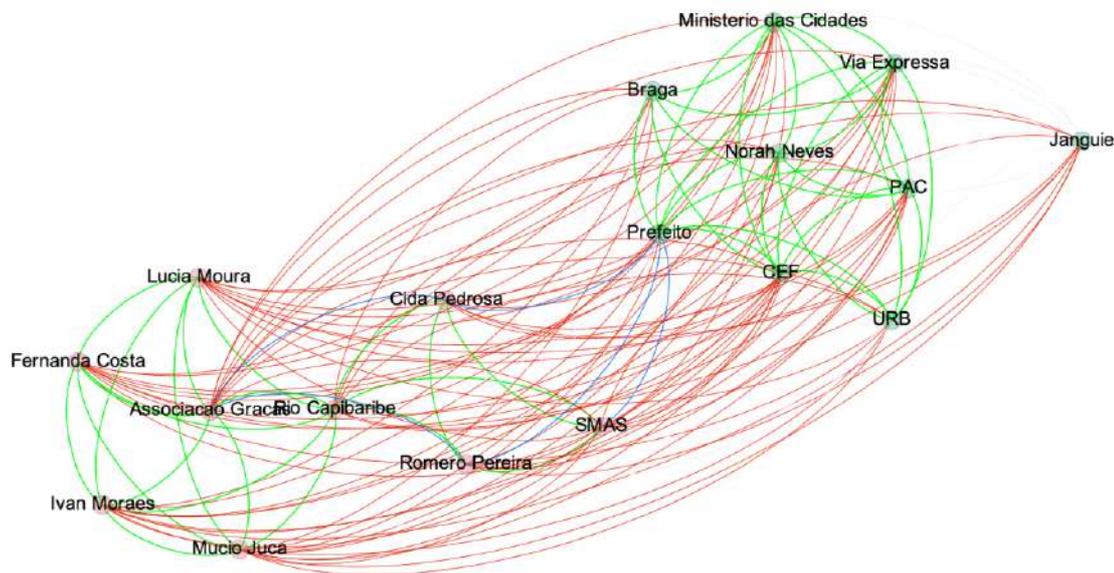
5.3 Dinâmica da controvérsia: como se comportaram os atores na rede

Uma vez identificada a extensão dessa arena, deve-se concentrar em entender como as conexões operam na construção daquele cenário específico, identificar as dinâmicas, movimentações dos atores-rede no decorrer do fenômeno. A principal etapa da nossa pesquisa, portanto, está na análise da rede que constitui essa controvérsia em sua dinâmica ao longo do tempo. Nesse sentido, lembramos que foi elaborado um grafo para cada um dos cinco anos da nossa controvérsia, correspondendo ao período considerado na linha do tempo do item anterior. Os meses de referência para cada grafo, entretanto, estão indicados nas legendas e variam de acordo com o ano, a fim de retratar o momento mais significativo dentro da dinâmica da controvérsia. A partir dos grafos obtidos via Gephi, conforme metodologia detalhada no capítulo anterior desta dissertação, e sem perder de vista a lista de atores-rede e a linha do tempo, fizemos uma análise de como se deram as associações, identificamos os *clusters* formados e buscamos investigar quais agenciamentos contribuíram para o desfecho, tendo em consideração que

As relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo do sensível e no entanto não flutuam no ar, não fogem na transcendência. Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homóloga ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas (LEFEBVRE, 2001, p. 54).

Mais especificamente, nesta análise, nos debruçamos sobre o papel dos moradores das Graças e seus mecanismos de articulação enquanto expressão ou não do exercício do direito à cidade. Aqui poderemos, por meio de uma análise do conteúdo levantado na coleta (matérias, postagens, entrevistas e documentos podem ser conferidos no Apêndice e nos Anexos deste trabalho), interpretar os fatos e a rede à luz dos conceitos levantados no nosso aporte teórico, mais especificamente o direito à cidade, táticas cotidianas, des-re-territorialização e hibridismo tático. Lembrando que “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 44).

Figura 16 – Grafo produzido por meio do Gephi com as relações da rede da controvérsia das Graças, em março de 2013



Fonte: Autora

Tendo como referência texto publicado no site da Prefeitura do Recife, em março de 2013, em que era mencionado o projeto de Via Expressa com quatro faixas e bem como o valor captado via PAC Pavimentação para o referido projeto, o primeiro grafo gerado no Gephi nos introduz à controvérsia. Note-se que as linhas vermelhas representam repulsão, as azuis os vínculos institucionais ou busca por diálogo e as verdes concordância. Dessa forma, o grafo nos permite identificar dois clusters básicos: o dos moradores mais abaixo, junto com o Rio Capibaribe, e os representantes da prefeitura com mais afinidade com a comunidade, seguidos, mais um pouco acima, à direita, dos atores-rede da prefeitura mais relacionados à Via Expressa, bem como os próprios atores-rede diretamente relacionados a eles neste momento, o PAC Pavimentação, Caixa Econômica Federal (CEF), URB, Ministério das Cidades. Longe de todos, encontra-se o empresário Janguie Diniz, proprietário da Uninassau – que ocupa diversos prédios no bairro, incluindo um no trecho da margem perto da Ponte da Capunga. Enquanto a controvérsia se desenrolava, ele se envolveu nas discussões sobre o projeto.

Note-se ainda que não registramos a presença do Parque Capibaribe, do Inciti/UFPE ou dos atores humanos envolvidos à Universidade. Isso porque, mesmo com o convênio em andamento com a Prefeitura, ainda não havia registro público, rastreável, de relação desses

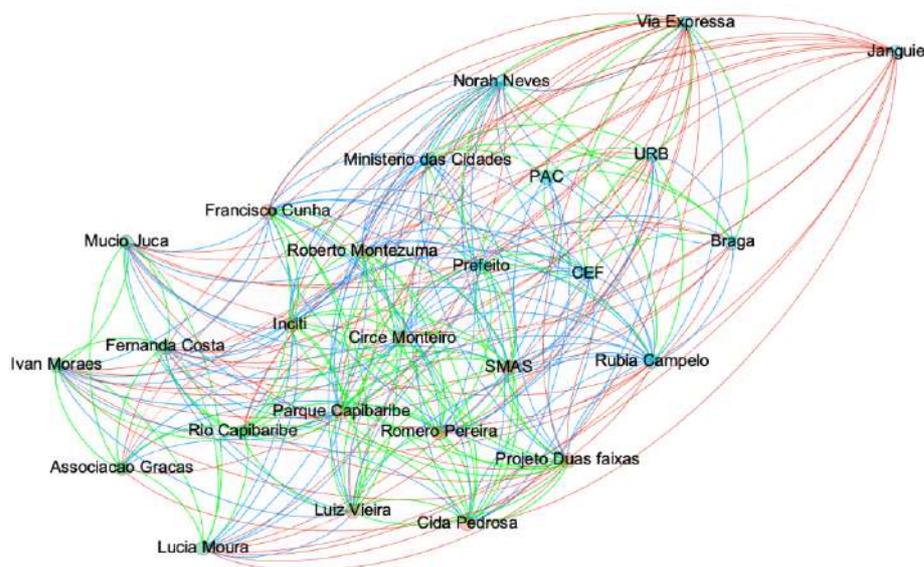
atores-rede com o projeto para o trecho específico. O restante dos atores-rede presentes já estava em menor ou maior grau envolvido na controvérsia, estando, por afinidade de ponto de vista sobre o projeto, a Secretaria de Meio Ambiente e seus atores humanos entre a Associação e a Prefeitura.

Foi naquela época do PAC. Porque, na verdade, o que se fez foi requestrar projetos antigos que tinha na prateleira. [...] Aquele projeto, eu acho que, se não é da década de 70, é do começo da década de 80, né? E aí tinha um projeto pronto e tava na gaveta. Quando saiu a história do PAC, tinha dinheiro e ninguém tinha projeto, aí o que é que foi que as pessoas fizeram? Pegaram os projetos antigos e apresentaram. E esse foi um deles, foi apresentado e conseguiu a verba. E aí, de repente... Só que ninguém sabia, né? Porque a prática das gestões da gente é zero transparência. E aí, quando a gente vai pra aquela... A gente pega, tem conhecimento pelo jornal, primeira página do Jornal do Comércio: “Obra da Beira-Rio das Graças”. [...] Aí a gente se remobiliza e aí novos atores, novos moradores começam a participar e tal (COSTA, 2019).

Este é o nosso ponto de partida para a controvérsia lembrando que “dissenso é uma característica fundamental de uma controvérsia” (YANEVA, 2012, p. 74, tradução nossa⁶⁴) e já podemos localizá-lo nessa rede, a partir da polarização. No nosso caso, o dissenso diz respeito à disputa pela produção do espaço urbano, portanto, vale resgatar que “os confrontos políticos entre o ‘minuto popolo’, o ‘popolo grasso’, a aristocracia ou a oligarquia, têm a Cidade por local, por arena. Esses grupos rivalizam no amor pela sua cidade. Quanto aos detentores da riqueza e do poder, sentem-se eles sempre ameaçados (LEFEBVRE, 2001, p. 13)”. Ainda cabe lembrar que aqui já falamos de “heterotopia (práticas urbanas) em estado de tensão (e não como alternativa) com a isotopia (a ordem espacial consumada e racionalizada do capitalismo e do Estado), bem como a utopia como desejo expressivo” (HARVEY, 2014, p. 26) – a partir da expressão da utopia de uma cidade mais sustentável e voltada para as pessoas, os moradores das Graças se colocaram contra a ordem espacial do capitalismo e do Estado, representada, por sua vez, pelos carros e pela falta de participação social.

⁶⁴ “dissent is a key feature of a controversy” (YANEVA, 2012, p. 74)

Figura 17 – Grafo produzido por meio do Gephi com as relações da rede de controvérsias das Graças, em maio de 2014



Fonte: Autora

Conforme documentado no capítulo 1 da presente dissertação, já no final de 2013, o Parque Capibaribe começava a se tornar realidade e os moradores começavam a se mobilizar tanto na direção de uma interlocução com a Secretaria de Meio Ambiente quanto com a intenção de se aproximar da equipe responsável pelo projeto, que por sua vez ainda não havia se debruçado sobre o trecho, como relata a coordenadora Circe Monteiro em entrevista.

[...] a Prefeitura nos contratou, aí nos dizem “Vocês fazem o projeto, agora aqui vocês não vão fazer nada porque já tem um projeto pronto”, falei “Mas como?”. Foi aquela coisa... Fiquei “Mas como? Mas não dá pra fazer nada?”, “Não, não. Já tá contratado, já tá pronto aqui. Vai ser quatro...”, aí eu digo “Mas é um absurdo essa proposta”. “Não, não, não.” E aí a gente passou a fazer o projeto inteiro sem pegar naquilo. Até que daí, os moradores, quando viram que a gente tava fazendo o projeto do Parque da Beira-Rio, falaram “Ué e por que que não é Beira-Rio aqui? Por que aqui é essas vias? A gente não quer essas vias” e aí eles começaram um movimento questionando a administração, o projeto. E aí foi aquela coisa, né? (MONTEIRO, 2020)

Entre a contratação da equipe do Parque e a apresentação à sociedade, entretanto, e a partir das primeiras manifestações dos moradores, foi identificada a necessidade de repensar o projeto das quatro faixas. Como forma de resolver o impasse, foi solicitado ao Inciti/UFPE que buscasse uma alternativa intermediária que adotasse o conceito do Parque Capibaribe, mas correspondesse às características de mobilidade e pavimentação demandadas pelo tripé Ministério da Cidade, PAC Pavimentação e Caixa Econômica Federal.

No lançamento oficial do Parque, que eles estavam lá, a gente já disse, já tínhamos batido o martelo porque nós sabíamos que aquilo era o ponto... Tu acha que o prefeito ia apresentar um projeto desse mantendo as quatro faixas pra levar cacete? A gente já tinha negociado com o prefeito. Nós já tínhamos o desenho e foi lá que nós marcamos pra apresentar eles. Quando eles procuraram lá no Banco Central... Não, a gente já tem uma proposta e levamos pra apresentar. [...] O pessoal das Graças tava lá dizendo “Queremos isso para o trecho das Graças” e nós dissemos “Já está contemplado e já está contemplado no Parque e não são as quatro faixas” (PEDROSA, 2020).

Logo em seguida, em publicação no grupo de Facebook, no dia 7 de maio de 2014, uma das moradoras envolvidas na articulação e entrevistada no presente trabalho, Fernanda Costa, confirma a abertura de diálogo e a possibilidade de uma participação mais efetiva da comunidade no projeto. “Nossa reunião de ontem foi bem proveitosa. A PCR já admite ajustes no projeto. Os ajustes ainda são incipientes e os moradores das Graças querem contribuir” (FACEBOOK, 2014). Enquanto isso, a ideia na SMAS era:

O que foi que a gente pensou? Já que esse negócio está muito difícil, que tá aprovado, que a conversa era essa, né? Vamos fazer uma via local, duas faixas, uma indo uma voltando, sem avançar ou avançando o mínimo possível no rio, com calçadão, com uma ciclofaixa e tal, uma coisa mais... E quando tiver uma parte mais larga a gente faz uma área de contemplação e tal. Aí fomos apresentar isso na comunidade lá (nas Graças), eu crente que a gente ia ser aplaudido, porque a gente estava destruindo as quatro faixas, a Via Expressa, mas não foi. Foi, assim, difícilíssimo (PEREIRA, 2020).

Como recorte de 2014, portanto, escolhemos o mês de maio, que vem após o lançamento oficial do Parque Capibaribe e também após a apresentação da versão do Parque com duas faixas para carro, como resgatou posteriormente um Ivan Moraes, em postagem realizada em 24 de setembro de 2014⁶⁵. Nesse ponto, o Parque e seus atores humanos já podem ser vistos como atores-rede, mais próximos aos moradores pela abertura de um diálogo, que aliás, está representado pelo grande número de ligações em azul que identificamos no grafo. Notamos também uma forte presença de linhas vermelhas, representando a discordância entre os atores.

A nova proposta da PCR reduzia o número de vias para duas, mas ainda passava por dentro do rio, priorizava os carros e mantinha edificações irregulares e continuava sem trazer nenhuma melhoria de fato para a cidade ou o bairro. A população, representada pela Associação Pelo Amor às Graças, mais uma vez bateu o pé. Afinal, queremos lá uma via verde, espaço para ciclovias, um uso do solo que privilegie as pessoas [...] (FACEBOOK, 2014).

Além do projeto de Via Expressa, já presente no grafo anterior, temos, portanto, na nossa rede em 2014 a versão de duas faixas apresentado pela equipe do Inciti/UFPE e pela Secretaria de Meio Ambiente, porém, ainda sem integrar completamente um ou outro *cluster*.

⁶⁵ Disponível aqui: <https://www.facebook.com/groups/poramorasgracas/permalink/766525293403484/>

Isso porque nesse momento ainda não havia uma versão que resolvesse a controvérsia com os moradores. Como não foi aceito pelos moradores, este novo projeto encontra-se longe deles no grafo, não sendo capaz de construir uma polarização entre os demais elementos da rede. Por não ter havido nenhuma proposta mais concreta no sentido de impactar desfecho da rede, os demais atores-rede pouco mudaram de posição dentro da rede, se compararmos com o grafo referente a 2013.

É importante lembrar que neste ano, a Uninassau conseguiu no Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife a aprovação para um edifício garagem no bairro e, como compensação, a Prefeitura solicitou a doação do terreno ocupado pelo estacionamento da universidade⁶⁶, que fazia parte do trecho da Beira Rio em questão. Porém, como não houve nenhum registro de que a doação de fato tenha sido feita naquele momento e os relatos de resistência aos projetos permaneciam os mesmos, continuamos a posicionar o empresário responsável pelo centro universitário com peso baixo na matriz, mantendo a distância deste ator-rede com relação ao restante da rede.

Neste ponto, podemos analisar alguns aspectos relevantes da nossa controvérsia, a exemplo das táticas empreendidas pelo grupo de moradores das Graças, que aproveitaram “a ocasião” (CERTEAU, 1994) de ser tratar de uma verba e de um projeto públicos, conforme alertam alguns atores-rede envolvidos: “se aqui na Beira-Rio das Graças fosse um terreno privado, a disputa era o que construir, a gente ia perder feio” (COSTA, 2019). Além disso, o surgimento de um novo projeto no âmbito do poder público municipal, o Parque Capibaribe, abria espaço para agenciamentos em favor dos próprios interesses da Associação do bairro, provocando fissuras na estratégia apresentada. A aproximação expressa do grupo com os interlocutores do Inciti/UFPE se inscreve nesse contexto e também se mostra como uma das facetas do hibridismo tático que transita entre o velho e o novo poder (YOUSSEF, 2018). No que diz respeito aos agenciamentos dentro das novas formas de organização tática, notadamente no âmbito das redes sociais digitais, registre-se a atividade do grupo do Facebook, onde as informações eram compartilhadas e discutidas – embora as deliberações ficassem restritas às assembleias físicas. Um exemplo dessa atuação híbrida pode ser conferido na fala da presidente da Associação, Lúcia Moura, ao se referir à mobilização em torno de reunião com a equipe do Parque Capibaribe.

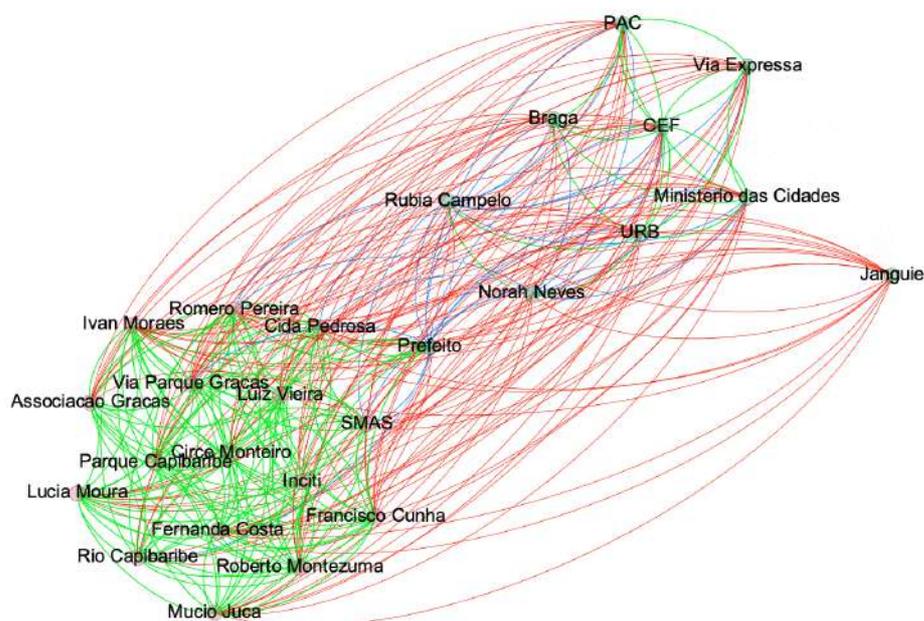
⁶⁶ Documento disponível no Anexo 2 e matéria disponível neste link:

<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/03/cdu-aprova-construcao-de-edificio-garagem-na-zona-norte-do-recife.html>

[...] chamamos o bairro todo, fizemos uma divulgação grande com bicicleta de som, as nossas mídias, os nossos canais de internet, que são as páginas de Facebook, de Whatsapp, e juntamos bastante gente e fizemos uma reunião onde eles expuseram todo o projeto. Então, continuando, sempre que a gente tem a reunião específica de monitoramento, nós colocamos também pra comunidade. A gente só chama o povo da Beira-Rio quando tem que se dar uma notícia que precisa envolver muita gente (MOURA, 2019).

A desterritorialização e reterritorialização do debate em torno do espaço urbano, nesse aspecto, revelam a “dimensão comunicacional, social e política da cibercultura” (LEMOS, 2012, s/p) identificada na nossa controvérsia. Além disso, em uma posição de privilégio socioeconômico e, sobretudo, intelectual, como a ocupada pelos moradores das Graças faz sentido falar em cultura da participação, os atos de curadoria e o acesso aos dados (JENKINS, 2014) como traços marcantes da tática empreendida frente à estratégia.

Figura 18 – Grafo produzido por meio do Gephi com as relações da rede de controvérsias das Graças, em junho de 2015



Fonte: Autora

Passada a fase de maior tensionamento, de rejeição à primeira alternativa apresentada, os agenciamentos dos moradores do bairro, o Inciti/UFPE e a SMAS seguiram avançando ainda em 2014. As táticas empreendidas pelos moradores se deram no sentido de se valer da participação e dos interesses da Universidade no projeto do Parque Capibaribe, para que, por

meio de uma abordagem mais técnica, fosse concretizado o objetivo político do grupo. A relevância tática desse suporte técnico era reconhecida pelos atores-rede.

O que eu acho que acontece é que quase... quando você parte para uma luta como essa, é muito importante a complementaridade das funções, digamos assim, do grupo, da sociedade que tá lutando por algo, certo? Eu acho que o Novo Recife é um exemplo perfeito disso aí, quer dizer a mobilização da sociedade, de arquitetos, de jovens, de advogados fez com que o negócio esteja aí empacado até hoje e pra mim isso já é uma grande vitória. O cenário ideal pro poder público, pros políticos, pro poder público é quando chegam pessoas nervosas, esbravejando, né? Meio fora de si, gritando e botando o dedo na cara do policial. Isso é tudo que eles querem. E essas pessoas que fazem isso e que levam a porrada do cabo do cacete, elas são importantíssimas. Por isso que eu falo que tem que ter uma complementaridade. Mas mais importante ainda é quando existe um corpo técnico. E é aí que você consegue desmontar o poder público, é assim que eu enxergo. Por que na hora que você chega pro poder público e você desmonta o discurso deles a partir de uma visão técnica, eles realmente ficam perdidos. [...] “Mas nós temos estudos!” “Ah, vocês têm estudos? Me mostrem os estudos que eu vou analisar, vou rebater isso com você”. Então eles vão ficando acuados, entendeu? E evidentemente que um momento que eles vão olhar e dizer “porra, esse projeto que a gente tá querendo propor realmente é terrível e a gente vai ficar marcados no futuro dessa cidade com essa proposta absurdamente indecorosa”. E é nesse momento que eles recuam, tá? A discussão técnica em qualquer área, ela é muito importante nesse sentido (JUCÁ, 2019).

Ao analisarmos os agenciamentos à luz do nosso referencial teórico, compreendemos que, as articulações, ainda em um cenário de busca por soluções, passam a se inscrever em um contexto de “ocasiões aproveitadas” e “politização das práticas cotidianas”, indo no sentido de alcançar “contratos de compatibilidade” ainda que momentâneos e pontuais (CERTEAU, 1994, p. 45). Além disso, os moradores demonstraram reconhecimento da vantagem de se tratar de uma verba pública e não privada, vantagem essa que foi decisiva na dinâmica da controvérsia. Tal ponto de vista pode ser confirmado em relato do morador Ivan Moraes no Facebook:

[...] achei muito acertado o encaminhamento de fortalecer-se politicamente junto ao pessoal da UFPE. Eles realmente têm interesse nesse Parque Capibaribe e o prefeito já deu várias declarações de que esse trecho seria adequado ao parque, por isso tenho a esperança de conseguirmos avançar na discussão. Quem acompanha o crescimento urbano no Recife sabe o quanto o capital e a carrocrazia têm dado as cartas. Dessa vez, temos um trunfo valioso: pelo menos ao que parece não existe ainda uma empresa do ramo imobiliário de olho no projeto - que ainda não foi nem licitado. (FACEBOOK, 2014).

Visão reafirmada também por Ivan Moraes em entrevista a veículo local de imprensa:

Sou totalmente contra a construção de quatro vias expressas aqui, no bairro das Graças. Não podemos aceitar quatro vias dentro do Rio (Capibaribe) e simplesmente deixar o mangue de lado. O projeto Parque Capibaribe, sim, seria uma boa ideia, porque vai dar espaço à natureza. Porém, ainda precisamos dialogar mais com a Prefeitura (LEIA JÁ, 2014).

A presidente da Associação, Lúcia Moura, seguiu a mesma linha em entrevista a veículo de imprensa local: “Queremos a construção das vias compartilhadas e este movimento hoje é para mostrar que apoiamos o Projeto Parque Capibaribe [...] vai contemplar muita gente e ainda vai deixar mais evidente o verde do nosso bairro” (LEIA JÁ, 2014). Outra moradora do bairro a comentar o assunto foi Fernanda Costa: “A gente tinha a equipe do Parque como parceira, a gente tinha a secretária de Meio Ambiente como parceira, a gente tinha o prefeito como parceiro, isso não resta dúvida, a discussão na comunidade... Foi um projeto que a gente divulgou muito” (COSTA, 2019). Até mesmo o secretário executivo de Meio Ambiente da época, Romero Pereira, comentou a busca pelo consenso:

Tinha colegas de profissão (no grupo das Graças) e a gente tinha conversas paralelas, não é? E eu dizia: “olha, minha gente, vocês querem a mesma coisa que a gente, a gente grupo do projeto do Parque, agora tem uma resistência, tem um terrorismo “vai perder o dinheiro, “vai perder o dinheiro” e vocês precisam ajudar a gente, vamos nos aliar. [...] E aí a gente foi montando esse negócio de “vocês fazem o papel de vocês como sociedade civil, manda carta, chuta a mesa do prefeito, e a gente vai começar a desenvolver um projeto”, e as coisas correram assim (PEREIRA, 2020).

A discussão de fato avançou durante os meses seguintes, marcados por reuniões técnicas, assembleias, audiências com o prefeito e compartilhamento sobre os avanços no projeto. Neste ponto, voltamos a Harvey para destacar a relevância de se criar “meios democráticos alternativos” (HARVEY, 2014) como tática para fugir de uma lógica dominante de produção de cidade – tática que nesse caso foi reforçada por seu caráter híbrido. Também cabe aqui uma análise à luz da noção de reterritorialização trazida por Lemos (2012) e pela cultura de participação exposta por Jenkins (2014): se havia informação sobre o bairro sendo compartilhado pelo grupo do Facebook da Associação (desterritorialização), é preciso reconhecer “atos de curadoria” por parte dos moradores mais proeminentes e ativos na rede, com o objetivo de propagar conteúdo dentro daquela rede específica (JENKINS, 2014) para a partir daí reterritorializar o debate por meio de assembleias, manifestações no espaço público, café da manhã na calçada, eventos em geral, que tinham o caráter de levar efetivamente os moradores para espaços de convivência, transformando a rua em local de encontro (GEHL, 2013).

A formação da Associação tem um impacto enorme nisso, porque quando você vai pras reuniões, estão os top do urbanismo local lá, tá? E que ajudaram muito. Justiça seja feita. Os arquitetos que são da Associação ajudaram profundamente nesta construção. Porque, muitas vezes, as pessoas que são mais leigas não entendiam o que a gente tava querendo dizer (PEDROSA, 2020).

O resultado desse movimento, para a nossa rede é o surgimento de uma nova proposta alternativa, que em junho de 2015 já pode ser visualmente identificada dentro de um dos *clusters* pré-existentes. Dessa vez, o projeto foi fruto do envolvimento direto dos moradores nas discussões técnicas – o que nos remete ao conceito *práxis* (prática social) no sentido adotado tanto por Lefebvre (2001) quanto por Certeau (1994). Conforme já indicava a aproximação entre os moradores das Graças e os responsáveis pelo projeto, como destaca fala da coordenadora do Parque Capibaribe, Circe Monteiro, em matéria publicada no portal G1, em 21 de junho de 2015⁶⁷, a proposta apresentada pela Prefeitura finalmente havia sido aprovada pelos moradores.

O projeto foi discutido por um ano na prefeitura e a discussão girava em torno de duas visões: sistema viário e via parque. Mas esta proposta buscou responder de forma mais completa e é um pouco dos dois. É uma solução viária e de qualidade de vida. Ainda traz um impacto muito menor para as margens do Capibaribe e um orçamento mais baixo. Foi uma grande vitória fazer um projeto urbano em conjunto com a prefeitura e a sociedade. Juntos, construímos uma solução que agrada moradores e é solução para a cidade toda, por fazer parte de um sistema articulado (G1, 2015).

Olhando para o nosso grafo com o recorte de junho de 2015, entretanto, percebemos que a aprovação dos moradores não deu por encerrada a nossa controvérsia, pelo contrário: ao mesmo tempo em que se intensificam as ligações verdes com o surgimento da proposta de Via Parque, ficam evidentes também as linhas vermelhas em oposição à Via Expressa e aos atore-rede a ela relacionados. Notamos que a CEF, o Ministério das Cidades e o PAC ainda permanecem distantes da proposta, uma vez que o novo projeto teria que ser submetido à análise dos órgãos federais responsáveis por repassar a verba. Além disso, é fundamental destacar que, embora tenha sido construído um consenso entre grande parte dos atores-rede, a netnografia e as nossas entrevistas dão conta de que na Prefeitura, especialmente na URB, ainda havia grupos atuando como forças contrárias à proposta do Parque Capibaribe. Como revela a fala de Ivan Moraes, no grupo da Associação no Facebook:

Recentemente descobre-se que na URB há resistência às mudanças. Alguém (ou alguéns) acha que tem-se mesmo é que meter carro na rua. E que se dane o mangue, as pessoas, as capivaras, tudo que não tiver motor. O projeto da PCR impacta de forma negativa a flora e a fauna nativa. O Parque Capibaribe tenta harmonizar essa relação (FACEBOOK, 2014).

⁶⁷ Disponível neste link: <http://g1.globo.com/pe/pe-geral/noticia/2015/06/no-recife-gracas-vai-ganhar-sistema-viario-com-ciclovias-e-area-verde.html>

A secretária de Meio Ambiente, Cida Pedrosa, também apontou o dissenso interno:

Então o que nós fomos ver foram as questões técnicas... Aliás, se você perguntar “Isto era hegemônico aqui dentro?”, não, lógico que não. [...] Não era. Olhe, pauta de meio ambiente nunca será hegemônica em canto nenhum, pauta de mulheres nunca será hegemônica em canto nenhum. Então qual é o papel de uma Secretaria do Meio Ambiente e de uma Secretaria da Mulher? É lutar para que seus pares dentro do governo compreendam sua pauta e façam com que o melhor para esta temática aconteça. [...] Foi o que nós fizemos. Então, nós construímos consensos dentro da URB, com muita dificuldade, mas construímos. Construímos consenso dentro da Secretaria de Controle Urbano, com muita dificuldade, mas construímos. Então, construímos porque entendemos que a reivindicação da Associação das Graças, de não ser carro, era justa [...] URB, metade queria, outra não queria... (PEDROSA, 2020).

Atores-rede que ocupavam outros *clusters* da nossa rede também destacaram tal aspecto:

Não tinha unanimidade, mesmo dentro do poder público. Porque existe pessoas, como na sociedade também. Não era todo mundo contra que se fizesse o viário. Ao contrário, tinha gente que pressionava o prefeito e a prefeitura, que era um absurdo ele abrir mão daquele viário que ia desafogar o trânsito na Rui Barbosa, ou seja, uma visão ainda retrógrada da cidade para os carros, né? E não para as pessoas. Então, dentro desse impasse foi de fundamental importância a cobrança da sociedade civil de uma mudança desse conceito [...] (NEVES, 2019).

Ainda destacou-se o argumento burocrático que permeou a controvérsia:

Quando começou o Parque [...], a primeira ideia foi vamos usar esse recurso do PAC, mas aí houve muita oposição dentro da Prefeitura, principalmente o pessoal da parte viária, URB, os engenheiros. Começou aquela história “vai perder o dinheiro”, e o prefeito ficava enlouquecido. E eu na época coloquei muito: “a gente vai em Brasília, a gente vai e mostra a alternativa e tal” (PEREIRA, 2020).

A Semoc também se apresentava com um elemento de resistência à demanda dos moradores no desenrolar das discussões, uma vez que o secretário João Braga “defendia o projeto das vias e ele achava que o projeto das vias era solução de mobilidade. E a grande questão dele era de mobilidade” (MONTEIRO, 2020). Os embates de visão, portanto, continuaram marcando o debate neste período. De um lado, alguns atores-rede ligados à URB questionavam o posicionamento dos moradores:

Porque a cidade...ela é plural, é diversa. Tem diversos interesses de acordo com cada segmento. Você tem o segmento do movimento popular, você tem o segmento da classe média aristocrática que quer a cidade para eles de uma forma muito elitista, né? E muito também excludente, né? Às vezes eu vejo muitos colegas meus arquitetos que tem uma visão/discurso muito teórico de... eu como sou muito da área social de tentar ver a cidade sob o aspecto da desigualdade e da necessidade de se transformar essas desigualdades sociais no território, eu consigo enxergar muito a nossa classe média de Recife muito elitista e ali no bairro das Graças a gente tem pessoas com a visão muito inclusiva, mas tem também pessoas, moradores, com a visão elitista e excludente do restante da cidade. E porque, com que interesse se ter um parque particular pra eles, entendeu? [...] Eu concordo com o projeto que foi feito. Até porque ele foi feito de forma aberta inclusive deixando na via lateral, estacionamento.

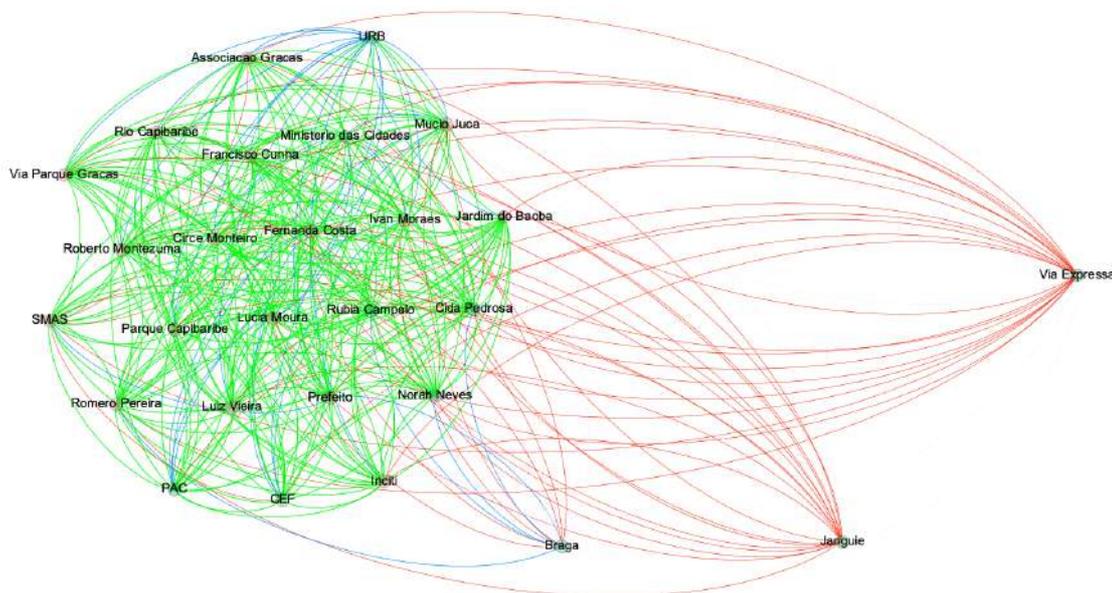
Deixando coisas que eles eram contra, entende? Porque não queriam que ninguém de fora fosse pra lá, ou seja, o parque ia ser particular para aquele grupo de pessoas que ali mora ou o parque era pra cidade? (NEVES, 2020).

Por outro lado, os moradores se posicionavam em resposta:

não é o quintal da casa da gente não, é a sala de entrada. A gente quer tratar o bairro como se fosse... Porque é a casa da gente. Vocês querem pensar a cidade pra carro e a gente quer pensar a cidade pras pessoas, porque esse projeto que vocês tão fazendo vai tirar o engarrafamento da Rui Barbosa e vai botar na beira do rio, porque vai continuar engarrafado, porque não tem por onde passarem. E a gente vai tratar isso mesmo como se fosse... Não é nem o quintal, é a casa da gente, porque o bairro é a casa da gente. As pessoas têm que ir pra rua, têm que sair de dentro de casa e só vão pra rua se o bairro for aprazível, for agradável (COSTA, 2019).

Sempre no esforço de entender nossos dados à luz dos indicativos teóricos propostos para este trabalho, lembramos dois dos principais argumentos identificados por esses atores-rede que se mostravam contra a proposta do parque Capibaribe para a área: o risco de perder a verba (URB) e uma oportunidade perdida para resolver o trânsito no entorno do bairro (Semoc). Ambos os argumentos, além de refletirem os interesses das próprias pastas, representam agenciamentos que funcionam a partir da catástrofe, do medo (CERTEAU, 1994), demandando táticas variadas no sentido de pressionar o poder público para enfrentar o risco em prol de uma resposta ambiental e socialmente mais coerente. Lembrando que as táticas manifestam igualmente a que ponto “a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição” (CERTEAU, 1994, p. 47).

Figura 19 – Grafo produzido por meio do Gephi com as relações da rede de controvérsias das Graças, em junho de 2016



Fonte: Autora

No nosso quarto recorte temporal, agora em junho de 2016, já passamos pela aprovação final dos moradores e pelo consenso, ao menos público, da URB (fevereiro de 2016) quanto à opção do município pelo Parque Capibaribe. Aqui é importante destacar o papel do prefeito na solução dos impasses políticos internos e na controvérsia como um todo. Além do fato de serem verba e projeto públicos, como já mencionamos, a inclinação do gestor municipal para o Parque também se revela decisiva nos encaminhamentos da controvérsia.

O prefeito bateu o martelo, que era o projeto nosso, do Parque, do Inciti, aliás, o projeto do Inciti, mas que a gente acompanhava, que ia ser aquele projeto. [...] Mais pelo conceito do projeto (do que pela pressão popular). Eu mesmo numa das conversas que eu tive com ele disse: “prefeito, a gente não tem como explicar como é que a gente faz um formato ao longo dos 30 quilômetros do rio e quando chega aqui a gente faz outro, isso é inconcebível” (PEREIRA, 2020).

Tal entendimento também foi destacado por outros atores:

As decisões fundamentais pela Via Parque quem tomou foi o prefeito, foi decisão dele. [...] Quem queria aquilo lá forçou a mão para que a abordagem do Parque Capibaribe não fosse vitoriosa, já que o outro tinha... o que se ouvia era isso: “mas vai perder esse dinheiro? Porque já foi aprovado, a Caixa já aprovou”. Sim, mas a Caixa não pode rever? A questão é política, não é uma questão do recurso. O que eu me lembro que o prefeito disse foi: “eu não vou perder esse recurso, agora pra isso faça o que for necessário pra gente fazer o ajuste” (CUNHA, 2020).

Voltando ao nosso recorte, neste momento, em junho de 2016, a equipe da URB já havia ido ao Ministério das Cidades defender a mudança do projeto e voltou para o Recife com uma resposta positiva (março de 2016). A CEF, por sua vez, também aprovou o novo projeto. Portanto, todos esses atores-rede que antes se encontravam em oposição ao *cluster* em torno da Via Parque das Graças, no quarto grafo da nossa controvérsia já surgem em nova posição. Conforme pudemos apreender nas entrevistas, a Semoc continuou com a posição de que o projeto do Parque não resolveria o trânsito, porém diante da decisão do prefeito de seguir com o projeto, já não influenciou mais na dinâmica da rede no sentido de tensioná-la com forças contrárias. Por isso, apesar não ocupar um lugar de proximidade com o *cluster* da Via Parque, encontra-se próximo a ela por força de vínculos institucionais. A Uninassau, entretanto, continua longe de todos, pois ainda não havia manifestação pública concreta quanto à cessão do terreno, embora em participação nas discussões, Janguê se mostrasse pouco aberto para as ideias que estavam sendo discutidas.

Ele sempre usou esse discurso: “eu doei essa coisa para prefeitura”. Na realidade a prefeitura já tinha direito de passagem ali [...] No discurso da reunião com ele era assim: “é porque se esse projeto não for como eu quero, eu pego de volta o meu terreno” [...] “porque vale milhões a terra aqui”. Aí eu falei para ele: “mas é não edificante” (MONTEIRO, 2020).

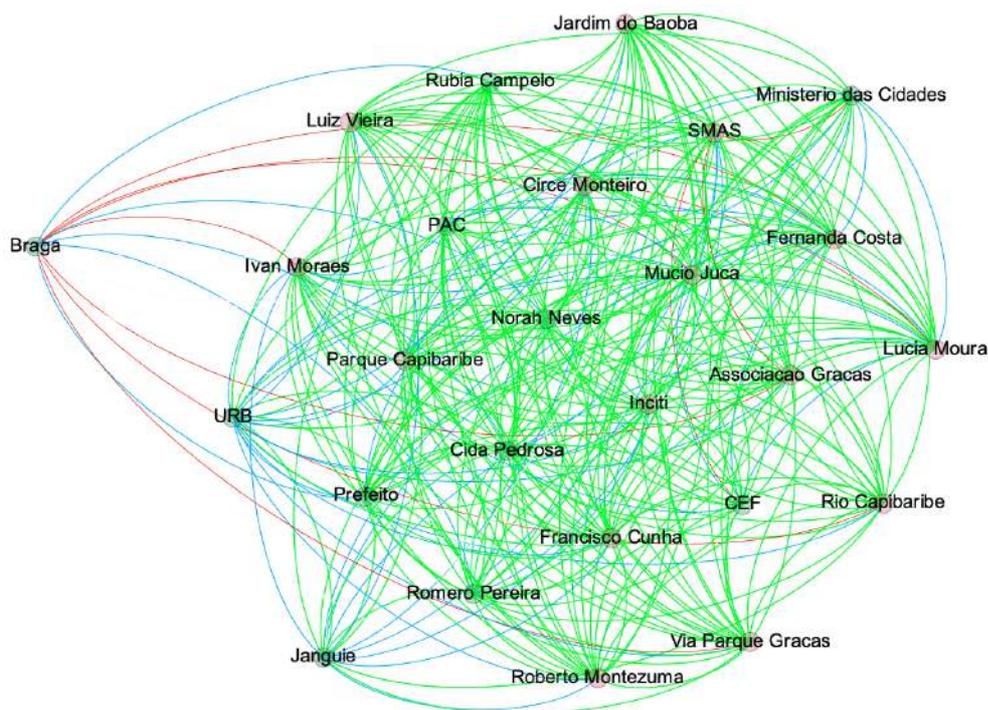
Além do reposicionamento de forças antes polarizadas, esse novo grafo nos permite notar um novo ator-rede na nossa controvérsia. Trata-se do Jardim do Baobá, já citado na contextualização feita no primeiro capítulo da presente dissertação. Primeira etapa do Parque Capibaribe a ficar pronta e localizado também no bairro das Graças, o espaço, como vimos, esteve envolvido em sua própria controvérsia, que, no entanto, foi resolvida mais rapidamente. Uma vez inaugurado, em maio de 2016, o Jardim do Baobá conferiu materialidade ao projeto do Parque Capibaribe, fornecendo à comunidade do entorno, à gestão municipal e à própria cidade uma referência do caráter do projeto.

Neste ponto, voltamos a falar em práticas cotidianas (CERTEAU, 1994) e em des-reterritorialização (LEMOS, 2007). Isso porque, apesar de ser um espaço público que não está visível por quem passa na principal avenida do bairro, a Rui Barbosa, o Jardim do Baobá foi sendo utilizado por moradores de diferentes áreas da cidade e diferentes classes sociais cada um a seu modo: piqueniques aos fins de semana, reunião de amigos depois das aulas, ponto de barcos de pequeno porte para navegar no Capibaribe, feiras, etc. É verdade que houve um esforço da própria Prefeitura em promover essa ocupação em um primeiro momento, mas no longo prazo foram as táticas cotidianas e orgânicas, por vezes desarticuladas, polêmicas e efêmeras, que garantiram a consolidação do Jardim do Baobá como espaço de fato aberto e

utilizado pela população – embora no uso cotidiano, lá tenham sido registradas disputas e conflitos arraigados na sociedade brasileira, como os de classe e raça, por exemplo.

A implantação do Jardim do Baobá e seu efetivo uso por diferentes grupos sociais – aqui vale lembrar Lefebvre ao contrapor o valor de uso ao valor de consumo (2001) – funcionaram como elemento territorializante para o debate que vinha sendo feito em torno da Via Parque das Graças. A partir daquele momento, as premissas e conceitos que vinham sendo discutidos por meio de palestras, apresentações, vídeos, etc. passaram a poder ser de fato experimentados no território físico e compartilhados em novos territórios virtuais, notadamente as redes sociais digitais. O Parque Capibaribe deixou de ser apenas uma ideia para se tornar materialidade.

Figura 20 – Grafo produzido por meio do Gephi com as relações da rede de controvérsias das Graças, em junho de 2017



Fonte: Autora

Chegamos, assim, ao último recorte temporal da nossa controvérsia, agora em junho de 2017, quando da assinatura da ordem de serviço que autorizou as obras no trecho de quase um quilômetro entre as Pontes da Torre e da Capunga. Neste momento, o nosso grafo apresenta um agrupamento de nós onde as forças estão quase que totalmente equilibradas em consenso indicada pelas linhas verdes. Pela primeira vez, vemos Janguie em movimento de aproximação

com relação ao restante dos atores-rede envolvidos. Matéria do Diário de Pernambuco intitulada “Doação para obra do Parque Capibaribe”, publicada no dia 24 de junho de 2017, informa que o processo de doação do terreno que antes era utilizado como estacionamento pelo centro educacional estava em andamento, com fala do irmão de Janguê Diniz e CEO do Grupo Ser Educacional, Janyo Diniz, sobre o assunto.

Foi uma questão de respeito pela cidade e por projetos modernos e inovadores que primem pela preservação do meio ambiente e qualidade de vida da população. O Grupo Ser Educacional tem um compromisso social muito forte com a cidade e com o estado e não seria em nenhuma hipótese empecilho para a concretização da obra (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2017).

A doação do terreno já sinaliza o encerramento, portanto, da controvérsia entre os principais atores-rede, encaminhando o próximo passo que foi a assinatura do termo de serviço para o início das obras. Já vamos, portanto, nos aproximando das nossas considerações finais trazendo um pouco da discussão em torno do direito à cidade.

Agora, por que demorou tanto entre a decisão e assinar a ordem de serviço? O que é que eu acho que aconteceu? Aí foi uma situação em que se expressa o embate de modelos, de concepções diferentes em relação à cidade. [...] entre esta mentalidade carrocêntrica, carrocrata, que imperou durante toda a segunda metade do século XX e entra pelo século XXI, com outra que tenta uma abordagem, digamos assim, mais contemporânea ao debate que está em curso no mundo inteiro, que é mais força para a mobilidade ativa, a pé e de bicicleta, e transporte público. [...] se um dia eu escrever um livro de memórias, esse capítulo vai se chamar Batalha das Graças [...] foi uma batalha entre dois modos de pensar a cidade, duas culturas em relação à cidade (CUNHA, 2020).

O embate, contudo, raramente se dá de maneira dicotômica, mas sim rizomática, como nos parece claro ao nos aproximarmos das nossas considerações finais. Se resgataremos a noção de “urbanização produzida” e lembrarmos do conceito de direito à cidade que democratiza as decisões em torno de que tipo de urbanismo deve ser produzido, onde e como (HARVEY, 2014), enxergamos no caso das Graças um exemplo dinâmico desse forma de produzir cidade. Nesse sentido, considerando todas as forças que atuaram na nossa rede – inclusive o próprio poder de decisão do prefeito e a participação de agentes econômicos como Janguê – notamos que a insistência por parte da Associação por Amor às Graças em dialogar com o poder público em busca de um desejo coletivo na dimensão do bairro, se inscreve no cenário em que o cidadão se reconhece enquanto agente fundamental nos processos de urbanização e na mudança de visão para a cidade em que vive.

Essa gestão, ela tem uma grande dificuldade de se relacionar com a população. De um modo geral, é através da cortação, de impor o saber técnico. Vai muito por aí. Eles pegaram um público diferenciado e eles quiseram impor, primeiro foi o projeto de quatro faixas, aí a comunidade rechaçou, depois foi o projeto de duas faixas, rechaçou.

E aí, o que é que a Prefeitura faz? Tem sido prática dela... Faça uma proposta. E aí, como são atores mais experientes, com traquejo nas discussões políticas, pessoas que tem isso... Não, a gente pode discutir diretrizes, a gente pode discutir requisitos, mas quem tem que fazer proposta é a Prefeitura. A gente não vai substituir o papel do poder público pra fazer o projeto. Quem tem que fazer o projeto pra discutir com a sociedade é a Prefeitura, o projeto dentro dos critérios que a gente vai discutir aqui, porque foi assim que a URB nos recebeu. E aí, assim, a gente também tem que reconhecer o papel que Cida teve nesse processo. Cida desempenhou um papel muito importante. Cida, Romero... E são pessoas que têm uma outra cultura de discussão, de diálogo, de se relacionar com um processo participativo ou efetivo, né? E aí a gente foi construindo. Deu trabalho. Deu trabalho. Aí o projeto foi sendo ajustado dentro da concepção do Parque Capibaribe e também com o que a comunidade queria, e ao mesmo tempo, eu acho que vai mudando a leitura dentro da Prefeitura de que esse projeto também era estratégico [...] (COSTA, 2019).

Por parte da Prefeitura, especificamente da SMAS, também registramos leitura similar:

Agora, acho que negociação é a melhor coisa nesses processos. [...] você ter as negociações paralelas é a melhor coisa. Ter abertura para negociação é a melhor coisa para um bom desfecho. Eu só vejo uma única diferença do ponto de vista das possibilidades de negociação, entre Estelita... [...] É que, nas Graças você tem uma representação, que é a Associação. Você tem um interlocutor. No Estelita você não tinha interlocutores. A tal da democracia direta, sem representação, ela é possível mas ela não existe ainda do ponto de vista prático. Isso é uma coisa que eu ainda vou ver... Espero viver 90 anos pra ver. Não tenho nada contra, eu quero dizer que ela é nova e complexa. E quando você vai discutir isso, do ponto de vista da negociação é uma loucura. Nas Graças, tudo que nós negociávamos, nós tínhamos um interlocutor. Eu acho que isso faz diferença (PEDROSA, 2020).

As negociações e articulações, empreendidas por meio de táticas híbridas desses atores-rede da sociedade civil organizada, ficaram evidentes durante todo o desenrolar da controvérsia das Graças. “A ordem distante se projeta na/sobre a ordem próxima. Entretanto, a ordem próxima não reflete a ordem distante na transparência. Esta segunda ordem subordina a si o imediato através das mediações; ela não se entrega. Mais ainda, ela dissimula sem se descobrir” (LEFEBVRE, 2001, p. 54). Nesse sentido, para que a ordem próxima possa refletir os desejos coletivos, moldando também a ordem distante de alguma forma, é fundamental descobrir as fissuras, empreender as táticas híbridas, acionar e tensionar a rede, bem como estabelecer contratos. Esses foram os movimentos que pautaram a discussões no caso das Graças.

Ao percorrer a trajetória de elaboração e análise dos nossos cinco grafos, em ordem cronológica, conseguimos enxergar as ligações sendo feitas e desfeitas ao longo do tempo, mas, sobretudo, notamos que a partir da heterotopia pautada numa visão coletiva, os moradores do bairro conseguiram provocar a isotopia em busca de um novo modelo de cidade mais coerente com a utopia urbana expressa pelos que produzem o bairro e cidade como um todo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos, então, ao momento de expor algumas considerações e reflexões sobre o tema a que nos propusemos investigar. Aqui não é o caso de trazer uma conclusão ou um resultado rígido e definitivo, mesmo porque, como adianta a cartografia da controvérsia, metodologia explorada na presente pesquisa, as ciências sociais demandam uma margem de ambiguidade. Portanto, concluímos essa incursão teórico-metodológica com a certeza de que ainda há muito a se pensar e discutir, novos caminhos a serem descobertos, novos problemas, novas perguntas, novos enfrentamentos no campo da produção de urbanização, sobretudo em uma sociedade tão desigual como a brasileira. Lembremos ainda que a cidade, os sujeitos, os ambientes comunicacionais, compõem um rizoma em constante atualização, configurando-se, dessa forma, um terreno movediço ao qual os trabalhos científicos deverão sempre lançar novos e atualizados olhares.

Em um momento em que o modelo de urbanização adotado no século XX vem se provando inadequado, as manifestações sociais se intensificam tanto no Ocidente como no Oriente e as redes sociais digitais se consolidam como espaços de propagação de informação e organização táctica, faz-se necessário renovar a leitura crítica desses contextos por meio de novas ferramentas metodológicas, de forma a explorar aspectos ainda não alcançados nos tradicionais estudos das ciências sociais aplicadas – e aqui reforçamos nossa incursão no campo da cartografia da controvérsia e a opção por novas ferramentas de visualização de dados, como o Gephi. Da mesma forma, é urgente pensar em alternativas para a maneira pela qual nos posicionamos no mundo, contribuindo com nossos desejos e nossa prática social, é fundamental descobrir outros pontos de vista, outros formatos de investigação que acompanhem as (reais) demandas do nosso tempo.

É nessa direção que se inscreve este trabalho, no qual buscamos nos valer da cartografia da controvérsia para avançar sobre os estudos de direito à cidade e das tácticas de participação social na produção de espaço urbano. Nosso principal objetivo foi analisar a articulação em rede em torno da produção do espaço urbano, buscando entender se e como os cidadãos podem, a partir do hibridismo táctico das suas *práxis* e de agenciamentos conscientes na rede em que se inserem, estabelecer o sentido de construção coletiva em detrimento da lógica de consumo da cidade, bem como resistir ao modelo vertical (*top-down*) de planejamento, tradicionalmente imposto pelo poder público e pelas corporações.

Partimos da síntese feita por David Harvey (2014) ao defender que, enquanto direito coletivo e concentrado, o direito à cidade corresponde à possibilidade de todos aqueles que

fazem a cidade de não apenas a consumir o espaço urbano e seus serviços, mas sobretudo de decidir que tipo de cidade deve ser produzida, onde e como. Tal concepção abre caminhos para que novas formas de fazer cidade sejam produzidas dentro do espaço urbano já existente, para que sejam construídas heterotopias no sentido defendido por Lefebvre, ou seja, enquanto espaços de tensão em que uma alternativa de vida urbana seja possível. Ao se apropriarem do seu direito de intervir nos destinos, nos usos, nas formas e nas paisagens de suas cidades, os cidadãos passam a enxergar (e efetivamente produzir) outras perspectivas e realidades, que coexistem em mundo complexo, diverso e descentralizado como o nosso.

Com efeito, esse pensamento dialoga com a ideia de Michel de Certeau (1994) de que redes de antidisciplina táticas encontram, de forma criativa e subreptícia, formas de criar fissuras nas estratégias da marcoestrutura urbana, criando linhas de fuga. Para identificar essas táticas e seguir os atores, conforme nos orienta a Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012), nos valem dos movimentos de des-re-territorialização (LEMOS, 2007) cujos rastros podemos identificar nos ambientes on e offline de comunicação contemporânea.

Articulando esses conceitos entre si e desenhando, com a ajuda do Gephi, os grafos (mapas) da nossa controvérsia, pudemos relacionar a dinâmica identificada na rede ao aporte teórico para testar nossa hipótese, retomada no presente capítulo em duas etapas:

- i) As mobilizações e articulações da Associação por Amor às Graças ativaram de forma efetiva a rede e contribuíram para a transformação do espaço urbano, estabelecendo o sentido de construção coletiva em detrimento da lógica de consumo da cidade e resistindo ao modelo vertical de decisão tradicionalmente imposto pelo poder público.
- ii) Os agenciamentos realizados pela Associação por Amor às Graças, enquanto ator-rede da controvérsia sobre o projeto viário para o bairro, evidenciam o exercício do direito à cidade.

Nesse sentido, buscamos refletir, por meio do diálogo entre correntes teóricas distintas, porém convergentes, sobre algumas possibilidades que se apresentam para a prática social da produção de espaço urbano. Seguindo os movimentos de desterritorialização e reterritorialização (LEMOS, 2007) impostos pelo contexto comunicacional da nossa controvérsia, pudemos rastrear as ligações e acompanhar a dinâmica da rede estudada. Assim, partindo da netnografia, das entrevistas em profundidade, bem como da elaboração e da interpretação dos grafos que refletem a dinâmica da nossa rede, chegamos a algumas considerações que valem ser destacadas:

- i) Ao estabelecer formas de participação democrática alternativas aos caminhos formais (assembleias com a vizinhança, grupo no Facebook, eventos no bairro) e conferir propagabilidade assertiva a sua mensagem (atualização permanente do grupo do Facebook, posicionamento em matérias no jornal, audiência com o prefeito e alcance entre os moradores mais ativos do bairro), a Associação por Amor às Graças conseguiu estabelecer ligações relevantes e tensionar as relações da rede no sentido de construir um espaço de discussão em torno de um projeto alternativo para o espaço urbano naquele bairro, mais relacionado aos desejos coletivos do grupo. Esses tensionamentos foram o ponto de partida para a mudança de projeto e também contribuíram com o desenrolar político das negociações que levaram à assinatura da ordem de serviço para a construção da Via Parque.
- ii) A partir dos tensionamentos provocados na rede, a Associação se valeu da ocasião para implementar táticas próprias diante da estratégia imposta: reuniram informações e argumentos técnicos, apontaram a contradição entre dois projetos do poder público, identificaram um ponto de diálogo dentro da Prefeitura (a Secretaria de Meio Ambiente) e se valeram da participação da universidade para obter uma alternativa técnica, social, ambiental e economicamente viável. Ou seja, identificamos aqui um sentido de construção coletiva e a lógica de uso do espaço, em detrimento da lógica de consumo.
- iii) A articulação social, notadamente da Associação por Amor às Graças e dos atores-rede a ela relacionados, evidenciou ainda a prevalência de um hibridismo tático que merece destaque pelo resultado obtido no desenrolar da controvérsia. Transitando nos ambientes on e off-line, os moradores combinaram técnicas e táticas tradicionais com novas práticas cotidianas conseguindo, assim, estabelecer as ligações fundamentais e obter as informações necessárias para uma atuação efetiva na rede.
- iv) Ressaltamos, ainda, que, como a própria ideia de rede enquanto estrutura rizomática nos orienta, não entendemos aqui o comportamento da Associação na controvérsia de uma forma única e hierarquizada. Por mais que tenha sido reforçado pelos próprios atores entrevistados o papel fundamental do grupo em estabelecer os tensionamentos necessários à dinâmica da rede, é preciso ressaltar que, uma vez estabelecidos os primeiros tensionamentos, a “ocasião” encontrada pelo grupo teve papel relevante no desdobramento da controvérsia, uma vez que:

o Parque Capibaribe contava com o apoio do prefeito e os agenciamentos e consensos formados por outros atores, como a SMAS, a CEF e, em certo ponto, a própria URB, se mostraram fundamentais para que o impasse fosse resolvido em favor da visão defendida pelos moradores.

- v) Outro ponto evidenciado durante nossa análise que merece atenção é a presença do poder financeiro na nossa rede, mesmo com projeto e a verbas serem públicos. Consolidando cada vez mais sua presença física no bairro das Graças, a Uninassau de Janguie Diniz revelou-se um ponto nodal relevante uma vez que, mesmo sem poder construir no terreno por onde a via passará, este ator-rede manteve a tensão nas ligações com os demais atores até o final do processo de debate público, mostrando a presença constante e controversa do poder econômico tradicionalmente responsável por moldar as cidades.
- vi) Por fim, em que pese se tratar de um grupo socioeconomicamente privilegiado, entendemos que os agenciamentos realizados pela Associação evidenciam o exercício do direito à cidade, pois a atuação dos moradores se deu no sentido de, coletivamente, e até mesmo em colaboração com o poder público – contratos de compatibilidade temporários (CERTEAU, 1994) –, construir o desejo do bairro e encontrar formas de fazer com que esse desejo fosse considerado pelo poder público. Ao longo do desenrolar da controvérsia, os agenciamentos da Associação colocaram em pauta visões de mundo e de cidade, relações sociais, relações com a natureza, estilos de vida, valores estéticos (HARVEY, 2014). Foi estabelecida, sobretudo, uma nova relação com o poder público e com a academia no sentido de encontrar uma maneira de corresponder aos desejos de cidade externados pela comunidade.

Tais considerações apontam para uma potencial ação transformadora da sociedade civil organizada no que diz respeito à produção da cidade em que vivem e no estabelecimento de novos parâmetros para a urbanização e para o exercício da cidadania. Sem ficar alheio ou se submeter passivamente às decisões do poder público, o grupo das Graças se valeu de sua posição de privilégio para criar novos caminhos de participação democrática para o bairro, jogando com as ocasiões, mas também com as adversidades. Dessa forma, o resultado da controvérsia estudada no presente trabalho não é apenas físico enquanto trecho do Parque

Capibaribe que sai do papel, mas é também um pequeno legado de práticas sociais potencialmente transformadoras das cidades e das relações sociais.

Como adiantamos no início deste capítulo, o debate dessas questões não se esgota nestas linhas, dado que elas são complexas, dinâmicas e rizomáticas. Sempre poderemos, nós e outros pesquisadores, retomar, discutir e aprofundar sob outros ângulos e referenciais a produção do espaço urbano, a participação social e o exercício do direito à cidade. Acreditamos, inclusive, que as ferramentas da cartografia da controvérsia, mobilizadas de forma experimental no presente trabalho, têm potencial de contribuir ainda mais profunda e precisamente com o debate em torno da participação social na produção de espaço público. Sobretudo no que diz respeito às potencialidades de ferramentas e à multidisciplinaridade da abordagem, a cartografia da controvérsia parece ser apropriada para darmos conta de objetos cada vez mais complexos como cidade, participação, comunicação, direitos. Com o presente trabalho, portanto, esperamos ter contribuído para potencializar o diálogo, construir novos pontos de vista e ampliar o entendimento em torno da construção de uma vida urbana mais plural, socialmente justa e democrática.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO POR AMOR ÀS GRAÇAS. Facebook. Disponível em: < <https://www.facebook.com/groups/poramorasgracas/about/> > Acesso em 10 de fevereiro de 2019.
- BARBOSA, Marina. No Recife, Graças vai ganhar sistema viário com ciclovia e área verde. **G1 Pernambuco**. 21 de agosto de 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/06/no-recife-gracas-vai-ganhar-sistema-viario-com-ciclovia-e-area-verde.html> >
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3a ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMPELO, Rúbia. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Recife, 31 de ago. 2019. [*A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação*]
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Tradução Joana Angélica d'Ávila Melo. 1. Ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CIDADES SENSITIVAS, Recife: INCITI – Pesquisa e Inovação para as Cidades & UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. 2017.
- COSTA, Fernanda. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Recife, 26 de jul. 2019. [*A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação*]
- CUNHA, Francisco. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Recife, 6 de fev. 2020. [*A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação*]
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2 Vol 1**. Tradução Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34. 2011.
- FELICE, Massimo Di. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo**. São Paulo: Paulus Editora, 2018.
- FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. **Ocupe como utopia: Um ensaio sobre a noção de rede e o Caso Estelita**. Esfera, 2015.
- GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. Tradução por Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GRUPO protesta contra construção de via nas Graças. **Portal LeiaJá**. 28 de setembro de 2014.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2014.

HUERTA, Tania. **Procesos participativos hacia la definición de un urbanismo emergente**. 2011. Disponível em: < <https://tamaghue.files.wordpress.com/2011/03/procesos-participativos-hacia-la-definicic3b3n-de-un-urbanismo-emergente.pdf> > Acesso em 30 de agosto de 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JENKINS, Henry. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2014.

JUCÁ, Múcio. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Recife, 8 de ago. 2019. [*A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação*]

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Freitas. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria do ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção ATOPOS).

_____, André. Ciberespaço e Tecnologias Móveis: processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura. In: MÉDOLA, Ana Silvia; ARAÚJO, Denise; BRUNO, Fernanda (orgs). **Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007. Disponível em: < <https://facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/territorio.pdf> > Acesso em janeiro de 2020.

LIPPOLIS, Leonardo. **Viagem aos confins da cidade - a metrópole e as artes no outono pós-moderno (1972-2001)**. Tradução Margarida Periquito. Lisboa: Ed. Antígona. 2016.

MANOVICH, Lev. **The language of new media**. Cambridge, Mass.: Massachusetts Institute of Technology. 2000.

MARSHAL, Berman. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar - a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MENESES, Raquel. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Recife, 13 de jul. 2019. [*A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação*]

MONTEIRO, Circie. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Recife, 3 de fev. 2020. [*A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação*]

MONTEZUMA, Roberto. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Lisboa, 20 de jul. 2019. [*A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação*]

MOURA, Lúcia. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Recife, 10 de jul. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação]

NEVES, Norah. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Recife, 27 de jul. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação]

PARQUE CAPIBARIBE. Site. Disponível em: < <http://parquecapibaribe.org/> > Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

PEDROSA, Cida. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Recife, 30 de jan. 2020. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação]

PEREIRA, Romero. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Recife, 3 de fev. 2020. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação]

QUEIROZ E MELO, M. de F. A. de. Mas de onde vem o Latour? In: **Pesquisas e Práticas Psicossociais 2 (2)**. p. 258-268. Fev. 2008. Disponível em: < https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapi/queiroz_melo_artigo.doc > Acesso em fevereiro de 2019.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TELES, José. **Do frevo ao mangubeat**. São Paulo: Editora 34, 2012.

TURINO, Flávia. Rizoma: um método para as redes? **Liinc em revista**, v.4, n.1. 2008. p. 28-40. Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3147/2819>> Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

VENTURINI, T. JACOMY, M. JENSEN, P. **What do we see when we look at networks: na introduction to visual network analysis and force-directed layouts**. 2019. Disponível em: < <https://arxiv.org/pdf/1905.02202.pdf> > Acesso em janeiro de 2020.

VENTURINI, T. JACOMY, M. PEREIRA, D. **Visual Network Analysis**. 2015. (em fase de elaboração) Disponível em: < http://www.tommasoventurini.it/wp/wp-content/uploads/2014/08/Venturini-Jacomy_Visual-Network-Analysis_WorkingPaper.pdf > Acesso em janeiro de 2020.

VENTURINI, T. MUNK, A. JACOMY, M. Ator-rede versus Análise de Redes versus Redes Digitais: falamos das mesmas redes? **Galaxia (São Paulo online)**, ISSN 1982-2553, n. 38, maio-ago 2018, p. 5-27.

VENTUNIRI, Tommaso. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. **Public Understanding of Science**, SAGE Publications, 2012, 21 (7), p.796-812. Disponível em: < <https://hal-sciencespo.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/1064260/filename/venturini-building-on-faults.pdf> > Acesso em abril de 2019.

_____. Diving in Magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, SAGE Publications 2010, p. 258-273.

VIEIRA, Luiz. Entrevista concedida a Laura Buarque Cortizo, autora desta pesquisa. Recife, 3 de fev. 2020. *[A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 1 desta dissertação]*

YANEVA, Albena. **Mapping controversies in architecture**. University of Manchester, UK: Ashgate. 2012.

YOUSEFF, Alê. **Novo poder: democracia e tecnologia**. Belo Horizonte-MG: Letramento, 2018.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS

**CIDA PEDROSA - advogada, então secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade
(entrevista em fevereiro de 2020)**

Laura - Então, assim... A proposta é que a gente converse bem abertamente, porque uma das premissas...

Cida - Porque eu vou tentar “desmanipular” o discurso.

Laura - Ótimo. Pronto, a ideia é essa mesmo. Uma das premissas da metodologia que eu uso é “siga os atores”, então os atores têm que lhe levar. Você, enquanto ator, da controvérsia...

Cida - Eu quero muito falar da minha parte dessa história, isso lhe interessa demais.

Laura - Você e Romero são peças-chave para a gente desenhar essa rede, né? Então, assim, primeiramente, como é que você entende e entendeu esse... O meu recorte foi de 2013 a 2017, que 2013 foi quando teve aquela liberação do recurso pra Prefeitura e 2017 foi quando assinou a ordem de serviço, né? Com a última etapa. Eu sei que depois ainda teve muitos trâmites mais técnicos, assim, mas em termos da participação popular, da mobilização deles, eu fiz esse recorte. Aí, se você puder localizar... Você tava na...

Cida - Secretaria do Meio Ambiente. E fui eu que capitanei tudo.

Laura - Foi. Desde o começo.

Cida - Sim.

Laura - Então vamo lá, dê a sua versão dos fatos e aí eu vou puxando qualquer coisa que eu precisar...

Cida - Quando eu cheguei na Secretaria do Meio Ambiente, cada secretário recebeu, do programa de governo de Geraldo Júlio, aquilo que seria sua tarefa para implementar nos quatro primeiros anos. Quando eu recebi a minha tarefa, que era quando foi feito o cotejamento dentro desse programa de governo, veio pra mim uma linha, que era assim: implementar o Parque Linear Capibaribe. Eu disse “me fudi”, porque isso é uma tarefa faraônica. Vários governos tentaram, anteriormente, e nenhum conseguiu. Fizeram uma coisa aqui, outra acolá, e nenhum conseguiu.

Laura - E ainda teve a questão dos rios da gente que tava, também, “atropelado”, não é?

Cida - Aí vê: quando eu peguei isso, eu chamei Romero. Disse “Romero, isso tá com nós dois. Nós vamos fazer e eu tenho que... Daqui a quinze dias é nossa reunião de pactuação e eu preciso dizer, de tudo aquilo que é meta do governo pros próximos quatro anos, o que eu vou sair, de cara, tocando. E isso aí pra mim, como esse rio é o meu rio, isso é a minha poesia, isso é minha literatura, isso pra mim é prioritário e vira nos trinta me traz uma ideia que eu não tenho, de verdade.” Aí eu situei ele politicamente. Eu disse “O momento é ideal. Nós temos a navegabilidade do Rio Capibaribe...”, naquele momento era uma realidade, era uma realidade...

Laura - Isso era 2012?

Cida - Isso era 2013. Então era uma realidade o projeto de navegabilidade.

Laura - Que era do governo do estado.

Cida - Eu tinha participado, junto com meu cunhado, de um projeto, saindo... Acompanhei bem de perto isso, poeticamente, até a chegada em Recife. Eu tinha realizado com meu cunhado um outro

projeto de rio, que era o rio que não passa, que era o Rio Pajeú. Eu sempre como poeta. Então essa coisa do rio tava entranhada em mim e eu queria dar uma resposta à questão do Capibaribe. Romero me traz, cinco dias depois... Estudou tudo, porque Romero sabe tudo. Ele é o maior urbanista desta cidade. Foi ele que requalificou o Santa Isabel, foi ele que requalificou o Recife Antigo... “Foi ele que requalificou”, eu digo, foi ele coordenando. A Faculdade de Direito do Recife, o Parque de São Pedro... E por aí vai. O Cais do Imperador, comigo...

Laura - Que saiu nesse período, né? Que você tava lá na Secretaria. O Cais do Imperador, não foi?

Cida - Saiu. Sim. O Jardim do Baobá, a primeira etapa do projeto do Parque Capibaribe, fui eu que entreguei, e a segunda, o Cais do Imperador. Aquilo ali... Isso aqui tá ligado e eu vou lhe dizer porque tá tudo ligado. Então, aí ele chegou e disse “Cida, tem como a gente pensar isso... Como isso é muito caro, se a gente for licitar, vamos chamar aqui Chico Cunha e vamos chamar aqui o pessoal do Centro de Urbanismo da Universidade pra ver se eles topam e vamos levar pro prefeito pra ver se o prefeito topa.” Aí eu chamei Chico Cunha e conversamos. Chamamos [] e o irmão de Chico Cunha, que é Montezuma, que são do Doutorado de Urbanismo, e ele disse “A gente topa. Eu vou levar pro prefeito a ideia, se topar a gente volta a sentar.” Na minha reunião de negociação com o prefeito, eu levei o desenho feito por Romero, um desenho ainda muito tosco do que seria o Parque Capibaribe...

Laura - Um preliminar.

Cida - Bem preliminar. Bem preliminar. Aí eu disse “Prefeito, o que nós queremos é implementar...”, naquele momento a gente chamava “Parque Linear Capibaribe”, “...e a ideia é sair da Várzea até o Recife. E a ideia é, ao invés de nós licitarmos um projeto, como seria normalmente feito dentro de uma Prefeitura dessa, é fazer dois movimentos. Ou nós fazemos um concurso de projeto, o que eu acho arriscado, porque pode ganhar qualquer um, ou nós fazemos um convênio, com a Universidade Federal de Pernambuco, que eu já sondei e topa, para a Universidade trazer isso como laboratório e a gente paga a Universidade pra fazer.” O prefeito bateu o martelo na hora e de pronto, e eu já saí de lá com a tarefa para sentar com Chico Cunha e sentar com a Universidade, que topou. Aí começou os trâmites legais no convênio e de valoração deste convênio. Na época, nós batemos o martelo em 5 milhões, escalonadamente. No meu período, chegou a liberar acho que 2 milhões e 800.

Laura - Da Universidade, né? Mas aí...

Cida - Não. Não tô falando de dinheiro de execução de obra, não, eu tô falando é de dinheiro para elaboração do projeto. Do projeto. O que é que acontece? Existia um projeto aqui, horroroso, horroroso, que o prefeito também não queria implementar, mas que tinha um recurso para implementar que era a tal da perimetral da Beira-Rio.

Laura - Essa verba liberada em 2013... Assim, final de 2013...

Cida - Sim. Neste momento, o prefeito já disse que não faria daquele jeito e que faria...

Laura - A versão do Parque.

Cida - A versão do Parque. A gente monta e neste momento nós já colocamos o imbróglio das Graças... Nesse momento não... Aí saímos, fizemos um projeto preliminar, apresentamos ao prefeito e, neste momento, nós já apresentamos ao prefeito as Graças completamente diferente do que era da perimetral, que já era via 30, apenas uma via... Marcamos lá com eles e apresentamos. O que é mentira é de que nós tentamos, de que esta gestão iria fazer um Parque Capibaribe em todo canto e lá ia fazer aquele negócio. Isso é uma mentira. Lembro como se fosse hoje nós apresentando essa versão com Zona 30, eles não sabiam... Eu lembro de Ivan perguntando que diabo era isso, disso, e a gente explicando. Então, sai no jornal uma matéria enorme dizendo que a Prefeitura ia implantar um Parque Capibaribe mas nas Graças ia fazer outra coisa, o que era uma mentira. Nós já tínhamos apresentado nas Graças nossa primeira versão, que era Zona 30 com carro, que era a mesma versão... Eu tô falando isso porque isso

me irrita muito. Que era a mesma versão que nós tínhamos apresentado para todo Parque. Depois de se apropriar disso e estudar e entender que nem aí o pessoal tava entendendo ainda o que era, aí nós tivemos outra reunião e o pessoal diz “Não, a gente quer via de pedestre inteira, não quer carro.” Aí é onde começa a luta deles. Dizer que eles lutaram pela implementação do Parque Capibaribe não é real. O Parque Capibaribe foi uma decisão da minha gestão, desta gestão, e do programa de governo de Geraldo Júlio. E nós contratamos a Universidade e isso não tem nada a ver com a Associação das Graças, que eu respeito muito, a presidente é minha amiga íntima, eu tava lá no aniversário dela... A Associação das Graças entra para brigar depois de ver nossa proposta, que é essa proposta... A gente pode resgatar essa proposta, porque nós temos.

Laura - É... É bom.

Cida - Porque nós temos. E aí, justíssimo, eles começaram a dizer “Não, nós não queremos carro nenhum.” A luta foi a partir daí. Mas dizer que eles lutaram para implementação do Parque tá errado. O Parque já existia, a proposta já era real, as Graças não era mais a proposta daquela via louca, nada disso. O que eles quiseram foi melhorar a proposta apresentada por nós, o que é justíssimo e nós atendemos. Então eu tô contando... Eu quero que o raio parta, eu quero que morra os meus filhos se isso não for a verdade e eu sou uma mulher católica. O que eu não acho justo é dizer que o Parque Capibaribe existiu, aconteceu, porque a Associação das Graças lutou. Não, ele existia. A mobilização foi para transformar o que nós estávamos apresentando em zero carro, como é hoje, que nós trabalhamos. E aí dizer que o prefeito não concordava é outra mentira. Nós trouxemos a demanda, nós botamos ele na mesa com o prefeito, o prefeito foi fazer viabilidade de custo, o prefeito foi ver se o recurso que tava destinado permitia ser zero carro, porque se fosse de pavimentação não ia permitir, se fosse de mobilidade... Então o que nós fomos ver foram as questões técnicas... Aliás, se você perguntar “Isto era hegemônico aqui dentro?”, não, lógico que não.

Laura - Também na URB não era?

Cida - Não era. Olhe, pauta de meio ambiente nunca será hegemônica em canto nenhum, pauta de mulheres nunca será hegemônica em canto nenhum. Então qual é o papel de uma Secretária do Meio Ambiente e de uma Secretária da Mulher? É lutar para que seus pares dentro do governo compreendam sua pauta e façam com que o melhor para esta temática aconteça.

Laura - Inclusive, modificando se for o caso?

Cida - Sim. Foi o que nós fizemos. Então, nós construímos consensos dentro da URB, com muita dificuldade, mas construímos. Construímos consenso dentro da Secretaria de Controle Urbano, com muita dificuldade, mas construímos. Então, construímos porque entendemos que a reivindicação da Associação das Graças, de não ser carro, era justa, embora eu tenha dúvidas enormes com relação a dois pontos. E eles sabem das minhas dúvidas, porque eu disse lá. O que eu queria botar lá era apenas uma via de carro, a Zona 30, e o resto do pedestre. O que é que eu tenho medo? Se não ocuparem, se não transformarem aquilo num grande parque real, feito é o Jardim do Baobá, de segunda a domingo, virar um tiro no pé. O que é que eu queria só o carro baixinho, Zona 30...

Laura - E não tá o carro baixinho não?

Cida - Em um pequeno trecho, no resto não.

Laura - Que é aquele mais perto da Torre, não é isso?

Cida - Mas o resto é tudo parque. O meu medo é esse. Não sou a favor de carro, eu sou das pessoas que...

Laura - E tiraram a passarela de baixo da ponte justamente por isso, não foi por causa da questão de segurança.

Cida - Sim, sim. E eu queria a passarela, porque eu queria testar, porque só acontecem as coisas testando. Como eu poderia fazer sabe o que naquela passarela? Uma passarela de *skatista*, que era o que eu queria, porque se os *skatistas* tomassem conta dela []. Entendeu? Então, assim, tudo é o que você se propõe.

Laura - Sim. Agora... Ô, Cida, uma dúvida...

Cida - Não é revolta não, eu tô dizendo a minha ajuda porque eu tô cansada de ouvir a versão alheia de que eles fizeram tudo, então, amiga, eu não sou uma mulher de mentir, eu não quero os louros pra mim, eu quero dizer isso: eles lutaram sim. Aí foi luta, porque tem a luta interna e eles foram parceiros meus e de Romero nessa luta interna, que era a luta que tinha um monte de gente que não queria daquele jeito.

Laura - Na prefeitura, tipo URB, Secretaria...?

Cida - URB, metade queria, outra não queria... Lógico, porque você tem ali gente formado e concursado e tem gente que tem essas ideias de que... Não é maldade, não. Que tem gente que tem dificuldade de entender isso. Veja, o Jardim do Baobá, que é o primeiro teste que eu deixei pronto, deu certo. Aquilo é o maior presente da minha vida. E aí se você quer saber como é que o Jardim do Baobá entrou na minha vida, por que é que eu decidi fazer ali, por que é que eu fui atrás do dinheiro, que eu consegui o dinheiro? Porque eu conheci o Baobá, a cidade não conhecia. Eu sou amiga de Inaldete Pinheiro, uma das mulheres mais incríveis que cuida de Baobá dessa cidade, uma negra de luta, uma negra escritora, e ela tinha me apresentado o Baobá do Recife antes muito de eu nem imaginar ser Secretária da Mulher.

Laura - Eu também conhecia, desde criança, aquele Baobá, mas eu tinha esquecido já.

Cida - Quando eu cheguei lá e quando a gente foi tombar as árvores, eu disse “Eu quero ver as árvores tombadas e quero ver este Baobá [].” Fui lá com Romero. No mesmo momento que a gente tava fazendo os desenhos... “Romero, isso aqui tem que ser a primeira etapa do Parque.” Romero entrou nas negociações, puxou o muro, porque o povo tinha puxado o muro e era ilegal, o povo dizia que a gente era doido, que lá só ia dar maconheiro e dá e é uma beleza que dê maconheiro porque maconha é uma coisa pra pessoa fumar em público e não fumar dentro de casa, porque a legalização da maconha deve existir. Teve abaixo-assinado do Colégio Damas pra não existir, porque... Então, achar que a cidade ela é uma única cidade, é uma burrice. A cidade são milhões de cidades. Então, do mesmo jeito que a gente tem ali... Agora, ele é um sucesso. É tanto que já fez a segunda etapazinha. Ele é um sucesso.

Laura - Ficou ótima aquela lá.

Cida - Como é um sucesso o Cais do Imperador. Pra tu ter uma ideia, eu chorei nos pés dos empresários, pra poder entrar numa licitação, pra topar o café... Sabe quantas licitações deram...

Laura - Só uma. Aquela que...

Cida - Não. Tiveram três licitações vazias.

Laura - Eita... Ah, sim.

Cida - Tu sabe por que não tá meu nome na placa? Tava pronto. Tá no de [], que é minha amiga. Três licitações vazias, porque ninguém queria... Diziam “Não vai dar certo.” Eu tive que sair arrastando a bunda. “Minha gente, confia!” Aí o maluco do Delta topou e é aquele sucesso. Então... E eu não tenho dúvida de que aquilo ali... Porque aquilo ali tá ligado a um outro projeto.

Laura - Qual?

Cida - Ao próprio Parque Capibaribe, que é o que? A gente deixou articulado um recurso do Fundo do Clima, que eu acho que já chegou, que vai ter dois barcos solares: um pra ligar Poço da Panela ao Detran e fazer o Parque Capibaribe do lado de lá e do lado de cá como experiência...

Laura - Que é um trechinho que já existe pro povo lá do Poço, né?

Cida - Sim, sim, sim... Mas seria revitalizado, deixei esse recurso articulado, como não podia ser prefeitura quem entrou foi a []... Em cima de toda a história eu fui pra Paris, conversei com o povo, etc. e tal, e um dos barcos seria o barco escola, que hoje em dia tem mas não é um barco escola, e se faria um píer no Cais para que aquele anfiteatro que tá pronto ali fosse a área de educação ambiental dos meninos. Então, essas coisas estão todas interligadas porque a gente pensou isso de forma global.

Laura - Agora deixa eu te perguntar, uma das questões que sempre pontuavam, nessa dinâmica da suposta, vamos dizer... “Rigidez” não, tô perdendo a palavra, mas assim, da prefeitura de mudar o projeto, uma das coisas que se alegava é a questão da verba que ia expirar. Como é que foi essa questão da verba?

Cida - É verdade. É verdade. Nós tivemos muito medo porque não se joga 42 milhões fora num momento de crise. E aí, o pessoal do financeiro sempre dizia “Não pode. Não pode. Não pode.” O que é que nós fizemos? Botamos uma turma grande pra trabalhar junto à Caixa pra saber se podia. Quando descobriu que podia e que nós podíamos alargar o [] de convênio, de recebimento do recurso, e resolvemos essa parte...

Laura - Tu lembras quando foi isso?

Cida - Não. Não lembro... Eu sou ruim de data, isso é um problema na minha vida, visse? Isso é um problema na minha vida. Eu sou capaz de contar histórias a fio sem pontuar a data. Eu sou poeta. Aí vê: tinha, claro que tinha resistência de medo de perder o recurso. O prefeito não colocou resistência, ele dizia assim...

Laura - “Resistência” é a palavra que eu tava procurando.

Cida - “Resolveu o recurso, pra mim tá batido o martelo.” Agora, o que é que a gente dizia e o que é que Braga disse na reunião de lá? “Nós vamos fazer aqui, deste jeito, mas nós vamos fazer e nós vamos fazer esse ano, ali na Sul e na Rui Barbosa.”

Laura - Eu lembro dessa história. Mas tá ligada uma com a outra?

Cida - Isso tá ligadíssimo, porque...

Laura - É condicionado...?

Cida - Não é condicionado, não. Mas se o trânsito já é ruim, amiga, então cada classe média que briga por bicicleta no seu quintal deixe seu carrinho em casa, porque tem isso também. Com exceção dos cicloativistas, você vai na casa de uma pessoa de classe média e tem três carros. Eu tenho um, vim dirigir aos 40 anos, criei dois filhos andando de ônibus, andando de táxis, andando a pé. Isso é postura de vida.

Laura - Alinhado com a proposta que se pede pra...

Cida - Que se pede pra cidade.

Laura - Agora, dentro da...

Cida - Então, é o que eu tô querendo dizer. Quando botar a linha azul, na Rui Barbosa, que nós vamos botar esse ano, como se tirou um monte, então todo mundo vai ter que manter o discurso e vai ter que convencer seus pares.

Laura - Mas lá, a Associação, no final, é uma... Não vou dizer que é um grupo homogêneo, mas não representa o... Enfim, é uma fração do bairro.

Cida - É uma fração pequena do bairro.

Laura - E aí, como é que vocês encararam a relação? Porque pelo que... Por exemplo, uma das partes do meu projeto era seguir as matérias, né? Tipo, foi uma porta de entrada eu ler as matérias sobre o... E aí, sempre acabava a voz do bairro era a voz da Associação.

Cida - Mas não é a voz do bairro. Você tenha certeza absoluta, porque eu já ouvi isso várias vezes. Quando o projeto foi implantado e quando a linha azul, que pra mim é a coisa mais correta do mundo botar a linha azul na Rui Barbosa, porque quem a gente tem que privilegiar é o trabalhador e o coletivo. A grita vai ser grande, amiga, dos próprios cidadãos e dos cidadãos das Graças, porque a Associação é maravilhosa e tá corretíssimo. Tudo que a Associação tá reivindicando, e agora eu sou uma graciosinha porque tô morando lá, antes eu morava na rua da Hora, era “espinheirense”, tá corretíssimo. Tudo que eles estão pleiteando tá correto. Zero carro, isso, aquilo, aquilo... []... Tá correto. Agora, eu tenho certeza de que aquilo não é o que a média, da classe média que quer andar de carro, acha.

Laura - Mas eles chegaram a se manifestar... Essa discordância do bairro chegou a se manifestar?

Cida - Chegou a se manifestar comigo na Secretaria. “Olhe, não é isso que nós queremos”, aí a minha coisa era “Vá discutir na Associação. Vá discutir na Associação.”

Laura - Entendi. Entendi. É, no final o pessoal abriu mão, né? Assim... Quando viu que a Associação tava tornando quem discordava...

Cida - Eu não acho que abriu mão, não. Eu acho que as discordâncias acontecerão ou não quando o projeto tiver implementado e cada um se sentir feliz ou prejudicado na cidade que quer. Se a cidade que alguns de lá querem é ter seu carro, isso vai ter grita no jornal. Isso só vai se existir quando o projeto tiver implantado.

Laura - Entendi. Porque agora tá todo esquecido, não mudou nada, né?

Cida - Não... Agora o pessoal sabe por um jornal e olhe lá. As Graças inteira vai saber daquele projeto como é? Sabe não, gata. Sabe não. Isso...

Laura - Até porque aquele trecho já tá fechado há muito tempo, né?

Cida - Sim, sim, sim, sim. Mas o povo usa. As pessoas entram o carro ali e fazem... Olhe, essa coisa...

Laura - Menos a contramão.

Cida - Sim, sim. Isso vai acontecer quando o [] tiver implantado. Agora, o projeto é lindo, eu amo ter feito parte dele. Eu tenho alguns orgulhos na minha vida, alguns orgulhos... O Parque Capibaribe é um deles, com suas duas etapas entregues, o Jardim Botânico é um deles, ter possibilitado os núcleos de educação ambiental no Parque da Jaqueira e em outros cantos e ter sido advogada da primeira convenção coletiva de trabalhadores rurais do Vale do São Francisco, que é outro rio... Minha vida parece que tá ligada aos rios... Que tirou o agrotóxico que jogavam no meio do Rio São Francisco. Então, assim, eu tenho alguns orgulhos e esse é um.

Laura - Agora, ô Cida, só pra eu amarrar essa questão, porque, como você disse, você tocou fogo na...

Cida - Toquei.

Laura - Botou pimenta, jogou pimenta na receita.

Cida

-

Joguei.

Laura - Eu lembro... Eu não vou lembrar exatamente a data, mas eu lembro de uma matéria do JC... Eu vou dizer isso porque foi onde eu consegui a foto... A foto não, a projeção lá, a imagem, do projeto com as quatro faixas. Se eu não me engano, foi em maio...

Cida - Aquilo tá errado. Aquilo saiu e não fomos nós e nós desmentimos no outro dia.

Laura - Ah...

Cida - Saiu dizendo que nós íamos fazer aquilo. Aquilo foi uma sacanagem. Em nenhum momento...

Laura - Agora, eu estranhei porque foi apresentado como uma coisa positiva e foi bem na época da apresentação do Parque.

Cida - Foi, amiga. Agora, como aquilo saiu não me pergunte. O prefeito já tinha batido o martelo aqui cem vezes no projeto preliminar e nós já tínhamos anunciado, nós já tínhamos apresentado às Graças o projeto preliminar que depois foi mudado e não era das quatro faixas. Pode perguntar a Romero: "Romero, quando saiu aquela matéria, vocês já tinham apresentado nas Graças o...?" Já tínhamos apresentado.

Laura - Entendi.

Cida - Na verdade eu nunca entendi como aquilo saiu. Eu tenho... Olha, você guarda em *off*?

Laura - Claro. Quer que eu desligue?

Cida - Não, pode deixar. Você guarda coisa em *off*?

Laura - Guardo.

Cida - Eu tenho o sentimento de que quem era contra esta história aqui dentro quis botar aquilo para criar []. É isso. Mas não era o prefeito.

Laura - Entendi. Mas veja, a [] justificava, então, a grita do pessoal das Graças.

Cida - Não. Eles tão... Não. Amiga, eles tão corretíssimos em gritar, o que não tão corretíssimos é negar...

Laura - Dizer que não foi apresentado antes.

Cida - ...no que não foi apresentado antes, outra versão que não era aquela. Dizer que nós íamos implantar aquilo, tendo ouvido a mim e a Romero que era outra coisa, isso é que eu me magoei. E eu me magoo porque eu conheço tudinho.

Laura - Entendi. Agora, uma pergunta...

Cida - E eu só tenho uma palavra na vida: se eu visse que aqui dentro ia implantar aquilo, eu não tinha, nunca, ido apresentar a eles a primeira versão. E eu já tinha apresentado.

Laura - Agora, me diz, naquele dia da apresentação e essa apresentação que você falou, do trecho deles, que já era modificada, foi antes do lançamento oficial do Parque ou não? Porque teve um lançamento, acho, se eu não me engano, foi em abril, foi 28 de abril.

Cida - No lançamento oficial do Parque, o trecho das Graças já era apresentado assim, gata. No lançamento oficial do Parque, que eles estavam lá, a gente já disse, já tínhamos batido o martelo porque nós sabíamos que aquilo era o ponto... Tu acha que o prefeito ia apresentar um projeto desse mantendo as quatro faixas pra levar cacete? A gente já tinha negociado com o prefeito. Nós já tínhamos o desenho e foi lá que nós marcamos pra apresentar eles. Quando eles procuraram lá no []... Não, a gente já tem uma proposta e levamos pra apresentar.

Laura - Entendi. Entendi. Porque eles têm um... Eu tô fazendo a questão das datas pra poder fazer a coisa. Teve a apresentação, acho que foi 28 de abril de 2014...

Cida - O pessoal das Graças tava lá dizendo “Queremos isso para o trecho das Graças” e nós dissemos “Já está contemplado e já está contemplado no Parque e não são as quatro faixas.” Lembro de como se fosse hoje eu conversando com Lúcia, acho que era Fernandinha lá.

Laura - Entendi.

Cida - Aí marcamos... Aí recebemos eles e marcamos pra apresentar e apresentamos.

Laura - E já tava contemplado. Tá... Não, então faz mais sentido agora, porque, na verdade, o ofício que eu tenho... Teve esse dia da apresentação e tem um ofício deles de março pedindo pra saber desses detalhes de por que eles não tavam incluídos...

Cida - Claro que estavam incluídos. Claro que estavam incluídos. Agora, tavam incluídos no que nós propomos o Parque Capibaribe, que eram as com faixa de carro, de rolamento, com Zona 30, com ciclofaixa... Não tava como é hoje, mas já não era...

A conversa foi interrompida aqui. (26:41 - 27:00)

Laura - Sim... Aí deixa eu só recapitular então. Nesse período, o que é que você acha, nesse período de um pouquinho antes de lançar até a época que foi assinado mesmo o termo lá nas Graças, em [], né? Que montaram ali o coisa e tal.

Cida - Que eu já não tava mais secretária.

Laura - Tu não tava mais não?

Cida - Eu tinha saído pra me candidatar. Quando assinou lá em [], naquele lugar, eu já tinha saído. Deixei tudo encaminhado... Eu saí 3 de abril.

Laura - Inamara tava no teu lugar?

Cida - Inamara tava no meu lugar.

Laura - Mas nesse período, no período até onde você saiu, o que é que você acha que foram os maiores desafios pra que o projeto saísse desse jeito que saiu agora? Entendeu?

Cida - Acho que o maior desafio, primeiro: uma construção interna, que não é simples. Não é simples. Da prefeitura. Uma construção, inclusive, com a própria comunidade, do que essa comunidade queria. A própria confusão com a contratada, que era a Universidade, pra gente chegar a um consenso, porque prazo existe eles não conseguiam... Veja, uma coisa é você contratar uma empresa... Eu tô na gestão há 20 anos. Quando você contrata uma empresa, você tem um prazo, os caras botam os caras pra trabalhar. A Universidade começou a trabalhar como ela trabalha: escutando, escutando, escutando, escutando... E eu tinha um prazo. E eu comecei a cobrar da Universidade: “Olhe, vocês podem escutar todo mundo e a mulher de seu Raimundo, como nós estamos escutando, mas eu tenho prazo.” Uma outra coisa muito grave é que não dava para fazer a licitação do projeto e eu deixei lá isso neste pé, não fui eu

que assinei a primeira licitação, quando eu vi a primeira empresa que ganhou tava fora e eu disse “Vai dar merda”, porque eu conheço o mercado. Na hora que eu olhei, eu disse: “Vai dar merda.”

Laura - Que foi por isso que tá parado até agora, né?

Cida - Na hora que eu vi quem ganhou, eu disse: “Vai dar merda.” E Inamara disse: “Você tem bola de cristal?”, “Tenho não, mas eu trabalho com isso há muito tempo e vai dar merda.” Porque pra poder fazer aquilo tem que ser empresa de porte grande, que tenha capital de giro.

Laura - Até porque mangue ali, né...?

Cida - Amiga, não... Aí vê, uma coisa muito difícil: nós precisávamos de perfurar pra saber sondagem de solo, cálculo... E foi muito complexo. E a gente precisava entregar um projeto a URB, pra URB licitar com tudo isso. E a Universidade teve dificuldade. Teve, de verdade. Eles podem ficar putos com isso...

Laura - De precisar...

Cida - De precisar essas coisas e nós precisávamos de coisas precisas pra fazer a licitação.

Laura - Entendi.

Cida - Ali é área de mangue, construir ali não é simples.

Laura - E não é um projeto tradicional, né?

Cida - Não, amiga, a gente tá tratando de uma coisa nova, de estaqueamento, tecnologia nova. Então uma coisa é pensar mobiliária [], isso é simples, outra coisa é você pensar obra, fundação de obra, cálculo... Isso é uma outra história. Isso não é um embelezamento, um embelezamento é o que tá por cima, eu tô falando é do que tá por baixo. E nós tivemos dificuldade de prazo com a Universidade com relação a isso. Por que? Porque eles não são empresa, eles são um laboratório.

Laura - É a natureza, né?

Cida - É a natureza. Não é que eles são menos competentes, não. Tá os gênios pensantes lá, mas é a natureza do que cada um é. Uma empresa tá habituada a trabalhar com isso. Se ela não tem no quadro dela e só tem em São Paulo, ela manda buscar porque ela ganhou a licitação. Tu tá entendendo? Um laboratório, não.

Laura - Agora outra coisa que eu queria ver, é... Cida, a questão dos valores...

Cida - Eu disse que ia jogar pimenta, não disse? Tô nem aí.

Laura - É... Você, na minha reta final, tá tocando fogo no parquinho, veja só.

Cida - Tô não. Eu acho que a gente tem que botar as coisas...

Laura - Mas a controvérsia é isso, a controvérsia é...

Cida - Porque colocar as pedras em cima da gente depois não querer levar cacete... Olha, eu e Romero levávamos cacete dentro e fora. Eu peguei uma úlcera e saí da Secretaria do Meio Ambiente com câncer.

Laura - Danou-se...

Cida - Porque é pressão, nega. É pressão pra dentro e pra fora, pra dentro e pra fora... E não só isso. Eu tô dando esse exemplo, mas tudo, porque tudo que eu faço, eu faço com muito amor e me entrego. Eu trabalho 13 a 14 horas por dia porque eu me entrego. Eu não tô aqui na gestão pública pra ganhar essa bosta desse salário.

Laura - De brincadeira não, né?

Cida - Eu vim é da ONG, eu quero escala e aqui me dá a possibilidade de ser feliz fazendo escala e a ONG você faz as coisas dentro também.

Laura - É verdade. Agora me diz uma coisa, qual foi o impacto que você acha... Eu não consegui falar com Romero ainda, tenho que...

Cida - Você tem que ouvi-lo.

Laura - Eu tenho que ouvir e ele não me atende... E isso é uma pauta pra depois que eu parar de gravar aqui pra ver se você me ajuda. Mas, como é que você acha que... Porque você disse que puxou Romero logo no começo, se o desafio era o Parque Capibaribe, você puxou Romero e Romero é uma pessoa muito respeitada, todo mundo fala...

Cida - Ele é um consenso. Sabe por que ele é um consenso?

Laura - Isso teve peso nessa articulação?

Cida - Tem, por que? Porque ele é amigo de adolescente de Chico Cunha. Eles estudaram no Colégio de Aplicação, pra tu ter uma ideia. E, por acaso, um dos diretores, não sei como é que chama isso na Universidade, é Montezuma que é irmão de Chico Cunha. Todos esses arquitetos respeitam Romero. Todos. Todos. Porque []... Deste tipo de coisa ele não entendia, não, porque ele é da área de patrimônio. Ele é da área de patrimônio cultural, mas ele é respeitado por todo mundo e quem fez o primeiro desenho disso foi ele.

Laura - Mas ele também ia pra...

Cida - Dizer que foi a Universidade é uma mentira. Quando eu aprovei com o prefeito, foi os desenhos de Romero. Simples. Depois é que a Universidade pegou.

Laura - Mas ele também articulava com o pessoal das Graças ou ele ficava mais internamente na Universidade?

Cida - Quem articulava as Graças era eu.

Laura - Vocês se dividiam? Na parte técnica e...

Cida - Eu acompanhava... Na verdade, eu acompanhei isso de pertinho. Poucas foram as reuniões que eu não fui, uma ou outra reunião técnica na URB eu não fui. Fora isso, eu ia às reuniões do INCITI... Que terminou sendo criado o INCITI, que vem no [] do Parque Capibaribe... Entendeu? Eu acho que isso é um grande aprendizado pra gestão pública, pra Universidade... Porque a primeira vez que... Primeira não, mas é uma das primeiras vezes que a prefeitura paga a Universidade, porque a prefeitura paga as fundações universitárias, que é uma outra coisa. Nós repassamos dinheiro foi pra própria Universidade, para que o laboratório específico trabalhasse nisso. Isso é novo. Quando eu apresentei isso em Paris, na COP... É a 20? Acho que era a COP20. Isso foi um sucesso porque, para além de qualquer coisa, isso é um grande caso de articulação de poder público, Universidade, sociedade civil, troca de saberes... Tudo.

Laura - Agora falando nisso de sociedade civil, o Parque vai ter e já tem outros trechos, né? Você falou lá da mobilização do Damas e também teve dos empresários ali do Baobá e outras... E você é acostumada a lidar com essa articulação com a sociedade civil. Você viu alguma coisa de diferente, nesse caso específico, pra que a coisa terminasse com todo mundo feliz ou não? O que é que você vê de diferente?

Cida - Vejo. Vejo. Por que é que eu acho que vejo todo mundo feliz? É porque terminou que o poder público fez todo que foi solicitado pela Associação das Graças, então a Associação das Graças tem o projeto que ela desejou na vida. Acho que o poder público está extremamente feliz porque vai possibilitar algo novo. Esse projeto já foi apresentado em [], eu não pude ir, foi Romero que foi, esse projeto já foi apresentado na Rússia por []... Tu tá entendendo? Então, assim, são muitos os lugares que este projeto...

Laura - Já chegou. E a formação da Associação, você acha que tem impacto também? Porque querendo ou não é classe média, o pessoal tem amigo turista...

Cida - Amiga, a formação da Associação tem um impacto enorme nisso, porque quando você vai pras reuniões, estão os *top* do urbanismo local lá. Tá? E que ajudaram muito. Justiça seja feita. Os arquitetos que são da Associação ajudaram profundamente nesta construção. Porque, muitas vezes, as pessoas que são mais leigas não entendiam o que a gente tava querendo dizer e essas pessoas...

Laura - Eles traduziam.

Cida - Traduziam e ajudaram muito. Muito.

Laura - E veja, claro que o porte é diferente, mas a gente teve, mais ou menos na mesma época... Só pra acabar, pra eu lhe liberar. Na mesma época teve a história do Estelita, né? Assim, foi contemporâneo, que teve uma projeção muito maior e que terminou com um desfecho, vamos dizer, contrário ao do Parque, no sentido de... No Parque, aquele grito foi ouvido e no Estelita não. Por outro lado, a projeção que essa controvérsia do Parque, especificamente, nas Graças, tomou, foi muito pequena, assim, pra o que foi o Estelita, vamos dizer, até porque a área era maior... É outra coisa, é outra natureza. Mas você acha que teve esse trabalho... O trabalho de bastidor, do pessoal da Associação, de falar com você, a abertura que você tem ou a história das audiências mesmo, um trabalho de bastidor no sentido de não ficar dependendo só do grito mas também costurar com a Universidade, é comum ou foi diferente nesse caso?

Cida - Primeiro, eu acho que são duas coisas completamente diferentes. O Parque Capibaribe era um projeto real do poder público.

Laura - Já tava engatado.

Cida - Engatado não, tava decidido. Tinha sido apresentado publicamente. O que as Graças começou a discutir foi um pequeno trecho do projeto, dizendo que nós íamos fazer as quatro faixas, quando não íamos. Isso era um projeto que já tava batido o martelo, o que nós fomos discutir foi a modificação de um projeto de faixa 30 para um de quase zero faixa.

Laura - Não tinha tanto impacto pra cidade, né? Era mais pra eles.

Cida - O Estelita é uma área privada, vendida em leilão, que passou... Que era pública, vendida em leilão, que a sociedade tinha que ter se mobilizado naquela época, que passou batido, etc. O Estelita é outro contexto, é outra natureza de mobilização. Agora, acho que negociação é a melhor coisa nesses processos. Eu sou advogada e capitanei, junto com meu companheiro que tá no céu, o pai dos meus filhos, a primeira convenção coletiva do Vale do São Francisco. Eu tava grávida do meu filho Francisco. Foram 60 dias de negociação. Nós assinamos no Carnaval... Eu parei no dia 29 de março, quase que eu parei na mesa de negociação. Então, ter estas de você ter as negociações paralelas é a melhor coisa. Ter

abertura para negociação é a melhor coisa para um bom desfecho. Eu só vejo uma única diferença do ponto de vista das possibilidades de negociação, entre Estelita... Olhe, os [] são tudo inverso. Tudo inverso. É que, nas Graças você tem uma representação, que é a Associação. Você tem um interlocutor. No Estelita você não tinha interlocutores.

Laura - E fez questão de não ter, assim, de certa forma...

Cida - Então, impossível poder público negociar quando não tem interlocutores.

Laura - Não é difuso, né?

Cida - É difícil. Eu participei ativamente de várias reuniões aqui que a gente recebia. A gente discutia uma coisa, acertava uma coisa, quando eles saíam, diziam outra coisa na imprensa. Então... Porque eles não se entendiam, então... A tal da democracia direta, sem representação, ela é possível mas ela não existe ainda do ponto de vista prático. Isso é uma coisa que eu ainda vou ver... Espero viver 90 anos pra ver. Não tenho nada contra, eu quero dizer que ela é nova e complexa. E quando você vai discutir isso, do ponto de vista da negociação é uma loucura. As Graças, tudo que nós negociávamos, nós tínhamos um interlocutor. Eu acho que isso faz diferença. Não sei se eu lhe expliquei.

Laura - Explicou.

Cida - E não sei se eu ajudei.

Laura - Ajudou demais, demais, demais. A única coisa que eu preciso, que eu acho que vou até parar aqui, que eu acho que tu não vais conseguir... É a questão dos valores, de quanto foi liberado...

Cida - Amiga, eu posso pegar tudo isso em planilhas e te dar, e Romero... Sabe quem vai te ajudar nisso? Romero, que saiu, se aposentou ontem.

Laura - Foi, [] disse.

Cida - E ele tem tudo isso. E aqui a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem. Se ele não conseguir, eu falo com Guila, vou atrás dos meus negócios tudinho...

Laura - Guila é Guilherme Cavalcante?

Cida - É. Ele talvez dê todo o começo... O ideal seria uma pessoa chamada Romero. Porque eu sei valor... Com a Universidade foi 5 milhões. Eu, no meu período, salvo engano, cheguei a liberar 2 milhões e 800 ou foi 3... Isso tudo tá no site da [].

Laura - Mas... Ah, tá. Eu até achei umas coisas no site, à transparência, mas assim, é meio complicado...

Cida - Porque tem... É que tem assim: tem 1 milhão, uma vez eu soltei, depois mais 800 mil, depois mais 500 mil... Entendeu?

Laura - E também tem que saber, tipo, o que era da Caixa pra execução?

Cida - Não. Eu tô falando da elaboração. Quando você libera e dá execução, você não pega na Secretaria de Meio Ambiente, execução é URB. O que sair do Parque Capibaribe de Meio Ambiente é pra Universidade e pra elaboração.

Laura - Tá, mas a história... A verba do PAC foi dividida entre eles ou era só execução?

Cida - Há três tipos de verba, tem a verba da elaboração com a Universidade, que isso era dinheiro saído da Secretaria de Meio Ambiente. A verba da Caixa é execução com a URB. Agora, a execução das duas primeiras etapas, que é o Jardim do Baobá e o Cais, isso eu fiz com o dinheiro de compensação ambiental e dinheiro todo de Meio Ambiente. Por exemplo, o Jardim do Baobá tinha compensação ambiental de três empresas. A maior empresa que botou lá foi Rio Ave e Hospital Português, que deviam compensação ambiental... E foi por aí. Não entrou nenhum dinheiro desse na conta da prefeitura. Eu apresentei o projeto e disse “Eu quero que você execute isso.”

Laura - Entendi. E o dinheiro do PAC? Tu dissesse que não foi pra cá, não foi pra Secretaria de Meio Ambiente, mas a verba liberada pelo PAC foi só pra esse trecho ou foi dividida com outra coisa? Tu sabe?

Cida - Acho que é só pra esse trecho. E eu tinha saído, vi a licitação, vaticinei que ia dar merda...

Laura - Entendi.

Cida - Inamara quase morre.

CIRCE MONTEIRO – arquiteta e urbanista, professora e uma das coordenadoras do

Inciti/UFPE

(entrevista em fevereiro de 2020)

Circe - ...onde a Prefeitura nos contratou, aí nos dizem “Vocês fazem o projeto, agora aqui vocês não vão fazer nada porque já tem um projeto pronto”, falei “Mas como?”. Foi aquela coisa... Fiquei “Mas como? Mas não dá pra fazer nada?”, “Não, não. Já tá contratado, já tá pronto aqui. Vai ser quatro...”, aí eu digo “Mas é um absurdo essa proposta”. “Não, não, não.” E aí a gente passou a fazer o projeto inteiro sem pegar naquilo. Até que daí, os moradores, quando viram que a gente tava fazendo o projeto do Parque da Beira-Rio, falaram “Ué e por que que não é Beira-Rio aqui? Por que aqui é essas vias? A gente não quer essas vias” e aí eles começaram um movimento questionando a administração, o projeto. E aí foi aquela coisa, né?

Laura - E... Mas, assim...

Circe - Não... Eles que iniciaram mesmo a discussão.

Laura - Agora, ao longo do processo, por exemplo, quando vocês anunciaram lá em 2014, né? Foi a primeira apresentação, ainda era preliminar, acho que ainda pegava a margem direita, não lembro bem... Mas, assim, foi apresentado como preliminar, assim, o primeiro anúncio público sobre o projeto. Não tinha, então, o trecho das Graças. Pulava aquele trecho. E quando foi que a Associação se manifestou e como foi que a Prefeitura sinalizou pra que vocês desenhassem ali também? Projetassem, enfim... Incluíssem.

Circe - Ali foi... Eu me lembro um pouco, assim, que eles entraram com a ideia de que “Nós queremos também um parque aqui nas margens.” As primeiras reuniões que foram feitas com eles, a secretária ainda era Cida Pedrosa e foram muito agressivos com a administração. Cida era secretária... Eu me lembro que foi Cida e que Romero saíram de lá horrorizados. Eu vou falar mas você não fale mais... Ela disse “Mas nós temos um projeto pra essa área com o financiamento de 52 milhões aprovados” e alguém disse “Enfie os 52 milhões no cu!”. E aí Cida saiu indignada. Mas, na leitura deles, era um problema político, eram contra a gestão e o prefeito. E eu dizia “Não, eles tão defendendo uma visão que eles têm pro bairro que eles moram lá”, “Não, não, não. Tem fulaninho ali que eu sei que é de tal partido, tem sicraninho que é de tal partido...”. Então eles fazem uma leitura basicamente política da oposição do projeto...

Laura - Partidária, né não?

Circe - Partidária, é. Até que a gente disse “Deixa a gente então conversar com eles.” Isso porque dentro da própria Associação existiam muitas visões conflitantes, também. A reunião que eles faziam da Associação não era sem conflito, obviamente. Aí eles iam assim: “Tem a pessoa lá que é sempre contra, que não sei o que... Tem a fulaninha que é filha do sicraninho que enche a paciência e não aceita nada...”. E aí a gente resolveu fazer uma série de reuniões com todos os grupos, os que eram simpáticos e os que eram antipáticos, pra discutir o que se pretendia e vim com uma proposta, a gente veio com uma proposta, discutiu... Aí fizemos uma reunião, que essa reunião que eu achei que foi a fundamental, onde a gente convidou todo mundo pra ir lá pro INCITI ver o projeto. E nesse dia a gente tinha feito, na frente do INCITI, uma piscina de bolinha de plástico, não sei nem por que que era, era alguma coisa... E aí a gente apresentou o projeto e todo mundo falou “Não, é essa a ideia”, inclusive as contradições internas, as pessoas que sempre iam contra a Associação, coisa e tal.

Laura - Tu lembra quando foi isso?

Circe - Não.

Laura - Foi antes de vocês desenharem o trecho já ou não?

Circe - Não, isso foi o primeiro desenho do trecho. Isso foi o primeiro desenho, quando a gente mostrou pra eles. Quando a gente mostrou pra eles, que foi a primeira ideia, e houve essa aceitação, aí a gente falou pra Cida e o pessoal “Olha, a gente conseguiu uma posição deles com todo mundo favorável, então isso é uma coisa positiva” e aí a gente passou a assumir a interlocução do projeto com a Associação das Graças, que era Lúcia, que era a presidente, Fernandinha... Aí a gente começou a assumir, não mais a secretária.

Laura - E aí a Prefeitura também baixou a guarda, um pouco?

Circe - Não, foi um ano de briga e discussão.

Laura - Depois disso ou antes disso?

Circe - Depois disso.

Laura - Ah, tá. Entre a Associação e a Prefeitura?

Circe - Sim. Fernandinha pediu uma reunião com o prefeito, uma audiência, que ela deve ter te contado, que deve ter demorado, assim, 8 meses.

Laura - É, foi. No grupo do Facebook deles fala.

Circe - Né? Até que eles resolveram botar fogo na Rui Barbosa, né? Que foi aquele negócio quando a Prefeitura soube que eles iam botar fogo na Rui Barbosa aí foi uma coisa... É com fogo virtual, né? Mas... E aí a gente continuava trabalhando no anteprojeto, somente, nas Graças. Pra gente foi muito interessante contar com essa força da população defendendo o projeto.

Laura - Mas você acha que... Porque, assim, houve outros trechos, né? Teve o Baobá e agora mais recentemente teve ali na Otávio de Freitas... É Otávio de Freitas, a praça?

Circe - O primeiro foi Otávio de Freitas.

Laura - Foi? E antes do Baobá?

Circe - Antes.

Laura - Ah, eu não lembrava, não. Eu vi matéria sobre a inauguração agora em 2019. Mas, enfim...

Circe - Deixa eu explicar. Quando a gente começou a fazer o projeto, nosso escritório era no Memorial de Medicina, naquela parte de cima, porque a gente não tinha um lugar onde trabalhar com tanta gente quando a Secretaria entrou com o Projeto Navegabilidade, quando a gente viu o projeto, ali naquele trecho, ainda estavam locando a estação e o estacionamento na beira do rio. A gente quase ficou com o cabelo em pé, né? “A beira do rio é um lugar que é de honra, não é pra botar os carros...”, aí nós nos propomos a redesenhar o projeto que eles tinham, era na Suassuna, aí eles aceitaram, nós redesenhamos a praça toda e finalizamos o projeto e demos pra eles, eles passaram, então, a desenvolver o projeto executivo daquele desenho. Então, daquele projeto todo, a única coisa que foi construído foi aquilo e que ficou pronto agora, que foi construído pelo poder público.

Laura - Isso aí ainda foi antes até da...

Circe - Antes do Baobá.

Laura - Antes do Baobá e antes de lançarem o Parque oficialmente, não foi, não?

Circe - Não.

Laura - Foi depois?

Circe - Foi.

Laura - Certo, mas aí voltando pra história das Graças, o que eu queria... Assim, você destacou a questão da participação da população, mas a gente sabe que aquela área é bem privilegiada, no sentido socioeconômico, intelectual... As pessoas que participaram, que interagiram com vocês, tinha muita gente ligada a arquitetura e urbanismo, por exemplo, de alguma forma ou, no caso de Fernanda, direito à cidade... Qual foi o impacto que você acha que isso teve nessas tratativas todas que se estenderam por esse tempo todo, assim, desde o começo onde a coisa foi mais agressiva até depois? Porque depois acho que eles começaram a interagir, depois que a coisa pacificou e eles aceitaram o Parque, voltou a interagir, a triangular com a Prefeitura, não sei...

Circe - Deixa eu ir no banheiro...

Laura - Vá. (...)

Circe - ...mas a gente sabia que não adiantava só dentro da Associação. A gente fez inúmeras reuniões com as outras pessoas do bairro, que não eram necessariamente ligadas a esse tipo de coisa. Nós fizemos reuniões na igreja, várias vezes, ali onde era a Arquidiocese, no Fazendinha, fizemos reunião no *food truck*... Fizemos reunião em vários lugares do bairro, sempre convidando toda a população e sempre vinham grupos diferentes do que tinham vindo.

Laura - E quem não tava, por exemplo, quem tava por fora da discussão, até então, como era a reação...?

Circe - Não, é por isso... Eu tô dizendo assim, por isso que cada vez que a gente fazia uma reunião, a gente procurava chamar pessoas novas, né? Botava cartazes na rua, dizia que ia ter reunião... Eu nunca apresentei tanto esse projeto na minha vida como naquela comunidade. Era muita... E aí, realmente, apareciam aquelas vozes com o pensamento diferente mas que ficavam isoladas e cada vez mais se criava uma visão de que era aquilo. Ah, eu me lembro uma vez que teve assim... A gente propôs fazer uma ponte das Graças até Madalena, aí uma senhora disse, uma vez: “E vocês vão trazer os ladrões da Madalena pra vir aqui pras Graças?” Então, assim, visões bem distonantes de todo o resto, né? E a gente tinha que conversar e ouvir, pelo menos, o que ela tinha a dizer, né? O bairro fazia aquele café da manhã no domingo, a gente ia pro café da manhã...

Laura - É, mas é sobre isso que eu tô falando... Por exemplo, o bairro tem, tradicionalmente, esses espaços, né? Por exemplo, a igreja sempre foi um lugar de reunir, mesmo quem não é da Associação, mas de reunir, o próprio *food truck*, o café da manhã que é uma mobilização, vamos dizer assim, que não é tão comum aqui na cidade do Recife... Esse terreno que vocês encontraram lá de abertura, de certa forma, de participar, porque mesmo essa pessoa que discordava foi lá, deu a cara e disse, e se você pegar outros bairros, sei lá, talvez isso não... Essa aglomeração, essa reunião...

Circe - Cada lugar é um lugar, então esse processo que a gente começou ali, que a gente chamou de ativação, que é mais do que participação, porque é tentar trabalhar com a pessoa numa visão para o espaço... Cada lugar é diferente. Não tem... Inclusive, quando a gente escreve “qual a metodologia do projeto?”, é uma metodologia muito flexível, porque a gente sabe que em cada canto do rio os agentes são diferentes, a população é diferente, os interesses são diferentes, então a gente tem que olhar e tem que entender quais são os conflitos, quais são as lógicas, pra poder, inclusive, chamar ela. Só fazendo contraponto, na Capunga foi completamente diferente, foi muito mais difícil, porque enquanto lá você

tem uma população residente [], na Capunga eu tinha Maurício de Nassau, tinha Polícia Militar, o Derby, prédios com muitos moradores, mais muitos residentes dos hospitais, né?

Laura - Sim. Que não são dali, assim, originalmente...

Circe - São residentes dos hospitais, das clínicas dos hospitais da Ilha do Leite, que moram por ali. Alguns moradores [] descontentes com o barulho da Nassau, principalmente de noite, os *food trucks*... Os *food trucks* que por si só eram importantes... Quer dizer, então, a gente fez um projeto que a gente fez a residência Capunga, no restaurante da esquina a gente ficou lá, falando com as pessoas, convidando as pessoas pra sentar pra discutir, policial... Completamente diferente, né? Porque o público era diferente. Nas Graças a vantagem é que esse envolvimento das Graças teve um rebatimento importante pra equipe do projeto, pra equipe do projeto se animar muito de estar fazendo o projeto e ter esse contato com as pessoas que vão morar lá.

Laura - Entendi. Ter esse diálogo aberto. Agora falando em diálogo e até pela característica, porque não é muito comum essa parceria entre Universidade e Prefeitura na área de urbanismo, planejamento urbano, enfim. Como é que foi pra vocês estar nesse lugar? Porque aí você disse que vocês foram lá conversar com as Graças e ao mesmo tempo vocês tavam ligados à Prefeitura... Como é que se deu essa triangulação, assim, em termos institucionais e ou não? Enfim.

Circe - Do primeiro momento foi muito legal, porque como a gente era da Universidade, eles não viam a gente como um interesse partidário, enquanto que a Prefeitura é toda separada, cada secretaria pertence a um partido ou a algum grupo que faz parte da coalizão que está governando. Então isso leva assim que, secretarias que deveriam estar cooperando, na realidade disputam. Quando a gente entrou, a gente desenvolveu um papel que eu achei fantástico, que a gente conseguia chamar uma reunião com as várias secretarias e elas vinham e elas falavam com elas entre si e conosco, a gente chamava e... Então isso foi uma coisa muito, assim, “Gente, a gente tá fazendo uma articulação mais do que da população com a Prefeitura, é da Prefeitura com elas mesma, então isso é muito interessante”, né? Aí a gente conseguiu muitas visões positivas das outras secretarias com o projeto, coisa e tal.

Laura - E da população com a Prefeitura, como é que foi desempenhar esse papel? Se foi realmente esse papel de articulação de...

Circe - Sim... No nosso caso, eu acho assim que a gente, como tava fazendo um projeto da Prefeitura, a gente veio apresentar à Prefeitura com uma face diferente, né? Quer dizer, assim, eles nos contrataram pra fazer esse projeto. No caso das Graças tudo ficou mais complicado porque quando a população disse que queria o projeto e eles foram conversar com a Caixa Econômica se podia mudar o projeto, das vias para esse projeto, e a Caixa Econômica disse “Sim”, aí eles falaram “Mas nós temos que apresentar um projeto executivo em 8 meses ou a gente perde o dinheiro” e eles usavam isso como uma pressão, né? E não tem como licitar em 8 meses, não tem como fazer isso e não sei o que lá... A gente tava tão envolvido com aquele processo que a gente diz “Não, a gente faz o projeto executivo”, embora nunca tenha sido a nossa intenção de entrar no projeto executivo, falei “Não, a gente estrutura...”, Luís e Roberto falaram “Não, a gente traz mais arquitetos pro grupo, mais engenheiros...”, era Luís Carvalho que coordenava a parte de projetos e disse “Não, a gente faz.” Trouxemos mais engenheiros pra equipe e começamos a fazer o projeto executivo, com a ideia de trabalhar, inclusive, junto com a URB nessa elaboração. Aí que nós começamos a ter uma série de problemas, né? Porque o processo de execução do projeto pra Caixa é extremamente complicado, todo mundo diz isso abertamente. A gente achava que trabalhando com a URB a gente já ia trabalhar dentro dessas normas, mas é isso que a gente trabalhou junto com a norma e quando o projeto foi a primeira vez, foi pedido uma série de mudanças, foi a segunda vez... A gente chegou a conclusão que nem a URB, na realidade, estava sabendo dos requisitos da Caixa. Mas aí se começou a criar, dentro da Prefeitura, uma reação ao projeto. É como se dissessem... Como eu posso dizer?

Laura - Dentro da Prefeitura geral ou algum órgão específico?

Circe - Não... Aí começou com URB, talvez. Uma reclamação de que a gente não sabia fazer direito, que não tava certo, porque não tava... “Sim, minha gente, a gente tá trabalhando junto com vocês, seus engenheiros tão aqui, quem tá fazendo especificação são vocês, quem tá fazendo...”, inclusive eu disse que a gente só faria se URB fizesse especificação e orçamento, que não teria condições de fazer nesse tempo. Esse projeto foi e voltou umas cinco vezes, a gente retrabalhou ele “n” vezes...

Laura - Mas aí essa parte de ir e voltar vinte vezes já foi o ajuste fino do executivo, né?

Circe - Do executivo.

Laura - Mas a ideia, o conceito, já tinha sido aprovado pelos...?

Circe - Já tinha sido aprovado pela Prefeitura.

Laura - Tu lembra quando foi isso, quando definitivamente os moradores e a Prefeitura bateram o martelo? Porque eu tenho dois indicativos: final de 2015, mas aí só, basicamente, só tinha uma fala de Lúcia e tal, e depois no começo de 2016, que foi, enfim, acho que foi no Diário que saiu essa matéria de que os moradores aprovaram. Tu lembra quando foi a data?

Circe - Não... Porque não tem uma aprovação, assim, de uma data formal. Foi um processo. Entendeu? Não foi assim “Agora tá aprovado.” Houve essa primeira ideia, a gente apresentava, aí tinha uma discussão, “Ah, a saída do meu prédio não pode ser assim”... Aí tinha sempre pequenos ajustes até o projeto, a concepção dele ficar pronta. Então, assim, não houve uma data, uma reunião que se disse “Vamos aprovar o projeto”, ele foi passando por processos de ajuste. Eu acho, assim, que a primeira data, que eu digo de aprovação, foi esse dia lá no INCITI. E aí terminou...

Laura - Que foi de aceitar, na verdade, o conceito, né?

Circe - Foi. Que eu me lembro que tava Lúcia na banheira de bolinhas e uma das meninas que elas disseram que era muito chata, que não falava com ninguém, que só reclamava, também na banheira de bolinhas, eu falei...

Laura - “Alguma coisa vai acontecer”, né?

Circe - “Alguma coisa tá boa.” Terminamos a reunião e as duas estão na banheira de bolinhas conversando e tá tudo bem. Então, acho que pra mim, como coordenadora, assim, de sentir uma hora que foi... A mesma coisa, ter muito arquiteto é o maior problema, porque com muito arquiteto todo mundo quer botar a mão, todo mundo quer botar direito, todo mundo tem uma visão.

Laura - Pode ser bom e pode ser...

Circe - Pode ser ruim, também.

Laura - Pode ser bom pra talvez sensibilizar outras pessoas que não são de arquitetura. Será? Faz sentido isso?

Circe - Pode. Pode ser, claro. Explicar, né?

Laura - Foi o que aconteceu lá? Essa... Tradução?

Circe - Como eles eram moradores, eu acredito que eles devem ter feito muita tradução, também, né? Mas, assim... Mas o “mais” eu acho que foi nessas reuniões sucessivas.

Laura - E dentro da Prefeitura, assim, tu lembrás de alguma etapa... Por exemplo, eu lembro de uma reunião dessas da Arquidiocese que Braga participou, acho que era até aniversário de Braga e aí meio que a sensação que passou ali foi que a Secretaria de Mobilidade tinha dado um “ok”, tava tranquilo com o projeto. Teve a...

Circe - Não. Ali foi até pelo contrário. A gente achou que Braga tinha... Ele defendia o projeto das vias e ele achava que o projeto das vias era solução de mobilidade. É a grande questão dele era de mobilidade. E aí ele foi pra essa reunião pra inclusive ver o quanto ele poderia influir para uma troca, mas nessa reunião acho que ficou patente pra ele que havia um consenso e uma representação bem grande da população pelo projeto. E aí ele sentiu que não ia ter espaço pra ele falar nada, mas quando ele saiu ele fez um comentário, que é “Vocês vão acabar com o sistema de mobilidade da cidade com esse projeto. Vocês vão estragar tudo.” Né?

Laura - E aí isso foi a que ficou até agora ou já...

Circe - O pior é que ele era meu vizinho, eu era a síndica dele e por causa disso a gente passou a não se falar no prédio.

Laura - Mas em algum momento depois ele demonstrou convencimento, não?

Circe - Não, não acho que ele tenha demonstrado convencimento, não.

Laura - Ele simplesmente... Não só ele mas, assim, teve outras... Porque, por exemplo, no caso da Secretaria de Meio Ambiente teve que conviver com esse projeto até o fim, a URB também teve dissenso lá dentro e depois teve que abraçar até o fim. Mas essas pessoas que, enfim... Essas instituições, esses órgãos, URB, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Mobilidade... Não sei mais, qual é a que a gente pode falar?

Circe - EMLURB, URB, CTTU...

Laura - Pronto, todos eles... O dissenso que havia dentro, vocês acham que foi resolvido com convencimento ou eles simplesmente deixaram “Ah, tá bom, perdemos essa batalha”?

Circe - Eu acho que foi porque o prefeito marcou muito claramente que esse projeto seria um projeto estratégico pra gestão e aí ele ficou quieto. Se não fosse isso, ele... Mesmo assim ele nunca teve uma pulsão de ajudar. Pra você ter uma ideia, ele ia defender [] teve que pagar uma multa ambiental de 1 milhão e 200, que na reunião da CDU se estabeleceu que esse dinheiro tem que ser usado no Parque Capibaribe. Até hoje ele sentou em cima desse dinheiro e ele não libera pra gente.

Laura - Naquele trecho específico ou em outro qualquer?

Circe - Era pra ser em qualquer um. Primeiro que ele defende, ou defendia, os interesses de Janguê sempre, em todas as reuniões ele tava defendendo Janguê e ele defendia que aquele dinheiro fosse gasto ali na margem da frente do colégio lá, do Maurício de Nassau. A gente disse que tudo bem, que poderia ser, mas até hoje não houve uma liberação desse recurso.

Laura - Na frente do lado mais pras Graças ou mais pro Derby? Porque tem ali... Tem um estacionamento ali, também, no Derby.

Circe - Pras Graças, ali, tem estacionamento... Tem nos dois.

Laura - Que, inclusive, deixa eu te perguntar. Teve uma matéria que saiu e aí eu tô meio que fazendo *fact checking*, porque meu ponto de partida foram as publicações, as matérias, tanto no *site* da Prefeitura, como no *site* do INCITI e nos jornais. Uma netnografia, né? Que a gente chama. E aí teve uma matéria, uma única filha de mãe solteira, que falava justamente sobre a Nassau cedendo aquele estacionamento para o Parque. Foi uma cessão mesmo, assim, ou aquilo nunca foi deles? Tu sabe como é que eu faço pra descobrir essa questão da... Relação da Nassau com isso, entendeu?

Circe - Bom, aquele espaço ali que [] é o espaço da área...

Laura - Que era da fábrica.

Circe - Não, mas o direito daquela área é a área... Como é que se diz? É o limite de área que lindeira o rio. Que, *a priori*, ele não teria direito, então. Mas ele sempre usou esse discurso: “Eu doei essa coisa pra Prefeitura.” Na realidade, a Prefeitura já tinha o direito de passagem ali...

Laura - É, porque, por exemplo, destruiu quadra de futebol do prédio, né? Enfim... Demoliu a quadra de futebol do prédio, que também tava construída... Imaginei que fosse a mesma coisa.

Circe - Sim, é. Aí no discurso da reunião com ele, ele assim: “É porque se esse projeto não for como eu quero, eu pego de volta o meu terreno”. Eu, que sou a única briguenta, aquariana, digo assim: “Ué, pegar como? Ele não é seu”, “Porque esse terreno vale milhões, vale milhões a terra aqui.” Aí eu falei pra ele: “Mas é não edificante, você não pode construir nada.” Aí eu fui muito malvada e falei: “Deve valer milhões pra minhoca.” Aí todo mundo me deu um pontapé embaixo da mesa, tive que calar a boca... Né? Porque ele também tava nesse projeto, ele dizia assim: “Eu não quero nada em cima dessa calçada que essa calçada é minha.” Olhei pra um secretário, olhei pro outro, ninguém falou nada. Eu falei: “Vou deixar claro pro doutor Janguê que a calçada é pública, a rua também é pública.” Aí ele disse: “Fui eu que fiz a calçada e ela é minha.” Aí eu disse: “O senhor pode ter feito, porque a legislação assim o obriga, mas ela continua sendo pública.” Mas, assim, eu não conseguia falar com ele...

Laura - Mas ficou pacificado. Ele... Finalmente aquela...

Circe - Não, não ficou pacificado, porque... Você lembra que a gente fez uma ocupação ali na Capunga? Que era exatamente pra tratar aquele conflito com os *food trucks*. Nisso nós fizemos um tratamento com os food trucks, que durante três meses eles fizeram treinamentos no SEBRAE pra trabalhar melhor com lixo, com descartável, com práticas sustentáveis... Os *food trucks* fizeram uma organização dos *food trucks*, que não existia, que chama-se Associação dos Comerciantes da Capunga, que eles eram totalmente pulverizados e eram... E quando nós fizemos aquele espaço, que era um espaço temporário, Janguê mandou destruir tudo, assim, unilateralmente. Creio que pra mostrar o poder que ele tinha. “Eita essa Ruizinha...”

Laura - Mas, assim, sobre...

Circe - Camila! Seus amigos tão aqui. Tem banana?

Laura - Sim, mas assim, quando eu digo... É o seguinte: ele não pode mais pegar de volta aquele trecho?

Circe - Não...

Laura - Já tá pacificado, né?

Circe - Faz parte até do projeto.

Laura - Pronto, então eu acho que é isso. Tu tens algo mais, alguma consideração que você acha relevante para essa questão da...?

Circe - Esse processo de participação que você tá falando, basicamente, né? Eu acho, assim... Achei inovador quando a Prefeitura chamou a gente pra fazer o projeto porque isso significa que você tá trazendo novas práticas, novas visões de projeto de cidade, mas é um processo muito difícil porque você tá sempre lutando contra todas as forças que são conservadoras e por fazer aquilo que a gente tá acostumado a fazer, do jeito que a gente tá fazendo, acostumado a fazer... Então a entrada da população das Graças como aliado deu uma força muito grande, mas quando foi o projeto executivo e a URB assumiu, ela cortou completamente a possibilidade de continuidade com a população. Nós desenvolvíamos um sistema que a gente ia ter obra aberta, ou seja, em vez de botar tapume, eles poderiam botar grade, mas a população podia estar vendo o que tava acontecendo, como tava vendo que... É um conceito que usa muito, né? Você pode estar vendo a obra. Outra coisa, a gente fez... Eu tenho aqui cartazes, *folders*, todos prontos, que era fazer a cada 15 dias um *update* pra população de como tava a obra, o que tava acontecendo e não sei o que. Quando teve a primeira licitação, eles nos proibiram de fazer isso porque, como teve o primeiro problema e a coisa... “Não, a gente não vai dizer isso pra população.” E aí a forma de trabalhar, como sempre é, esconder pra não ter que enfrentar que tem uma coisa errada. E aí a população ficou esperando, esperando, esperando... A gente querendo fazer essa ponte, só que como a URB assumiu a obra e agora era obra, então eles tiraram da gente esse...

Laura - Já é outro relacionamento, né?

Circe - É outro relacionamento. E aí essa relação dos moradores com a obra se rompe, porque eles passaram a não saber o que tava acontecendo, ou se houve problema na contratação, viam que desestruturou tudo e de repente nada tava andando... E sempre assim, eles perguntando e nunca ninguém respondendo.

Laura - Entendi.

Circe - Então isso pra gente foi uma violência. A gente queria muito continuar no processo de diálogo, né? Mas, assim, o próprio secretário chegava na gente às vezes e proibia a gente de responder as perguntas no WhatsApp ou no *site* quando via. Era só a Prefeitura que respondia. E aí ela não respondia.

Laura - Agora, voltando só um passinho atrás... O prefeito, você disse que um dos fatores que levaram a pacificar, a um consenso, assim, mesmo que não por concordar, mas foi a questão do posicionamento firme do prefeito. No seu entender, esse posicionamento foi por uma visão mesmo que ele tinha por ter abraçado o projeto ou foi pela reação dos moradores das Graças, ou foram as duas coisas juntas? O que é você acha que convenceu o prefeito? Porque se isso foi um fator decisivo, é importante saber...

Circe - Eu acho que... Primeiro, o Parque Capibaribe continha no plano de governo dele. Ele falava de fazer o Parque.

Laura - E ele percebeu a contradição de botar as faixas lá?

Circe - É. Segundo, quando ele botou o projeto, ele achou que ia ser um projetinho, uma coisa pequenininha, ele não esperava que desse tanta visibilidade como deu.

Laura - O projeto que você diz é o das Graças, ou do Baobá ou como um todo?

Circe - Do Parque como um todo, antes do Baobá mesmo. Mas deu um “Ah...” porque era uma ideia nova mesmo. Aí isso já fez com que ele já tivesse mais... Porque ele sempre tentou proteger o projeto do Parque pra ele continuar. Nós passamos por quatro secretários diferentes: Cida, Inamara, [] e Guila. Meio ambiente, economia, desenvolvimento tecnológico.

Laura - Que é até agora.

Circe - É. Ou seja, são mudanças de visões imensas pra gente conter esse processo. Se a gente tivesse uma participação da população mais ativa, talvez fosse mais efetivo o projeto ter continuado com uma mesma visão. Mas mesmo assim, só ter aquela ideia que as Graças teve aquela coisa, eles passavam a... Porque eles viram como o projeto tinha um poder de mobilização em todas as margens. Quanto ao prefeito, eu acho: 1 - que tava no plano de governo dele, 2 - ele deu pra uma secretaria que era muito pequenininha, que não tinha muita relevância, o projeto que pôs a secretaria no mapa e todo mundo depois queria um projeto “Pra minha secretaria”, “Não, vai pra minha”, “Pra minha”, não sei o que. Como defensores do projeto tinha também o vice-prefeito, também acreditava muito, Luciano, e principalmente Francisco Cunha, que ele era o... Conselheiro? Não sei o que ele era... Conselheiro do prefeito, né? E ele acreditava muito no projeto, então acho que muitas coisas Chico dava, assim, um aval de que sim, seria um projeto importante pra cidade, que teria uma coisa e tal. Então eu acho que ele teve esses dois lados, não acredito que ele se decidisse só com o lado da comunidade. Tenho minhas dúvidas.

Laura - Foi uma soma de fatores, né?

Circe - Foi uma soma de mil fatores. Mas quando a comunidade também se colocou, até esses assessores disseram pra ele: “Olha, veja como tem possibilidade desse projeto de mobilizar as pessoas...”, né? “...porque ele tá respondendo a um motivo que ninguém vai ser contra. Resgatar o rio, fazer um parque...”

Laura - Mas, pronto. Falando nessa questão de “ninguém vai ser contra” e até na proposta inovadora de vocês até no formato de trabalhar, voltando um pouco na questão socioeconômica e tal, faz diferença ser um bairro de classe média que, por consequência, talvez entenda melhor as premissas, esteja mais próximo desses conceitos...?

Circe - Eu acho mais difícil trabalhar com um bairro de classe média do que com uma comunidade. Muito mais difícil.

Laura - Por causa daquela questão dos arquitetos, que você falou, cada um tem uma opinião, ou não?

Circe - Não, exatamente porque a classe média tem muitas ideias e tem muitas posições e é uma classe que se acha com mais direitos, não é? Então é mais difícil. Ter conseguido isso de uma classe média, pra mim, foi, assim, uma coisa fantástica, né? Porque é muito mais fácil trabalhar com uma comunidade.

Laura - Ok, dona Circe. Tem mais alguma coisa que você ache que seja relevante pra esse processo?

Circe - Eu acho que agora, no final do projeto, que a gente tá terminando o projeto, tem coisas interessantes pra gente falar sobre lições aprendidas desse processo de participação. Todas as vezes que teve essa participação o projeto cresceu, não só na vista da cidade como também como concepção, porque pra gente que é arquiteto, quanto mais você ouve e entende qual a questão que você tem que resolver, mais criativo se torna o projeto. Agora no final do projeto... Porque, você veja, até agora as Graças não saiu do papel. Aliás, vai ter... Ontem teve o bloco, né? “Eu acho é graça”, né? Acho que foi ontem.

Laura - Foi essa semana, não lembro se foi ontem, não.

Circe - “Eu acho é graça, Beira-Rio, ninguém sabe ninguém viu!”, uma coisa assim, né? Porque esse processo de inovação, o que eu digo, ele não pode acontecer só num canto. A gente, então, a Universidade, chegou pra oferecer conhecimentos e novos vistos em várias coisas: na pesquisa, na concepção e na inovação de fazer esse contato com a população, que eu não chamo de participação porque não é perguntar o que você quer. O caso das Graças, lá no *site* do INCITI, você vai ver: a festa de aniversário, que foi a primeira coisa e que foi muito interessante, como você disse, todo mundo é de classe média, a gente fez uma festa... Dia das Crianças lá e que tem até o depoimento de Ivanzinho, que

não era vereador e que dizia: “Hoje a gente veio aqui e eu descobri que o fulaninho é meu vizinho e eu não sabia. Aí vim descobrir que fulaninha também mora no bairro e eu não sabia.” Né? Então a gente precisa de um espaço pra gente se reconhecer como morador do bairro. Mas foi muito legal essa fala dele, né? Porque quando a gente faz um evento assim, “Dia das Crianças na Beira-Rio!”, vai todo mundo. Todo mundo que tinha criança e até quem não tinha criança... E aí foi aquele processo de se ver e de se reconhecer morador daquele lugar, então o próprio processo ajudou. Depois, no outro dia, o outro evento foram eles que fizeram o evento, que foi a “Barqueata”, que eles contrataram todos os barcos, botaram tudo que é criança pra passear no rio. Foi lindo. Tinham os velhinhos que levaram flores pra pôr no rio... Tinha um barco só de cachorro. Então foi lindo e foram eles que fizeram isso. Então foi daí que a gente começou a fazer esses eventos na rua e participar como forma mesmo de fazer amalgamar essas ideias. Antes eu tava dizendo outra coisa... Nesse processo, que foi um grande processo também que foi trazido como inovação, que não é você chegar lá e perguntar “O que você quer?”, fazer uma reunião fechada e coisa e tal, não, é estar lá, discutindo o dia a dia, vivendo o bairro, indo pra igreja, indo pro café, entendeu? Esse processo que a gente chamou de “Ativação”, como ativar a vida do lugar, né? Então isso foi, também, interessante. Mas esse processo também é um processo que deveria maturar e mudar, também. Digamos, durante a execução da obra deveria ser um outro projeto, onde esses moradores passariam a ser os fiscais do andamento das coisas, entendeu? Para... Inclusive, porque uma coisa importante é você desenvolver essa relação de pertencência com o lugar, porque um parque desse pra sobreviver, esses moradores vão ter que se envolver. Na manutenção, na fiscalização, como ele tá mantido... A gente sabe que um espaço de 1,5km nessa cidade precisa de uma gestão e a gente pretendia, ou antecipava, desenvolver uma gestão participativa. Durante todas as entrevistas que a gente fez com os moradores, a gente perguntava: “O quanto você estaria disposto a molhar as plantas? De 1 a 5: muito ou nunca?”, “O quanto você estaria disposto a discutir quais atividades vão acontecer no Parque?”, “O quanto você estaria disposto a fazer uma fiscalização?” e eles saíam colocando, né? Agora, “O quanto você estaria disposto a contribuir financeiramente com o coisa?”, aí ninguém queria contribuir. Então, assim, muito interessante você entender isso. Até porque uma mudança assim, nessa mentalidade, precisava de construir esse processo de engajamento. Identidade eles têm, mas e o engajamento, o *attachment*, a pertencência ao processo novo do Parque, né? E ao mesmo tempo é um parque deles, mas é da cidade, né? Então eles vão estar lá mas vão ter pessoas que vão estar acusando de todos os cantos.

Laura - E isso é uma coisa que você identifica que eles já têm essa percepção ou é uma coisa do uso mesmo, a partir do uso?

Circe - É uma coisa a partir do uso... Vai ter muito conflito como a gente teve no Baobá, porque a hora que os meninos vieram da periferia pra usar lá, a classe média ficou toda... Teve um ataque histérico, porque tinha os meninos... E chamava a polícia e dava baculejo nos meninos e os meninos só tavam ali sentadinhos cantando música. “Ah mas tão fumando maconha”, os meninos do colégio da frente também fumavam maconha e ninguém dava baculejo neles, né? Então teve o maior... Então isso vai acontecer, porque isso é a experiência de viver numa cidade que tem tanto desequilíbrio social e que o espaço público vai relevar isso, só que as pessoas também têm que experimentar o que significa ser uma cidade tolerante...

Laura - Novas formas de resolver esse conflito, né?

Circe - E a criação de um parque é fundamental numa cidade dessa porque ele ajuda a criar essa visão de tolerância ou o contrário, de divisão de racismo social.

Laura - Expõe e vamos ver como é que resolve, né? Assim...

Circe - Então, a nossa ideia, quando a gente fez esse projeto, era fazer um processo de construção até entregar o Parque. A gente disse: “Nosso projeto não termina quando se faz o projeto. Quando você faz o projeto, talvez inicia o processo.” O nosso processo era de continuar até a gestão do espaço urbano. Aí que se estava a inovação, só que a Prefeitura não consegue enxergar isso. Ela acha que “Mostre o projeto e depois largue que você não tem nada a ver com isso.” Nós tínhamos, dentro do projeto, um

subprojeto que era desenvolver um projeto de gestão, não é? Foi o que sempre foi deixado mais pra trás. E pra fazer gestão, você vai ter que mexer: qual é a função da EMLURB, qual é a do pessoal da URB... Ninguém tá a fim de mexer em nada.

Laura - Fora que também não é uma coisa visível, né? Não é uma coisa que dá pra vender, assim... Vitrine.

Circe - Não, mas ninguém quer ver nada. Vê o Baobá: ele foi inaugurado, quem é responsável por ele? Ninguém. A EMLURB disse: "Vocês que fizeram, vocês que respondam por ele. A gente não tem nada a ver com isso." A gente não conseguiu botar água da Compesa porque ele não existe, ele não é um logradouro público. E quem é que vai pagar a água pras crianças tomarem água num bebedouro? Tem um jardineiro só, que é do Jardim Botânico, que foi colocado lá. 1 - faz tudo menos cuidar do jardim: vende pipoca, vende água... Então, qual a gestão que lá tem?

Laura - Mas mesmo assim o povo ainda vai... Assim, não cuida mas vai, né?

Circe - Vai e muitas vezes cuida. A gente recebe o tempo todo fotografia de alguma coisa que tá quebrada, alguma coisa que não tá... Eles mandam ainda pra gente.

Laura - Tem WhatsApp, né?

Circe - WhatsApp. Mas, assim... A gente disse assim: "A inovação era você conceder um projeto que tivesse um processo. Então a inovação é não ver o projeto urbano como um produto, mas como um processo."

Laura - Deixa eu... Eu acho que já encerrou.

FERNANDA COSTA - advogada, moradora do bairro das Graças**(entrevista em junho de 2019)**

Laura - Pronto. Aí, só explicando pra te situar: meu mestrado começou em comunicação... Assim, mais focado em comunicação porque eu tô no PPGCom e tal, mas ao longo dos processos internos você vai rever projeto, vai e volta, puxa ali, tira daqui, coloca dali... E aí terminou que ficou uma coisa mais sociológica, assim, do que propriamente focada em comunicação. Inicialmente eu ia focar mais na parte de *Facebook* e tal, da Associação... Quer dizer, inicialmente do INCITI, aí depois da Associação, mas aí eu achei que, pra metodologia que eu tava estudando e tal, seria mais rico abranger isso pra fora das redes sociais, que foi a metodologia “cartografia da controvérsia”, que é justamente fazer esse mapeamento em torno de uma controvérsia, das opiniões e de tudo que vai brotando aí a partir dessa controvérsia, pra a partir daí conseguir pensar em soluções. No caso das Graças, meio que a controvérsia já concluiu, mas assim... É meio que tirar essa foto mesmo da controvérsia e você analisa criticamente a partir daí, sabe?

Fernanda - É.

Laura - Aí, a controvérsia que eu... Que desde o começo terminou que eu fiquei girando em torno dela, foi justamente aquele processo de negociação, de aprovação... Enfim, de negociação mesmo em torno do projeto da Beira-Rio das Graças, certo? Que foi uma coisa que eu acompanhei por outro ponto de vista, mas que pra mim sempre chamou muita atenção porque era uma coisa que na mídia, na imprensa, não tinha tanta visibilidade assim, tanto quanto eu acompanhava, pelo menos... E, ao contrário de, sei lá, um Estelita da vida que é o maior *case* da gente em Pernambuco e que teve repercussão internacional e tudo mais, mas por outro lado teve um desfecho também contrário às expectativas e ao que normalmente rola, em termos de responder às expectativas dos moradores, né?

Fernanda - É, mas também justifica-se pela destinação da área, né?**Laura** - Isso. Tem várias...**Fernanda** - É outro tipo de projeto.**Laura** - É. E tem várias coisas, inclusive...**Fernanda** - Se aqui na Beira-Rio das Graças fosse um terreno privado, a disputa era o que construir, a gente ia perder feio.**Laura** - Sim, sim. Também, isso aí é uma das coisas...**Fernanda** - É o tipo de...**Laura** - De verba, né? Mas mesmo assim foi trabalhoso pra vocês. Foram praticamente, sei lá, mais de cinco anos nesse puxa-encolhe, né? Assim, desde que...**Fernanda** - Não, foram... Veja só, desde que começou, a primeira versão do projeto nos foi apresentada ainda em... Acho que foi... [] era diretor da URB. Sei lá, eu acho que por 2008. Por aí, 2008, 2010.**Laura** - Foi o que Lúcia falou.**Fernanda** - E aí, assim... O projeto foi reforçado. O projeto foi reforçado. E aí depois, de repente... Mas só que foi reforçado, mas a Prefeitura não tomou conhecimento. Apresentou o projeto para... Foi naquela época do PAC. Porque, na verdade, o que se fez foi requestrar projetos antigos que tinha na prateleira.

Laura - Porque já tinha verba.

Fernanda - Aquele projeto, eu acho que, se não é da década de 70, é do começo da década de 80. Né? E aí tinha um projeto pronto e tava na gaveta. Quando saiu a história do PAC, tinha dinheiro e ninguém tinha projeto, aí o que é que foi que as pessoas fizeram? Pegaram os projetos antigos e apresentaram. E esse foi um deles, foi apresentado e conseguiu...

Laura - A verba.

Fernanda - A verba. E aí, de repente... Só que ninguém sabia, né? Porque a prática das gestões da gente é zero transparência. E aí, quando a gente vai pra aquela... A gente pega, tem conhecimento pelo jornal, primeira página do Jornal do Comércio: “Obra da Beira-Rio das Graças”. Isso foi há uns cinco anos atrás, né? quatro, cinco anos atrás. Aí a gente se remobiliza e aí novos atores, novos moradores começam a participar e tal. Fazem uns cinco... Acho que é quatro ou cinco anos. E a gente foi pra uma primeira reunião lá na Secretaria de Infraestrutura e a recepção nossa foi horrível. O secretário, a secretária executiva...

Laura - Isso foi quando?

Fernanda - ...foi Milton Mota e Ana Cláudia. Milton Mota que era o secretário. Aí, a gente já tinha conhecimento da história do projeto do Parque Capibaribe. A gente já tinha conhecimento, tinha tido umas ativações no Derby, ali no Murillo La Greca e tal, e aí a gente começa a questionar por que esse trecho também não era no mesmo destino do projeto do Parque Capibaribe. E aí, eu vou conversar [] junto à Universidade. Fui conversar com [], falei com Roberto... E aí, Cida também foi super sensível. Quem tava na Secretaria de Meio Ambiente que estava conduzindo o projeto, porque eram coisas apartadas, esse projeto não integrava esse trecho... Tinha esse projeto aprovado e tava com a Secretaria de Infraestrutura, e tinha a discussão do projeto do Parque Capibaribe com a Secretaria de Meio Ambiente.

Laura - Quem era de Infraestrutura na época, tu lembra?

Fernanda - Milton Mota.

Laura - Ah, sim, sim, sim. Era nessa época. Tá.

Fernanda - Milton Mota. Milton Mota, era. Aí a gente fez esse... Conversou e tal. Ia ter um lançamento... Teve um lançamento do Parque Capibaribe lá no...

Laura - Banco Central.

Fernanda - Auditório do Banco Central e aí a gente foi e foi pra botar pra torar. E aí, eles não permitiram que a gente falasse, a gente disse “A gente vai falar”, mas aí o prefeito já anunciou que o trecho ia ter alterações. Ele já apresentou um ajuste do trecho, em vez de ser, porque era o projeto inicial eram quatro faixas de rolamento, mais ciclovias, mais pedestre, né? Não sei o que... Ele já apresentou como duas faixas, né? Mas aí a gente disse...

Laura - Isso tinha sido mexido pela equipe do Parque ou tinha sido mexido pela equipe de Infraestrutura?

Fernanda - Não, foi o Parque. Já foi o Parque. E a gente disse... Eu conversei com Romero, mas eu digo “A gente quer falar e a gente não vai aceitar duas faixas, que num sei que...”, então ele disse “Não, não vai ter fala, mas a gente senta pra conversar e tal.” A gente fez, antes disso, toda uma conversa, também, com Luciano Siqueira que fez uma articulação política muito grande.

Laura - Que isso também é um diferencial, assim, de vocês, além da questão da não existência do poder imobiliário, né? No caso das Graças tem essa...

Fernanda - A gente tava falando de uma obra viária. A discussão era o tipo de obra viária que ia ter ali. Aí eu acho que tem, vamos dizer, quatro fatores principais, que contribuíram aí pra o projeto sofrer alteração. Primeiro, é uma obra viária, não se tratava de um terreno particular, privado, que você poderia empreender, então era uma obra viária. [] a imóveis já construídos, a gente não tem lote vago ali e de uso residencial a gente só tem dois terrenos, um que tá fechado, que é uma clínica de fisioterapia e outro, que é o centro espírita. Então o uso majoritário, 90% do uso, é o residencial, né? O projeto era muito ruim. Era um projeto, do ponto de vista de concepção, era um projeto que tava defasado há mais de trinta anos. A gente tá falando de uma via expressa entre duas fontes que não tinha continuidade.

Laura - Mas mesmo depois que o Parque mudou pra duas faixas ficou... Tipo, ficou terrível também ou deu uma amenizada?

Fernanda - Não, deu uma amenizada, mas que era muito ruim também. Uma concepção antepassada, né? Que aí eu tenho... Eu não ligava nada a lugar nenhum e na Ponte da Capunga o desnível chega quase a 7 metros, tem nem como passar pro outro lado, não sei nem como é que vão fazer mais pra frente, no começo, no futuro. Era um projeto muito ruim e, inclusive, ele ia ficar em balanço, a via e em alguns trechos ela ia ficar mais ou menos na altura do terceiro andar dos apartamentos. A gente ia ter um minhocão na beira do rio. O projeto era muito ruim. Muito ruim. A gente tem uma área pública... Na verdade era um projeto viário, não era a destinação de uma área pra um equipamento público ou pra um empreendimento privado, não havia essa disputa. A área, ela tinha uma única destinação, uma única vocação, né? Uma via. Agora, o tipo de via é diferente. Aí tava... A discussão foi: é uma via parque ou é uma via expressa? Né? No final das contas o embate foi esse. O projeto da via expressa, que tinha sido aprovado, que tinha obtido o financiamento era ultrapassado e péssimo. Estamos falando de um bairro de classe média, classe média alta, com muita escolaridade e com muitos atores, com capacidade de articulação e com visibilidade, tanto é que esses atores foram capazes de fazer uma articulação com política. E aí o quarto ponto que eu digo é a articulação política em função desses atores de classe média, dessas pessoas, desse perfil, de público, né?

Laura - E o fato de ter o Parque Capibaribe, por exemplo, já em desenvolvimento, não foi uma coisa que vocês tiraram do nada, tipo assim...

Fernanda - Não, aí é. Todo o discurso passa a ser... Nosso discurso tá completamente fundamentado e a proposta da Prefeitura completamente contraditória.

Laura - É, porque era deles mesmos, né?

Fernanda - É.

Laura - Mas, de qualquer forma, não foi uma coisa fácil pra vocês... Assim, com todo esse conjunto de coisas, com o posicionamento...

Fernanda - É, porque no começo a Prefeitura quis fazer um meia-boca, né? Vou botar no viva-voz, que eu tô com as minhas costas doendo.

Laura - Não, eu também... Que é pra gravar.

Fernanda - A Prefeitura, no começo, quis fazer um meia-boca, né? Aí depois eles... O que é que acontece? Essa gestão, ela tem uma grande dificuldade de se relacionar com a população. De um modo geral, é através da cortação, de impor o saber técnico... Vai muito por aí. Eles pegaram um público diferenciado e eles quiseram impor, primeiro foi o projeto de quatro faixas, aí a comunidade rechaçou, depois foi o projeto de duas faixas, rechaçou. E aí, o que é que a Prefeitura faz? Tem sido prática dela... Faça uma proposta. E aí, como são atores mais experientes, com traquejo nas discussões políticas, pessoas que tem isso... Não, a gente pode discutir diretrizes, a gente pode discutir requisitos, mas quem

tem que fazer proposta é a Prefeitura. A gente não vai substituir o papel do poder público pra fazer o projeto. Quem tem que fazer o projeto pra discutir com a sociedade é a Prefeitura, o projeto dentro dos critérios que a gente vai discutir aqui, porque foi assim que a URB nos recebeu. E aí, assim, a gente também tem que reconhecer o papel que Cida teve nesse processo. Cida desempenhou um papel muito importante. Cida, Romero... E são pessoas que têm uma outra cultura de discussão, de diálogo, de se relacionar com um processo participativo ou efetivo, né? E aí a gente foi construindo. Deu trabalho. Deu trabalho. Aí o projeto foi sendo ajustado dentro da concepção do Parque Capibaribe e também com o que a comunidade queria, e ao mesmo tempo, eu acho que vai mudando a leitura dentro da Prefeitura de que esse projeto também era estratégico pra poder viabilizar o Parque como um todo, porque aquele jardim ali do Baobá é uma coisa pontual que foi executado com PRAV e que você não tem como rebater o mesmo formato de financiamento daquilo ali com o restante, né?

Laura - Era mitigação ali, não era?

Fernanda - Era. Foi com recurso do PRAV. E até mesmo pra justificar, né? Você tem um volume de recurso, sei lá, na última vez que eu soube, de quase 7 milhões pro Parque, né? Dos convênios, dos dois convênios e tal. E você não tinha nenhuma obra executada. Isso também era estratégico pra Prefeitura, ajustar o projeto até pra poder afirmar aí a importância do Parque e por aí vai.

Laura - Oi. Tás aí?

Fernanda - Tô aqui.

Laura - Ah, pronto. Eu tava querendo recapitular aí esse processo, porque eu terminei te interrompendo sem querer, mas... Esse processo de vocês irem conversar com Luciano e aí... Enfim, o Parque tinha apresentado as duas faixas, vocês foram conversar com Luciano Siqueira antes e aí? A partir daí como é que vocês...?

Fernanda - A gente conseguiu uma audiência com o prefeito. Extremamente difícil. A gente protocolou pedido, que não sei o que e tal... Aí consegui uma audiência com o prefeito. Aí foi lá, teve a audiência com o prefeito... Já tinha se aventado de não ser mais uma via de carros, de ser uma via parque e tudo mais. E aí a gente passou, tirou uma comissão, a Secretaria de Meio Ambiente veio algumas vezes apresentar no Salão Paroquial, depois na Fazendinha. Tinha uma comissão de urbanistas...

Laura - Do bairro.

Fernanda - Do bairro, de urbanistas reconhecidos na cidade, que passaram a discutir com a URB e com o Parque as diretrizes pra orientar a concepção do projeto. Então foi Múcio, foi [], fui eu, Lúcia ia... Tinha mais umas duas pessoas, a gente tinha uma comissão que ia, pessoas que entendiam minimamente do riscado, né?

Laura - Tanto da técnica quanto da política, né? Por trás. Sim, e aí? Depois dessa audiência com o prefeito, depois de todas essas audiências...

Fernanda - Aí, então, a gente foi sentar com a URB, fazia essas discussões, com a URB e com a Secretaria de Meio Ambiente. A Secretaria veio umas duas vezes, levou lapada, Cida ficou puta: "Ah, que não sei que, perder o dinheiro..." e aí "Que perca o dinheiro, mas o projeto que tem a gente não quer" e foi a maior confusão, mas no final das contas se entendeu. Se entendeu e ficou o projeto com as diretrizes que a comunidade tinha discutido.

Laura - Junto com o Parque, né?

Fernanda - É.

Laura - Junto com a equipe do Parque. E, assim...

Fernanda - É... A equipe do Parque, ela foi muito importante nesse processo porque eram concepções muito semelhantes. Eu acredito... A impressão que eu tenho, que eu tinha e que eu tenho, de que a equipe tava muito desconfortável, porque era meio que um negócio caindo de paraquedas, né? Do que tava pelo proposto, fugia muito da concepção.

Laura - Como assim? Desconfortável com o primeiro projeto, no caso?

Fernanda - Sim. E pra equipe do Parque... Cadê o []? Tô aqui falando sozinha porque eu tô vendo uma []. Pra equipe do Parque tava desconfortável isso. E aí esse ajuste também era como viabilizar o projeto, né? E as demandas da gente se assemelhavam muito à proposta deles... Também a gente foi pegar a proposta deles, né? Também foi uma estratégia da gente. “Como é que a gente viabiliza?”

Laura - Sim, era isso que eu ia perguntar. Tipo, essa questão de vocês já terem uma carta na manga, assim, no caso, não tinha alternativa formal mas tinha um pensamento desenvolvido já pela Universidade que serviria dali. E que mais, assim...?

Fernanda - ...se apropriar do projeto do Parque pra a gente, caminhando na mesma direção, pra poder viabilizar...

Laura - E quais foram as outras estratégias e os outros personagens que vocês conseguiram cooptar, assim, cooptar no bom sentido, né? No sentido de chamar pra conversa e... Enfim.

Fernanda - A gente tinha a equipe do Parque como parceira, a gente tinha a secretária de meio ambiente como parceira, a gente tinha o prefeito como parceiro, isso não resta dúvida, a discussão na comunidade... Foi um projeto que a gente divulgou muito, então esse quadrante... Quando você vê as coisas da Associação, esse quadrante entre a Rui Barbosa e a beira do rio, no trecho mais ou menos ali entre a Cardeal Arcoverde, né? Esse quadrante, ele é o coração da Associação, ele tá ali. As pessoas que mais participam... Tem um pedaço da Rui Barbosa pra cá, na altura da [], onde a gente vai espacializando as pessoas que são mais presentes. Mas aquele trecho ali, as pessoas são muito mobilizadas. Se você chegar pra... Eu tenho certeza, sem medo de errar, se você perguntar dez pessoas que morem ali naquele quadrante entre a Rui Barbosa e a beira do rio, se conhecem o projeto, mais da metade vai conhecer.

Laura - Por causa dessas ações de vocês.

Fernanda - É. E a gente fez muita ação na beira do rio. Tinha o Dia das Crianças, tinha o não sei o que... Esse ano, de novo, o São João foi na beira do rio. Que é pra tá levando as pessoas pra aquele espaço, tá mostrando que ali é melhor ser uma via parque que uma via expressa, né? Os próprios moradores dos prédios que ficam ali, pra eles é muito mais interessante.

Laura - E tu achas que essa mensagem chegou neles, assim, que o pessoal terminou aderindo?

Fernanda - Chegou... Tu precisa ver os eventos daqui, visse? O Carnaval, o São João...

Laura - O São João é cheio, né?

Fernanda - É. As pessoas vão, tem o café da manhã, tem a seresta... Tem essa estratégia da Associação também, de estar promovendo esses encontros, né? Pra você discutir a relação de vizinhança.

Laura - Sim, sim.

Fernanda - Ontem eu fui tomar cerveja com três.

Laura - É maravilhoso. Agora, você tá sempre... Enfim, você tá sempre acompanhando, né? Você trabalha com direito urbanístico, não é isso? E você tá sempre acompanhando esse debate na cidade em torno do direito à cidade, de uma forma geral. Se é de uma faixa...

Fernanda - A Associação teve uma atuação bem efetiva na história da revisão do plano diretor no teatro que a gente viveu agora, o ano passado.

Laura - É, eu lembro. Eu lembro.

Fernanda - Então até de tá envolvida em outras discussões que digam respeito à cidade, não só ao bairro.

Laura - Agora deixa eu te perguntar. Você conhece a visão privilegiada aí de outros movimentos que eclodiram de forma mais localizada, porque talvez o que aconteça seja isso, né? Como é que você avalia esse caso das Graças dentro desse cenário de produção de cidade mesmo, de planejamento urbano e tudo mais, considerando, claro, os privilégios de ser uma obra viária e de estar em um bairro de classe média alta, mas também considerando os desafios que vocês tiveram ao longo desse processo: a dificuldade de diálogo com o poder público... Enfim, todos os outros gargalos que se impõem também pra qualquer cidadão que queira participar mais ativamente, assim. Como é que você avalia o *case*, esse *case*, nas suas palavras?

Fernanda - Assim, eu acho que esse caso... A experiência da gente, dentro desta gestão, é uma experiência atípica, é o tipo de coisa que não acontece. Essa gestão não negocia, ela tratora. Então ela pode até dizer que vai fazer o processo, chamar a audiência pública, como no caso do Estelita, chama não sei o que... Mas o que passa é o que ela quer, então ela simula o processo participativo. Isso é um traço. Eles têm muita dificuldade. Eles não admitem ir pra qualquer discussão correndo risco da proposta deles não ser a vencedora. No caso desse, eu acho que era um público que eles não tinham governabilidade, era um público formador de opinião, né? Existiam alianças internas à gestão. Existia uma posição mesmo de atores importantes da gestão, de que aquele... O projeto era muito ruim, também bora combinar. Se fosse um projeto razoável... Mas o projeto era muito ruim. Ia ser uma mácula com o prefeito, esse projeto. Eu comparo, numa escala bem menor, esse projeto a um viaduto na Agamenon Magalhães, que o Governo do Estado, que é o mesmo grupo político, queria fazer. Na hora que eles assumem a prefeitura, eles desistem do projeto do viaduto. Porque aquele projeto de viaduto ia destruir a cidade. Ia ficar marcado no resto da história da cidade, vinculado a eles. Eu faço a mesma avaliação nesse, sabe, Laura? Era um projeto muito ruim e eles mesmos, acho que eles na hora que para e avalia, eles mesmos concordaram que o projeto que eles tinham era muito ruim. Pode ser que eles fizessem uma coisa intermediária, como as duas faixas e tal. Eu ouvi de gente da URB, uma vez a gente... Numa ligação por telefone, eu ouvi de Nora... Tu não vai botar o nome de ninguém aí não, né? Na hora de escrever.

Laura - Não. Vou não. Na verdade... É, vou não. Diz.

Fernanda - Me dizer “Vocês tão querendo tratar isso aí como se fosse o quintal da casa de vocês”, aí eu disse “Nora, não é o quintal da casa da gente não, é a sala de entrada. A gente quer tratar o bairro como se fosse... Porque é a casa da gente. Vocês querem pensar a cidade pra carro e a gente quer pensar a cidade pras pessoas, porque esse projeto que vocês tão fazendo vai tirar o engarrafamento da Rui Barbosa e vai botar na beira do rio, porque vai continuar engarrafado, porque não tem por onde passarem. E a gente vai tratar isso mesmo como se fosse... Não é nem o quintal, é a casa da gente, porque o bairro é a casa da gente. As pessoas têm que ir pra rua, têm que sair de dentro de casa e só vão pra rua se o bairro for aprazível, for agradável.”

Laura - É. Isso e o sentimento de pertencimento também, né?

Fernanda - É. E tem as pessoas que se denominam... As pessoas mais próximas, se denominam graciosos e graciosas. Tá entendendo?

Laura - Hmhmm. Eu acho uma onda. É, é isso mesmo.

Fernanda - Você tem aí um processo de construção de identidade mesmo.

Laura - Hmhmm. Sim. E que isso também teve o seu papel no resultado que vocês tiveram, né? Porque Lúcia falou muito em persistência e foi um pouco que segurou essa persistência, o sentimento de identidade, de que realmente era uma coisa de vocês... Não sei. Isso eu tô concluindo a partir das conversas.

Fernanda - As pessoas... Aí tem as capivaras, né? Aí chama *capigirl* e *capiboy*, aí fica brincando. Mas é aquela história: a relação que as pessoas querem ter com o Rio, não é uma relação de passar de carro, tanto é que ficou muito claro. Se a Prefeitura não quer rever, a gente não vê mal nenhum em continuar do jeito que tá. É melhor continuar do jeito que está do que o projeto que a Prefeitura trazia.

Laura - Entendi. Entendi. Agora, a última pergunta pra não tomar mais seu tempo. Você acha que, por ser atípico, essa experiência de vocês não serviria de parâmetro pra outros projetos e tal ou você acha que, de alguma forma, com a visibilidade que vocês tiveram ou... Enfim, até com a rede de que vocês participam, que claro, cada um convive com pessoas de outros bairros, de outras áreas da cidade, em situações diferentes, isso de alguma forma inspira ou server de parâmetro pra alguma outra iniciativa que possa surgir na cidade ou que já esteja acontecendo?

Fernanda - Eu acho que tem. Eu acho que tem... Assim, repercute, eu acho que serve de exemplo... Agora, é uma situação atípica. Atípica pelo perfil do público, pelo perfil dos moradores, pela autonomia, a não dependência política e econômica por parte da gestão... Porque quando você vai pra outros grupos, você tem uma ingerência muito grande, né? E aí essa autonomia... E você ter esse bairro de classe média, com essas pessoas que formam opinião. Aqui tinha muitos jornalistas, que moravam jornalistas, inclusive, do caderno de urbanismo. Então tem um conjunto de fatores aí.

Laura - Tá certo. Pronto, Fernanda, eu acho que é isso. Eu só vou perguntar uma coisa pra você...

Fernanda - ...até Luce... Como é o nome da jornalista? Luce Pereira. Fez uma matéria "A Classe Média Sai do Sofá". E a gente fechou a Rui Barbosa. Eu tava grávida, com um buchão... Foi por causa da Maurício de Nassau. E depois... A gente não fez aquele protesto, que fez a queima virtual de pneu na Joaquim Nabuco? Ali naquela queima virtual de pneu foi um inferno. Tanta gente ligando pra Prefeitura pra gente não fazer...

Laura - E na queima virtual foi em que ano... Foi que projeto que tava em jogo ali?

Fernanda - Era a Beira-Rio. Na Beira-Rio. Já era o projeto da Beira-Rio.

Laura - Ah, entendi. Ótimo.

Fernanda - Tem no Facebook da Associação, visse?

Laura - É, eu vou voltar lá e fazer esse mapeamento.

Fernanda - E a gente distribuiu panfleto, tudinho.

Laura - Hmhmm. Deixa comigo. Agora, rapidinho, só voltando só à história de Braga. Nesse dia que era o aniversário dele lá em [], já era o projeto do Parque?

Fernanda - Já, porque ali foi apresentar, finalmente, a versão que era via parque.

Laura - Aí ele disse que podia mudar.

Fernanda - Foi, ali foi quando a gente... “Muda, visse. Tu muda pra tu não ver se a gente fecha a Rui Barbosa”, aí até “Não fecha pessoal?!” Adorei.

Laura - Ó, mas qual era a participação dele? Depois que saiu o Parque ele saiu de cena? Como foi a secretaria dele? Porque era um projeto de mobilidade, de certa forma, né? Enfim.

Fernanda - Era... Não sei por que ele foi. Era Secretaria de Infraestrutura, que era Milton Mota. Ele foi... Não sei por que ele foi. Não sei. Isso eu realmente não sei.

**FRANCISCO CUNHA – Consultor, sócio da TGI Consultoria e ativista da mobilidade à pé
(Entrevista em 6 de fevereiro de 2020)**

Laura - É... Começar. Vamos lá, Francisco. Primeiro eu queria saber como é que a gente pode classificar essa relação com a Prefeitura... Os meus anos de estudo são 2013 a 2017, especificamente, que foi... Como é que você atuava aí?

Francisco - É mestrado de que?

Laura - Mestrado de comunicação na federal.

Francisco - Bem, como é que começou a minha relação com essa questão urbana? Vou falar um pouco antes pra poder chegar na... Bem, eu sou formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal, mas quando saí de lá fiz logo depois de formado o concurso para a Secretaria da Fazenda e passei. Fui ser Auditor do Tesouro Estadual. E nessa condição passei cerca de cinco anos, trabalhando como auditor do tesouro e depois comecei a trabalhar na administração pública, requisitado para outra área. E aí eu tomei contato com a consultoria, comecei a trabalhar como consultor nas horas vagas e depois terminei fazendo a transição. Saí da Secretaria da Fazenda e passei a ser consultor em tempo integral, primeiramente numa empresa de consultoria daqui, que depois se estabeleceu no Rio, depois, saindo dessa empresa, ajudando na criação da TGI, há trinta anos passados... Vai fazer trinta anos agora da criação da TGI. Bem, e aí eu digo que nesse período, depois que eu me formei, eu comecei a ganhar dinheiro, comprei um carro e... Eu digo que entrei no carro e saí da cidade, eu passei vinte e cinco anos fora da cidade. Não fora do Recife, fora da cidade. Porque, quando você entra no carro, isso eu percebi depois, você fica fora, fica apartado da cidade. Antes até tinha uma maior relação porque não tinha ar condicionado e a gente tinha que deixar o vidro aberto, hoje nem isso. Fecha o vidro, liga o ar condicionado, liga o rádio ou liga a *playlist*, o *audiobook*, o podcast, e sai do mundo. Sai do mundo... Quer dizer, sai do mundo da cidade. Fica ali dentro de uma... É quase como um *videogame*, você fica ali dentro de uma cápsula, manejando determinado... Um aplicativo. É quase que um aplicativo... E fica fora. Então, eu passei vinte e cinco anos fora. Até que, quando a TGI fez quinze anos, eu resolvi escrever um livro sobre a história de Pernambuco e resolvi ilustrar o livro, porque não dava tempo de fazer pesquisa muito intensa com mapas e ilustrações históricas, e resolvi ilustrar com fotografias da cidade do Recife atual, que eu entendia... Como Leonardo Dantas Silva, na verdade, a frase é dele... Que “O Recife é um museu vivo da história de Pernambuco.” Então, de dentro do carro, eu passei a fazer a locação das fotos pra passar pro estúdio fotográfico, pra passar pro fotógrafo, pra Roberto Guimarães... E eu comecei a perceber, de dentro do carro, os locais que eu marcava, que tinha mais coisa... Eu não conseguia ver que tinha mais coisa do que eu conseguia ver de dentro do carro e passava. Aí tomei essa decisão que quando terminasse de escrever esse livro sobre a história de Pernambuco, eu iria aos locais, que eu tava vendo que tinha algo que eu não conseguia ver de dentro do carro, e andar para poder conhecer. E nessa... Quando terminou o livro eu fui fazer isso, aos domingos, e eu digo que atirei no que vi, acertei no que não vi, porque era muito maior. E comecei a andar sozinho, daqui a pouco amigos começaram a andar comigo... Tinha dez, vinte, trinta, quarenta, daqui a pouco tinha sessenta pessoas... Chegou a ponto de na última ter duzentas e quarenta pessoas, numa caminhada que eu criei, chamada de Caminhada dos Domingueiros e eu comecei a fazer uma vez por mês. Sistematizar porque dá trabalho preparar a caminhada e tudo mais. Pois bem, então na eleição de 2012, eu, no Observatório do Recife, como integrante do Observatório do Recife, propus um projeto que o Observatório do Recife concordou, apoiou e eu fui ser relator desse projeto. Chamou-se “O Recife que Precisamos”. Então, eu comecei a convidar pessoas pra... Eu sabia que ia ter eleição e aí quando eu comecei a ver as primeiras pesquisas com objetivo eleitoral, que chegava pra o cidadão do Recife e perguntava qual o maior problema da cidade, aí aparecia lá, pela ordem: “Educação, saúde e segurança.” E... Era nessa ordem mesmo. Em várias pesquisas aparecia essa ordem. Aí eu disse que... Eu tinha visto uma realidade, né? Que eu dizia: “Será que a discussão vai caminhar pra segurança, saúde e educação e essa cidade toda detonada que eu tô vendo não vai entrar? Outros aspectos, mais ligados ao urbanismo... Não vai entrar?” E fiquei com medo que os planos de governo terminassem se pautando nessas pesquisas, né? Política passou a ser, em grande parte, pesquisa. Aí propus esse projeto, “Recife que Precisamos”, convidei várias pessoas pra... Era uma discussão por mês e aí eu relatava isso... E

combinei com Sérgio Murilo, na época, pra que a Algo Mais, a revista Algo Mais, cobrisse essas reuniões e fizesse a reportagem. E aí, com isso, foram documentando esses eventos, até que a CDL Recife, que fazia parte desse movimento, o “Recife que Precisamos”, recebeu a visita do candidato, na época... Que foi o primeiro dia de campanha... Geraldo Júlio foi à CDL para apresentar sua candidatura, e lá eles lhe perguntaram se podia apresentar, o que é que podia apresentar... E eu sistematizei o que tinha e apresentei pra ele, baseado, principalmente, em fotos. Fotos da cidade. E eu me lembro que uma das fotos era de um cara vendendo... Um ambulante na Guararapes... E eu reproduzi o diálogo, e ele dizia assim... Tinha sido mais ou menos umas duas semanas antes, na minha caminhada, eu vi que ele tava vendendo óculos de grau... E tinha, na semana anterior, tinha sido editado uma Portaria, não sei de quem, dizendo que era proibido vender óculos de grau na rua. Aí eu perguntei ao cara: “Ô, moço, não tá proibido vender óculos de grau?” Aí ele disse, debochando: “E tem nada proibido nessa cidade.” Eu botei essa frase lá. “Não tem nada proibido...” E tem mesmo alguma coisa proibida nessa cidade? E mostrei, o que era na visão nossa e que tinha sido objeto dessa discussão, era a situação em que estávamos, concentrando em cinco áreas de interesse, que seriam como cinco prioridades para o próximo prefeito. Uma, a retomada do controle urbano; segundo, a retomada do planejamento a longo prazo; terceiro, o destravamento da mobilidade; quarto, recuperação do centro da cidade; e quinto, a revitalização do Rio Capibaribe. Era isso que se chamava: “Revitalização do Rio Capibaribe”. Bom, como eu apresentei isso pro primeiro e fez sucesso... Pro primeiro candidato que foi lá, o Geraldo Júlio... Eu apresentei pra todos os candidatos, que foram à CDL, eu apresentei o mesmo diagnóstico. Bom, então quando a eleição termina... Sim, isso, a algo mais, fez uma campanha, isso virou uma espécie de...

Laura - De série.

Francisco - Criou um espírito em relação a isso aqui, à questão da calçada... Pela primeira vez na vida eu vi o problema da calçada ir à debate, teve programa eleitoral de outros partidos sobre calçada... Ou seja, o tema da urbanização e, digamos assim, da mobilidade, entrou na discussão eleitoral. E então, quando Geraldo Júlio ganhou, ele me convidou pra ser Presidente de Administração do Instituto Recife de Gestão. É um negócio bem grande. A condição que eu coloquei é que não fosse remunerado, porque eu não podia, como consultor, assumir nenhuma função remunerada na Prefeitura. Acontece que esse instituto nem chegou a ser criado, ele... De alguma maneira, as funções dele foram incorporadas à ARIES, Agência Recife para Inovação e Estratégia, que ficou com a responsabilidade de fazer o projeto Recife 500 Anos. E eu fiquei como uma espécie de... Sei lá, “Conselheiro *Ad hoc*”... Me convidaram pro Conselho do projeto Recife 500 Anos, eu fui convidado para ser conselheiro da ARIES, sou conselheiro, hoje, da ARIES... Então fiquei com alguma interlocução com a administração, principalmente com o prefeito, por conta desse convite que ele me fez, que eu não cheguei a assumir porque não fui criado. Então, eu... Não, um belo dia, ele, por conta da história dessas cinco prioridades, a última era o projeto do Capibaribe, ele me ligou... Não, antes disso, tinha Roberto Montezuma e Luis Vieira... E Bruno Ferraz, que eram... Roberto Montezuma e Luis Vieira, professores da Universidade, e Bruno Ferraz, que ajudou a desenvolver um pouco mais essa ideia do rio como algo que devia ser objeto de revitalização, porque eu descobri, nessa pesquisa, que o rio tava no... Do ponto de vista da simbologia, o rio representava muito para o recifense. E eu peguei um livro de poetas do Recife, de poesias do Recife, e cerca de um terço das poesias falavam do Rio Capibaribe. Então, essa... Eu vi que o rio tinha um potencial... Pressenti que o rio tinha um potencial grande e toda caminhada que eu fazia, eu passava lá pelo Baobá, era um muro bem estreito... Passava e dizia: “Como é que a cidade pode abrir mão de um ativo vegetal dessa dimensão que fica aqui, oculto, na beira do rio, na lama?” Tinha um muro... Eu passava a cinquenta centímetros, assim, do muro do Baobá. Aí toda vez eu passava por lá, toda vez eu mostrava aquilo, que eu achava aquilo um absurdo, etc. Aí o prefeito... Não, antes disso, eu, com essa ideia fixa do rio, sugeri à revista Algo Mais que fizesse uma reportagem sobre o potencial do rio e... Montezuma e Luis Vieira, que eram professores da Universidade, eu perguntei por que é que eles não orientavam algum aluno ou algum aluno tivesse alguma coisa parecida, que pudesse falar disso, sobre a importância da margem do rio, sobre a... Aí um dos alunos dele, fez um estudo sobre a margem, caminhar na margem do rio... Essa ideia de parque linear, né? E fez umas imagens. Aí, eu sugeri que a Algo Mais fizesse uma reportagem sobre isso. E terminou, por conta das imagens que o estudante fez, isso ganhou uma escala grande, uma reportagem de três ou quatro páginas. E aí, um dia eu recebo uma

consulta do prefeito pra saber onde é que aquilo tinha acontecido. Eu disse: “Foi uma cadeira de planejamento da Universidade Federal.” Aí ele perguntou: “Não dava pra fazer um convênio entre a Prefeitura e a Universidade Federal?” Eu disse: “Eu acho que dá.” Aí, cheguei a comentar com Montezuma, com Luis Vieira, que tavam lá, e eles deram início a esse negócio. Eu sei que terminou saindo convênio da Prefeitura com a Universidade Federal para desenvolvimento desse projeto do rio. Então o pessoal ficou... Montaram lá... O primeiro lugar onde montaram foi na Faculdade de Medicina, fizeram lá no Memorial da Medicina, botaram o povo lá, bolsista... Eu sei que o pessoal trabalhava até de noite. Eu fiz uma visita lá e...

Laura - E na mesma época tinha o Projeto Navegabilidade pelo Governo do Estado, né? Que era...

Francisco - É. Aquilo ali era o Projeto Navegabilidade, que eu acho um projeto fantasioso. Sempre achei. E, inclusive, ele não foi suficientemente discutido...

Laura - Não era necessariamente andando junto, né? Era só...

Francisco - Não, era separado. Tanto é que uma das estações, que ia ser ali na frente... Eu sei que eles tavam trabalhando ali no primeiro andar e, de repente, passam tapume e fecham uma parte daquela praça. “O que é isso aí?”, “Vai ser a Estação do Fluvial do...” Aí eles foram, conversaram, provocados pelo tapume... Eu sei que conseguiram chegar a um acordo sobre como devia ser a praça, que tinham feito estacionamento na beira do rio... Ou seja, essa ideia de... Existia também, em curso, uma ideia de, eu diria assim, “Tietêrização” do Rio Capibaribe. O que é isso? É transformar um lado e outro em pista, de não sei quantas pistas de um lado e outro, e cimentar e fazer um canal, que fizeram com o Tietê. No Tietê eles fazem um pedacinho, pra fazer um canteirinho, pra dizer que tão transformando a margem do Tietê em área verde. Então, como existia... Existia e existe ainda, na sociedade, esse entendimento de que o Rio Capibaribe deve ser um facilitador do trânsito, veio essa história de botar também transporte público dentro... Eu acho que economicamente não fecha... Eu nunca vi um estudo mesmo, ainda... Bom, de qualquer forma, eram coisas separadas. E o pessoal preparou uma primeira versão e apresentou ao prefeito. E aí me convidaram para essa apresentação. E nesta apresentação, eu me lembro que [...] perguntou a ele, depois que apresentou, e ele elogiou o trabalho que tinha sido feito, porque a primeira abordagem, realmente, o potencial era muito grande, era transformar o rio num grande regenerador urbanístico via corredor ecológico, quase que assim, de reconectar as áreas verdes da cidade... A conta que eles fazem é que hoje existe 1 metro, 1,2 metros quadrados de área verde por habitante... E se o Capibaribe fosse transformado, de fato, num corredor, num grande conector das áreas verdes do Recife, desde a entrada da Várzea até a chegada no Oceano, seria possível transformar o Recife, até o aniversário de 500 anos num parque, de 12 metros quadrados de área verde por habitante. Seria multiplicar por dez. Então, quando isso foi apresentado, a primeira versão, o prefeito fez comentários muito elogiosos ao projeto. De fato, ele chegou a...

Laura - Mas isso ainda sem apresentar à sociedade... Isso ainda interno, né?

Francisco - Não, só interno. Foi a primeira apresentação pra ele. E aí ele disse... Ele chegou a dizer, não sei se foi nesse dia ou foi depois... Ele disse que ele foi [...], quando entrou na Prefeitura, a reinventar o Recife. E ele achava que a reinvenção do Recife era o projeto Parque Capibaribe. E eu me lembro que, no mesmo momento, [...], que era uma das coordenadoras do projeto Parque Capibaribe, ela perguntou: “Mas me diga uma coisa, prefeito, existe um projeto em andamento, nas Graças, nós fomos procurados pela Associação das Graças, que lá tá previsto uma ponte...” Praticamente era uma ponte dentro do rio, era uma estrada entre pontes, porque ali teve uma invasão da área... Tão edificando, eu acho. Não sei exatamente o que é que aconteceu ali... O fato é que não dá pra passar uma avenida entre a margem e...

Laura - As duas pontes, né?

Francisco - Aí fizeram, dentro do rio, uma ponte juntando as duas pontes: da Torre e da Capunga. Inclusive, já tinha financiamento da Caixa Econômica federal. Aí ela pergunta: “Olhe, sem esse projeto aí ele estaria dentro também das diretrizes do Parque Capibaribe? Essa que a gente apresentou aqui.” O

prefeito imediatamente disse que sim. “Sim. O que for feito lá tem que ser feito dentro das diretrizes do Parque Capibaribe.” Aí, uma pessoa que estava presente, da URB, que eu não me lembro quem, disse: “É, mas amanhã a gente já vai discutir o projeto básico dessa... Amanhã.”

Laura - Da via expressa.

Francisco - “Vai ter uma reunião pra discutir dessa via expressa dentro do rio.” Aí encaminhou-se na reunião, que alguém que tinha participado dali, daquela reunião da Prefeitura, iria nessa reunião para ver como adequava. E eu sei que, a partir daí, estabeleceu-se um entendimento de que as diretrizes deviam ser... Se fizesse lá, devia ser incorporado ao rio. Ou seja, no fim, ficou encaminhado que o pessoal do Parque estudaria uma alternativa àquela que estava posta, que era só concreto, uma ponte estaqueada dentro do rio, pra que ela se adequasse às diretrizes do Parque. E aí foi desenvolvendo um projeto... Eu sei que demorou mais de um ano desse desenvolvimento, até que a URB se adequasse, foi pra frente, foi pra trás, até onde eu acompanhei... Eu sei que ficou decidido isso. Apareceu um projeto que foi aprovado e foi licitado. Não, antes disso.

Laura - É, antes ainda teve muita discussão.

Francisco - Antes disso houve uma discussão com a Associação Por Amor às Graças, né? Teve uma reunião específica, onde o pessoal do projeto apresentou à Associação... E foi aprovado o redesenho. Eu me lembro que teve uma reunião, da qual eu participei, foi até ali no Palácio Episcopal, num salão lá em cima, que ficou... Houve um aspecto de votação, aprovação, daquela proposta apresentada... Redesenho daquela solução.

Laura - Foi uma que Braga foi também ou não?

Francisco - Foi. Braga foi e colocou até essa questão, né? O que devia pensar era que aquilo que tava trocando, que era uma via, praticamente uma via expressa para carro, por um projeto que era misto de... Que dava ênfase à mobilidade ativa, ou seja, que trava o carro pela via direta, e as pessoas deviam pensar bem porque isso significava trocar uma coisa pela outra. Enquanto o eixo ali era a Rui Barbosa, que era uma calha pequena... Se fosse, por exemplo, colocar uma via expressa para ônibus, uma faixa azul, ia estreitar o caminho dos carros, né? Então, o que tava sendo feito ali era um *trade off*... O que é que o americano chama de *trade off*, né? Uma troca de uma coisa por outra. Mas a discussão foi feita e aprovado aquele encaminhamento do projeto. Bom, eu acho que passou-se um ano, cerca de um ano, entre esse projeto e a discussão com a URB para a adequação.

Laura - Depois que aprovou com os moradores.

Francisco - Depois que aprovou com a Associação, houve uma discussão com a Caixa Econômica, pra ver se a Caixa Econômica aceitava mudar o projeto lá. E eu me lembro que teve uma discussão específica, que alguém disse que “É, mas essa solução...” O que tinha sido aprovado era uma coisa próxima de 56, 58 milhões pra essa via expressa e o projeto apresentado era uma coisa de 30 milhões... Não chegava a 30 milhões. E alguém argumentou “Sim, mas vai perder os vinte?” E eu me lembro que o prefeito disse: “Não. Vamos solicitar à Caixa que esses vinte sejam alocados ao projeto do Parque Capibaribe e em outro local, que não aquele trecho.” Eu sei que foi encaminhado pra lá... O que eu soube, eu não participei dessa discussão... Eu soube que a Caixa gostou muito do projeto. A Caixa aprovou enfaticamente... Pelo que eu soube foi isso. A mudança... Porque tinha uma discussão se aquele recurso era pra pavimentação, se não era pra pavimentação... Uma discussão interminável. Parecia sexo dos anjos. No âmbito dessa discussão, URB, Parque Capibaribe. Mas, quando levaram pra Caixa, a Caixa aprovou na íntegra, pelo que eu soube. Bom, quando estava no meio dessa discussão, bate um carro na Estação de [...], derruba a Estação de [...]. E como eu conhecia aquela região ali, muito por conta das caminhadas, eu vi aí uma oportunidade de se criar uma integração entre o Baobá e o esforço que tava se fazendo de reconstrução podia ser integrado numa espécie de praça, na minha... Então, eu cheguei a falar com o prefeito sobre isso, que não era o caso de aproveitar aquela oportunidade da reconstrução da estação para integrar o Baobá, porque era o... Aí foi quando ele disse: “Essa aí não pode ser a primeira entrega do Parque Capibaribe?” Essa foi a colocação do prefeito, que tem uma visão

política. E eu achei imediatamente que sim, né? Eu disse: “Acho que sim.” Será que o pessoal faz o projeto executivo lá do... Aí eu fiquei com uma certa incumbência de conversar isso com o pessoal do Parque, porque eu comentei isso com ele. E conversei. O pessoal ainda ficou em dúvida, não sei o que... Mas terminou caminhando pra “Sim, vamos fazer o...” que chamou-se depois “jardim”, que era uma praça, não sei o que, no Baobá... “Jardim”. E descobriu-se, durante esses estudos, que os terrenos que... O muro ia perto do Baobá... Que os terrenos, até os limites das casas, já tinham sido desapropriados pela União, porque aquilo ali ia ser justamente a “via expressa”, não sei o que... Do lado do Capibaribe. Aí, na verdade, o que se precisou foi de uma reintegração de posse, eu acho, federal, porque foi uma desapropriação federal. Reintegração de posses... E a Prefeitura solicitou ao juiz recuar o muro, porque o terreno já é público. Público, federal... Não sei como é, não entendo, juridicamente. Mas eu sei que conseguiu, o juiz autorizou, a EMLURB foi lá, recuou os muros, construiu outro muro e, de repente, criou-se aquela praça enorme ali. Uma praça.

Laura - Abriu espaço, né?

Francisco - Abriu espaço pra o que seria o Jardim, né? Pra o projeto do Jardim. Aí, conseguiu-se um recurso, de compensação, se não me engano, do Hospital Português... Por conta de uns “mangos” que eles tiraram lá pra botar um edifício, eles tinham um valor que precisavam restituir, né? Pagar como compensação. Conseguiu-se que esse recurso fosse alocado lá e começou-se a construção. Foi aí que aconteceu um fato que... Um belo dia, alguém liga pra mim... Não sei como foi, só sei que existia uma história de abaixo-assinado. Um abaixo-assinado dizendo que aquilo ali foi feito sem nenhuma discussão, o que não é verdade. Eu mesmo presenciei algumas discussões com moradores. Foram lá, consultaram... Teve várias conversas que aquilo ali tinha sido feito sem nenhuma consulta e pedindo a interrupção do projeto.

Laura - Isso já tavam rolando as obras?

Francisco - A obra já tinha começado, justamente com esse recurso de compensação pelo Hospital Português. Aí, eu disse: “Pronto, aí lascou.” Um abaixo-assinado pedindo... No fim, eu não cheguei a ler o documento, mas o que eu soube é que pedia isso, a interrupção. Mas, na verdade, o que eu acho que queriam era transformar aquilo em estacionamento, porque tinha o restaurante ali, tinha o empresarial... Eu acho que queriam transformar aquilo em estacionamento. Aí eu disse “Lascou”, né? Aí, cheguei a conversar com o pessoal do Parque, conversei com os ativistas da Mobilidade a Pé... Eu disse: “O que é que a gente faz?” Porque era no meio da campanha... Eu tinha iniciado a campanha que terminou na reeleição do prefeito. Pronto, aí no período eleitoral vão suspender. [...] Aí, de madrugada, Jason... Sabe quem é Jason?

Laura - Da bike, né?

Francisco - Jason fez um abaixo-assinado eletrônico. De madrugada, de manhã cedo, aquele negócio... Eu sei que passou, daqui a pouco eles disseram que tinha duzentas assinaturas... A gente conseguiu, em uma semana, mais de duas mil assinaturas. Aí isso fez uma espécie de contraponto a essa... É um abaixo-assinado eletrônico e outro analógico, vamos dizer assim. O fato é que essa aí... O debate foi pra imprensa, a imprensa... Ou seja, abafou essa história de que devia parar porque não tinha sido consultado e continuou. O projeto continuou, foi inaugurado e é um sucesso. Aquilo ali foi, inclusive, inaugurado por conta dessa... Acho que com uma provocação do prefeito com uma espécie de “Marco Zero do Parque Capibaribe”, ou seja, uma amostra de como pode ser toda margem. E, enquanto isso, tava andando lá a história do...

Laura - Das Graças.

Francisco - Aí fez-se uma concorrência. E eu não sei por que, não sei a razão. O fato é que a empresa que ganhou, desistiu. Não sei se encontrou maior dificuldade... Não sei. Foi feito uma segunda... Depois de interromper, foi feito uma segunda licitação e a empresa que ganhou soube agora também que não...

Laura - Que não tava habilitada. Mas antes ainda, um pouquinho... Voltando um pouquinho antes no tempo, ainda, porque esse... esse tempo todo da URB, desde que foi apresentado o Parque... Antes de ser apresentado o Parque, desde que foi recuperada a ideia de trazer a via expressa, até a assinatura do Parque, foram quatro anos... 2013, foi quando o prefeito assumiu e aí começou as tratativas do Parque, mas também, concomitantemente, a URB já tava tocando...

Francisco - Esse projeto.

Laura - ...essa ideia das quatro faixas. 2014, em Maio... Em Abril, foi oficialmente apresentado pra sociedade o Parque, mas 15 e 16 a gente ficou... Ele só foi assinar a Ordem de Serviço em 17, depois já no segundo mandato. Então, o que é que você... Qual a leitura que você faz desse percurso aí, já que o prefeito desde o começo já tava sensibilizado pra questão do Parque... Foi uma questão burocrática? Foi política, não partidária, mas política interna entre as secretarias? Como a gente sabe que de vez em quando existem esses impasses mesmo internos entre as secretarias... Ou foi a questão dos moradores, também? Porque eu lembro que foi apresentado também uma... A primeira vez que foi apresentado o Parque pros moradores, ainda eram duas vias... Ainda eram duas faixas, aliás.

Francisco - É... Reduziu. Se teve uma primeira versão que reduziu.

Laura - É. E aí depois ainda teve a final que não tinha duas faixas...

Francisco - Foi... Que modificou completamente.

Laura - Modificou. Então, assim, teve esse processo de discussão com os moradores... Enfim, eu sei que o prefeito, no final, participa pontualmente dessas decisões.

Francisco - É, decisões fundamentais pela Via Parque quem tomou foi o prefeito. Foi decisão dele. Agora, por que demorou tanto? A pergunta sua é essa, né? “Por que demorou tanto entre a decisão e assinar a Ordem de Serviço?” O que é que eu acho que aconteceu? Aí expressou-se... Foi uma situação em que se expressa um embate de modelos, de concepções diferentes em relação à cidade. Uma “carrocêntrica”, que é aquela que tem que abrir espaço para que os carros possam se movimentar, e que já tá provado no mundo inteiro que, quando você faz uma estrada nova, aumenta o trânsito nela. Ou seja... Porque é uma equação. Você abriu aquele espaço ali, as pessoas “Ah, eu posso passar por ali” e vai e enche. Então, não adianta, o carro é feito gás, ele ocupa todo espaço disponível. Então, o que foi que eu acho que aconteceu? Um embate entre esta mentalidade “carrocêntrica”, “carrocrata”, que imperou durante toda a segunda metade do século XX e entra pelo século XXI, com outra que tenta uma abordagem, digamos assim, mais contemporânea ao debate que tá em curso no mundo inteiro, que é “mais força para a mobilidade ativa”, a pé, de bicicleta e de transporte público. Então, essas duas visões, elas se chocaram e o “campo de batalha” foi ali. Eu costumo brincar dizendo que se um dia eu escrever uma memória, um livro de memória, ele vai se chamar “Batalha das Graças”. Porque, como eu vivi uma parte desses bastidores aí...

Laura - Eu estou até escrevendo agora, só que na academia...

Francisco - Você está escrevendo, pronto. Mas o meu é, digamos assim...

Laura - A narrativa, né?

Francisco - A narrativa de antes e depois. Mas a “Batalha das Graças” foi justamente essa batalha entre dois modos de pensar a cidade, duas culturas em relação à cidade, e que, no fim, foi o que provocou esse... Porque quem queria aquilo lá forçou a mão pra que a abordagem do Parque Capibaribe não fosse vitoriosa, já que o outro tinha... O que se ouvia era isso de “Mas você vai perder esse dinheiro, porque já foi aprovado, a Caixa já aprovou...” Sim, mas a Caixa não pode rever? A questão é política, não é uma questão do recurso. O que eu me lembro que o prefeito disse é “Eu não vou perder esse recurso, agora, pra isso, faça o que for necessário pra a gente fazer o ajuste.” Eu me lembro que ele disse isso.

Laura - Então, a partir daí começou o embate, vamos dizer, nas outras áreas da Prefeitura com os moradores em sítio...

Francisco - É, eu acho que é um debate que os moradores e a turma técnica do Parque Capibaribe tinham um determinado entendimento e a Associação dos Moradores, depois, concordou com ela e até ajudou a aprimorar, e do outro lado, todo o pensamento de que a margem do Capibaribe deve ser lugar de carro e que influencia dentro do próprio órgão, eu acho que... E ela entra, porque é muito forte. Essa coisa é muito poderosa. Então, entra lá e provavelmente tava empurrando esse projeto para ele sair e terminou não saindo. Ou seja, bateu com um nó... Aquele embate ali é um embate clássico e uma evidência de dois modos de pensar a cidade.

Laura - Hm... E dentro do... Você participou de algumas reuniões e, enfim, acompanhou mais de perto a “Batalha das Graças”, dentro do bairro, assim, entre os moradores também teve, certamente, quem discordasse...

Francisco - Sim, agora a liderança da associação era a favor. Eu acho que a maioria era a favor. Claro que essa mentalidade não tava excluída das Graças, a mentalidade “carrocêntrica” tava dentro também. Só que a mobilização, que as Graças têm essa história de mobilização, por conta da retirada dos bares, na associação é hegemônico o entendimento de que o melhor era fazer uma Via Parque. Inclusive porque dava outro desenho à circulação, etc.

Laura - E você acha que o caráter também, de certa forma técnico, da associação, no sentido de ter muito arquiteto, ter...

Francisco - É, tem nas pessoas que moram lá, arquitetos, né? Pessoas que são militantes dessa...

Laura - Exato. Pronto, a palavra é essa. Tem muito militante, né?

Francisco - É. Alguns militantes dessa visão, dessa causa.

Laura - De várias causas, inclusive de causas diferentes.

Francisco - Direito da cidade... Uma série de abordagens nessa linha.

Laura - Exato. Você acha, até pela sua vivência de andar tanto pela cidade e com outros bairros também ter essa abertura, você identifica alguma característica específica das Graças que tenha pesado a favor dessa... Dessa pressão, de certa forma, porque, assim, no final eles não desistiram, né? Outras pessoas podiam ter desistido, mas eles não desistiram.

Francisco - É. Tinha uma associação mais atuante, que vinha dessa luta pela retirada dos bares, pela... Já que foi uma luta também, junto à Associação dos Moradores de Casa Forte, na constituição da Lei dos 12 bairros... Quer dizer, tinha uma história das Graças e uma mobilização que... Enquanto que a de Casa Forte, de certa maneira, refluíu, nas Graças houve uma continuidade dessa militância em favor de uma, digamos assim, da observação de urbanistas mais humanistas, vamos dizer. Isso houve, essa continuidade reforçada pelo fato de morarem pessoas lá que tinham essa tradição de... Que desenvolveram essa tradição de militância também. Acho que a Associação das Graças pesou. O fato da Associação das Graças ter esse entendimento e ter essa vertente pesou na decisão da Prefeitura de mudar o...

Laura - De fazer um esforço pra construir outro entendimento junto com o Ministério, por exemplo, que era o que ia dar o dinheiro.

Francisco - A Caixa. Mas, eu reforço isso, até onde eu percebi, até onde eu acompanhei, a decisão foi do prefeito. O prefeito não vacilou em nenhum momento. A questão é que não chegava pra ele, chegava

alguém e dizia “Olhe, vamos perder o recurso.” E começou essa coisa e ele ficou [...]. Mas de todas as vezes que eu vi, ou porque eu tomei conhecimento de que ele decidiu, ele decidiu a favor... Compatível com a primeira decisão dele, de que as diretrizes do projeto das Graças seriam as diretrizes do Parque. Agora, que ele não ia perder o dinheiro que ele já tinha conseguido. Ele dizia.

Laura - Então “Vocês que resolvam”, né?

Francisco - É, “Vocês vejam aí como é do ponto de vista técnico.”

Laura - Aí, basicamente, as duas visões eram da URB e dos moradores?

Francisco - Aí eu acho que as duas visões se chocaram aí, porque mesmo dentro da URB tinha quem era a favor. E dentro da Associação das Graças tinha quem era a favor da URB. Então, o que houve aí foi... Esse foi o campo do embate de duas visões opostas sobre o entendimento de cidade.

Laura - É. Mais duas perguntas, acho que pra gente já ir se encaminhando pro final... O bairro das Graças também é um bairro... Tudo bem, se a gente pegar, talvez, alguns bairros mais de morro, mais periféricos, também têm essa constituição de caminhabilidade. Mas dentro da classe média-alta, que é onde as Graças se instala, é um dos bairros onde... Espinheiro, Graças... Existe muito essa prática de caminhar na rua, porque... Uso misto, porque tem escola, porque... Você acha que pesa nessa militância e nessa apropriação, mesmo, do espaço?

Francisco - Pesa. Ou seja, pessoas que vão morar lá, em parte, vão porque têm esse hábito e o bairro ajuda, por exemplo. Tem comércio... Tem um certo uso misto lá, ainda. Academia, consultório médico... Tem um certo uso misto que facilita essa coisa das pessoas irem...

Laura - Tem transporte público.

Francisco - Tem transporte público... Facilita as pessoas irem pra rua andando, não só de carro. Agora, essa visão “carrocêntrica” é muito poderosa, que... Aqui, por exemplo, no Espinheiro, que é um bairro misto, né? Ainda é e não tem muita coisa na rua de comércio, há um embate enorme para derrubada das árvores, porque uma das características do Espinheiro é que sempre foi um bairro sombreado, por conta dos oitis, etc. E eu acredito que se derruba, em média, uma árvore por dia. Aqui, sob as alegações mais diversas: que a árvore tá velha, que a árvore vai cair e não sei o que... Na verdade é pra abrir espaço para estacionamento. Na verdade, no final das contas...

Laura - Uma vaguinha.

Francisco - Pra mais uma vaga, seria uma árvore. Então, a vaga não é na rua, é na frente das casas, porque a arborização acompanhou um pouco da divisão do solo, da divisão dos lotes. Então quando você tira o muro da frente e transforma a edificação, que era residencial, transforma no comercial, imediatamente os cinco metros de recurso transformam em estacionamento. Se tem uma ou duas árvores ali na frente, tem que se arranjar uma maneira de derrubar aquelas árvores. Eu não digo nem que as pessoas façam isso, mas essa pressão é nesse sentido. Então “Ah, não planta não, porque a árvore é suja!” E não sei o que... Na verdade é isso. “A árvore tá impedindo a minha vaga.” Isso acontece nas Graças também, que é um bairro arborizado, né? Era... Tá cada vez menos. Cada vez menos. E o Espinheiro, cada vez menos. O que é triste é que, nas pessoas, não existe um entendimento, digamos, majoritário, de que, ao fazer isso, se está tirando sombra da cidade. Tirar sombra numa cidade tropical significa diminuir o fluxo de pedestres, porque ninguém aguenta andar numa cidade com [...].

Laura - É. E não apenas o fluxo de pedestre, como o clima geral da cidade, né?

Francisco - Lógico, é. O ambiente que fica muito mais desagradável...

Laura - Vai subindo uns graus.

Francisco - Quantidade de graus... Ou seja, tudo isso continua sendo a ditadura do automóvel. Você fala qualquer coisa nessa linha... Eu que comento, semanalmente, já recebi ameaça, numa discussão, de ameaça física. O cara partiu pra cima de mim porque eu disse que numa cidade não deveria passar de 40km/h num lugar que tivesse bicicleta. “Você quer andar a 40km/h? Depende do lugar, porque em determinado lugar é menos.” Aí o cara levantou-se, fez que ia dar em mim... É nesse nível. Daqui a pouco chega num nível emocionalmente escalado que pode se transformar em um problema de agressão física.

Laura - E, mais uma pergunta, é sobre a participação da Universidade nesse processo, porque, como você disse, não é uma coisa muito comum. O prefeito até perguntou se podia, se não podia... É e, na área urbanística, pelo menos no Recife, é atípico, né? Como se pesou... Como é que você enxerga a relação da Universidade? Porque, querendo ou não, a Universidade tava entre a Prefeitura, que tinha sido contratada por ela e os moradores, até pela própria metodologia do Parque de ir muito pro local, conversar, debater... Enfim, como é que você enxerga essa dinâmica aí da participação da Universidade?

Francisco - Um dos fenômenos marcantes do processo de, digamos assim, de como o poder público lidar com o problema da urbanização... Porque, nós tivemos no Brasil, um processo de urbanização que eu considero trágico. A sociedade brasileira mudou de perfil, em meio século, de 20% urbano, pra 80% urbano. Praticamente, em meio século. Isso é uma das taxas de urbanização mais violentas do mundo. Talvez, só a China esteja [...] isso. Então, isso trouxe uma... O Recife, por exemplo, em 1950, tinha quinhentos mil habitantes e em 1970 tinha um milhão. Ou seja, dobrou em vinte anos. Então, isso traz uma exigência para as cidades, o tecido urbano, ao uso do solo, que não foi acompanhado do ponto de vista técnico pra adequação disso. E aí isso foi uma avalanche. Ainda hoje tá acontecendo. Os morros de Casa Amarela, eles foram loteados e foram ocupados na década de 40, ou seja, no meio desse... Claro, começou em meados de 40 e se intensificou nos anos 50 e 60. Ou seja, as áreas alagadas, as áreas de preservação, foram ocupadas durante esse processo. Então, o poder público não se equipou pra lidar com essas grandes, enormes exigências. E houve um certo dismantelamento da capacidade do planejamento, de própria intervenção, do processo de urbanização nas cidades. O Recife perdeu, em uma década, o Departamento de Planejamento Regional da SUDENE, o Condepe Fidem e a própria estrutura de planejamento da Prefeitura. O pessoal foi se aposentando, não teve concurso... Ou seja, só veio recompor aí há, relativamente, pouco tempo atrás [...] Pelópidas Silveira... Mas é uma coisa que a história se perdeu, a tradição se perdeu, a própria abordagem do planejamento na cidade se perdeu. Ou, pelo menos, entrou por caminhos bem tortuosos. Este projeto aí, de fazer... Essa iniciativa de fazer um convênio do setor público com a Universidade, criando uma coisa intermediária pra poder fazer um estudo específico, eu acho que é pioneira, porque tirou... Enquanto a Universidade tava lá na teoria, o poder público aqui na prática, sem uma teoria, consegui juntar e fazer algo de muito boa qualidade. O resultado desse trabalho aí, do ponto de vista técnico, foi de muito boa qualidade. A questão é que ainda tá no meio do embate. Esse embate, essas visões de cidade, tão se dando aí. Como é que vai fazer uma coisa e “[...], os carros vão andar como?” Infelizmente o debate é nesse nível e ainda mais emocionalizado. Então, respondendo à sua pergunta, eu acho que foi uma excelente oportunidade, uma experiência muito bem sucedida de transformar a pesquisa universitária em algo que pudesse ser planejado e em definição de política pública para uma área sensível, ambiental e urbanista, que foi o Capibaribe. Então, o rio se incorpora à cidade.

Laura - Então você enxerga esse movimento, a “Batalha das Graças”, novamente, pra usar o seu termo, como um alinhamento de planetas... Porque, por exemplo, o pessoal das Graças já tinha rechaçado a proposta das quatro vias há muito tempo e a coisa sempre ia voltando, e de repente alinhou de ter o Parque na mesma época e enfim, outra série de variáveis que a gente pode enumerar aí... Pontual ou você acha que faz parte de uma trajetória aí até de direito da cidade mesmo, já que você trouxe o termo...?

Francisco - É, eu acho que essa coisa do direito da cidade ela já vem e... Todo aquele movimento de 2013, no final de contas eu acho que aquilo foi uma expressão do mal estar da urbanização brasileira. Claro que tinham problemas mundiais, tinha o movimento no bairro de *Wall Street*, não sei o que...

Aqui manifestou-se nesse “Ocupe Estelita”... Mas foi, de alguma maneira, pra usar o seu termo “alinhamento de planetas”, porque tinha uma demanda mundial, tem o mal estar da urbanização brasileira, que é muito forte, tem essa demanda, padrão FIFA, né? Pedia escola padrão FIFA, pedia transporte padrão FIFA... Então, é como dizer assim: “Olhe, isso aqui tá muito ruim. Como é que a gente pode melhorar?” E é na cidade que isso se dá. Aí choca esse tipo de visão que, digamos assim, é mais contemporâneo, que tá acontecendo no mundo, com essa mentalidade “carrocêntrica” que existe e vai perdurar ainda, porque foi muito forte. Se a gente pega a história da cidade e coloca num relógio de doze horas, o carro entrou no último minuto e, no entanto, condicionou todo o traçado urbano na segunda metade do século XX, até agora. Tudo foi condicionado pelo automóvel. Então, tirar isso agora, como é que... E é uma indústria poderosíssima, porque não é só o carro, é o combustível, é a mentalidade...

Laura - E a infraestrutura.

Francisco - Uma quantidade enorme. Toda cidade passa a ser quando começa a fazer shopping pra ser parada de carro, quando começa a fazer edifício com *playground* e garagem grande, você aumenta a capacidade... No fim, é tentar criar um corredor, um túnel refrigerado, sai de casa, por dentro do carro, refrigerado, vai pro lugar de trabalho, volta, passa no shopping e volta pra casa. Ou seja... E a cidade fica fora. Não pode. Essa cidade fora vai, de alguma maneira, invadir essa cidade que tentou se segregar. Então, isso é uma luta. A luta continua. Ela se expressou na “Batalha das Graças”, mas a guerra continua. É guerra de duas visões de mundo. Duas maneiras de ver a cidade, de planejar a cidade e de executar a cidade, que estão em guerra.

Laura - E você acha que esse caso específico tem alguma coisa pra ensinar a essa luta? Essa batalha, o que é que ela ensina, o que é que ela acrescenta à luta? Pelo menos no Recife, né?

Francisco - No Recife eu acho que avançou-se bastante. Essa coisa de um programa específico pras calçadas, uma política de faixas exclusivas para o ônibus, para o transporte coletivo, essa coisa de aumentar a área da margem cicloviária, são expressões dessa nova mentalidade. Como é uma guerra, as coisas vão acontecendo por refregas, né? Então, refrega aqui, refrega ali... O que eu acho é que, analisando o tempo em que eu comecei a conversar sobre, que eu comecei a me preocupar e a debater sobre isso, de 2012 pra cá, aconteceram avanços importantes, significativos. Um avanço, por exemplo, que eu considero muito significativo nessa linha, só que em outra área da cidade, é o projeto chamado “Mais Vida nos Morros”, que ganhou uma dimensão enorme porque ele trata, basicamente, da requalificação do espaço público em áreas populares, fazendo com que as pessoas vão pra ele. Ele tem umas estatísticas aí que mostram o seguinte: em determinados locais, 80% das crianças, antes da intervenção, brincavam dentro de casa e, depois da intervenção, 80% passa a brincar fora de casa. Então, quando faz isso, a própria família vem pro espaço público. A rua é espaço público. É apertado, é ruim, não tem calçada... Mas, na requalificação com tinta, é uma evidência, pra mim, de que nesse aspecto aí, essa batalha, essa frente de batalha, a vantagem tá sendo pra visão nova, porque aquilo significa requalificar aquele território, aquele local do espaço público, e fazer com que as pessoas vão pra ele e, ao ir pra ele, cuidar dele. É uma coisa tão óbvia... Só que não era isso que acontecia. Com isso você melhora os índices de segurança, aumenta a iluminação porque as pessoas pedem pra botar, etc. Ou seja, isso tá andando, então, do ponto de vista de avanços, eu acho que teve avanços significativos. Agora, a visão de que a cidade deve ser lugar de passagem de carro, essa aí ainda continua. Em especial, infelizmente, na classe média, que tem dificuldade tremenda de compreender que um muro baixo tem mais importância para a segurança do que um muro alto que matou aquela faixa da calçada e da cidade onde ele tava. Isso é muito difícil, porque as pessoas... Acho que era Gustavo Krause que dizia, “No Brasil, as pessoas são compostas por cabeça, tronco e rodas.” Então... E todas as pesquisas aí dizem que os carros têm uma importância muito grande para o sinal de status. O que é que tá acontecendo? Os jovens não querem mais tirar, não estão tão ávidos assim para tirar Carteira de Motorista. Isso também é uma evidência de que vai caindo a importância que o automóvel, ou veículo individual motorizado, já teve nos últimos cinquenta anos e continua tendo por uma parcela significativa da sociedade. Então, em termos de disputa, eu acho que o lado das novas ideias tá mais forte do que tava há uma década atrás.

Laura - E de participação? Como você falou, a classe média é a que mais reluta a abrir mão do conforto do carro e, no entanto, essa foi uma batalha da classe média [...] por essa causa do...

Francisco - Transporte individual motorizado. É. Veja, foi uma parte da classe média. É uma parte da classe média. Veja, eu tiro por mim, né? Pela minha experiência pessoal de caminhadas. Eu comecei caminhando sozinho, depois foi aumentando e na última caminhada contaram duzentas e quarenta pessoas. Tão lá no sol, de oito horas da manhã até as onze, com sol na cabeça... Tão lá e... Segundo relato de uma pessoa que entrou no meio... “O que é isso aqui?” Não sabia o que era, entrou pra ver o que era e disse: “Eu nunca vi tanta *selfie* e tanta gente alegre andando debaixo do sol.” Alguma coisa assim. O que as pessoas me dizem nessas caminhadas? Porque eu guio e também eu preparo as caminhadas, eu explico pra que foi, como é o processo de urbanização, que foi o que aconteceu ali. As pessoas me dizem que tinham passado muitas vezes, inúmeras vezes por ali, e não sabiam que ali tinha alguma coisa e nem entendiam o que era que tinha acontecido. Então, eu noto que, pelo menos essa parcela aí, começa a, digamos, mudar um procedimento... Caminhar passou a ser uma coisa... Principalmente em grupo, porque aumenta a segurança. Eu tenho visto uma qualidade enorme de fotografias e o que é que eu tô entendendo? É que tem pessoas que gostam de fotos, principalmente porque agora o celular permite fotos de boa qualidade, só que têm medo de fazer isso no dia a dia. E nessas caminhadas de fim de semana, levam as máquinas e aí o cara bota simplesmente oitenta fotos de boa qualidade... Publica lá na página. Então, pra mim são... Pelo menos, eu tô comparando com dez anos antes, quando andava sozinho, com medo. Eu andava sozinho no domingo de manhã com medo, porque não tinha ninguém na rua. Hoje, quando eu saio, de sete e meia da manhã, já tá a ciclofaixa de lazer funcionando... As pessoas na rua tão vendo outra cidade. Então eu considero que houve avanço.

Laura - Ok. Pronto. Eu acho que é isso, Francisco. Tem mais alguma coisa que você acha importante pontuar dessa trajetória toda?

Francisco - Não... Acho que... Vamos dizer, antigamente, a luta continua. E como a pressão contra o aquecimento global também é forte, o embate passa a ser, digamos assim, de igual pra igual, porque antes é... Eu noto, quando eu faço qualquer comentário sobre velocidade na CBN... Logo quando eu saio na rua, boto o pé na rua, tem alguém pra me inquirir. Por exemplo... “Quer que eu ande a 40km/h?”, “Eu quero que você ande a 40 ou menos.” Isso é o símbolo dessa... No que chega até mim, é o símbolo desse embate, que tá o tempo todo acontecendo. Agora, eu acho que avançamos... Eu digo que, pelo menos conceitualmente, ganhamos a “Batalha das Graças”. A questão é que a dificuldade continua se expressando, por exemplo, em executar, porque tem o dinheiro, tem o projeto, mas não consegue. Por que? Provavelmente é porque também aí tá se dando esse debate.

Laura - E a estrutura dos órgãos públicos é mais pesada e tal...

Francisco - Toda lógica ainda é “carrocêntrica”. Os próprios órgãos de trânsito, as autoridades de trânsito, raciocinam predominantemente os agentes de trânsito. Raciocinam, pelo menos, para dar passagem aos carros o tempo todo. Então... É difícil mudar. Mas, eu noto que a CTTU tem feito uma coisa que eu... O chamado “urbanismo tático”, pintando a rua. Isso já é um avanço, em relação ao que era. Muito grande. Pintar uma faixa... Pintar uma faixa e você aumenta a segurança, como é o caso da Ilha do Leite, como é o caso do centro da cidade, tão pintando as ciclofaixas de vermelho... Quer dizer, você está aumentando a segurança viária só com tinta aí, porque não é a ação do agente, é tinta. Então... O cara vê, na tinta, vê que ela disciplina, pintando o chão. Então, isso é avanço. Agora, nesse caso, a gente tem que ir... É uma guerra de guerrilha, não é uma guerra de você ter grandes exércitos de um lado e grandes exércitos do outro... O tempo todo. E cada frente você tem que ir usando as armas que tem.

Laura - Sim... Ok, tá jóia.

Francisco - Espero que tenha ajudado.

**LÚCIA MOURA - Bibliotecária, presidente da Associação Por Amor às Graças
(Entrevista em 10 de julho de 2019)**

Laura - E aí, vamos lá. O que eu preciso fazer é um resgate desse processo que foi a Beira-Rio das Graças, certo? Especificamente quando surgiu a notícia de que iria ser usado o dinheiro, aquela última leva, em que o dinheiro do PAC iria ser usado para outro projeto, né? Pra um projeto que já tava lá engavetado na Caixa Econômica a um tempo. Tu lembra quando foi isso exatamente, essa última abertura dessa caixa preta aí?

Lúcia - Eu acho que foi 2013... 2011 ou 2013, não tenho uma certeza muito grande não mas sei que é nesse período. Acho que em 2011 foi quando veio a notícia no Jornal do Comércio e aí houve a nova movimentação.

Laura - E aí vocês já existiam enquanto associação, né?

Lúcia - Já existia, tava... É porque, esse projeto, ele tinha sido apresentado pra gente em 2008, só que isso eles fizeram numa apresentação lá no Instituto Capibaribe e o CEO desse projeto ainda era Beto Azoubel, que era o diretor da... Não esse Beto que hoje é secretário, mas o Azoubel que era da Prefeitura. Que ele apresentou o projeto e era um projeto tenebroso, ele entrava muito dentro do rio e muito terrível, com colunas violentas, totalmente devastação do mangue e as quatro pistas. Esse projeto foi apresentado pra gente em 2008 mas não surtiu... Foi rejeitado na hora de ser apresentado e morreu. Ninguém falava mais nele.

Laura - Quando você fala “vocês”, é especificamente a associação ou também envolve outros moradores?

Lúcia - Não, associação. associação dos Moradores, dos moradores que estavam na reunião.

Laura - É, de repente tem outros moradores que não são diretamente associados, mas... Não, né?

Lúcia - Não. Mas, no caso, não, no caso eram moradores que vieram... Ou moradores ou proprietários de residência, que estavam na margem do rio e que eles tinham interesse. Tem esse detalhe também, que tinham as pessoas que não moravam mas tinham interesse porque eram proprietários dos imóveis. Eles vieram em 2008, mas ninguém... Era um projeto terrível.

Laura - Nem mesmo eles concordaram, né?

Lúcia - É... Ninguém se movimentou, ninguém se mobilizou. Em 2011, aí surgiu novamente o projeto, na realidade era o mesmo projeto. E a comunidade começou então a intervir, porque o projeto era... Ele descaracterizava profundamente o bairro, não só isso, como ele não levava a caminho nenhum. Foi quando surgiu a apresentação do projeto do Parque Capibaribe... Vou fazendo um resgate e você corta. Surgiu a ação do Parque Capibaribe pela Prefeitura, na época...

Laura - Mas aí já foi bem mais na frente, né? Já foi depois de 2014?

Lúcia - É. Isso... Exato. Nós convidamos esse pessoal, mas... E teve discussão, teve tudo, mas o mais importante foi isso. É que quando surgiu o Parque, nós pedimos pra ser incluídos no desenho do Parque. Colocamos, na realidade, o prefeito numa saia-justa, porque foi em público e durante aquela apresentação. E a gente questionava por que era que o projeto do Parque ia até a ponte da Torre, da ponte da Torre ele parava e começava depois da ponte da Capunga. Pronto, aí nós fomos incluídos pelo, na época não era nem o INCITI, era o... Nem me lembro mais como era o nome, que era o pessoal da Universidade... E aí acho que você deve ter esse histórico. E aí começaram as... Sim, nesse período teve, antes da gente entrar no INCITI, teve realmente umas três discussões com o pessoal da URB, mas nunca chegava... Existia uma resistência muito grande da URB em deixar de ser quatro pistas de rolamento, eles queriam porque queriam, de qualquer forma, aquele projeto antigo, e depois foram

melhorando, começaram a melhorar um pouco mas mesmo assim era pista de rolamento. Mesmo transformando em duas, mas continuava sendo pista de rolamento. Ele tinha menos impacto, mas não havia essa visão de parque. Foi quando nós pedimos pra que se fizesse parque. Aí começou uma grande transformação, aí houve uma melhora e fomos pactuando pra cá, pra lá... E essas reuniões sempre acontecendo e a gente sempre supervisionando.

Laura - Essa reunião que você falou que foi uma saia-justa, desculpa te atrapalhar, foi em que ocasião, foi em uma daquelas audiências ou...?

Lúcia - No lançamento do projeto do Parque Capibaribe.

Laura - Foi onde, Lúcia? Tu lembra?

Lúcia - No auditório do Banco Central, se eu não me engano.

Laura - Ah, lembrei. Sim, sim.

Lúcia - A gente foi e não fomos nem convidados pra isso, só aparecemos. E foi a nossa sorte, porque vinha havendo muita reunião... Cida tem as atas, porque eu não sou de guardar. Mas aí você me lembrou que, nesse período de 2011 até o Parque ser concebido, a gente teve reunião com a URB. Aí tinha a Norah, aí eram “batidas” muito fortes porque era aquele Léo Cisneiros, que “batia” muito forte no pessoal. Depois tinha os próprios moradores que não sentavam... A gente não queria via de rolamento, a gente queria uma coisa mais leve, como todo o Parque seria.

Laura - Certo. Léo não é morador, né? Léo tava envolvido nessa...

Lúcia - Ele é morador, é. Não frequenta muito, mas ele é morador. Ivan é morador...

Laura - Ivan eu me lembro, mas...

Lúcia - Léo é morador.

Laura - Falei com Aloísio.

Lúcia - Falou, né? Pronto, Aloísio ele pode responder pelos dois, inclusive falei com Ivan e falei com ele, sobre você. Ele já tava mais ou menos encaminhado. Mas as discussões foram muito grandes, mesmo depois que o projeto foi aprovado por nós, ele ainda sofreu alterações. Agora, recentemente, houve alteração no projeto, mas não interferia muito.

Laura - Mas aí eles chegaram a apresentar pra vocês? Não, né?

Lúcia - Não, não prejudicava. Não saía da grande ideia não.

Laura - Não fazia parte mais da crise, né? Entre vocês. Da controvérsia, que é o que eu tô estudando...

Lúcia - Não, não. Existia realmente uma grande rejeição...

Laura - E qual eram os motivos pra vocês rejeitarem? O que é que vocês criticavam...?

Lúcia - Exatamente a gente queria uma coisa mais humanizada e não uma pista de circulação de automóveis, aonde pedestres e ciclistas não tivessem vez. A gente não queria isso. Por que só aquele pedacinho milimétrico pra utilizar uma verba? O projeto deles era muito mais caro do que o projeto depois que foi idealizado.

Laura - Entendi.

Lúcia - Ele teve vários e vários projetos até se chegar a esse aonde já foi o pessoal do Parque Capibaribe, que na época se chamava Parque Capibaribe, não era INCITI, que entrou aí então como projeto arquitetônico do pessoal INCITI hoje, foi que foi feito esse... Colocou-se vias de carro, mas de uma forma que não agride tanto a natureza nem agride o bairro.

Laura - Entendi. Essas conversas entre vocês e a URB, como era essa dinâmica, Lúcia? Vocês procuravam a URB ou a URB procurava vocês...?

Lúcia - A gente procurava. A gente procurava a URB, as reuniões primeiro eram reuniões mais técnicas, aonde nossos arquitetos urbanistas participavam com mais afinco e Fernanda com a parte de legislação de solo. E eram reuniões bem mais técnicas. Quando se chegava a um consenso, isso era levado pra grande platéia, né? Pra comunidade mesmo. Pra que se fosse novamente discutido. Aí a URB trazia todo o material e apresentava, e aí todos interferiam. E a gente... Tinha coisas, inclusive, que a gente fazia uma defesa pra ver se a coisa andava, mas tinha uma rejeição grande da comunidade, aí voltava... Sempre foi assim, até que se chegou a um ponto aonde os próprios arquitetos conversaram entre o grupo e disseram ao grupo que o projeto era muito bom e que a gente era... Assim, diante do que a gente tinha, ele era ótimo. E é, realmente, eu considero um grande projeto.

Laura - O do Parque, né?

Lúcia - O do Parque, junto com a gente dentro do Parque. É um bom projeto. No antigo projeto tinham paredões, as ruas iam ficar sem saída, era um negócio muito louco. Era uma via expressa que não levava pra canto nenhum.

Laura - Que é pra desafogar o trânsito, basicamente, né?

Lúcia - Mas não desafogava, porque o trânsito não tinha pra onde ir. Ele vinha com a via expressa, por cima do rio, e caía na cabeceira da ponte.

Laura - Entendi.

Lúcia - Das duas pontes. Da Ponte da Capunga era uma questão lógica. Não tinha... Se eles fossem fazer, era uma via por cima do rio inteiro, cortando o Recife inteiro.

Laura - Entendi. E o que é que eles justificavam? O que é que eles justificavam pra manter a posição?

Lúcia - A posição? É que a verba tinha sido específica pra mobilidade.

Laura - Ah, entendi. E mobilidade, nesse caso, teria que ser carro?

Lúcia - Ser carro.

Laura - Entendi.

Lúcia - Mobilidade não era de gente, era de carro.

Laura - Entendi.

Lúcia - Era um projeto que ia ter problema. E realmente teve muitos ajustes. O da Caixa... Muitos, embora diminuindo o valor a ser gasto. Mesmo assim houve muito vai e vem entre a Caixa.

Laura - E me diz uma coisa, Lúcia, vocês... Eu sei que você já me disse isso em outras situações, mas só pra a gente registrar aqui também, porque essa é a entrevista que eu vou usar pra fazer a visualização dos dados, né? Vocês não tinham, vocês, moradores das Graças, não tinham interlocução direta com a Caixa Econômica, não é isso? Quem era essa pessoa? O órgão ou a pessoa...

Lúcia - Olha, ainda não temos nenhuma interlocução com a Caixa. Quem mantém contato com a Caixa é a Prefeitura através da URB.

Laura - Que seria Norah e Rúbia, no caso?

Lúcia - Não. Ah, a Norah sim. Devem ser outras pessoas, eu não sei, mas eles é que eram os interlocutores com a Caixa.

Laura - Exportadores.

Lúcia - É. Há também o pessoal do meio ambiente, também fazia interlocução com a Caixa. Essas reuniões com a comunidade vinham os engenheiros florestais, da parte da botânica. Tudo isso era discutido no grupo de monitoramento porque, bom, quando começou, o projeto foi aprovado a primeira vez, a gente tinha a construtora, então tinham umas reuniões de monitoramento, que eram quinzenais, aonde tudo era discutido. o projeto de arborização, as plantas, as espécies que seriam colocadas, o remanejamento de mangue, tudo isso era colocado. A parte social... Mas aí essa empresa não continuou, aí chegou uma nova e a gente tá com uma nova empresa que tá tocando o serviço.

Laura - Certo. “A gente”, no caso, é pela Prefeitura, não é isso? A empresa que toca é contratada pela Prefeitura ou não? Como é essa gestão?

Lúcia - É. O gestor é a Prefeitura.

Laura - Entendi. Aí vamos... Eu deveria ter começado com isso, na verdade, mas eu acho que é importante a gente, de qualquer forma, dar esse passo pra trás pra traçar um pouquinho do perfil da associação. Quando foi que ela surgiu? Quantos integrantes ela tem? Qual é a dinâmica da associação? Por que ela existe? Enfim, se você puder fazer um resuminho já ajuda.

Lúcia - A associação de bairro ela já teve uma época que ela existiu, nos anos... Acho que final dos anos 90, por aí, ela existiu um movimento, mas esse movimento, depois que resolveram o problema, que foi o movimento da grande quantidade de bares que tinha por aqui, quando esse movimento conseguiu êxito, esse movimento acabou.

Laura - Se dissolveu.

Lúcia - É, se dissolveu...

Laura - E você já participava? Você já participava nessa época?

Lúcia - Não, não. Eu nem morava no bairro.

Laura - Tá.

Lúcia - Então, quando foi em 2004, começou a surgir a Maurício de Nassau entrando violentamente no bairro e, além de descaracterizar, existia a grande problemática do trânsito. Então, novamente a comunidade... Porque... Um parêntese: todo esse tipo de movimento, em bairros desse tipo, são ocasionados por alguma coisa que incomodou o morador. No caso seria a Maurício de Nassau, que eu não gostaria de citar esse nome, mas a universidade começou a entrar, descaracterizar e a complicar o trânsito violentamente. Isso acarretou num desconforto... Como a CTTU veio fazer uma transformação de trânsito aqui, de proibir uns estacionamentos, permitindo outros, isso causou um rebuliço. Então nós nos reunimos e convidamos o secretário, que na época era João da Costa, a participar dessa reunião e criamos o movimento Por Amor às Graças. E a reivindicação era essa, era que cessasse a invasão da universidade, porque eles não tinham espaço pra estacionar, tavam aumentando gradativamente e tava prejudicando, sobremaneira, ao bairro.

Laura - O dia-a-dia, né?

Lúcia - O dia-a-dia do bairro. **(não entendi corta)** nem de manhã, nem de tarde, nem de noite. Os engarrafamentos de coisa que a gente fazia em dez minutos ali dos Quatro Cantos pra Jacobina que não dá um quilômetro e meio, estavam-se levando quarenta e cinco minutos pra se chegar. E aí começamos o grande movimento. A Prefeitura fazia que ia e não ia, a gente ia atrás das licenças de funcionamento. A Nassau não tinha essas licenças de funcionamento. Aí começamos a questionar violentamente e eram muitas reuniões. Então foi criado o movimento Por Amor às Graças, esse movimento transformou-se em associação, e depois disso nós fizemos, então, várias interferências mais fortes em cima desse problema para que a Prefeitura se responsabilizasse. Aí houve uma mudança de trânsito, houve algumas multas com a Nassau, conversas com eles lá porque a gente não teve mais, porque me colocaram, no caso, na justiça porque tava evitando uma série de coisas que... Que eles teriam tido perdas, por conta de uma passeata que nós fizemos reivindicando. E por aí foi, pronto. Aí daí por diante a associação continuou mais forte...

Laura - Com outras pautas.

Lúcia - Com outras etapas, com outra visão, assim, outros pontos pra gente trabalhar. No caso, começamos então a interferir mais em cima da via da Beira-Rio e outras coisas. Trabalhamos em cima da parte de segurança, da parte de convivência social, utilizaç]ao do bairro, integração dos comerciantes com o bairro, com a associação. E a gente vem trabalhando agora nessa linha.

Laura - Aí quando acontece uma pauta específica tipo essa da Beira-Rio, que no caso virou uma parte do Parque Capibaribe, né? Aí...

Lúcia - Ela se mantém. Quando acontece, por exemplo, da gente... Tá ouvindo?

Laura - Tô, tô ouvindo.

Lúcia - Quando a gente convoca o grupo, é quando alguma coisa não tá indo bem.

Laura - Entendi.

Lúcia - Nós convocamos a três meses atrás porque a obra tava parada, mas aí eles vieram e trouxeram a empresa nova, a nova construtora. Entendeu?

Laura - Entendi, mas aí vocês convocaram...

Lúcia - A gente convoca. A gente pede uma reunião e eles vêm. Aí eles vieram, chamamos o bairro todo, fizemos uma divulgação grande com bicicleta de som, as nossas mídias, os nossos canais de internet, que são as páginas de Facebook, de Whatsapp, e juntamos bastante gente e fizemos uma reunião onde eles expuseram todo o projeto. Então, continuando, sempre que a gente tem a reunião específica de monitoramento, nós colocamos também pra comunidade. A gente só chama o povo da Beira-Rio quando tem que se dar uma notícia que precisa envolver muita gente e que não seja só através do coisa.

Laura - Entendi.

Lúcia - E há também uma coisa muito interessante... É que as pessoas fiscalizam. As Graças é verticalizada, então eles têm muitos fiscais da obra. Eles até alertam pra gente que a obra parou, que a obra não tem muita gente, que a obra tá com pouco funcionário. Entendeu? Eles sempre tão mostrando algumas irregularidades que a Nassau provoca. Construção indevida, obra embargada. Eles fiscalizam, é muito interessante porque essa verticalização permite que a gente tenha esses fiscais naturais. Fiscais das ruas, fiscais de poda de árvores... É bem interessante.

Laura - Ah, ótimo. Agora, Lúcia... Eu ia perguntar um negócio, tava aqui na ponta da língua... Ah, o que é que você acha e quem você acha, se tem alguma pessoa ou alguma situação, enfim, alguma razão pra que vocês finalmente tenham conseguido aprovar o projeto do jeito que tá, o do Parque Capibaribe, no caso, porque a gente viu, por exemplo, mobilizações enormes como do Estelita que terminaram não dando em nada, né? E no caso de vocês foi uma coisa mais reduzida que teve esse efeito. O que é que você atribui a isso?

Lúcia - Eu atribuo, por exemplo, se a gente for fazer um Estelita...

Laura - Eita, cortou um pouquinho, vamo voltar. Acho que vou ter que ligar de novo.

Lúcia - Tá ouvindo?

Laura - Tô. Pode falar.

Lúcia - O comparativo que você fez com o Estelita, eu coloco assim, uma coisa bem clara é que não há no setor imobiliário, área; Nenhum. Porque eles tem... A Beira-Rio cabe nenhum prédio. Então eles não têm interesse. Tanto que o projeto tem pouquíssima desapropriação porque já é na beirada do rio mesmo não tem pra onde correr, sabe? Não há espaço pra isso. Acredito que isso aí é que... Sim, a mobilização da comunidade também foi importantíssima. Se a gente tivesse se acomodado, teria saído as quatro pistas. Mesmo que fosse errado, mesmo que fosse um projeto errado, um projeto que não teria êxito, mas ele sairia. Mas, diante dessa insistência, essa perseverança que nós tivemos ao longo desse tempo inteiro da obra, agora que tá sendo feita, desde 2011 que a gente vem nessa batalha. Acho que foi outubro de 2011. Daí você tira o tempo que nós levamos nesse trabalho. Então essa participação da insistência da comunidade através da sua associação fez com que esse projeto saísse vitorioso. Já existia verba, existia o interesse do INCITI, que foi um grande parceiro...

Laura - Pronto...

Lúcia - Alô?

Laura - Oi, tô escutando.

Lúcia - O INCITI comungou, ele aceitou plenamente a ideia da gente. Então foi perfeito. Se o INCIT tivesse feito cara grossa a gente jamais faria esse projeto. O projeto contou com grande colaboração da aceitação... Então foi perfeito... E aí, porque, ainda hoje a gente tem... Uma das últimas reuniões que a gente teve na URB ainda teve discussão mais séria sobre o projeto. Quantidade de cimento armado, de concreto que ia se colocar, essas coisas que a gente vem discutindo. Supressão de Mangue. Mesmo porque, com o meio ambiente também favorável, mas eles também são favoráveis entre eles. São muito corporativos. Você sabe que as empresas elas se defendem, a Prefeitura, os seus órgãos, defendem as suas ideias juntinhos, né? Se mordam, mas eles se juntam. O nosso grande parceiro, na minha opinião, foi o INCIT.

Laura - Que aí, o INCITI também é, entre aspas, vinculado à Prefeitura... Entre aspas não, oficialmente vinculado à Prefeitura, mas aí você acredita que ele conseguiu fazer a mediação?

Lúcia - Ele conseguiu. Eles eram muito contestados, sabe? Mas no fim prevaleceu a ideia de parque, de continuidade de um parque.

Laura - E qual era a contestação que acontecia? Qual era a contestação que eles sofriam?

Lúcia - Isso era entre eles, a gente não chega a ter muito acesso a essas informações não. A gente sabia que tinha sido bloqueado. Vinha o em off pra gente só do que “contestou isso, contestou aquilo”, mas não vinha pra gente tranquilo não. Em off a gente tinha algumas ideias de que o projeto tava sendo recusado pelos técnicos da URB. Eu não tô te dizendo que a URB era o grande empecilho? O grande empecilho era a URB.

Laura - É, e que há partes que eu ainda tô... É a parte que eu ainda tô precisando explorar mais, porque querendo ou não, eu acompanhei o INCITI na época e com vocês eu já tenho essa interlocução mais recente, né? Com Fernanda, com você, então deu pra acompanhar. Agora a parte da URB ainda tá meio em aberto.

Lúcia - Olhe, se você conversar com Múcio, Múcio vai te mostrar, como arquiteto, como eram as discussões. É Múcio e Buga, que é Geraldo. Eu não te dei o nome de Geraldo.

Laura - Eu não lembro se você chegou a dar. Agora, falar nisso, falar em Múcio, falar... Eu acho que você deu o de Geraldo também. Eu não lembro se eu já cheguei a falar com ele, porque ontem eu comecei, mandei uma enxurrada...

Lúcia - Múcio seria muito bom. Múcio participava mesmo dessas grandes brigas, porque eram discussões fortes e Múcio tava com Fernanda e Buga.

Laura - Tá. Uma coisa que eu... Que você falou aí da questão de não ter interesse imobiliário, que realmente pesa bastante, a questão da persistência de vocês, mas em termos, duas coisas que eu queria que você comentasse: primeiro, o fato de haver um projeto alternativo, porque, comparando de novo com o Estelita que é o nosso caso mais célebre, não havia uma proposta alternativa, né? Ficava-se discutindo, mas não tinha um consenso em torno disso. E no caso de vocês, vocês conseguiram construir. Não tava pronta, vocês construíram junto com o INCIT nessa interação, mas...

Lúcia - Ele tava pronto e a gente desconstruiu junto com o INCITI. E construímos outro.

Laura - Pronto. Melhor ainda, né? Melhor ainda.

Lúcia - Ele existia, mas ele foi colocado de lado e foi totalmente remodelado.

Laura - A proposta do INCITI, no caso? Ou não? Porque é da proposta do INCITI que eu tô falando.

Lúcia - É, da proposta do INCIT e o “chega pra cá”. E URB começa, então, a amenizar a questão, né? Porque elas também tiveram que ceder.

Laura - Sim, mas veja, uma pergunta, antes de vocês entrarem na jogada pra articular com o INCIT, existia um projeto do Parque Capibaribe ou do INCITI para o trecho, não né? Era daquele jeito que você falou? Pulava o trecho...

Lúcia - É daquele jeito. Pulava. Tinha uma ponte que passava, interrompia e começava de novo. O projeto do Parque Capibaribe, ele vinha da Várzea, quando ele chegava na Ponte da Torre, ele parava e retomava na Ponte da Capunga indo até o centro da cidade.

Laura - Pronto, a minha pergunta então é a seguinte: vocês conseguiram, entre vocês, estabelecer um consenso em algum momento em torno do projeto que foi feito pelo Parque, que era alternativa. Isso foi trabalhoso? Isso foi... Eu queria que você comentasse esse consenso e como é que você enxerga, porque se vocês tivessem se dividido enquanto associação, talvez também não tivesse saído, né? Não sei, enfim... Tô aqui “viajando”. Entendeu? Essa unidade de vocês, porque tem a persistência, mas é uma persistência enquanto grupo, né? Você falou que em algum momento vocês, tipo assim, decidiram, “não, a gente aceita essa proposta”. Foi trabalhoso, internamente, alinhar essas expectativas e as explicações todas e tudo mais, foi trabalhoso? Internamente...

Lúcia - Olhe, a gente tinha um cuidado muito grande de discutir as coisas miúdas num grupo menor. Quando nós vamos para o grupo maior, havia já uma intenção da gente conseguir colocar aquela ideia em andamento.

Laura - Entendi.

Lúcia - Aí os arquitetos já comentavam, já trabalhavam, já se fazia um cochicho de ouvido aqui e ali, já se ia começando a preparar as pessoas. Existiam as pessoas que não queriam de jeito nenhum, como ainda hoje tem morador que não gostaria jamais de ter a Beira-Rio, eles preferem que seja do jeito que é. Dizem que é mais seguro. É coisa que você não consegue entender. Morador que considera a Beira-Rio do jeito que é, sem acessibilidade, sem nada, é mais seguro do que se ela tivesse acessibilidade. Se ela for limpa, pra você ver o rio, fora clara, for um jardim, aonde você possa ficar, eles acham. Então é muito difícil. Mas essas pessoas, quando iam, porque também pensavam no seu, elas achavam que iam perder as suas possibilidades, as suas... Porque muito prédio ali construiu em cima do terreno que era público, então eles acharam que iam perder espaço. Muita gente nem frequentava mais a reunião. Deixou de frequentar os encontros quando eles viram que o projeto tava ganhando uma outra forma e que essa outra forma ela seria vitoriosa.

Laura - Mas aí essas pessoas foram votos vencidos, assim, democraticamente elas eram inferiores...

Lúcia - Tanto que eram vencidos que iam nos abandonando naquele projeto. Iam saindo. Discretamente iam saindo. Hoje quando você faz uma reunião grande dessa, já não existe tanta contestação. Existe uma ou outra pessoa que talvez esteja mal informada que pergunte alguma coisa, mas hoje é consenso que a Beira-Rio é uma maravilha para o bairro. Agora se trabalhava antes, essas informações elas eram... Como todas, quando você quer convencer uma massa, você tem que trabalhar aquela informação, você tem que realmente ceder. É a gente dizia pras pessoas que era uma troca, esses encontros com a Prefeitura era uma troca. A gente tava tentando melhorar pra gente o máximo possível. Tinha gente que fazia assim: “não é o ideal, mas é o máximo que a gente pode”, porque o ideal era não ter nenhuma via de carro.

Laura - Entendi, entendi.

Lúcia - Pra alguns. O ideal pra outros era esse de ter duas saídas de carro.

Laura - Que é o que vai ter agora.

Lúcia - Que vai ter agora.

Laura - Mas é numa direção só, né? É numa direção só, né? Não é...

Lúcia - Naquela era só numa direção, agora não, é uma parte pra um lado, uma parte pro outro. Ela não tem continuidade.

Laura - Mas não é mão e contramão? Tipo, um trecho não é mão e contramão? Um trecho é de um lado e o outro trecho é pro outro... É só mais uma entrada.

Lúcia - É uma válvula de escape da Joaquim Nabuco e uma válvula de escape... Entrando pela Joaquim Nabuco e uma válvula de escape pra Rua Amélia.

Laura - Só pra os moradores mesmo, né? Pra quem quer cruzar, cortar trânsito.

Lúcia - É, depende... Quem conhece mais o bairro vai usar isso. Quem não conhece vai continuar do mesmo jeito: sem usar.

Laura - Lúcia, nesse processo de discussão, que eu lembro que foi mais intenso... Quer dizer, não foi mais intenso, mas pra chegar ao consenso foi mais intenso 2016, 2017, né? Que é quando o Parque realmente entra na jogada e é quando conclui, né? Na metade de 2017 é quando ele assina o termo de... A ordem de serviço, não é isso?

Lúcia - É, mas olhe. Antes, eu acho que antes, 2014, 2015, foram as grandes discussões com a URB. Foi bem mais intenso. Eu não tenho isso aqui pra te recuperar rápido, eu teria que fazer essa pesquisa, mas se precisar a gente tem.

Laura - Tá aqui na minha lista também...

Lúcia - Cida era secretária de meio ambiente.

Laura - Mas em 2016 ela já era, não era não?

Lúcia - Do meio ambiente?

Laura - Quer dizer, ela ainda era.

Lúcia - Ela ainda era. Mas começa no início da gestão dela.

Laura - Entendi. E, uma pergunta...

Lúcia - A eleição de presidente, quando foi?

Laura - Foi 2016, a última. Né?

Lúcia - A última, ela tava... Por isso que eu tô te dizendo que 2013, 2014 foi um período muito importante, Cida era secretária de "coisa". Já 2016 ela tava saindo.

Laura - Entendi. Pronto, eu vou aprofundar isso com ela direitinho. Agora, porque você diz que 2013...

Lúcia - Coitada, eu tinha até pena. Às vezes ela vinha pra reunião com a maior boa vontade e levava cada bordoadada.

Laura - E ela era moradora?

Lúcia - Não, não era moradora. Ela mora no Espinheiro, mas ela vinha como secretária do meio ambiente. Leo Cisneiros só faltava vir pegar no pescoço dela.

Laura - Nessa época, 2013, 2014, ainda não tinha a alternativa do Parque, não é isso?

Lúcia - Não. A gente tava trabalhando sem Parque. Ninguém falava de Parque pra gente, porque a gente nem sabia do Parque. Depois a gente começou a tomar conhecimento do Parque, que foi quando teve o lançamento do Parque. Qual foi a data do lançamento do Parque?

Laura - Se eu não me engano, foi 2014, agora exatamente a data eu não lembro. Foi 2014.

Lúcia - Pronto, foi no lançamento do Parque... Por isso que eu tô te dizendo: volta pro início da gestão de Cida, nesse início da gestão de Cida foram as grandes discussões em cima de projeto, até o dia em que foi lançado o Parque. No dia em que foi lançado o Parque, aí começou uma outra mão de cal em cima que foi o projeto feito pelo INCITI, que não era INCITI, era Projeto Parque Capibaribe, o nome do grupo.

Laura - Depois que vocês falaram lá no lançamento do Parque, depois que vocês falaram lá publicamente...

Lúcia - Pedimos, né? Pra participar.

Laura - Pronto, aí qual foi o passo seguinte? O INCITI procurou vocês, vocês procuraram a Prefeitura... Como foi?

Lúcia - Não. Eles... O prefeito disse que o INCITI inserisse. Aí o INCITI fez o primeiro projeto, o segundo... Até se chegar um projeto de agrado comum. E aí tinha ainda muita discussão, muita coisa... Aí o INCITI apresentava mas a URB não gostava. Aí começou a briga interna, essa briga eu não posso nem te falar mas eu sabia que existia.

Laura - Entendi. Aí foi levantar com eles. Outra coisa...

Lúcia - Até a hora que sacramentou esse último projeto.

Laura - Certo. Outra coisa que eu queria perguntar: você acha que o Jardim do Baobá teve alguma... Porque o Jardim foi lançado no meio dessas... De certa forma vocês ainda tavam em negociação, né? Porque ainda não tinha assinado.

Lúcia - É. Porque, veja: o Jardim do Baobá e o do Derby, você não pegou o do Derby, o do Derby tá pronto já.

Laura - É, não peguei não. Não, mas assim...

Lúcia - Eram coisas que era mitigação, né?

Laura - É, mas veja: você acha que teve algum impacto na argumentação de vocês? Não, né?

Lúcia - Não.

Laura - Porque vocês já tavam avançados.

Lúcia - Não, a única coisa que ficava mais claro é que a gente podia ser um Parque.

Laura - Entendi. As pessoas começaram a frequentar e tal e...

Lúcia - Não, não, não. Nem por aí. O pessoal das Graças mesmo, por incrível que pareça, não vai tanto ao Parque. E o Parque, ele não tá atendendo à demanda que ele foi proposto.

Laura - Que seria?

Lúcia - É. Um canto de concentração, de passeio pelo rio... Mas ele não tá atendendo a essa demanda. As pessoas tão reclamando de segurança, de uma série de coisas. Mas até essa semana eu já dei uma... Mês passado, final do mês passado, vieram me perguntar sobre isso o, Jornal do Comércio me fez uma pesquisazinha sobre isso. E eu digo que o grande problema é a falta de manutenção dos equipamentos, que colocam de segurança pro povo frequentar, que todos eles chegam assim, se não tiver quem tome conta.

Laura - É. E de certa forma ali no Jardim não tem um fluxo de moradores, especificamente, como teria lá nas Graças.

Lúcia - Não, não.

Laura - Agora deixa eu perguntar mais...

Lúcia - Bora lá, vamo lá que eu tenho que sair.

Laura - É. Mais duas coisas pra gente acabar, também porque senão vai ser muito conteúdo pra eu processar. Vocês... Eu não sei se você se lembra mas naquele dia da aula, que você foi lá participar da cadeira que eu estava ministrando, um dos meninos perguntou sobre se vocês tinham acesso facilitado

e tal e você disse que não, que vocês batalhavam e tal. Mas, de qualquer forma, a gente sabe que o bairro das Graças é privilegiado e o grupo da associação é privilegiado em termos de escolaridade, até nessa questão de ter o pessoal de arquitetura e o pessoal de direito, assim, bem...

Lúcia - É privilegiado, a gente é uma bolha.

Laura - É, não é? E aí eu queria que você falasse, assim, pra não sair da minha boca, na verdade, qual foi o peso que isso teve no processo, entendeu? Tipo, você falou já que tinha essa história do grupo menor, que processava todos esses conteúdos e tal, mas até que ponto essa questão de ser... Do privilégio social, mesmo, assim, do bairro, pesou na condição desse processo? No desfecho também, né?

Lúcia - Olhe, existe... Veja, eu vejo assim... Isso é uma coisa que eu sinto. Eu sei que nós somos privilegiados, mas eu sei também que a forma como a gente vende o bairro para as pessoas, isso modifica muito o poder público. A gente vende o bairro das Graças como a melhor coisa que possa existir. A gente não permite muito que venha denegrir o bairro, tá entendendo? Ele tem seus defeitos? Tem. A gente batalha por ele? Batalha. Mas eu acho que o que interfere mesmo é essa vaidade, essa beleza de se morar num bairro aonde você tá tentando fazer algo diferente, porque nós realmente estamos tentando fazer algo diferente. Eu acho que isso é o que interfere mais.

Laura - E como é que você acha que o poder público enxerga vocês?

Lúcia - Ele enxerga com respeito, viu? Eu acho que faz um tempinho que os prefeitos nos enxergam com mais respeito. A gente vem da época do João Paulo, porque quando a gente começou com o Movimento das Graças foi na época de João Paulo e já existia um certo respeito. Depois, como foi aumentando, em João da Costa também aumentou. E agora, nos dois de Geraldo Júlio existe também um progresso. Nós tamos atravessando já quatro anos de João Paulo, que foram os segundos quatro, com mais os de João da Costa e os oito e meio de Geraldo. Então a gente percebe que há uma... A postura da associação, ela é vista diferente. Ela é vista diferente. E cito também a comunidade, os moradores do bairro, acreditam na associação, que pra mim isso é uma grande resposta. Você me perguntou no início que queria saber o número de associados, nós não temos nenhum associado, porque a gente não tem ficha de sócio.

Laura - É pela vontade mesmo, né?

Lúcia - A gente tem... É, é a vontade. A gente sente isso. Agora, associação é um nome, a associação tem o respeito do grupo da comunidade e isso pra mim é a grande importância, o grande cuidado que a gente tem que ter com a cidade. As pessoas lêem as nossas pastas, as pessoas procuram... Na época do auge das grandes confusões com a Maurício de Nassau e a Prefeitura, era muito difícil a gente ter acesso a mídia e eu dei várias e várias entrevistas. E não saía, não saía mesmo.

Laura - E hoje em dia você acha que... Como é a relação da mídia com vocês?

Lúcia - Hoje em dia quando eles ligam pra mim e que eu digo as coisas, sai bonitinho, do jeito que eu coloquei. E tão ligando, sabe? Pedem. Ligam pra "Lúcia...". Quer dizer, existe a associação, mas ela só não é só de fazer jardim não, ela se mete nessas coisas que ela acha que são interessantes, que são boas pra comunidade, né?

Laura - Leva a sério, né? E agora, pra terminar: qual é o papel das redes sociais? Você falou de grupo de Whatsapp e grupo de Facebook. Eu lembro que o grupo do Facebook era bem movimentado. Ainda é movimentado? Como é que vocês usam essa ferramenta?

Lúcia - A gente tem regras pra usar a ferramenta. Temos, até onde as pessoas podem, que tipo de matéria pode ir. É proibido política, vender coisa, religião, auto ajuda... Isso aí é proibido. Sempre... Quase todos os dias eu dou uma olhada. A gente... E ele funciona. Funciona, continua atendendo à demanda, não só as coisas do bairro, mas as coisas que interessam ao bairro.

Laura - Mas é entre vocês, não é uma coisa que é projeção pra... Vocês tentam, sei lá, atingir outras pessoas da cidade com aquele conteúdo, ou é realmente...?

Lúcia - Um assunto... Tanto que uma das normas é que seja de interesse para o bairro, as publicações, então a gente visa o bairro mesmo. Visa o bairro, não tem nenhum interesse de partir pra grande... Não. A gente dois mil e poucos seguidores. Dois mil e poucos seguidores.

Laura - E essa opção é por que? Essa opção de ficar restrito no bairro, tem alguma razão? De não dialogar...

Lúcia - Eu acho que talvez não tenha quem faça isso. Não tenha... Ninguém nunca pensou em fazer isso.

Laura - Uma articulação com o resto da cidade.

Lúcia - Uma época dessa aí houve um pessoal que tinha interesse. Eu nem fazia parte ainda, tava viajando, passei uns quatro meses fora e tinha um grupo que foi da associação e que queria montar um jornal, desses jornais de distribuição. E a associação tem um negócio assim, muito claro, que ela não tem fins lucrativos. Não tem finalidade financeira. E eu percebi que eram pessoas que tavam querendo ganhar dinheiro, sabe? Aí pra mim não funciona.

Laura - Hm, entendi.

Lúcia - Esse tipo de jornal aonde você percebe que a pessoa quer mais alguma coisa... E é normal de se querer ganhar dinheiro, mas não querer ganhar dinheiro em cima de um nome de uma associação, entendesse?

Laura - Entendi.

Lúcia - E eu percebi que havia isso. A mais ou menos 2010, 2011, houve isso aí, esse interesse. Quando me apresentaram o projeto, eu não quis. Eu acredito que todas as pessoas que vierem com essa ideia de colocar além dessa linha da gente do Facebook, do bairro, vai ser interesse comercial, financeiro. Acredito nisso.

Laura - Tá, entre Facebook e Whatsapp, você considera aí o que é mais ativo pra o grupo?

Lúcia - Olhe, são duas ferramentas diferentes. A do Facebook é aberta, né? Quem quiser, olhe e entra, né? Agora, Whatsapp você tem que inserir. Então são totalmente diferentes. E a do Facebook ela é mais abrangente, ela pega mais coisa e dá mais informação à sociedade, no caso, à comunidade no geral. A do Whatsapp você tem que ser colocado e o assunto tem que ser realmente do bairro, quando não é, a gente é policiado, tirado. No outro também é.

Laura - Entendi. Pronto, tá jóia, Lúcia.

Lúcia - Mas serve pra grupos diferentes, um grupo bem menor do Whatsapp, o grupo de duas mil e poucas pessoas do Facebook, no Whatsapp acho que não tem nem cem.

Laura - Entendi.

Lúcia - Tem o “Graças Segura” que deve ter umas setenta pessoas, que é específico pra segurança. Que agora tá até meio que um pouco desvirtuada, a gente vai ter que colocar alguém pra chamar atenção que tá sendo desvirtuada.

Laura - Entendi. Pois, tá, Lúcia...

Lúcia - É muito trabalhoso e cuidadoso. A gente tem um cuidado muito grande com esses negócios.

Laura - Eu imagino. Ave, Maria!

Lúcia - Até de como se coloca as coisas, porque os grupos são heterogêneos demais, né?

Laura - Pois é e vocês conseguem dar uma unidade, de certa forma...

Lúcia - Tem que dar uma unidade. E consegue, consegue dar uma unidade. A festa do São João agora, de São Pedro, foi maravilhosa. Nunca pensei que numa chamada de Facebook e Whatsapp fosse ter tanta gente.

Laura - Foi onde, dessa vez? Da outra vez foi ali na Bodega, né?

Lúcia - Como a gente queria trazer a identidade da festa, como se fosse uma festa realmente do bairro, a fez na Beira-Rio, no food truck, onde a gente fazia nossas festas que agora tá sem poder fazer porque tem... É prédio, é isso... A gente tem uma área muito boa. Logo ali que chegue o Parque pra gente fazer as nossas festas na beira do rio mesmo, no Parque.

Laura - Ah, que delícia, rapaz. Que delícia.

Lúcia - Foi no food truck mas mesmo assim foi bem... “Estamos em casa”, sabe? Não teve artista de fora, nada. As bandas tocaram mas a comunidade compareceu, que eu pensava que a gente ia ter menos de cem pessoas e a gente teve muito mais. Teve umas duzentas pessoas, senão mais.

**LUIZ VIEIRA – Arquiteto paisagista, professor e um dos coordenadores do Inciti/UFPE
(Entrevista em fevereiro de 2020)**

Laura - Como ponto de partida, eu queria que você levant... resgatasse do seu ponto de vista, como se deu esse processo aí da controvérsia torno do Parque Capibaribe lá nas Graças. Teve uma, só recapitulando, tinha uma proposta inicial de quatro faixas, que foi rechaçada pela população lá do bairro e aí, ao mesmo tempo em que apareceu o Parque Capibaribe como uma opção viável. Pelo que eu resgatei, mesmo quando vocês lançaram o Parque ainda não tinha... ainda o projeto das quatro faixas ainda, ainda tava rondando ali, os moradores ainda tavam inseguros sobre se o parque ia ser, é... ser executado naquele trecho ou não, é... e aí esse foi um primeiro momento de controvérsia, de tensão entre os atores, né? Tem o Parque, tem a prefeitura que estava com um projeto voltado pros carros e tem a intenção da sociedade de influir para que esse projeto não saia. Como é que você enxerga essa disputa entre esses atores e tudo mais, como é que você resgata isso.

Luiz - No caso da Beira Rio, né? Que você sabe que é um projeto com um planejamento de ir até a BR 101 (...) que sai até a Várzea, né? Quatro faixas do lado do rio e que tem isso na Prefeitura, tem isso delineado, essa faixa, né? Para aprovar qualquer projeto você tem que levar em conta essa faixa. Na frente da Jaqueira ia ter 15 metros dentro do rio de autoestrada, né? Quer dizer, ia ser um horror pra cidade do Recife. Mas nesse trecho da, da, das Graças, quando o prefeito assumiu, já tinha esse projeto aprovado da gestão anterior e como tinha cinquenta e, cinquenta e poucos milhões eles aproveitaram e queria usar esse dinheiro pra não ir embora. E eu me lembro quando a gente começou o Parque, uma das condições é que não pudesse mexer nesse faixa de...

Laura - do PAC

Luiz - É, nessa via rodoviária pra não perder o dinheiro, inclusive tinha também o projeto que ligava a,li, continuava entre a ponte da Capunga e a ponte do Derby. Quer dizer, na realidade o trecho era das Graças e ia até o Derby, você tinha uma via ali tudinho, né? E... e aí, então o que foi que a gente fez? O Parque também era contra, mas era uma coisa política, então a gente fez a primeira apresentação pro prefeito, a gente mostrou as quatro faixas, mostrou uma opção de duas faixas apenas,

Laura - Uhum

Luiz - Que preservaria parte do mangue, né? E...

Laura - Mas isso ainda antes de...

Luiz - Antes de se tornar público, era... E aí o prefeito, quando a gente apresentou somente para o gabinete do prefeito e os secretários, o prefeito gostou dessa parte de duas vias e quando a gente apresentou publicamente, ali no Banco Central, primeira apresentação, 2014...

Laura - Uhum, 28 de abril...

Luiz - É, aí tinha as duas faixas ainda propostas, já eram duas. Mesmo assim, aí o pessoal das Graças quando viu também foi contra, porque eles queriam uma, um parque, né?

Laura - Uhum, seguindo o conceito, né?

Luiz - (...) Então a partir daí teve uma pressão do prefeito, né? URB tava fazendo essa coisa de duas faixas e a gente então veio com essa ideia a partir dessa pressão da população para ser a Via Parque, né? Então a gente começou... teve uma reunião novamente com o prefeito, com o pessoal das Graças e se fez essa opção, e ficou essa dúvida entre as duas, isso passou quase um ano...

Laura - Mas esse quase um ano foi discutindo com a população, com a prefeitura? Como é que foi?

Luiz - É, pra convencer a prefeitura, né?

Laura - A trocar de projeto?

Luiz - Também tinha um problema: a prefeitura não queria perder a verba, então a gente teve... quer dizer, aí veio uma coisa muito importante do Parque Capibaribe que foi convencer a Caixa Econômica Federal que, é... a mobilidade não motorizada também era mobilidade, então você ter a bicicleta, pessoas, e a rua compartilhada, então esse foi o ponto chave da, da... a coisa mais importante foi convencer a Caixa, que a partir do ponto que eles aceitaram essa Via Parque manteve verba, né? A verba em vez de fazer a grande via expressa, passou a ser a Via Parque, né?

Laura - Mas essa história de convencer a prefeitura, no passo anterior ainda, era, não incluiria, por exemplo, a Secretaria de Meio Ambiente, né? Seria URB, prefeito...

Luiz - Não, a secretaria de Meio Ambiente sempre trabalhando com a gente.

Laura - Sempre tava com vocês, porque eram contratados, assim...

Luiz - O convênio é com a Secretaria de Meio Ambiente, né? Foi através da Secretaria de Meio Ambiente que a gente foi... Romero, o pessoal lá, na época era Cida a secretária. Mas assim, como não teve a perda de verba, aí depois numa reunião de... finalmente aí depois teve outra reunião com os secretários, os moradores das Graças, só que aí o prefeito, ouvindo todo mundo, bateu o martelo para a Via Parque, o projeto da Via Parque.

Laura - Uhum, e você acha que, no caso, o prefeito bateu o martelo o que pesou foi a questão do conceito do projeto mesmo, que ele já tinha encampado pra fazer o restante ou foi a pressão da população... qual foi o componente aí que vocês sentiram?

Luiz - Eu acho que foram as três coisa, né? A preocupação dele também com o Parque, claro que é muito melhor um Parque do que a via. Atender também a própria comunidade, né? A população. E principalmente também que manteve a verba. Que a verba se transformou pro Parque.

Laura - E como é que você enxerga, porque têm algumas coisas inusitadas, pelo menos pro Recife, nesse caso né? Tem a questão de vocês terem sido contratados, era a universidade que tava à frente do projeto, mais do que a prefeitura, quer dizer, era com a prefeitura, mas no relacionamento com os moradores, por exemplo era mais pela universidade, é... esse era o primeiro ponto. O segundo ponto: era uma comunidade muito participativa, politizada, socioeconomicamente privilegiada, no sentido até intelectual mesmo, ter muita gente de arquitetura e tudo mais, como é que você enxerga esses componentes, assim, a participação da academia, a participação dos moradores de terem esse perfil, de terem insistido no redesenho do projeto, porque você disse que mesmo as duas faixas eles não concordaram e aí a discussão continuou a partir daí, né? Como é que você enxerga?

Luiz - Isso, aí quando a gente ap... porque teve várias apresentações, né? Na comunidade das Graças...

Laura - Vocês desenhando e apresentando...

Luiz - A gente mostrando a eles... várias reuniões, várias ativações do Parque, né? A barqueata, café da manhã e tal. O pessoal muito envolvido, o pessoal de ativação, Circe tava muito envolvida nisso. E nessas apresentações ia se discutindo o projeto, né? E eles, e eles sempre se posicionavam assim, contra a Via ou contra a passagem exclusiva de um lado de uma ponte a outra de tráfego contínuo. E uma das coisas também que convenceu a comunidade foi de o tráfego não ser contínuo, ele para... são trechos, que entram nas Graças e evitaria então... então isso daí foi importante e foi desenvolvendo essa coisa até eles se convencerem, né? E os arquitetos e urbanistas que tinham, que até, que também atuavam, falavam e tal, até que chegou o ponto que eles passaram a defender a ideia da Via Parque, né? E...

Laura - Tu lembras quando foi isso assim que, que acalmou, acalmaram os ânimos, porque assim acho que Romero e Circe contaram que na primeira apresentação vocês chegaram lá com as duas vias achando que iam abalar e foi tenso... aí a partir daí um monte de reunião e depois pacificou... tu lembras?

Luiz - Foi quando finalizou essa proposta, né? De você não passar... depois teve a questão da mobilidade, da Secretaria de Mobilidade que também queria que você passasse de um lado pro outro da ponte (...) direto, entendeu? É... foi também difícil, né? A partir dessa pressão até eles... eu acho que não ficaram muito convencidos, mas teve que aceitar...

Laura - Da pressão dos moradores, você tá falando? Quem não ficou muito convencido?

Luiz - O pessoal da mobilidade urbana, que queria que a via fosse de uma ponte a outra, né?

Laura - E como foi que eles desistiram dessa... da luta...

Luiz - Pra Via Parque... Não é que desistiram, é que não foi aceita essa proposta pela comunidade. Teve o projeto do parque e eles tiveram que...

Laura - Abrir mão...

Luiz - Abrir mão disso daí. Então uma das coisas que se argumentava era que não seria possível ter a via exclusiva de ônibus, né? Na Rosa e Silva...

Laura - A Faixa Azul.

Luiz - É, mas assim... Então ficou essa história, teve essa vitória do carro tá sendo menos valorizado, o espaço do carro como valores...

Laura - E na... Na sua trajetória, porque você já tem uma experiência em projeto, projeto privado, projeto público, é... Como é que você ident... classifica, como é que você avalia esse movimento, esse momento aí das Graças? Foi, enfim, foi... É normal, até que ponto é normal tanto a resistência como também a insistência por defender outro projeto, o engajamento, como é que você identifica assim? Como é que você classifica essa vivência aí com o pessoal das Graças e também da prefeitura né? Porque houve dissenso dos dois lados e vocês estavam no meio ali tentando com uma visão técnica equacionar tantas opiniões divergentes. Eu imagino que tenha isso em vários outros projetos, mas talvez no parque tenha uma particularidade que você...

Luiz - Tem. Veja bem, o projeto do Parque Capibaribe é uma coisa atípica, primeiro projeto de pesquisa... PDI, né? Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na área de urbanismo que a gente tem notícia. Pode ter outros, mas que a gente tenha notícia é o primeiro, dessa coisa federal. Então foi uma coisa que foi, é... começou, você sabe a história do RxA, RxH, com Roberto Montezuma e comigo na Universidade, depois entrou Circe, depois veio o Projeto do Parque Capibaribe, foi tudo uma consequência, então a partir dessa coisa veio... desde o RxH, os holandeses, o workshop, tal, tal, até chegar no Parque Capibaribe, foi um projeto, que é um projeto de estado para a cidade, em que a Universidade foi fundamental porque é uma coisa neutra, né? Na relação da prefeitura com a comunidade, deu credibilidade, as próprias Graças, né? Então ficou PDI mais, PDI, pesquisa, desenvolvimento e inovação, e a gente colocou mais A que é de ativação, que a partir disso aí... é o que eu digo, é um projeto que não poderia nunca ter sido feito por um concurso público porque nenhum escritório teria condições de fazer um trabalho desse que tá sendo desenvolvido pela Universidade, com pesquisadores de várias áreas, nacionais, internacionais, de acordo com a comunidade, tudo isso é uma coisa muito complexa, e aí levou justamente a essa ativação com as Graças, essa intervenção, isso foi uma coisa de muito envolvimento, né? Não era só o projeto, eram as

ativações, as reuniões, a credibilidade que eles começaram a ter, isso também em outras áreas do Parque.

Laura - Mesmo a equipe do Parque tendo essa relação com a prefeitura, mesmo assim a relação com a comunidade foi mais tranquila do que seria, por exemplo, sei lá, uma secretaria?

Luiz - É, é... eu acho que sim, né? Porque passa a ser a universidade, professores, alunos, que a gente tinha... claro, que tá trabalhando com a prefeitura, mas tem toda a, o nosso comprometimento profissional...

Laura - E humano, no sentido de ser um indivíduo...

Luiz - É, a universidade, da profissão, tudo isso. Então esse balancear, com a prefeitura. E então é... isso aí foi muito importante, entendeu? Uma coisa que foi realmente uma coisa muito atípica, né? Nós apresentamos isso na, num congresso internacional de arquitetura (...) que teve na USP e... a gente apresentou esse projeto lá, foi super bem avaliado, depois conversando com o pessoal da USP eles disseram “olhe, a gente aqui não tem condições de (risos), de juntar uma equipe”, né? Porque essas coisas são separadas, então se você assim, junta a equipe, tem todo esse envolvimento, essa coisa, então isso daí (...) inicial... por isso que eu tô dizendo, foi muito atípico, né? E muito forte o que aconteceu, entendeu?

Laura - Agora assim, como eu disse a Romero, que era a pergunta de um milhão de dólares, você acha que é atípico, como uma coisa isolada, um alinhamento dos planetas, porque realmente foi um alinhamento dos planetas, né? O bairro das Graças resistiu, mas ao mesmo tempo tava surgindo o Parque que por mais conflituosa que tenha sido no começo essa relação pra sair das duas faixas, passar pra o formato que ficou desenhado no final, foi um alinhamento nesse sentido. Você acha que foi uma coisa isolada ou faz parte de uma trajetória, ou de um... de uma trajetória dos movimentos sociais, enfim...

Luiz - Também, todo o momento juntou isso tudo, né? A população falando mais, né? Todos esses movimentos, Ocupa Estelita (...) do Capibaribe, então a sociedade começou a sentir a necessidade de usar o espaço público. Aquele medo dos anos 80, você estar isolado dentro dos condomínios, dentro das casas, passou a ser uma necessidade de usar o espaço urbano.

Laura - Pra alguns grupos, né? Ainda é restrita a alguns grupos...

Luiz - E, e... Isso aí foi muito importante, né? Mas realmente foi uma coisa atípica, porque não é você chegar assim e dizer “ó, eu vou contratar a universidade pra fazer um projeto, contratar um grupo de pesquisa, pessoas que tão ali alinhadas”. No caso, o Inciti, né? Foi, surgiu com esse projeto do Parque e foi crescendo também muito...

Laura - E pro ambiente acadêmico também é uma coisa, assim, estimulante, né? Porque pelo menos aqui no Brasil se critica muito, que os acadêmicos são muito separados da sociedade. De repente essa, essa, esse projeto meio que aproximou, deu um caráter mais prático para o que já tava sendo pesquisado, né?

Luiz - É, exato. E também até no início mesmo o pessoal ficava com o pé atrás pra contratar a universidade. A prefeitura... um pé atrás, um pé atrás por causa disso, tudo acadêmico e tal...

Laura - É... Quê mais? O que é que tem mais pra gente dizer?

Luiz - E também é outra coisa: é um convênio, né? A primeira ideia da prefeitura era fazer um parque linear, um projeto executivo, que ia do bairro, ali...

Laura - Da Várzea?

Luiz - É, da BR 101 até o, a ponte ali da Boa, da Boa Vista, né? Aí imagine, você fazer um projeto executivo, coisa de... encontrar uma grande empresa pra fazer isso. Se fizesse um projeto executivo, primeiro que não ia envolver a população, ia ser aquela coisa corrida, não ia ter dinheiro pra fazer, né?

Laura - Uhum, sim.

Luiz - Isso tudinho (...) então a universidade criou o que? Criou um modelo, criou primeiro um sonho, né? Essa fase do encantamento que a gente fala. Criou um plano urbanístico pra toda a região do Parque (...) as partes, digamos assim, de pesquisa e de ativação e o laboratório, que são essa parte executiva agora que vai do trecho que seria da Jaqueira até o Derby, né? Um trecho executivo de experimentação. Desenvolveu o Baobá e também tem até Santana para o resto do projeto serem feitos concursos públicos, mas cada trecho é definido, né?

Laura - Com o conceito já definido, né?

Luiz - Então de acordo com o dinheiro, com a necessidade você vai trabalhando em várias áreas, entendesse?

Laura - Entendi. E como foi pra vocês, porque por exemplo, na Associação, a coisa era mais explícita: “ah, não quero. A gente quer desse jeito”, enfim, era uma coisa mais pública, vamos dizer... E internamente na prefeitura eu imagino que tenha havido resistência, de alguns grupos internos, até porque eram muitas secretarias envolvidas, né? Mobilidade, Meio Ambiente, tinha URB, outros órgãos envolvidos (...) como é que era a relação de vocês dentro da... porque eu imagino que pra vocês também era uma situação é... delicada, né? Porque vocês tavam vinculados à federal... à prefeitura, mas ao mesmo tempo o conceito que vocês tavam defendendo provocava algumas reações internas... Como é que foi pra vocês?

Luiz - Como você disse, tem várias secretarias, né? Vários interesses da prefeitura... Então foi um pouco isso: você tinha a secretaria de meio ambiente que tava com a gente, nessa coisa... quer fazer mais o parque, e a secretaria de mobilidade quer fazer mais a via, né?

Laura - Mas nesse caso de mobilidade por exemplo, foi mais resolvido a partir da população? Ou vocês também tiveram que trabalhar internamente pra convencer? Não em mobilidade somente, mas URB por exemplo, ou isso ficava só com a secretaria de meio ambiente? Deixava com Cida?

Luiz - Ficava com a secretaria, que aí a parte política eles trabalhavam mais. E a gente trabalhava mais a parte técnica.

Laura - Técnica... Ficaram mais blindados aí da parte política?

Luiz - É...

Laura - Entendi. Pronto...

Luiz - Mas assim, é... Você, você... Sim, outra coisa, só uma curiosidade, quando, eu me lembro, que saiu uma manchete no jornal da Beira Rio nas Graças. Se lembra que saiu no início da gestão do prefeito Geraldo Júlio?

Laura - Das quatro faixas ou da... uhum

Luiz - Quando lançaram as quatro faixas e tal.

Laura - Que era bem perto da época de lançamento do parque, inclusive... Eu tenho essas datas.

Luiz - É, foi logo no início, que já tava pronto, a verba garantida e tal... e depois é que veio o Parque...

Laura - Essa matéria que foi manchete no Diário foi no dia 15 de março, aí no dia 31 de março, eu não sei se é a mesma matéria, mas deve ser, no dia 31 de março de 2014 as Graças mandaram um ofício lá pra prefeitura, meio que contestando e provocando sobre o Parque, também porque eles já tinham conhecimento e tal. Aí dia 28 de abril vocês lançaram o parque. Cida até chegou a dizer que a essas alturas eles já sabiam que a ideia não era fazer as quatro faixas, mas enfim... acho que foi um momento meio confuso pra todo mundo. Porque tinha duas faixas, tinha quatro faixas, tinha... mas você ia falar sobre a matéria...

Luiz - Não, é isso: aí saiu essa matéria, aí foi, né? Aí quando veio o Parque aí o pessoal se tocou, né? Que podia ser outra coisa. O pessoal das Graças.

Laura - entendi. E... Quê mais que eu queria perguntar? Não, sei. Não sei se teve algum outro momento que... porque esse momento de lançamento do parque foi um pouco sensível porque teve esse disse me disse aí das quatro faixas, tinha muito conflito de, de versões, né? O Parque ainda tava bem incipiente e tal. E qual foi o outro momento mais tenso assim que você lembra?

Luiz - Foi com as licitações, né? Que a primeira licitação, aí não foi pra frente...

Laura - Mas aí já tava resolvido que o projeto seria aquele, né?

Luiz - É, mas desgastou muito com a comunidade.

Laura - Desmobilizou você acha?

Luiz - Porque já podia tá pronto, mas teve a primeira, aí não deu certo, aí a empresa, que foi o consórcio, a empresa não tinha condições de fazer, refez o projeto pra lá, aí foi outra licitação, também deu problema agora com a empresa que ganhou, tão fazendo novamente uma licitação, aí desgasta muito com as Graças. Mas tem pronta uma parte, não sei se você esteve lá.

Laura - Eu tive, mas não lembro de ter visto.

Luiz - Um trecho ali, assim, não pronto, mas um trecho que tá assim adiantado a pavimentação e tal. Logo ali no início da ponte, Junto da casa do espeto e ali do lado perto da Maurício de Nassau, um trecho ali por trás.

Laura - Agora uma coisa que eu me lembrei agora, na verdade eu acho que isso foi mais tocado pela URB, mas vocês podem ter tido contato também é... pras pessoas que tiveram que, por exemplo, o prédio teve que demolir a quadra, o recuo de muro que tava avançando e tal, as desapropriações, que não foi exatamente desapropriação porque mantiveram ali né? Foi só demolições... Teve alguma resistência por parte da...

Luiz - Não porque na realidade não teve desapropriação nenhuma, né? Não tinha nem verba pra isso. Foram áreas que eles tinham avançado na área, fora do terreno, que aí foi negociado pra voltar, né? Isso aí foi... i

Laura - Tocado pela URB, né?

Luiz - É, isso aí não teve nenhum problema não... Eles foram fazendo e tal.

Laura - Teve problema com a Maurício de Nassau, um pouquinho ou não?

Luiz - Não, teve a área lá que foi cedida, né? Cederam... Não sei como foi, mas liberou ali perto do rio, né? E aí tá tudo certinho. O problema foi da empresa que não tinha condições, pra manter a obra, negócios burocráticos que não pôde manter.

Laura - E em termos assim, porque no meu caso, o ponto de vista é da participação das pessoas nessa, nessa produção de espaço urbano. Do ponto de vista técnico isso atrapalha, favorece vocês? Porque eu imagino que também... você que também atua na iniciativa privada, é... também tem essa dimensão de ver as coisas andarem e aí de repente chega lá e as pessoas “ah, não! Não quero assim, não quero assado”, encontra alguma resistência. Como é pra quem está fazendo o projeto na parte técnica, lidar com essas outras pessoas? Tem o peso da inovação, mas também imagino que tenha o peso da, da execução, né? Que termina retardando por causa de tanta polêmica. Como é que você enxerga isso enquanto profissional?

Luiz - Do projeto, veja bem, qualquer espaço público você tem que ter a validação da comunidade, a participação da comunidade pra usar aquele espaço, porque senão ele não funciona, passa a ser um lugar morto. Quando a comunidade se apropria e participa, e sente que é um espaço de uso deles aí da certo, né? Isso aí tem essa preocupação, o pessoal das Graças que opinava, as ruas, os passeios e tal.

Laura - Mas você acha que essa abordagem que você está fazendo referência, a importância da participação da população, é uma abordagem de quem é da academia ou no mercado as pessoas também têm esse entendimento? Eu digo isso porque a gente teve no Estelita também teve essa mesma polêmica e era uma coisa mais de mercado, não era o meio acadêmico, entendeu? Porque eu acho que às vezes assim, o discurso, realmente é esse, até em audiências do Estelita ou em outras situações “ah porque a comunidade tem que se apropriar”, mas na prática o dinheiro fala mais alto, por exemplo, na rotina do mercado. No caso da academia vocês têm esse lugar de mais abertura, não sei, talvez também compromisso com essa questão social.

Luiz - É, mas quando é um espaço privado é um pouco diferente de atender as pessoas que vão usá-lo. Os proprietários ou quem for comprar aquele empreendimento vai usar. Muitas vezes tem atento a alguns padrões prestabelecidos, mas quando é área pública independe se for feito pela universidade ou um escritório privado, você tem que promover o que aquela comunidade quer né? O que as pessoas querem.

Laura - Mas é usual isso?

Luiz - Não sei se é, mas deveria ser. Porque você encontrasse uma praça, sei lá um espaço público, você mova aquelas situações, os problemas que querem resolver... não vai funcionar, entendeu? Partir da cabeça do arquiteto... muitas vezes não dá certo né? Às vezes dá, mas muitas vezes não dá certo. Teve caso já de praças que foram feitas aqui que o pessoal foi lá e quebrou as coisas, quebraram porque não era o que eles queriam.

Laura - Não precisamos chegar a esse ponto, não é? (risos) O ideal é conversar. Mas pronto, Luiz, acho que é isso. Tem mais alguma coisa que você ache relevante?

Luiz - Eu acho que é isso.

**MÚCIO JUCÁ - arquiteto e urbanista, morador do bairro das Graças
(Entrevista em 8 de agosto de 2019)**

Múcio Jucá: (...) que eu fui um ativista ferrenho na época ainda antes das redes sociais, (...) o Plano Diretor de 1996, foi quando virou a anarquia do setor imobiliário, né? (...) aí quando veio as redes sociais eu me afastei um pouquinho, né? Eu não sou muito de redes sociais, mas aí aconteceram dois fatos, um em 2012 e esse das Graças que meio que reativaram um pouquinho desse ativismo aí, né? Primeiro foram os viadutos da Agamenon, e aí foi um processo muito interessante porque na época eu acabei encontrando com Eduardo Campos, tive uma discussão séria com ele, assim, bem em público e aí ele requisitou umas informações, eu mandei. Tem até um texto que você pode ler: “O governador e os viadutos”. É interessante você ler isso. Esse texto foi amplamente divulgado e aí gerou uma ré no governo, eu comecei a envolver outros arquitetos e urbanistas no processo, de outras instituições também. Acabou que um ano depois o governo deu ré na história dos viadutos. E aí começou com essa história dos viadutos que foi uma coisa que me consumiu mesmo no escritório e tudo, porque eu fiquei realmente muito envolvido com isso durante um ano, foi uma luta muito grande (...) da mesma forma forma dos viadutos, o Novo Recife foi apresentado assim nas primeiras páginas dos jornais como se fosse uma coisa muito boa... Aconteceu com o Novo Recife, depois aconteceu com os viadutos, um belo dia a gente se deparou também com um anúncio pela Prefeitura, nas primeiras páginas do jornal, de que ela ia construir uma avenida na Beira Rio das Graças. Que na verdade isso daí era um projeto antigo, esse projeto acho que foi de 2007, 2006, alguma coisa assim. Quem lembra muito bem disso daí é Fernandinha, não sei se você já conversou com ela...

Laura Cortizo: Ela disse que foi 2008, ficou até de me mandar alguma coisa... inclusive eu conseguia clípagem do Parque Capibaribe, porque já me ajudava com essa questão da... eu tinha que filtrar, porque nem tudo que envolveu essa controvérsia era o Parque, mas não chegava até tão cedo, né? 2008. Vou ter que ir atrás disso ainda, mas ela falou que era 2008.

Múcio: Isso, exato. Então o que é que acontece... É, Fernandinha tem essas datas bem claras assim na cabeça, porque realmente nesse período aí foi apresentado esse projeto, mas na época a gente sabia que ele dificilmente iria sair, não havia... a sociedade inclusive, a comunidade das Graças parece que foi fundada nesse período também... Também tinha a Maurício de Nassau que também tava acabando com o bairro, com o trânsito e tal, então foi assim que surgiu a comunidade, né? A Associação das Graças. E aí, passa-se o tempo, depois dessa guerra que foram os viadutos, pra gente derrubar essa ideia dos viadutos, aí vem essa história aí, aparece nas primeiras páginas, né? E aí todo mundo meio chocado, horrorizado. Eu não era, não sabia nem que tinha direito uma Associação quando...

Laura: E o pessoal dos viadutos também era Graças, mas era outro público, assim, né?

Múcio: Não, não era das Graças não. É o seguinte, é porque na minha discussão com Eduardo Campos, eu falei pra ele que ele tava atropelando a discussão pública, que eles estavam fingindo que tavam fazendo audiências públicas e que os técnicos, urbanistas, engenheiros, especialistas em trânsito, todos eram contra o projeto. E ele meio que: “ah é? então me apresente esse pessoal. me mande informações”. Foi assim que começou isso, uma discussão meio feia que a gente teve em pé na entrada do show de Chico Buarque. Então na verdade eu não mobilizei as Graças pra isso, foi o pessoal da federal, da Católica, onde eu dou aula. Realmente eu fui em busca do pessoal que tava todo mundo de cabelo em pé e disse: “olha, abriu aqui uma janela de oportunidade pra gente quebrar o pau agora com o Governo do Estado, então por favor...” Aquela história: “não me deixem só”, né? E aí realmente eu consegui reunir esse pessoal, redigi esse texto e aí depois desse texto é que a gente passou um ano em discussão, indo pra reuniões, na época meu interlocutor na verdade era o Tadeu Alencar, né? Até que o desfecho foi positivo. Essa história das Graças já veio logo em seguida com mais um desses projetos mirabolantes, projeto viário, né? O urbanismo rodoviário que parece que persegue a gente. E aí entraram em contato comigo, se eu não me engano foi Geraldo Marinho, Buga, que é amigo meu pessoal e tal, junto com Fernandinha, já entraram em contato dizendo “olha, a gente tá se mobilizando aqui, porque...” (FALHA NO ÁUDIO) Num primeiro momento, quando eu fui pra reunião que foi na paróquia das Graças... Bom, num primeiro momento de arquiteto tinha eu e Buga, os arquitetos que eu convoquei, eu e Buga, a gente saiu... Ninguém apareceu, mas tinha muitos moradores, todo mundo meio assustado com aquilo, meio

que “rapaz, vão acabar com o bairro, isso é um absurdo e tal”. E aí a gente protocolou na prefeitura um pedido de informações, começamos... Fernandinha é muito boa nisso porque ela conhece os meandros jurídicos da coisa, então pedido de informações, depois pedido de audiência com o secretário e tal. E a coisa foi crescendo, então a gente resolveu adotar a postura, e aí os primeiros meses foram de briga, claramente dizendo para a prefeitura, quando a gente conseguiu ir para uma reunião lá na URB, o pessoal lá da prefeitura que veio apresentar, o que a gente chamada de DEV, Departamento de Estudos Viários, mas que hoje já tem um outro nome que eu não me lembro agora, e eles vieram para apresentar, foram convocados para apresentar o projeto pra gente. E até então a prefeitura não estava agindo com a possibilidade de enterrar o projeto da avenida e fazer o parque.

Laura: Nisso já tinha sido apresentado o Parque, né? Nessa reunião da URB o Parque já existia no imaginário de vocês...

Múcio: Não, veja bem. Havia o Parque Capibaribe, que era um projeto que sempre gerou uma empolgação no meio de arquitetura e urbanismo, porque a gente enxerga de fato como um projeto que visa conectar a cidade, um projeto que é muito interessante, que pode dar frutos muito interessantes para a cidade. E em paralelo a prefeitura apresenta que esse trecho das Graças ia ter uma avenida, não tinha nada a ver com o parque Capibaribe. E aí a gente quando vai pra prefeitura pra tentar dizer “olha, a gente não pode permitir que vocês façam esse absurdo”, a gente foi com esse espírito de dizer “vamos abrir aqui uma negociação, esquece essa avenida e tal”, só que quando a gente chegou para a reunião, não havia esse clima, o que havia do outro lado era a equipe da prefeitura, principalmente o pessoal desse departamento que fez o projeto da avenida, com a postura de comunicar pra gente que o projeto era assim e que já tinha 56 milhões, entendeu? Que já tava carimbado em Brasília e que isso era, inclusive foi dito na reunião, prego batido-ponta virada. Então foi um clima terrível, porque a gente deixou muito claro que a gente não aceitava aquilo, que aquilo era um absurdo, não é? E que era inaceitável, e aí na mesma hora a gente pediu que eles então... porque eles disseram “vejam, isso daqui é um projeto pra desafogar o trânsito da Zona Norte”. E aí foi na hora que eu e Buga, a gente pegou eles pela palavra, a gente disse “ah é? tranquilo, então vamos fazer o seguinte: vocês podem passar pra gente esses estudos? a gente gostaria muito de ter acesso a esses estudos aí pra ver realmente a necessidade dessa avenida”. E aí eles ficaram gaguejando... não...

Laura: Como é que ela vai funcionar no trânsito.

Múcio: É, exato. Por que eles diziam que eles tinha estudos técnicos que justificavam a necessidade da avenida. E aí a gente disse “ok, a gente quer ver esse estudo, a gente quer analisar esse estudo, a gente quer opinar sobre esse estudo”. E aí a gente deu entrada, protocolamos lá um pedido de informações e esse estudo nunca chegou. Ou seja, eles não tinham, assim como os viadutos da Agamenon, eles não tinham estudo nenhum. Aí houve uma segunda reunião tão tensa quanto a primeira e aí a coisa não andava, até que teve uma reunião lá que uma pessoa que é até querida nossa disse assim “olha, desculpa, mas vocês das Graças tão querendo ser tratados de forma diferente, como se vocês fossem especiais”. Aí foi uma moradora do bairro, Lurdinha, que ela deu uma resposta sensacional, ela se virou assim na reunião, chega ficou um silêncio, ela disse “não, não, vocês estão completamente enganados, nós estamos exatamente querendo ser tratados igual a todos os outros bairros que estão nas margens do rio Capibaribe, nós queremos o Parque, nós queremos fazer parte do Parque Capibaribe”. E isso foi um xeque-mate muito interessante, porque deu uma travada no pessoal da prefeitura e foi a partir daí que nós tivemos a ideia de puxar a secretaria de Meio Ambiente, que tava à frente da história do Parque Capibaribe. A gente acionou, inclusive meu sócio é da secretaria de Meio Ambiente, eu já falei com ele, a gente começou a mexer lá dentro. E aí a reunião que antes era dentro da URB e era uma reunião muito centrada com o pessoal de infraestrutura, engenheiros da área de infraestrutura aquela coisa, de repente ela começou a crescer, então outros departamentos foram convidados dentro dessa história de meio ambiente. E claro, por a gente ter acesso a Circe, que é a líder lá do Parque Capibaribe, eu também acionei Circe, Fernandinha também, Buga também. E a gente começou a conversar em paralelo com o pessoal do Parque Capibaribe, dizendo “olha, a gente quer colocar no colo de vocês esse trecho das Graças”. E aí então as reuniões começaram a crescer, até que a gente conseguiu uma reunião com o prefeito, onde a gente deixou isso muito claro, que o que a gente queria na verdade era ser parte do

parque Capibaribe e que aquela avenida era absurdamente inaceitável, que a gente tinha requisitado os estudos viários e que a prefeitura até agora não tinha apresentado os estudos viários, e que isso fazia com que a gente tivesse a plena convicção de que essa avenida não era absolutamente necessária. E aí depois de dois meses o prefeito nos convoca novamente, quando a gente chega lá ele já veio comunicar que a avenida não seria mais feita e sim o projeto agora estaria passando para as mãos do pessoal do Parque Capibaribe, secretaria de Meio Ambiente e essa coisa toda. Agora isso foram meses depois, o Parque Capibaribe entrou no processo pra fazer o projeto realmente muito tempo depois. Eu tô me lembrando agora, na verdade, que até antes disso houve ainda um momento em que o pessoal da URB apresentou, foi quando eles resolveram tirar as quatro faixas...

Laura: Duas faixas, né?

Múcio: E resolveram apresentar pra gente duas faixas. E além da apresentação ter sido pífia, não é? Ter sido horrível. Quando eles terminaram, foi muito engraçado, fui até eu que falei, eu botei a mão pra cima e falei: “desculpa, eu acho que vocês não entenderam absolutamente nada. Nós não estamos aqui negociando duas faixas ou quatro faixas. Seria importante vocês entenderem o seguinte: é inaceitável uma avenida na beira do rio. É isso que a gente não vai aceitar. O que a população aqui quer é o Parque, o que a gente quer é estar inserido no Parque Capibaribe. Então desculpa, se vocês acharam que vocês iam chegar aqui e convencer a gente com esse negócio aí, vocês tão muito enganados”. E aí foi uma grita geral, ficou uma confusão.

Laura: Nisso o pessoal do Parque ainda não tava envolvido, nesse momento...

Múcio: Não, não tavam envolvidos. Esse projeto tinha sido feito, foi uma costura dentro da URB até que finalmente foi quando a gente conseguiu que o projeto fosse para o Parque Capibaribe, né?

Laura: Mas vocês sentiram o Parque de alguma forma... Por que o projeto do Parque é entre a Federal e a Prefeitura, então de certa forma Circe, enfim, todo mundo meio que prestava contas também para a prefeitura. Vocês sentiram uma saia justa, alguma coisa desse tipo entre o Parque em si e o pessoal da Prefeitura, da URB, tudo mais?

Múcio: Sim, na verdade não é nem que eu tenha sentido, a gente teve informações, porque, bom, Recife é uma cidade pequena, a gente conhece todo mundo, né? Eu conheço muita gente da prefeitura, conheço toda a equipe do pessoal do Parque Capibaribe e tal, então a gente fica sabendo, né? Então a gente percebeu, pelas informações, que houve sim. O pessoal da prefeitura ficou extremamente incomodado, o pessoal da URB ficou extremamente incomodado, quando perceberam que a gente tava convencendo o alto escalão da prefeitura para botar o Parque Capibaribe pra fazer o projeto. Que não era pra ser feito pela URB, não era pra ser feito muito menos pelo DEV, né? Por que a demanda agora era outra, a demanda não era mais “não queremos avenida”, a demanda era “nós queremos um parque, e quem tá elaborando o projeto dos parques nas margens do Capibaribe é o Parque Capibaribe”. E fora isso a nossa conversa com a secretaria de Meio Ambiente era muito mais fácil, e aí teve a figura muito importante de Romero Pereira, inclusive, no processo. Romero foi um cara que abraçou a ideia, a gente também conversou com ele em off, ele foi pra reunião já, né? Primeiro como articulador pra tentar puxar a ideia mais pro Parque e depois como articulador pra realmente o Parque Capibaribe entrar no processo. Então, assim, é importante dizer é que na verdade tudo isso foi uma construção. Não foi uma reunião que apareceu, foi um negócio que foi meses de conversa, onde a gente foi primeiro deixando claro que a avenida era inaceitável. Eles a princípio ignoraram a gente, depois vieram ordens superiores dizendo “ok, vai dar confusão, vamos reduzir para duas faixas”, né? Que na verdade o político ele é meio ridículo nesse sentido... Também quando eu tava debatendo a história dos viadutos eu fui chamado uma vez por Tadeu Alencar, quando cheguei lá ele veio me apresentar a proposta de em vez de fazer os quatro viadutos, fazer dois viadutos. Aí eu digo: “não, você tá de brincadeira. Isso é o que? (FALHA NO ÁUDIO) Você não está nem entendendo os argumentos que eu coloquei aí no papel”. Então essa ideia da prefeitura de dizer “ah não, vamos tirar quatro faixas, a gente vai colocar duas e alargar a calçada”, também tive a mesma reação. Mas a gente já tinha ali conseguido alguma coisa, né? Por que a princípio a ideia do prego batido-ponta virada já tava sendo substituída muito a contragosto por um determinado

setor da prefeitura, que já tava revoltado de diminuir de quatro pra duas, e a gente ainda tava dizendo “não aceitamos”. Então foi uma construção pra gente também conseguir finalmente puxar o Parque Capibaribe também pra histórias e justamente o projeto ir pras mãos da equipe lá de Circe e companhia. E foi a partir daí que a gente ficou tranquilo. Foi quando a gente teve convicção que a gente tinha, digamos assim, vencido essa, diante de tantas derrotas que a gente tem nas nossas lutas pelo direito à cidade, mas foi nesse momento, que o Parque Capibaribe foi confirmado à frente do projeto que a gente de fato sentiu “não, ok, a gente venceu isso aqui e... coisa boa”. O resultado disso é que até hoje tem pessoal da prefeitura que eu encontro e que... Fernandinha também, muita gente que não fala direito com ela porque não aceitaram muito bem.

Laura: Foi uma batalha longa.

Múcio: Foi uma batalha longa e desgastante, né?

Laura: Ô, Múcio. E puxando o gancho de Romero, porque Romero também é arquiteto, né? Não sei se tem o histórico... Cida não é, mas Romero enquanto executivo era. Mas tem você, tem Geraldo Marinho, não sei se tem outros arquitetos no bairro das Graças que também, enfim, se envolveram nesse processo. E aí minha pergunta é sobre o papel de vocês enquanto técnicos, né? (CORTE DO ÁUDIO)

Múcio: Você começou a falar de Romero...

Laura: Então, o envolvimento do olhar técnico mesmo de vocês, porque de repente tem outras circunstâncias, como você mesmo disse, sei lá, tiveram outros arquitetos que não apareceram... Mas sei lá, em outras circunstâncias, em outros bairros, com outras controvérsias que de repente pela ausência desse olhar técnico do arquiteto, termina o bonde passando e, como você falou, o exercício do direito à cidade fica um pouco comprometido.

Múcio: Isso.

Laura: Aí, enfim, isso na verdade foi uma leitura minha dessa análise dos pontos positivos para que vocês tenham conseguido e, entre os pontos, me chamou atenção essa questão dos arquitetos que estavam envolvidos. Como é que tu enxerga essa contribuição e essa participação, tanto do lado da prefeitura, que é quando a secretaria de Meio Ambiente entrou com Romero, quanto de vocês enquanto sociedade civil organizada que tinha essa, esse olhar técnico, né?

Múcio: Veja, o que acontece... eu acho, que eu aprendi bastante nesse período de ativismo, e a história dos viadutos foi um aprendizado incrível, acho que o maior de todos. Por que durante muitos anos a gente lutava, por exemplo, as torres lá do Cais de Santa Rita, a gente lutou, então foi um grupo de advogados, um grupo de arquitetos e tal, naquela época era muito fácil para o poder público ignorar, esconder o protocolo, entendeu? Não tinha fiscalização de jornal, não tinha redes sociais, não tinha nada. O que eu acho que acontece é que quase... quando você parte para uma luta como essa, é muito importante a complementaridade das funções, digamos assim, do grupo, da sociedade que tá lutando por algo, certo? Eu acho que o Novo Recife é um exemplo perfeito disso aí, quer dizer a mobilização da sociedade, de arquitetos, de jovens, de advogados fez com que o negócio esteja aí empacado até hoje e pra mim isso já é uma grande vitória. O cenário ideal pro poder público, pros políticos, pro poder público é quando chegam pessoas nervosas, esbravejando, né? Meio fora de si, gritando e botando o dedo na cara do policial. Isso é tudo que eles querem. E essas pessoas que fazem isso e que levam a porrada do cabo do cacete, elas são importantíssimas. Por isso que eu falo que tem que ter uma complementaridade. Mas mais importante ainda é quando existe um corpo técnico. E é aí que você consegue desmontar o poder público, é assim que eu enxergo. Por que na hora que você chega pro poder público e você desmonta o discurso deles a partir de uma visão técnica, eles realmente ficam perdidos. Isso aconteceu justamente na minha discussão com Eduardo Campos, que era um homem inteligentíssimo, não é? Mas que conversou comigo e tentou me intimidar, entendeu? E na hora que eu comecei a apresentar os argumentos técnicos do porque que os viadutos iam ser desastrosos, ele começou a ficar um pouco inseguro, visivelmente inseguro, porque ele percebeu que ele tava diante de

alguém que extrapolava um pouco os conhecimentos dele. Por que o bom político e um homem inteligente como ele era... um cara quando é político, o que é que o político faz na verdade? Ele conversa com Laura e Laura dá uma aula sobre um determinado assunto que você domina e depois ele conversa com Múcio e Múcio fala de urbanismo durante dez minutos e ele fica prestando atenção. Depois, esse cara é capaz de chegar no dia seguinte, numa reunião e ele vai colocar os argumentos que Laura colocou pra ele melhor do que Laura falou, e com uma convicção que todo mundo vai ficar assim “cara, ele entende de tudo!”. Inclusive vai falar de urbanismo que eu vou pensar “o cara gravou tudo que eu falei, tá falando com uma convicção sensacional”. Na verdade, ele é um papagaio de altíssima qualidade, entendeu? Mas ele não tem o domínio que Laura tem sobre o assunto ou que eu tenho. Então quando eles se deparam com alguém que é, digamos assim, tecnicamente preparado e ele sente que aquela pessoa ela tem argumentos, ele fica inseguro. E eu acho que é aí que a sociedade (CORTE NO ÁUDIO)... que chega e diz assim “isso tá errado, porque o que se faz hoje, dentro de uma visão contemporânea é isso, isso, isso e aquilo outro”. “Mas nós temos estudos!” “Ah, vocês têm estudos? Me mostrem os estudos que eu vou analisar, vou rebater isso com você”. Então eles vão ficando acuados, entendeu? E evidentemente que um momento que eles vão olhar e dizer “porra, esse projeto que a gente tá querendo propor realmente é terrível e a gente vai ficar marcados no futuro dessa cidade com essa proposta absurdamente indecorosa”. E é nesse momento que eles recuam, tá? A discussão técnica em qualquer área, ela é muito importante nesse sentido. Agora, nós vivemos numa cidade em que há muitas lutas, é... Eu talvez não tenha me explicado no início quando eu falei que eu não sou um ativista de redes sociais, porque quando eu antigamente sonhava que as pessoas discutissem urbanismo e discutissem cidade em mesa de bar, isso acabou acontecendo aqui no Recife, só que na minha visão isso aconteceu muito, muito tardiamente. Então eu fico impressionado quando as pessoas... (CORTE NO ÁUDIO) “...as casas modernistas da Rosa e Silva estão sendo depredadas”. Isso, de certa maneira, eu vou te confessar que isso me dá até uma certa raiva. A vontade que eu tenho é de dizer “onde você estava quando as casas de Delfim Amorim foram demolidas? Onde você tava, né? Assim... Quando as casas de Borsoi foram demolidas e de Wandenkolk e tantas outras coisas foram demolidas? Você tava no shopping, cara! A verdade é essa. E hoje em dia você fala mal de shopping, mas passou a vida inteira no shopping, né? E agora você tá querendo cuidar de uma cidade que não existe mais”. Por que nós perdemos um patrimônio riquíssimo nessa cidade e agora as pessoas tão querendo salvar uma coisa que não existe mais. Então hoje em dia são os jornalistas, é o cinema que trata disso, o cinema pernambucano... Todo mundo hoje em dia quer falar isso, todo mundo quer ser urbanista, quer salvar uma cidade imaginária, que não existe mais. Então quando a gente convoca arquitetos para uma determinada luta e eles não aparecem, assim, não é porque eles tão acomodados muitas vezes, quando surgiu a história da Beira Rio das Graças, a gente tava no auge por exemplo da discussão sobre o Estelita, a gente tava no auge de várias discussões que tavam acontecendo na cidade, né? Então assim, tavam mudando o perímetro lá de Brasília Teimosa, enfim, então tinha várias questões em andamento. E aí eu acho que a vida no Brasil hoje em dia tá extremamente cansativa, tem uma energia negativa terrível rolando por causa dessa criatura que tá aí presidindo o país, mas a luta pela cidade no Recife é uma luta muito ingrata, muito cansativa, tá? É exaustiva. Então se você se envolver com todos os absurdos que acontecem na cidade você vai à loucura! Então é natural que a gente.. aparece uma loucura... eu mesmo já neguei luta. Eu tô.. Do mesmo jeito que eu convoquei arquitetos que moram no bairro e eles não foram, acabaram aparecendo no final, né assim? De forma meio “ah, o que é que eu posso contribuir?” Dessa mesma forma que isso aconteceu eu fui convidado também pra participar de várias lutas que eu não fui...

Laura: Porque não dá conta, né?

Múcio: Não dá conta! Eu disse “ah, deixa eu dar minha aula, deixa eu cuidar do meu escritório. Desculpe, muito obrigado, boa sorte. Concordo com tudo, mas nesse momento...”

Laura: Agora nesse sentido que você falou da luta ingrata e tal o caso das Graças foi um pouco diferente, né? O que é que você acha... Assim... Como é que você enxerga esse desfecho para a cidade como um todo? Se é uma coisa muito pontual e muito localizada, se é alguma coisa que de certa forma repercute no histórico de outras lutas... Como é que você faz essa conexão aí desse caso específico, dessa vitória específica dentro desse cenário maior que você acabou de traçar?

Múcio: Veja, eu acho que tem algumas peculiaridades sobre essa luta das Graças que diz muito da nossa sociedade. É... Quando você luta pelo Novo Recife, você luta por uma questão que está relacionada à escala urbana, a cidade inteira participa daquilo ali, é uma interferência grotesca na paisagem, mas não existe o carimbo de uma classe social, por exemplo, ou de um grupo social que tá lutando por aquilo. A vitória dos viadutos eu acho que ela foi enorme, porque ela tem esse caráter, né? Urbano, né? de cidade, de toda a cidade que poderia estar envolvida naquela discussão. Mas, sinceramente, e até tirando um pouquinho do mérito dessa luta das Graças, depois que ela passou e que a gente conseguiu essa vitória, foi uma coisa até que eu comentei com outras pessoas que... é... foi uma vitória que foi motivada consciente ou inconscientemente pelo fato de que as Graças é um bairro de classe média alta, né? Provavelmente (CORTE NO ÁUDIO)... Lá na Iputinga, em Santa Luzia, provavelmente a prefeitura teria ignorado as demandas. É muito triste dizer isso, mas essa é a realidade da nossa sociedade brasileira. Então a voz, do mesmo jeito que a vida de uma pessoa de classe média é muito mais valiosa do que a vida de uma pessoa da camada mais baixa da população, a opinião de uma, de uma organização social de bairro rico ela tem muito mais voz do que uma organização social de um bairro pobre. Então eu vejo isso... É o lado muito pouco romântico dessa luta toda, é que eu acho que grande parte da nossa vitória vem disso, entendeu? A facilidade de eu dar um telefonema pra uma Circe, pra um Romero, de Buga fazer a mesma coisa, Fernandinha fazer a mesma coisa, ou seja, a gente ter acesso a essas pessoas por vínculo de amizade inclusive, né? E também, pelo fato de que a prefeitura provavelmente decidiu em algum momento que não era inteligente brigar com as pessoas de um bairro como o bairro das Graças.

Laura: E também porque já tinha Parque, né? Porque se fosse pra tirar do zero outro projeto, né? Foi meio que um alinhamento de planetas...

Múcio: É, então assim, eu acho que num determinado momento o prefeito foi inteligente o suficiente pra dizer assim: “eu vou rejeitar essa briga”. E na boa, eu acho que ele deve ter analisado assim: “realmente, na boa, por que é que esse trecho não tá inserido no Parque Capibaribe? Tem o Derby de um lado, tem Jaqueira do outro e a gente não vai inserir esse trecho? Vai fazer uma avenida?”. Eu tenho certeza que em um determinado momento eles perceberam que isso parecia um negócio muito absurdo, mas enfim...

Laura: Mas tu acha que a insistência deles...

Múcio: Acho que foi uma luta muito bacana, muito desgastante, mas... Oi?

Laura: Só voltando um pouquinho. Tu acha que a insistência deles num primeiro momento era tipo o caminho mais fácil ou tinha algum grupo com algum tipo de interesse? Enfim... não sei. Porque ali não era interesse imobiliário propriamente dito, porque era dinheiro do estado, né? Do governo. Então, porque tu achas que eles ainda insistiram tanto? Mesmo com tanto desgaste?

Múcio: Veja, não... Por que que a URB, o pessoal do DEV insistia tanto no projeto?

Laura: É.

Múcio: Por que eles acreditam realmente.

Laura: Naquela lógica...

Múcio: Eles ainda têm uma visão absurdamente carrocrata, eles defendem veementemente por convicção que a cidade precisa de mais avenidas, mais viadutos, eles realmente acreditam nisso. É... Teve uma reunião que gerou um clima chatíssimo, porque um cara que... eu acabei batendo boca lá com um cara que eu realmente não me lembro o nome dele. Esse cara virou pra mim no meio da reunião e disse: “veja, eu sei que a moda agora é ficar defendendo que a prioridade é do pedestre”.

Laura: Eita!

Múcio: Ele começou assim a frase, aí eu interrompi e disse assim: “é, eu não sei exatamente...” Ele querendo ser irônico, né? Aí eu acabei sendo mais irônico do que ele. “Veja bem, essa moda que você tá falando aí começou lá na década de cinquenta, no pós-guerra, né? Na Europa. E algumas pessoas aqui no Brasil ainda não entenderam muito bem essa visão. Mas, por favor, prossiga com seu argumento”. E aí as pessoas que estavam na mesa baixaram a cabeça e meio que “porra, vão aos tapas agora, né?”, outras botaram pra rir da cara dele. Aí ele disse “não dá pra conversar com esse pessoal não”, aí pegou as coisas dele e foi embora da reunião. Então veja, a gente chegou a ter esse nível de situação chata.

Laura: Entendi.

Múcio: Então eles têm uma visão, é a visão técnica deles, eles acreditam realmente, piamente, nisso. E sinceramente eu não acho que havia interesses por trás dessa ideia da avenida, posso estar sendo inocente. Mas nesse ponto eu até defendo essas pessoas com quem eu briguei, entendeu? Por que realmente eu não acho que seja uma questão de ter interesses por aqui, por ali. Acho que não, acho que é realmente convicção, eles acreditam nisso e ponto final.

Laura: Entendi. Então tá Múcio. Eu acho que a gente cobriu direitinho. Tu acha...

Múcio: Eles ficaram muito chateados, pra não usar outra palavra, quando o prefeito deu ordem pra arquivar o projeto e “vamos fazer outra coisa”.

Laura: Pra mudar de, de alçada.

Múcio: Ficaram de um jeito que até hoje eu... Já aconteceu recentemente de eu encontrar uma determinada pessoa que era chefe, não sei se ainda é lá. Eu ia fazer menção de cumprimentar e ela virou a cara, entendeu? Ela virou pra mim, viu que era eu e virou a cara, entendeu?

Laura: O famoso climão.

Múcio: E Fernandinha também conta que várias pessoas ficaram... Porque Fernandinha inclusive foi da URB, foi diretora lá e tal, então na verdade eu acho que ela até ficou numa situação mais delicada do que a minha, porque várias pessoas realmente ficaram brigadas com ela, ficaram “de mal” dela por causa dessa história.

Laura: Entendi. Pronto, tu acha que tem mais alguma coisa, assim, importante nesse processo pra ressaltar, até como... não sei, como exercício do direito à cidade?

Múcio: Oi? Desculpa, Laura. Eu perdi agora...

Laura: Tais escutando agora?

Múcio: Agora voltou, pode falar.

Laura: Tem mais alguma coisa que tu acha que mereça destaque na questão do direito à cidade, do exercício do direito à cidade por parte dos moradores, aos privilégios que você já citou, enfim. Alguma coisa que tu ache que ainda vale a pena a gente pontuar aqui desse processo todo?

(CORTOU O ÁUDIO)

Múcio: Deixa eu ver.. não. Só pra complementar, que depois que o pessoal do Parque Capibaribe entrou no processo, aí a coisa andou de uma forma muito mais tranquila. Acho que fizeram um trabalho muito competente, né? O pessoal, a equipe, Luiz Vieira, enfim. Acho que foi um trabalho incrivelmente coerente, decente, acho que eles tão fazendo um trabalho bem interessante. E eu posso mais uma vez

estar sendo um pouco inocente... eu falei que acho que grande parte do sucesso disso daí diz respeito ao fato de ser uma associação de um bairro de classe média alta. Eu acho que realmente isso foi relevante pro processo, mas eu também acho, do mesmo jeito que eu falei que eu acho que o pessoal que fez o projeto da avenida fez por convicção, porque acreditam que tá certo, eu acho que no final, de fato, o pessoal, os gestores principais da prefeitura eles se convenceram realmente de que a abordagem tava equivocada, porque... E perceberam que seria mais inteligente incorporar as Graças no Parque Capibaribe, tanto é que fizeram o Baobá, fizeram o Derby e agora estão fazendo o Parque nas Graças, entendeu? Entenderam que isso aí já seria uma rede interessante, que é um legado que essa prefeitura independente de qualquer coisa ela vai de fato deixar, sempre vai ficar marcado que essa gestão fez esse trecho aí que vai do Baobá até o Derby, então eu acho que isso foi muito importante. E que quando a gente consegue, né? Eu acho que ser militante dessas causas relacionadas à cidade, sempre foi muito frustrante. Então pra cada vitória como foi essa ou como foi a história dos viadutos e eu acho que o Novo Recife acho que de certa maneira é uma vitória também... pra cada vitória dessa, nossa, a gente perdeu muitas guerras, sabe? Muitas batalhas. A gente perdeu muito. Então, de certa maneira, é muito bom quando a sociedade consegue uma vitória como essa. A gente vê muito isso na Europa acontecer, mas na nossa realidade é muito raro. Então eu acho que é um case muito interessante, até pela construção como foi, foi um negócio que durou meses, na verdade dois anos... Mais uma vez, Fernandinha que vai lembrar direitinho isso daí.

Laura: Uhum. No final, de ponta a ponta foram oito anos, porque tá voltando a fazer agora, né? Tá voltando a obra agora. Oito não, onze anos.

Múcio: É, e não sei se você sabe, mas a gente continua fiscalizando, a gente tem comissão de acompanhamento de obra, é uma loucura, né? Você entra num negócio desse você fica, né? E aí você tem um vizinho seu que não sabe nem que aconteceu a luta, não sabe nem que vai ter um parque...

Laura: Tá totalmente por fora. Pronto! Foi até bom você tocar nisso, porque uma pergunta que eu precisava fazer era o seguinte: tem gente como você que era militante desde sempre e tem gente que não soube e ficou sem saber. Mas teve gente que não sabia e terminou sendo incorporado nessa causa, enfim um convertido, vamos dizer assim, pra luta nesse tempo. Tu lembra de alguém com esse perfil?

Múcio: Isso foi, começou... (CORTOU O ÁUDIO) Lúcia, fernandinha, eu, Buga, eu diria que Lurdinha, teve uma pessoa, mais umas quatro pessoas que não têm nada a ver com arquitetura mas também tavam lá no início e começou com trinta a quarenta pessoas, muita gente absolutamente desapareceu, porque os primeiros que apareceram eram pessoas que moravam próximo da obra, então primeiro apareceu um grupo de moradores dos prédios que ficam ali nas margens que não queriam que tivesse uma avenida ali embaixo. Essas pessoas, muitas delas, sumiram, aí foram surgindo outras pessoas, depois sumiram também, outras pessoas foram surgindo. Então foi uma mobilização toda muito interessante. Aí tinha a paróquia, tinha reunião lá, depois a... (CORTE NO ÁUDIO) conseguindo lugares pra ter isso aí, então foi um processo na verdade que as pessoas foram meio que foram participando. Agora, a gente deixava panfleto na guarita dos prédios, convocando pessoas pra reunião, né? E aí apareciam quarenta pessoas. Então às vezes a gente fala assim de uma forma muito romântica “ah, porque a mobilização da Associação dos Moradores das Graças”, parece que cada reunião tinha trezentas pessoas, que era uma plenária com microfone e tal e não era, né? Na verdade, isso tudo, é uma luta de grupos, de grupo pequeno, né? Mas de certa maneira muito representativo. As pessoas depois quando ficam sabendo que foi, que vai ter um Parque, que houve uma luta (CORTE NO ÁUDIO) apesar de não terem ido pra nenhuma reunião, então existe um sentimento de pertencimento dessa área da cidade. Acho que as Graças tem isso... Algumas áreas do Recife eu vejo isso muito forte, né? Então assim, ou melhor, Olinda tem muito isso, as Graças tem muito isso, acho que Casa Forte também tem um pouco isso, esse sentimento de pertencimento, entendeu? Meio que de orgulho “ah, porque eu moro aqui, eu sou desse lugar, eu faço tudo por aqui e tal”. Eu acho que esse orgulho existe nas Graças e talvez por isso tenha funcionado razoavelmente bem, né assim? Mas dizer que era um grupo enorme, que era um grupo grande, não foi. Na verdade, eu acho que o nosso povo, o povo brasileiro não é muito chegado, né? A participação. Acho que as pessoas são acomodadas e acho que não é nem serem acomodadas, acho que

no fundo no fundo, nós temos uma atitude muito passiva. As pessoas realmente acham que não vão mudar o mundo, isso é muito engraçado, elas acreditam piamente que não vão mudar o mundo.

Laura: Já partem daí, né?

Múcio: Já partem dessa premissa, que é completamente diferente do europeu, principalmente do francês e do alemão, né? Que a convicção é outra, que eles vão sim mudar o mundo, eles vão sim mudar a cidade, eles vão sim mudar a escola, né? A gente tem exatamente uma visão muito antagônica. Então eu tenho certeza de que muitos moradores sabiam que tava tendo uma briga com a prefeitura e eu tenho certeza de que eles pensavam assim “isso não vai dar em nada”. Isso é uma frase muito comum, não é? Na nossa cultura. “Isso não vai dar em nada”. Aí acabou que dessa vez... Eles têm total motivo para acreditarem nisso, mas dessa vez acabou que deu em alguma coisa.

Laura: Uhum, entendi. Pois tá, Múcio! Obrigadíssima. Eu vou seguir nessa minha correria de tudo. Porque pesquisa é sempre assim, né? Você quer abraçar o mundo e no final tem que fazer algumas escolhas.

Múcio: Exatamente.

Laura: Mas qualquer coisa eu te aperreio de novo, por algum contato e tal. Eu não sei se tu tem algum, Fernanda ficou de me passar, eu vou até mandar um email de novo pra ela cobrando de reunião e tal. Eu não sei se tu tens algum documento, Rúbia também me passou, se tu tem alguma coisa que tu ache que possa contribuir. Se tu lembrar e puder me passar, ótimo. E, eu precisar de algum contato também eu volto a falar contigo.

Múcio: Perfeito. Eu acho que eu tenho uma apresentação que eu e Buga preparamos pra uma reunião, meio que pra tentar derrubar a ideia da avenida, no meu computador, espero que seja nesse e não no anterior. Se for no caso aí eu entro em contato contigo.

Laura: Pronto! Obrigadíssima. Boa noite!

Múcio: Valeu!

NORAH NEVES - presidente da URB no período estudado

(Entrevista em 27 de julho de 2019)

Laura Cortizo: Eu to fazendo mestrado é em comunicação mas terminou que o objeto foi meio que extrapolando as barreiras e tá mais com a pegada de Sociologia mas tudo bem. E aí que o ponto de partida é usando uma metodologia que chama-se Cartografia da Controvérsia que é meio que mapear mesmo uma controvérsia específica que no meu caso foi aquele processo de aprovação do projeto das Graças, daqueles trecho das Graças. (da Beira Rio) Que tinha outro projeto e ao longo dos anos, as negociações e articulações todas levaram a um outro projeto. E aí a ideia é que eu possa recuperar talvez até cronologicamente essa timeline dos acontecimentos do ponto de vista de vários atores diferentes; do pessoal do parque, do pessoal da prefeitura enfim e aí pra poder fazer esse desenho de como é que as coisas aconteceram. A partir dessa foto é que a gente vai discutir porque a gente sabe que ali no caso das Graças é um pessoal de classe média, média alta. Já é um outro tipo de público. Enfim, a partir do que a gente levantar com o que vocês forem dizendo a análise vai partir daí. Aí pronto, eu queria saber se...você tava envolvida desde o começo, eu sei que a história do parque foi por volta de 2008 né? de conseguir a verba

Norah Neves:(foi exatamente)

Laura: e aí eu não sei se você tava desde essa época

Norah Neves: A aprovação do projeto né? Mas o projeto viário, que é o que tinha originalmente ainda é bem anterior, porque existia, como existe, já a pavimentado. Porque existe um projeto previsto, ele é parte da década de 1970, onde a previsão em toda a Beira Rio era um projeto viário mesmo lá com duas vias era uma coisa bem...que era o que se preconizava, era os valores da época para a cidade, entendeu? Então esse projeto é bem anterior. E que tem trecho executado né? que é aquele trecho da Madalena, aqueles trechos da Beira rio. Alí, Não sei você lembra assim de memória entre a Madalena e Torre onde tinham duas comunidades de baixa renda Armínio Gouveia e José de Holanda. Eu até participei desse projeto. Elas foram pra um habitacional residencial na Torre. Alí foi feito todo o viário entendeu? e ao longo dos anos né? no mundo todo, não só aqui, mas aqui termina chegando mais tardiamente né? esse conceitos de cidade foram sendo transformados né? voltando aí aquele conceito de cidade voltado pras pessoas e não aquela cidade focada para o carro que teve... desde a França que teve os Boulevards aí teve aquele momento de Hasselman né? de abrir as avenidas, de abrir... É a mesma coisa no mundo todo. dos conceitos... aí lá muito antes foi sendo modificado e aqui chegou mais tarde mas mesmo assim já na década de 1990, já vinham sendo transformados né?

Laura: os projetos?

Norah: os conceitos, né? Os conceitos de cidade, de leitura de cidade. Agora o projeto, a captação de recursos - não é o projeto em si- é que daquele trecho - É que se deu aí na década 2000, depois de 2005...2008 eu não lembro. Mas você deve ter <não entendi a palavra> Mas o projeto ainda é anterior a captação de recursos... aí dentro do poder público (para você poder ter um pouco da ótica do poder público) até porque eu acho que você já deve ter muito da sociedade civil. Até porque foi muito divulgado na sociedade civil, do Bairro das Graças aí o que é que tinha? no âmbito do poder público a gente tem um corpo técnico qualificado na área de projeto. Os técnicos tinham uma visão que já realmente deveria ser transformado esse projeto. Até porque o projeto do Parque Capibaribe era um projeto que partiu na iniciativa - ele foi desenvolvido pelo INCID (dentro da Universidade)- Eu tive até uma conversa boa naquele dia que a gente falou pelo Zap com Roberto Montezuma. Ele me ligou aí a gente passou bem uma hora no telefone. Ele aí disse que você ia procurar ele. Ai veja só. Dentro do poder público existia algumas visões na necessidade de rever esse projeto né? independente da captação de recursos. Mas existia uma decisão política de gestão. Não é política partidária. É política de gestão de não se correr esse risco porque já era um recurso captado e também já existia outro grupo que... porque como eu digo. Não é nem a visão. Não são... Não tinha unanimidade, mesmo dentro do poder

público. Porque existe pessoas, como na sociedade também. Não era todo mundo contra que se fizesse o viário. Ao contrário, tinha gente que pressionava o prefeito e a prefeitura que era um absurdo ele abrir mão daquele viário que ia desafogar o trânsito na Rui Barbosa, ou seja, uma visão ainda retrógrada da cidade para os carros, né? e não para as pessoas. Então dentro desse impasse foi de fundamental importância a cobrança da sociedade civil de uma mudança desse conceito para que se pudesse... aí tinha por fora uma pressão junto à prefeitura, dentro da prefeitura de algum corpo técnico que tinha uma visão mais... já tinha um nível de consciência da necessidade realmente de se mudar esse conceito e brigando para que se alterasse. Do lado de fora também tinha os dois valores. Porque assim, às vezes a gente tem muito aquela visão de que todo mundo da cidade quer o bem da cidade e quem tá no poder público só quer o mal. Não é bem assim. entendeu? você que tá trabalhando agora numa pesquisa é bem importante ter essa visão crítica de conseguir enxergar né? os dois lados

Laura: e até a fundamentação dos dois lados... também né? eu sei que eu tenho que dar o limite de quantas pessoas eu vou falar mas pra mim é muito importante ter a voz de quem tá defendendo o viário, por exemplo entende? mesmo que seja uma divisão entre os moradores das graças então, por exemplo. Algum morador que defendia...sei lá. A história do dono do posto de gasolina que defendia, enfim sabe? pra tipo procurar

Norah: tem os interesses econômicos da cidade que são importantes, claro né? Porque a cidade...ela é plural, é diversa. Tem diversos interesses de acordo com cada segmento. Você tem o segmento do movimento popular, você tem o segmento da classe média aristocrática que quer a cidade para eles de uma forma muito elitista, né? e muito também excludente, né? as vezes eu vejo muitos colegas meus arquitetos que tem uma visão/discurso muito teórico de... eu como sou muito da área social de tentar ver a cidade sob o aspecto da desigualdade e da necessidade de se transformar essas desigualdades sociais no território, eu consigo enxergar muito a nossa classe média de Recife muito elitista e ali no bairro das graças a gente tem pessoas com a visão muito inclusiva mas tem também pessoas, moradores, com a visão elitista e excludente do restante da cidade. E porque, que com interessere se ter um parque particular pra eles, entendeu? assim...não sei se você consegue entender o que eu to dizendo. Eu concordo com o projeto que foi feito. Até porque ele foi feito de forma aberta inclusive deixando na via lateral, estacionamento. Deixando coisas que eles eram contra, entende? porque não queriam que ninguém de fora fosse pra lá, ou seja, o parque ia ser particular para aquele grupo de pessoas que ali moram ou o parque era pra cidade? né? a Via parque.

Laura: Entendi.

Norah: Se ela é pra cidade ela teria que garantia o acesso de todos, né? de fora de lá também, né? lógico!

Claro que ele é pra quem tá ali no entorno, óbvio né? mas ele também teria que ter isso. Agora se eu for falar só sob o ponto de vista... eu to falando da minha visão como urbanista, como arquiteta e tal. e como eu tenho também assim uma vivência grande (tenho mais de 30 anos dentro do serviço público) nessa área de projetos que vão e vem, conceitos que mudam ao longo dos anos e tenho também uma visão acadêmica porque eu também parei depois de 20 anos trabalhando, eu voltei pra academia e fui fazer o mestrado na França então vi sob outro ponto de vista. Me afastei dos problemas pra fazer uma análise mais acadêmica e crítica né? ...vão ser elementos tanto no âmbito do poder público como da sociedade. Os interesses diferentes dentro da sociedade, né? É como você disse: tem um posto de gasolina que ele tem e é legítimo né? um interesse que continue porque é um negócio dele, né? e tem assim... todos os lados. Agora assim, dentro do poder público à época se não tivesse havido uma movimentação da sociedade no sentido de transformar aquilo ali, a gente não teria conseguido. Mesmo que algumas pessoas tinham essa visão lá dentro, não teria conseguido.

Laura: Mas era mais por receio de perder a verba ou era por defender tecnicamente o projeto viário

Norah: Eu acho que tinham as duas coisas, viu Laura? Apesar de que se argumentava muito mais as questões que existiam de fato com o receio de se perder o recurso já captado. A gente tentava, quem acreditava que poderia se...porque se...o conceito daquele projeto é da década de 70 né? Então a gente acreditava que era possível se fazer essa revisão mas existia sim o medo, em um momento já de crise, porque na época desse projeto já existia sim a crise e existia sim um receio grande que se perdesse mesmo o recurso, existia mas eu acho que no fundo no fundo também não existia não existia um esforço de alguns, por parte de alguns de se alterar porque acreditava mesmo no projeto da década de 70. E esse

projeto não é só pra mim, ele se projeta, ele é um projeto concebido conceitualmente lá na década de 70 e ele se encontra até hoje dentro da regional. Por exemplo: ele foi importante como uma reserva viária. Porque como era uma avenida ? Então ele fez uma reserva diária de faixa não edificante, justamente para se fazer a avenida no momento em que.... Era um projeto, uma época que se fazia planejamento, certo? Que eu acho que isso era uma coisa positiva que existia nessa época. Porque planejava a cidade.

Laura: Que era o planejamento...

Norah: Era, era sim. Se fez esse planejamento viário aí assim, o conceito do projeto é outra discussão. Mas se planejou, se pensou e ele ficava..ele está ainda lá na regional porque enquanto não se faz um novo e se aprova..todos os projetos ao longo do rio que são feitos são aprovados a partir desse que tá aprovado na regional

Laura: Entendi.

Norah: Então se criou essa faixa não-edificante na margem do rio justamente por conta desse projeto viário, o que foi importante porque a gente bem ou mal - o interesse era um...

Laura: Preservou

Norah:Preservou, né? a margem do rio de alguma forma né? Tem aquelas ocupações irregulares tanto de classe média como de baixa renda e né? mas elas estão irregulares pelo menos sob o ponto de vista da legislação municipal, entendeu?

Laura: Entendi.

Norah:Porque se não tivesse isso, certamente a margem do rio tava toda? toda construída regularmente sem tá, sem ser irregular. Estava feito isso de forma legal né? Se não tivesse esse projeto lá trás né?

Laura: Hurum, isso. E aí a gente, voltando a falar sobre o papel da... pra não perder esse gancho... o papel lá das graças e você falou muito da questão social e tudo mais. O que é que você acha, além da persistência deles, Como é que você enxerga a atuação deles? pra depois a gente voltar pra atuação da prefeitura. Mas a atuação do pessoal das graças, até considerando coisas como classe social, como até o fato de ter muitos arquitetos entre eles enfim...Como é que você enxerga assim essa dinâmica assim pra poder ter tido resultado né? porque de certa forma com todo mundo que eu converso, o desfecho passa por aí por essa insistência, vamos dizer assim do pessoal das graças. Claro que também associado a existência do parque Capibaribe que já potencializa, porque aí tinha uma alternativa no horizonte e tal mas enfim... só pra tu comentar um pouquinho essa participação do pessoal das graças, da associação.

Norah: é veja só...como todo grupo ele é diverso. Nenhum grupo é unânime. A unanimidade que eu vejo que existia no grupo das graças era o interesse de que não se fizesse aquela avenida.Certo? Então...mas ali dentro daquele grupo de moradores das Graças de classe média eu não sei até que ponto existia um nível de consciência com a cidade real para as pessoas ou um interesse muito elitista, individualista de não passar carro na sua rua, na sua porta. Entendeu?

Laura: Entendi

Norah: de não tumultuar o trânsito ainda mais, comprometendo a qualidade de vida desses moradores e não pensandod na cidade como um todo. Eu vou lhe dizer porque é que eu acho isso. Porque, por exemplo, a gente vai pra esses discursos né? esses debates...eu trabalhei, trabalho há muitos anos com a participação, com a consulta, com a gente ouvir as pessoas e assim é muito interessante como as pessoas colocam...vou dar um exemplo mas eu acho que é similar. "Não porque tem que ter transporte coletivo, tem que ter o ônibus, tem que tirar o carro da rua" e eu concordo plenamente. Eu acho que as cidades grandes tem que ter um transporte de massa pra poder assim...viabilizar. Mas aí o que é que acontece né? Na hora em que o poder público vai fazer o seu transporte coletivo, mesmo seja ele...não precisa ser um metrô mas que um ônibus que seja...que a gente tenha condições de ter um transporte de massa, de todos as modalidades aí o povo, todo mundo quer o transporte coletivo mas a parada de ônibus no meu portão não e sim no portão do vizinho.

Laura: Uhum

Norah: Você tá entendendo como é aquela coisa assim...o ser humano, no meu entendimento, ele não tem essa visão de coletivo que prega, quando na verdade tá barganhando muito mais um interesse individual.

Laura: Uhum. Entendi

Norah: Sabe? esse sentimento, é o sentimento que eu tenho. E ali nos moradores das Graças eu não vejo diferente. Eu tinha antes de me aproximar mais, uma visão muito mais positiva daquele grupo do que quando eu me aproximei quando eu estava como diretora de projetos da URB ?. Eu comecei a ver os

interesses, como muitas e muitas vezes, dentro daqueles prédio, os moradores, eles tem o interesse muito mais individual. Tanto é que pra gente conseguir botar um acesso... já o projeto do parque Capibaribe não. Que foi o Projeto parque Capibaribe, caminho das Capivaras quando iniciou depois mudou. Eu acho que esse sim, tinha uma visão de cidade. Sem...Uma visão de cidade, uma visão de integrar o rio, a cidade, as pessoas ao parque. ele tinha pelo traçado, pelo formato como ele foi concebido.

Laura: tem ainda

Norah: Tem. Tinha não, tem! E eu acho que é uma luta né? um processo de transformação mesmo de conceitos, de valores e de cidade né? e aos poucos a gente conseguindo implantar soluções com esse perfil, com esse viés né?

É como assim. Eu moro em Casa Forte e toda vida morei na Zona Norte, quer dizer na verdade hoje eu moro em Casa Amarela mas já morei em Parnamirim, Casa Forte, sempre morei por essa área aqui.

Laura: eu também

Norah: Desde criança. Eu tenho 60 anos mas tem muitas coisas aqui...ontem mesmo ligou pra mim Virgínia, arquiteta. Me conv... Norah a gente tá fazendo um grupo e queríamos tanto que você participasse o poço da Panela..não sei o quê...mas eu acho que muitos desses grupos... tem as vezes assim muito elitismo. Em Casa Forte é só pros moradores de Casa Forte, que é todo mundo intelectual, todo mundo sabe de tudo. Aquela visão ainda dos engenhos...Aquela visão sabe? e aí eu tenho muito receio também dessa visão elitista sabe? De cidade, porque eu acho que a nossa cidade é desigual, da forma que é Recife porque conta desses valores ainda muito enraizados na nossa população de classe média aristocrática (eu acho assim).

Laura: ô Norah já que você falou, pra aproveitar essa janela...Você falou aí do grupo de Casa Amarela, do Poço e tals.. até em outras conversas surgiram essa..., surgiram comentários sobre outras iniciativas. Como se fosse assim: a iniciativa das Graças enquanto grupo pra discutir o bairro não é... é isolado porque eles ficam entre eles mas assim...simultaneamente acontecem movimentos em Casa Amarela e a História da Horta Comunitária, Casa Forte com o Jardim Secreto outras coisas e na Zona Sul deve ter.

Norah: Casa Forte, Jardim Secreto é agora mas Casa forte desde a década de 80, eu entrando na faculdade já se tinha movimentos, né?

Laura: Pronto

Norah: É bem anterior Casa Forte

Laura: e na outra margem assim...Como é, até pela sua vivência aí dentro do poder público.Qual é a diferença assim que você enxerga entre as pessoas de classes sociais mais altas e as pessoas de classes sociais mais baixas? menos favorecidas...que seriam tipo a outra margem do Rio, né?

Norah: Que seria a margem da Iputinga.

Laura:Isso, isso. Se existe em tempo de movimento e até a relação com o poder público

Norah: Na verdade existe muito mais do que da classe média, né? Os movimentos sociais, os movimentos de comunidades, né? pra reivindicar melhorias né? na sua qualidade de vida eles existem há muito mais tempo. Recife, inclusive ele é...ele tem história em relação a isso. o Recife tem as favelas, hoje, espalhadas na cidade inteira. Não estão só na periferia. Pela história de resistência, de luta e de permanecer no lugar onde mora.

Perto do trabalho, perto da relação de convivência, perto da relação de vizinhança...porque você sabe...eu não sei se você conhece um pouco sobre comunidade. Aquela relação, aquelas artic...como é que eles dizem. Essas dinâmicas dessas comunidades, eles são muito solidários, eles dependem muito um do outro né? até pela própria ausência do poder público de atender enquanto política de assistência, de educação, de saúde e de acesso mesmo aos serviços a despeito de tá lá como obrigatórios dentro da constituição mas de fato isso não acontece. Então eles criam uma rede de solidariedade entre eles. Então essas lutas e essas organizações elas são muito mais presentes dentro dos movimentos, dentro das comunidades do que em classe média.entendeu?

Laura: Mas com essa perspectiva de cidade mesmo ou mais de serviços em geral?

Norah: Não...é um perspectiva de melhoria da qualidade de vida deles. Eles têm uma visão muito mais..de como a cidade é desigual né? da necessidade de eles permanecerem onde estão né? Porque o problema da classe menos favorecida, da população mais pobre é o risco de serem expulsos da cidade.

Laura: Sim

Norah: Não é só de ali ter qualidade; que é a luta pelo saneamento, a luta pelo...é assim um coisa muito mais concreta mais real um risco deles serem expulsos pra periferia e a cidade ser só de quem tem um poder aquisitivo melhor. Olhe você vê ali...deixa eu lhe dar um exemplo Laura, que eu acho que é

importante a gente tem ali aquele problema do Aeroclube né? A gente tem uma área ali que é extremamente polêmica pelos diversos segmentos da sociedade. Uns querem que faça toda de um Parque "tem que ser um parque" porque é a única área livre urbana dentro da cidade. Tem que ser uma área toda de parque. Aí tem outros que querem fazer empreendimentos econômicos pra gerar renda, tem outros que querem moradia tem a população...tem um monte de palafita ali na beira do rio que ninguém de incomoda em ver eles ali. Quando vê fazendo prédio todo mundo se incomoda. Mas ninguém se incomoda com o pobre que tá ali na beira do Rio----- naquele Shopping Rio Mar de ver aquele povo, tudinho ali. Não se incomoda. A Classe média nossa não se incomoda como aquilo, com aquela pobreza...só dizer que é feio pra cidade

Laura: Faz parte da paisagem

Norah: É de uma visão ainda higienista da década de 80, que é feio e que tem que tirar a pobreza pra bem longe pra cidade não ficar feia. Quer dizer, é horrível isso né? E aí quando o poder público lança uma chamada pública pra fazer 600 Unidades habitacionais, 300 num conjunto, 300 em outro e que não é suficiente pra atender toda aquela população ali. A gente tá respondendo 3 processos judiciais sabe por que? Porque diz que é um absurdo pegar uma área daquela e fazer moradia pra pobre porque vai poluir o rio. Eu digo meu deus, os pobres estão dentro do Rio, jogando esgoto...você tá entendendo? Você lê um processo desse que alguém com o mínimo de consciência, de espírito crítico que lê se choca. Com a visão. Aí vai pra televisão e tudo que é jornal meter o pau na prefeitura e dizer que aquilo tudo ali deveria ser um grande parque pra cidade. E olhe que eu sou a favor da Recife cidade das águas, Recife dos Parques mas peraí você tem que ter uma cidade inclusiva. Não adianta ser uma cidade parque onde as pessoas não estão incluídas né? é parque pra que? Contemplação pra classe média? Aristocrática que já tá muito bem obrigada instalada na cidade? Com serviço né? pelo menos bem melhor do que essa outra população e o papel do poder público é esse. É ser o mediador entre os diversos interesses dos vários segmentos da sociedade, né? de ele ser esse mediador né? Porque é importante o setor econômico né? porque senão a cidade não roda, ela não se viabiliza. É importante toda a classe média Lógico que ela é importante mas é importante os serviços, os empregos, a renda mas...é importante a inclusão. E o papel do poder público é o que? É entrar como mediador pra garantir a melhoria da qualidade de vida daquela população que tem menos acesso, né?

Laura: Só pra voltar pro tema das Graças. Falando na mediação do poder público como é que, como foi que vocês conseguiram mediar internamente e aí depois com o próprio grupo das graças ou simultaneamente, não sei...mas como foi essa mediação, assim, em torno do projeto? (se antes...)

Norah: Veja, a primeira coisa é a gente convencer o chefe do poder executivo, o prefeito né? de que é possível a gente ter um projeto melhor pra cidade do que aquele que tá ali apresentado. e aí em relação ao risco pedi autorização pra que a gente vá pra CAIXA negociar Apresentar na CAIXA qual é a proposta (na Caixa Econômica) que é o agente financeiro que operacionaliza o recurso né? Que repassa o recurso né? Porque eles tem um corpo técnico que analisa inclusive os riscos...pra que a gente pudesse ajustar o projeto. e aí pronto... Veja o Parque Capibaribe foi um projeto contratado pela prefeitura. Conceitualmente ele nasceu dentro da prefeitura

Laura: e aí seria incompatível com o...

Norah: Exatamente. Então a gente tinha dois projetos dependendo da área da prefeitura com conceitos diferentes pra cidade. Foi nesse sentido que a gente mostrou ao prefeito, que não é da área mas é uma pessoa que tem sensibilidade de que a gente tava trabalhando errado né? Porque como é que a gente tá num órgão trabalhando com um conceito ainda da década de 70 né? de projeto e tá com um projeto tão avançado, tão inovador..tão dentro da cidade com essa outra visão? Aí pronto foi assim. Porque o negócio é a gente chegar lá né? O problema é iniciar o processo de convencimento aí depois que você chega no chefe do executivo maior...não foi complicado não. Entende? aí o próprio pessoal do Parque foi lá apresentar o projeto entendeu? Não foi o pessoal das Graças, o pessoal do Parque que foi lá foi em cima disso. Porque na verdade quando tava se desenvolvendo o projeto do Parque aquela área tinha sido excluída

Laura: e aí quando vocês...quando foi apresentar pro prefeito já foi com um ...sei lá...um projeto para essa área excluída ou não? foi só apresentar o conceito mesmo.

Norah: Não. Foi só de que a gente deveria incluir aquela área no conceito do parque. Olhe Geraldo na campanha dele, ainda pra prefeito, lá trás...não foi agora não já que ele tá na segunda gestão dele terminando né? faltando o que, 1 ano e meio né? Na primeira campanha dele já tinha lá como uma proposta de cidade aquele parque...o Baobá. Aquilo não surgiu depois que Geraldo...Não! Aquilo já

tinha lá e eu tenho os Slides da campanha dele. já tinha lá o Baobá. Resgatar aquela área para a cidade mas não como um parque privado praquelas pessoas que estão ali não entendeu?

Laura: Entendi

Norah: Como uma área aberta para a cidade

Laura: Aí pronto. aí depois que vocês apresentaram o parque lá pra Geraldo Julio tipo...tentando convencê-lo sobre esse trecho aí qual foi o próximo passo, assim? A Caixa teve muito problema?

Norah: Não...aí se foi pra Caixa Economica apresentar. Aí já se foi com uma proposta de projeto porque a gente já tinha uma obra licitada inclusive né? Já tava licitada com aquela proposta do viário que era o projeto original, né? aí pronto

Laura: Mas era o viários de duas faixas já?

Norah: Eram duas faixas, duas faixas na Avenida...estilo. Era um projeto viário (viário na margem que era um entendimento...) de que as margens de rio teriam que ter vias para proteger de invasão. Inclusive era uma coisa assim tirar as pessoas pra colocar os carros, né?

Laura: Literalmente

Norah: Exatamente.

Laura: E quem foi que fez a adaptação/ em que âmbito da prefeitura/do parque foi feita a adaptação entre o projeto de 4 faixas?

Norah: foi o próprio Incite

Laura: O Incite fez de 4 faixas para duas faixas e depois de duas faixas...

Norah: Ah não desculpe, desculpe. Não, o de 4 é muito antigo. Eu nem sei de quem é esse projeto. Acho que quem fez...quem atualizou o projeto foi a Geosistemas, foi uma empresa contratada né? da prefeitura ,da Urb... para atualizar porque já existia um projeto muito antigo conceitual. Aí ela desenvolveu esse projeto e fez um projeto básico (não chegou nem ao nível executivo) para licitar a obra por conta inclusive dos prazos para não perder o recurso. Porque esses recursos são captados..existe o prazo né? Pra você executar...pra você conseguir fazer...

Laura: Tu lembra qual era o prazo, Norah? assim...qual era o deadline de vocês?

Norah: Ah lembro não. Não, não...até porque isso vai e renova. É um processo longo né?

Laura: É

Norah: Mas eu me lembro que na época que eu estava lá na prefeitura como diretora de Habitação a gente tinha assim, tipo até o meio do ano, e a gente tava nas tratativas lá, pra fazer o primeiro desembolso da obra sob pena de perder o recurso

Laura: Hurum

Norah: e a gente tava aí discutindo o projeto, ou seja, naturalmente que mudando o projeto teríamos que fazer todo o processo novamente e licitar porque era outro projeto né? Mas foi conseguido né? isso foi até pra Brasília. Pro ministério né? porque tecnicamente o Corpo técnico da Caixa concordou mas eles não tinham autonomia para garantir que não ia perder o recurso. Aí o Município foi pra Brasília com seu corpo técnico para mostrar e dizer que era uma coisa... que era uma coisa assim...bem melhor pra cidade. Toda uma argumentação

Laura: um discurso...

Norah: né? sobre a atualização do projeto.

Laura: E quem foi pra Brasília do Município? Foi falar com o ministério das cidades, não foi isso?

Norah: foi foi...eu nem me lembro Laura na época. Não fui eu com certeza. (risos) Eu não lembro. Eu não me lembro

Laura: O Parque tava? tu lembrava se chegaram a ir pessoas do Parque? não né também?

Norah: Eu acho que não. Nesse processo com o ministério não.

Laura: Hurum

Norah: O pessoal do Parque foi para a Caixa Econômica...aí houve uma apresentação bem legal para o pessoal da Caixa

Laura: E no ponto de vista...O projeto você fala da URB né?...você como (o seu ponto de vista é como de alguém que faz parte da URB) mas teve também no projeto o pessoal da SMAS né? como é que foi assim internamente essa triangulação entre vocês? porque de qualquer forma são pontos de vistas diferentes. Não digo nem assim...de interesse mas de visão mesmo do que é que ...A história do parque mesmo nasce dentro da SMAS é...

Norah: A SMAS é a secretaria de Meio Ambiente que contratou o projeto do INCIT. Esse projeto do Parque Capibaribe, ele nasceu com...

Laura: Romero

Norah: Romero (me deu um branco)... Isso Romero fala desse conceito de pales...muito antes inclusive do que o próprio Roberto Montezuma entendeu? depois... ele...mas ele era do poder público. Ele era funcionário da URB, inclusive e estava lá na secretaria de meio ambiente onde foi contratado, feito o convênio da prefeitura, por meio da secretaria de meio ambiente, com a UNIVERSIDADE FEDERAL, através do INCIT - O Instituto.

Aí veja só...Existe dentro do corpo técnico da URB, existem sim alguns profissionais com a visão mais conservadora né? sobretudo aquele pessoal do viário e que existia, inclusive uma certa dificuldade, mas dentro da URB também tinham pessoas com a visão mais mais que eu digo mais contemporânea, né? Assim mas aí...ficou...Existe uma crítica grande. Não sei se você conversou com Rúbia que é a atual diretora de projetos...

Laura: Não... mas ela até me respondeu agora de manhã que ia ter uma reunião e que quando saísse me dava um toque aí quando eu desligar com você eu vou ver o que ela disse

Norah: Olhe veja só.. Rúbia é uma pessoa que hoje está... Quando eu fui diretora de projetos, ela era minha gerente de projetos dentro da URB lá o início quando se licitou a obra do viário. Quando depois eu saí, passei um tempo na secretaria de planejamento urbano e depois eu voltei como presidente da URB. Aí eu trouxe ela de volta que tava na minha mente para ser a diretora de projetos e ela tá lá até hoje como diretora de projetos.

Laura: Hurum, entendi.

Norah: Então...assim... ela tem muito conhecimento diretamente sobre essa tratativa da secretaria de meio ambiente com a URB

Laura: Entendi.

Norah: Porque existia o seguinte: Na URB existe visões de algum...na maioria do corpo técnico de alguns com a visão conservadora mas existe também um corpo técnico qualificado no sentido de elaboração de projeto, projeto exequível. Que a gente, até por não ser mesmo o papel da Secretaria de Meio Ambiente elaborar projeto de engenharia, de arquitetura, fazer orçamento, os projetos chegam com o nome de projeto e na verdade não são projetos. São no máximo um estudo, no máximo um anteprojecto. Então não são exequíveis, precisam se desenvolver, se fazer um trabalho técnico. Um projeto de executivo, de engenharia, de urbanização pra que você...poder ficar corret.. e isso tem sido um problema muito sério, muito grave pra que a gente possa executar a obra com qualidade, direito.

Laura: Hurum.

Norah: Porque o projeto não é no nível de detalhamento necessário para a execução da obra, entendeu?

Laura: Entendi, Entendi.

Norah: Aí Rúbia pode dizer mais porque hoje ela tá como diretora onde a obra está sendo executada e com mil dificuldades e na época houve muita crítica em cima disso e as pessoas ficavam deturpando achando que era porque os técnicos da URB... ele conceitualmente era contra aquele projeto mas não era isso.Os técnicos da URB tinham qualificação suficiente para perceber que aquilo que estava sendo concebido não estava num nível de detalhamento...não era um projeto. Ainda não era um projeto. Nem básico, quicá um projeto executível.

Laura: Entendi

Norah: Entendeu? Ele não tinha...mostre um plano de obra. Como é que executar? Porque ele tinha uma ideia mas ele não tinha um projeto. Aí justiça seja feita, o corpo técnico da URB é muito qualificado nesse sentido porque vivem de anos e anos de fazerem projetos de obras para a cidade né?

Laura: Hurum

Norah: A gente tem profissionais muito preparados nesse sentido, independente do conceito de projeto, entendeu, Laura? Não sei se você entendeu o que eu to dizendo?

Laura: Entendi sim.

Norah: Existiu sim internamente muito conflito entre a URB e a Secretaria de Meio Ambiente e não era...tinha também mas não era só uma por uma questão de conceito de projeto; de visões diferentes de projeto para a cidade, eram também, e principalmente, pelo nível de detalhamento do projeto.

Laura: Entendi. E além da SMAS e da URB, internamente dentro da prefeitura quais eram os outros órgãos envolvidos assim de alguma forma nesse processo? Não sei se...eu lembro de João Braga participando de uma audiência mas eu também não lembro se teve tanto rebatimento na secretaria de mobilidade que era a dele...não era a dele a de mobilidade?

Norah: É, é...ele é ainda o secretário de mobilidade e controle urbano.

Laura: Pronto

Norah: É, veja...Braga já tinha na época...qual o papel dele? cuidar da mobilidade que era a justificativa pra captação de recurso para o projeto da Beira Rio. Que era melhorar a mobilidade...A mobilidade, o trânsito, o carro. Não era melhorar a mobilidade das pessoas, né? E... aí ele muitas e muitas vezes fez discurso de que não podia abrir mão daquela via na Beira Rio para ser uma alternativa de diminuição na quantidade de carros da Rui Barbosa, certo?! Que ele tinha essa visão. Na secretaria de mobilidade e controle urbano. Inclusive eu me lembro que ele foi lá uma vez pra dizer que ia botar o corredor exclusivo de ônibus na Rui Barbosa, independente de ali passar carro ou não. Que nesse ponto, eu concordo com ele que deve ter mas duvido muito que os moradores ali vão achar bom...

Laura: É antiga essa conversa da faixa exclusiva ali...

Norah: É...a gente vai entrar agora com a requalificação das calçadas que a gente tem um projeto dentro da URB, que foi uma luta muito grande pra gente conseguir junto ao ministério, que o recurso desse projeto de calçada é o mesmo recurso do projeto da Beira Rio que o foco dele é pavimentação e aí...quando a gente ia usar pavimentação pra fazer calçada o ministério disse que não era mobilidade não. Eu digo "Peraí - Calçada, Passeio não é mobilidade não? mobilidade urbana do pedestre, não é do carro...mas é mobilidade"

Laura: E de certa forma, aquela região até pelo fato dos colégios..enfim... é uma região que ainda no Recife o pessoal anda muito na rua assim né? fora o centro e tudo mais... mas por exemplo, em Casa Forte, se você for entrar mais pra Apipucos por exemplo ali é super residencial...e aí tem quantidade de gente andando na rua...quantidade bem menor.

Norah: Pois é. Tudo de carro enquanto as ruas ficam desertas, né? É isso mesmo Laura.

Laura: Mas ali nas Graças ainda tem um fluxo muito grande de alunos...

Norah: Um fluxo muito grande né? ali tem muito comércio, serviço, escola, tem tudo né?

Laura: isso, isso.

Norah: Você tem ali, serviços...tem tudo né?

Laura: É quase um uso misto funcionando perfeitamente né?

Norah: É...exatamente. É uma cidade plural. É uma área que tem usos diversos né? no mesmo território e tudo muito próximo convivendo. Aí é uma cidade viva naquele trecho. Isso mesmo

Laura: Pronto. Aí sim...

Norah: Não sei se eu to conseguindo lher ajudar...

Laura: Tá, tá sim.

Norah: porque estou com o conceito do poder público que na verdade ele não é muito estanque como as pessoas gostam de classificar, né?

Laura: Mas ideia do projeto, do meu...

Norah: Bem ou Mal é aquele maniqueísmo né? Quem pensa o certo é isso, quem pensa errado é aquilo. Você tem que analisar a ótica do Posto de Gasolina, tem que analisar a ótica do Restaurante que tá ali...tem que analisar a ótica de cada um.

Laura: Que a proposta do projeto, é justamente essa que é fazer essa fotografia mais ao longo do tempo né? de forma que alguns atores que no começo nem existiam alinhados a uma abordagem e depois passam a uma...enfim se locomovem nesta fotografia de forma a atualizar as relações né? e os desfechos também. Mas aí sim aí você...só pra voltar um pouquinho. Você tava falando de João Braga que foi só mais no começo né? mais nessa parte de "enquanto era um viário para carros ele tava mais..." ou não? foi isso que eu entendi?

Norah: Não... na verdade. Eu nem lembro mais...porque na verdade eu saí um pouco do processo depois que vim embora pro conselho da cidade mas assim...eu lembro bem dele no início nesse sentido, sob a ótica de

Laura: Dos carros.

Norah: ... fazer um pouco a defesa. De se permanecer o viário como uma via e não como uma passagem como de certa forma ficou só pra uma urgên...Mas não, mas de fazer um viário que desafogasse o trânsito que era a justificativa na captação do recurso, era essa.

Laura: Entendi.

Norah: Que era uma via para desafogar o trânsito da Rui Barbosa. Isso tá lá. No projeto bem lá de trás. entendeu? é a justificativa e aí ele fala que foi pra lá defender essa justificativa original do projeto

Laura: Aí fora a URB, fora Braga, fora SMAS...tem mais alguém que..num sei se...

Norah: Existia sim uma certa...O Instituto da Cidade Pelópidas Silveira mas era mais uma queixa de que esse projeto não estava lá dentro e que devia ter sido lá. Porque é o órgão de planejamento da cidade. Através de uma visão mais de cidade...

E não só sob o ponto de vista do ambiente, né?

Laura: do Parque né? Do parque como um todo

Norah: Exatamente e eu até concordo sabe? Quem teria que pensar o planejamento da cidade é o órgão de planejamento com todas as visões ---integração das diversas políticas.

Laura: Mas se eu não me engano, o Pelópidas voltou com mais força assim...essa discussão já tava rolando nera não? Tipo assim o Pelópidas eu acho que voltou...

Norah: Existia um interesse do Pelópidas de puxar pra lá. Mas nunca conseguiu. Sempre foi dentro da Secretaria de Meio Ambiente

Laura: Entendi

Norah: Ele acontecia o diálogo como acontecia em todos os órgãos. Quando foram lá pra URB pra apresentar, foram lá no Pelópidas pra...mas o protagonismo, a coordenação, as dire...eram da secretaria de meio ambiente e a vinculação com a Universidade, com o convênio..com a Universidade.

Laura: Mas achas que isso assim teve um impacto positivo no sentido de ...positivo no resultado eu to falando assim de...ter conseguido aprovar esse projeto porque de certa forma Romero era o pai da ideia vamos dizer entre aspas. Porque por exemplo se tivesse ido pro Pelópidas...to fazendo uma simulação aqui meio na doida mas, por exemplo, se tivesse ido pro Pelópidas o Parque de certa forma não tinha nascido no Pelópidas entendeu? Será que o Pelópidas tinha sustentado ou não? isso tudo pra entender o papel da SMAS na persistência do projeto alí, naquela região? Entendesse?

Norah: É talvez não né? até porque como lá quem tá na Secretaria de Meio Ambiente tem mais uma visão da preservação da natureza e da autorização de forma mais sustentável dessa natureza que a gente tem, do nosso natural né? talvez fosse mais difícil mas não sei. Confesso que não tenho...porque acho que depende. As vezes...tem outros elementos né? que envolvem analisar isso. Aí vai depender de quem está lá no Pelópidas no momento, da força política dessa pessoa junto a gestão...Porque tudo isso é...interfere né?

Laura: Isso, isso. E só pra finalizar então agora Norah, já que eu emendei pra o poder público é...Como é que você analisa de uma forma geral, você falou em até outras situações no papel de mediador né do poder público e a gente tem que considerar o poder executivo da coisa no final da execução tá com vocês de certa forma é...

Norah: É tá lá mesmo na URB né? tá com a gente só que eu sou de outra diretoria hoje. Eu to numa diretoria que faz só a parte de integração urbanística dos projetos junto com a sociedade né? Mas a execução da obra é dentro da URB

Laura: Mas..como é que você avalia assim no caso Graças especificamente o papel do poder público? Foi atípico? não foi atípico? foi reativo? foi...enfim como é que você resumiria esse papel do poder público? Você falou que no começo era muito...tinha conflitos internos mas aí depois de certa forma teve um desfecho mesmo que tenha desagradado a algum ponto, algum grupo e tal..teve o desfecho que foi o prefeito assinar a ordem de serviço né? para aquele projeto do parque. Então como é que você resume assim o papel do poder público nesse caso das Graças?

Norah: Olhe...veja só... eu acho que o poder público fez o seu. Ele cumpriu o seu papel. Ele entrou, encontrou um projeto. Porque a gestão encontrou um projeto com recurso captado e foi fazer a obra conforme havia sido captado né? e houve uma reação da sociedade e eu acho que ele teve abertura suficiente pra voltar atrás depois de tudo já no ponto de vista...no ponto de vista de alguns avançado que não deveria mas ele fez. Ele cumpriu o seu papel. Disse: "Não adianta eu ter um dinheiro se não é isso que a sociedade quer" pela própria reação né? Então eu acho que ele cumpriu o seu papel porque o papel do prefeito não é fazer o que ele acha que é melhor pra cidade, né? É fazer o que os cidadãos...ele foi eleito por isso mas ele...as vezes muitos grupos dizem: Porque num sei quem acha... Porque que ele o chefe do executivo quem decide? Porque ele é que foi eleito, ou seja, ele foi a pessoa que teve milhões de votos pra estar alí naquela cadeira então na democracia ele representa a vontade do povo.

Laura: Hurum

Norah: Né? então se ele foi eleito ele tem que saber ouvir aquela sociedade que o elegeu e eu acho que ele cumpriu o papel dele. Ele voltou atrás e foi...abriu o debate ouviu todos os lados, ele não só ouviu o grupo das Graças, os moradores das Graças. Ele não atendeu tudo o que se queria. Porque existiam outras visões também.

Laura: Hurum

Norah: e acho que ele mediou de fato e fez um meio termo. Ele fez muito mais no conceito, conceitualmente no parque Capibaribe mas com alguns elementos de cidade, que aquela parte tava incluído na cidade, ele não seria um parque privado pra alguns que era o conceito dos moradores das Graças. Da maioria, mas é claro que ali dentro tinham pessoas também que tinham essa visão mais aberta né? Não to dizendo que são todos, tá entendendo? Como também não são todos na prefeituras mas assim eu tenho que pegar o todo né?

Laura: Sim sim

Norah: A gente tinha um projeto antigo dentro da prefeitura...Isso aí o prefeito tem que assumir que não era um projeto que foi aceito né? e ela recuou, ela ouviu. Eu acho que ela cumpriu com o papel dela de mediar uma vez...como o poder público ele foi positivo nesse projeto entendeu? ele ouviu todos os lados. ele adiou e viu, que eu acho que é esse o papel da prefeitura. Olhe deixe eu lhe dar um exemplo, Laura. Tinha um prédio lá eu não me lembro o nome dele... que ele avançou, que ele construiu coisas, guarita, negócios de carros...

Laura: Quadras, não era quadras não?

Norah: Quadras. Era uma quadra, tudo ali na área edificante e ele não queria recuar de jeito nenhum e ele sabia...porque quando ele provou que a gente foi na regional e pegou a planta dele. Tá lá marcado. A reserva diária não edificante. Ele construiu com risco próprio mas ele sabia que o projeto dele não foi aprovado com aquilo, entendeu? Então as vezes a gente tem muito hábito de dizer "não porque a população pobre constrói e sabe que é irregular e tá aí tudo morrendo". Sim veja o motivo que aquela população pobre faz é pra sobreviver, pra conseguir morar perto do trabalho. É porque não tem outra alternativa. Porque no poder público não tem uma política de moradia, de mercado...que ele possa... que ele acesse. Que ele tenha condição de acessar. Então ele não tem outra forma de acessar a não ser invadindo. e construindo pra morar. Ele não vai ficar no meio da rua, né? Como ficam alguns que não conseguem. Mas aquele não, aquele é de uma família que estudou, que foi pra escola, de classe média, que aprovou, que sabia...então muito mais irregular. No meu ponto de vista

Laura: Sim, sim.

Norah: Porque ele tinha todo o nível de consciência de que ele tava fazendo errado.

Laura: Hurum.

Norah: E foi muito difícil, muito difícil essa relação, entendeu? e Eram os moradores das Graças que todo mundo as vezes...as pessoas de forma muito ideológica né? assim sem muita reflexão sobre os fatos se parar para refletir. Era assim...ele são..tem ideias maravilhosas e o poder público...

Laura: e essa articulação, com por exemplos os prédios que tinham invadido a área da reserva foi feita pela prefeitura ou a associação de alguma forma entrou? o parque entrou..foi

Norah: A prefeitura sozinha. URB com Braga. Braga inclusive contribuiu muito nesse processo de que ele tem que sair de lá. Aquela área não é dele, é pública. Por que assim eu vejo assim um lado positivo. Para livrar a área para que se pudesse executar o projeto. Teve uma reunião, lembro como se fosse hoje, teve uma reunião lá com Braga com os empresá...com os...os síndicos..acho que eram os síndicos dos prédios, os proprietários todos...a gente....Eu fui, eu participei dessa reunião. Essa eu tava presente, onde a gente chamou, levou as plantas da regional mostrando que ele tava errado, que ele ia ter que recuar, que ele ia ter que sair...entendeu? Houve todos essas articulações...e aí é o papel mesmo do poder público garantir que aquela área que tá ocupada de forma irregular seja devolvida pra cidade né?

Laura: Ainda mais sob aqueles termos né? de como você falou...de ser área de lazer do prédio ou coisas que enfim...

Norah: Claro, exatamente. aí foi quando exatamente ficou até como quadra mais aberta num foi? eu nem me lembro mais como foi que ficou...parece que foi.

Laura: Eu também não.

Norah: É...Eu acho que ficou... é porque depois eu saí e foi...não sei se teve mais alguma alteração. Confesso que nem me lembro mais mas Rúbia deve saber bem melhor hoje o que é o projeto, porque hoje tá sob a coordenação dela. Ela, inclusive ontem, estava super estressada em uma reunião sobre isso. Essa obra, sobre esse projeto. Porque um problema difícil que a gente enfrenta é esse, a questão da qualidade do projeto que a URB recebeu e tem que executar, entendeu? e ela como diretora de projetos fica de certa forma levando assim toda a responsabilidade sobre o projeto mal feito e que na verdade ela recebeu enquanto URB de outro órgão da secretaria, da prefeitura

Laura: Entendi

**RAQUEL MENESES – arquiteta e urbanista da equipe técnica do parque Capibaribe
(Entrevista em 13 de julho de 2019)**

Laura - Deixa eu te explicar. Meu mestrado, inicialmente, ia ser mais focado no Parque mesmo, na parte de comunicação e tal e, até conversando com Rodrigo, desde o início, assim, desde que eu comecei as aulas eu já tinha revisto isso e... Minha orientadora trabalha muito com a história de análise de redes e tal e aí a gente tinha tirado o foco um pouco do Parque e passado para... Como eu tava querendo trabalhar direito a cidade, especificamente, passado pra os moradores das Graças, que envolve um pouco a parte de comunicação, porque eles tinham uma mobilização forte pelo Facebook durante o processo de negociação todo lá com a Prefeitura, mas extrapola um pouco isso, sabe? Porque tinha muito aqueles eventos que eles realizavam, que vocês também realizaram lá, *workshop*, enfim, reunião com Prefeitura... Tudo isso extrapola um pouco da parte só digital da coisa e deixa tudo um pouco mais complexo. O objetivo, assim, basicamente, do projeto é mapear, tanto que a metodologia se chama Cartografia da Controvérsia, que é mapear essa controvérsia pra entender como é que os agentes, como é que os atores envolvidos, pessoais, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, nesse caso é mais pessoas jurídicas, na verdade, tipo, Parque Capibaribe, Prefeitura, associação de moradores, mídia, enfim. Como é que ao longo do tempo isso se comportou pra que chegasse a esse resultado, que é o projeto do Parque naquele trecho específico, que não ia ter, né?

Raquel - É, não ia ter.

Laura - Então é mais ou menos acompanhando esse percurso... Por isso que eu preciso desses vários olhares, entendesse? E até pegando, não explicitamente comparando, mas pegando como exemplo mais famoso que a gente tem no Recife, a questão do Estelita, o trecho das Graças foi uma coisa muito mais... Teve muito menos visibilidade e no final das contas chegou-se a um resultado que agradou todo mundo, entendesse? Então, um pouco entender essa dinâmica. Como é que aqueles moradores... E aí isso já é a segunda parte, depois de mapear tudo, até que ponto, se e como a articulação deles contribuiu pra esse desfecho, sabe? Exemplifica um pouco a história do direito à cidade e tudo mais. Claro que considerando todas as particularidades de não ter... De, assim, ser o dinheiro público, não ser exatamente mercado imobiliário, até a questão dos privilégios dos moradores mesmo, classe média-alta, enfim. Tem todas essas coisas que a gente vai ponderar, mas, de qualquer forma, o importante pra gente é entender como que foi esse processo do começo até chegar na concretização do Parque, né? Aí, pronto, assim... Tu é moradora de lá, não? Das Graças.

Raquel - Não. Não sou moradora não. E...

Laura - E quando foi que... Eu posso começar ou tu tens alguma consideração?

Raquel - Não. Assim... É só que eu queria te dizer que foi aquilo que eu coloquei: eu não participei desse processo intensamente no começo. Na primeira etapa, que foi a etapa que teve mais discussão com os...

Laura - Ficou meio... Tu fugiu um pouquinho. Aí tu dissesse que não participou do começo... Eu perdi um monte de coisa que tu falou. Tu dissesse que não participou do começo...

Raquel - No começo mesmo, nos primeiros momentos de diálogo, (**corta - não entendi bem**) intensamente da discussão com a associação. Era Luís Carvalho que tava à frente desse diálogo, né? Ele tava à frente do setor de projetos e aí ele que tava à frente disso. Quando eu entrei... Assim, Luís saiu pro doutorado e eu fiquei no setor de projetos, já tava perto da gente entregar o projeto executivo, então tinha um diálogo que se mantém até hoje e foi menor, né? Tem sido menor. Aí, assim, eu queria deixar isso claro pra tu porque eu não tenho tantos detalhes da primeira parte.

Laura - Não, se for o caso eu tento falar com Luís também.

Raquel - É, acho que é melhor tu tentar falar com ele.

Laura - É, porque na verdade o que eu tô fazendo é um quebra-cabeça, né? Tipo assim, teve gente da associação que também só tava no começo e não tava no final... Enfim. Eu vou ter que fazer um pouco esse quebra-cabeça. Até certo ponto não vai dar pra falar 100% de todo mundo que todo mundo indica, mas pelo menos os estratégicos eu vou montando o quebra-cabeça, assim, sabe? Tu lembras quando foi que tu começasse a participar dessa discussão?

Raquel - Da discussão, mais intensamente... A gente tá em 2019, né? Eu acho que foi em 2016, 2017.

Laura - 2017 foi quando foi assinado, né? No final... Acho que em Julho... Junho ou Julho, o termo pela Prefeitura. Aí...

Raquel - A licitação?

Laura - É... Foi.

Raquel - A primeira licitação foi em 2017?

Laura - Foi, que foi aquela assinatura daquele termo de serviço que foi lá nas Graças mesmo, ali perto da... Ai meu Deus, onde é? Final da Rua das Pernambucanas.

Raquel - O lançamento da obra?

Laura - Isso.

Raquel - Ali eu já tava. Já tinha sido licitado e eu já tava um pouquinho antes, porque... Aquilo dali eu acho que foi no começo do ano, não foi? A licitação aconteceu acho que no finalzinho do ano.

Laura - Foi, no finalzinho do ano. Acho que em dezembro, de dezembro pra janeiro, mais ou menos.

Raquel - Pronto, aí na metade do ano anterior daquela cena ali eu já tava responsável pelo projeto.

Laura - E aí, como era tua dinâmica com os moradores e com a Prefeitura? Assim, em que posição tu tava? Dialogava com os dois ou só mais com os moradores? E o que é que tu tinha em mão, assim, pra fazer? Qual era tua missão?

Raquel - Então, a primeira etapa, a gente tava mais na parte de estudos urbanos e eu acompanhava o que o pessoal de projeto tava tendo discussões constantes com a associação de moradores, né? De chegar e sentar junto e fazer desenho, junto com a associação. Depois que foi aprovado, um desenho... Foi conceituado um desenho entre o Parque, a URB, a Prefeitura e a associação de moradores, aí a gente passou pra etapa de projeto executivo, e quando eu entrei a gente já tava nesse projeto executivo sendo preparado pra licitação. Então já havia um desenho consensuado, mas que a gente continuava em diálogo com a associação de moradores, porque nessa etapa de construção de projeto, nem todo mundo participava. Então, aconteciam alguns eventos da associação que a gente ainda ia apresentar o projeto e ficava, assim, tinha discussões pra explicar melhor. E nesse tempo, também, começaram a fazer aquele café da manhã das Graças.

Laura - Sim, nas calçadas...

Raquel - E daí a gente sempre ia pra poder ficar lá disponível, né? No primeiro que a gente foi, a gente apresentou o projeto também, porque era um público diferente que ia pras reuniões, que eram normalmente à noite, e tinha outro público que iam pra esses cafés da manhã. E aí a gente foi... De primeira a gente fez uma apresentação e depois a gente passou a ir só pra estar lá e estar disponível pra quem tivesse alguma pergunta.

Laura - Rapidinho... Isso de vocês participarem era uma demanda deles ou foi uma iniciativa de vocês, como foi? Foi orientação da Prefeitura? De onde partiu essa história de vocês estarem disponíveis pra comunidade?

Raquel - **O Parque já tinha** demanda da associação de moradores, porque eles entenderam que no projeto do Parque Capibaribe, a equipe que tava trabalhando foi um meio de viabilizar o que a associação de moradores queria. Na época, a gente viu que o projeto tava pra sair, a rua tava pra sair, daquelas quatro faixas, mas a gente como projeto da Prefeitura, a gente não podia ir de encontro, tipo fazendo protestos, mas a gente argumentava que aquela área era uma área que também tinha sido determinada como uma área de parque pela Prefeitura. Então a gente questionava a prefeitura por esse lado, por essa incoerência, porque era uma área que tinha acabado de ser definida como uma área de parque, e onde a gente trabalharia, e ao mesmo tempo a Prefeitura tava se preparando pra fazer uma obra...

Laura - Completamente contraditória.

Raquel - É isso. Então a gente questionava por esse lado e ao mesmo tempo a associação de moradores questionou porque eles não queriam aquela via passando ali. Então houve essa organização dos moradores, mas aí o Parque veio como instrumento pra poder tornar viável o que eles queriam, né? Que era barrar esse viário, ser esse elevado por cima do rio. E aí, nos diálogos, a Prefeitura, como já tinha o projeto do Parque, eles entenderam que era incoerente, só que tinha uma dificuldade que era a questão do recurso, que o recurso que tava disponível pra execução dessa obra, das quatro faixas na Beira-Rio, era pra um sistema viário novo na cidade. Não era nem...

Laura - “Novo” no sentido de que não podia entrar no meio do Parque... Vamos dizer: ser uma parte do projeto do Parque, teria que ser uma coisa completamente diferente. É isso?

Raquel - Não, tinha que ser uma rua nova criada na cidade.

Laura - Ah, entendi.

Raquel - Não podia ser uma recuperação de vias que já existissem. Então, o projeto que foi aplicado e foi liberado recursos para, era pra criação de um viário novo na cidade. E aí... Assim, a Prefeitura disse que não tinha como reverter isso e que se o INCITI conseguisse, junto ao Ministério das Cidades e junto a Caixa, fazer esse convencimento de substituição de projeto, a Prefeitura tava de acordo. Que o único empecilho que tinha era esse, era o Ministério das Cidades, que era o dono do dinheiro, fazer essa mudança de rubrica.

Laura - De projeto.

Raquel - Que nem era de rubrica, né? Era aceitar que dentro dessa rubrica fosse construído um projeto diferente. E aí...

Laura - É, porque no final ficou como uma via diferente, né? Tipo... Não passa carro lá?

Raquel - Ficou, mas ela não ficou contínua. Tem trechos que não passa carro ainda. E aí a gente preparou o projeto, ele foi apresentado na Caixa, aqui, e daqui, depois, o pessoal lá do Parque foi apresentar em Brasília, no Ministério das Cidades.

Laura - Então foi o próprio INCIT que articulou essa questão da mudança do projeto?

Raquel - Isso. Quem fez a defesa foi... Lógico que teve um encaminhamento da Prefeitura, né? Porque eles que tinham os contatos já das pessoas, então faz o contato, vai apresentar pra não sei quem, mas quem fez a apresentação, a defesa, a justificativa, foi o INCITI.

Laura - Entendi.

Raquel - E aí foi pra Brasília, apresentou e teve uma aceitação. Eles disseram que tava ok, que...

Laura - O Ministro das Cidades, nessa época, desculpa... Era Bruno Araújo?

Raquel - Era Bruno... Bruno Araújo. E aí ele aceitou, tava tudo certinho, tava ok, só que isso não foi pro papel.

Laura - Oxente, como assim?

Raquel - Pois é, não foi pro papel e isso era uma preocupação enorme da gente, né? Assim... Tá, aí quando o projeto finalmente a gente preparou todo o projeto pra licitação e tudo, mas quando chega na Caixa, a Caixa começa a barrar, porque...

Laura - Essa defesa foi em 2016? Com o Ministério das Cidades. Tu lembra?

Raquel - Foi na primeira licitação. Eu não tenho certeza não, mas acho que foi.

Laura - Eu recupero, eu recupero...

Raquel - Foi um pouquinho antes da primeira licitação. A primeira licitação foi em 2016, então foi um pouco antes. Tipo meio do ano também. Eu sou péssima de datas, viu, Laura?

Laura - Nem se preocupe...

Raquel - Eu até lembro dos fatos mas das datas...

Laura - Não, mas tu me dando as referências é mais fácil de eu desenrolar. Entendesse? Vai, diz.

Raquel - Então, um pouquinho antes dessa primeira licitação e o Ministério liberou, mas não colocou isso em nenhum papel, isso não foi formalizado. E quando chegou na Caixa, só pra Caixa realmente autorizar a obra, que isso já é um pouco depois da licitação, a Caixa começa...

Laura - Ela começou a botar defeito.

Raquel - É, começou a colocar empecilho. Nenhum dos técnicos quis assinar, porque eles disseram que não podiam se responsabilizar por uma coisa que era completamente diferente do que tinha sido aprovado o recurso. O recurso era pra uma obra de pavimentação e o que acontecia era que a gente tinha, dentro do montante do orçamento inteiro do projeto, a gente tinha que ter pelo menos 60% de obras de pavimentação.

Laura - Entendi.

Raquel - E a gente tinha, só que o entendimento deles... A gente construiu o projeto todo dentro disso, só que o entendimento deles de alguns elementos, era diferente do entendimento da gente. Tipo, a gente precisava fazer uma contenção no terreno pra poder passar a via de carros, em alguns trechos, e essa contenção era essencial pra que o viário fosse construído, mas eles não entendiam contenção como parte do viário e eles não entendiam a contenção como parte do essencial. Isso quebrava a conta, né? Que a gente precisava apresentar pra eles e ninguém queria assumir, nenhum técnico. Nenhum técnico queria assumir isso, porque disseram que pelo *check list* lá que eles tinham que seguir, eles iam de encontro a esse *check list* e que eles podiam colocar o pescoço deles na força, né? Que eram eles que iam ter que responder por isso depois. No fim, Bruno Araújo saiu, a obra foi licitada, Bruno Araújo saiu, o outro ministro que entrou, não lembro quem foi mas a Prefeitura começou uma super articulação lá pra conseguir um documento oficial, e finalmente conseguiu, e a Caixa liberou o recurso. Mas isso demorou muito. Demorou tanto que a empresa que tinha sido contratada acabou pedindo pra sair.

Laura - Teve uma história das fundações também, não foi?

Raquel - Teve isso também. O que aconteceu? O projeto que a gente fez, apesar de ter sido alertado muito à URB que a gente não tinha os dados necessários pra fazer o projeto corretamente, a URB optou pelo prazo que tinha pra licitar a obra e não contratar novos estudos, de topografia e de sondagem, e os estudos que a gente recebeu de base eram os mesmo estudos que foram feitos pra o elevado. Só que, assim, o nível de detalhamento pra você construir uma pista elevada assim sobre o rio é muito menor do que pra gente fazer um parque que tava (...). No máximo um terreno existente e a vegetação existente. Então a gente precisava de um detalhamento maior, de como tava o terreno, de como tava a estruturação do solo, o funcionamento da vegetação, e a gente não teve esse detalhamento, né? Esse levantamento topográfico e sondagem que a gente precisava, com o detalhamento que a gente precisava. E aí o projeto foi feito com base nesses dados, mesmo a gente alertando que não era o correto. E quando a empresa começou a trabalhar, a primeira estaca que ela cravou já teve que ser 50% maior do que previsto pelo projeto. Então tava previsto uma estaca de vinte metros e eles tiveram que cravar uma de trinta. E aí isso já acendeu o alerta deles. E junto com a situação de que a Caixa não tava liberando o recurso, eles disseram que não tinham como sustentar a obra, né? Eles ficaram receosos dessa situação da incoerência dos dados e também não tavam recebendo recurso nenhum. A empresa era uma empresa pequena, não tinha como se segurar, também tava naquela época que ainda estamos hoje, né? Já tinha começado essa recessão. As empresas grandes, nenhuma se colocou pra participar da concorrência, foram só empresas pequenas, essa que ganhou, por sinal, era um consórcio de três empresas pequenas e que não tinham experiência, também, no tipo de serviço. E aí eles optaram por rescindir o contrato. E aí nesse momento que teve a rescisão de contrato, a gente... Assim, nesse caminho todo, a associação de moradores tava perguntando e eles sempre cobravam que a gente tivesse junto das discussões, tanto com a URB quanto com a associação dos moradores, pra poder explicar pro resto dos moradores do bairro o que tava acontecendo. Inclusive, eram eles que cobravam muito da URB que a gente tivesse presente, porque em muitos momentos a URB marcava reunião só com eles. E eles também cobravam que o INCITI tivesse presente pra poder ter o controle técnico do que eles tavam falando, né? Havia uma relação de confiança...

Laura - E também pra não ficar num telefone sem fio, né? Tipo... A URB diz uma coisa pra vocês e diz outra pra eles, sei lá, tipo... Né?

Raquel - É, pode ser. E aí eles cobravam muito isso. Mas aí, o que aconteceu? Nesse momento que a empresa rescindiu, foi um momento também que a Caixa finalmente liberou um documento oficializando a substituição do projeto...

Laura - E o que é que fez? Rapidinho... O que é que fez os técnicos da Caixa mudarem de ideia? Porque eles não tavam querendo assinar e depois eles assinaram.

Raquel - Não, foi o Ministério das Cidades que liberou um documento...

Laura - Endossou.

Raquel - É, exatamente. E aí a responsabilidade não é mais dos técnicos, porque a Caixa, na verdade, ela era tipo um fiscal só. A responsabilidade dela era só de fiscalizar se o dinheiro tava indo pro lugar certo. O dinheiro é do Ministério das Cidades. Quando o Ministério das Cidades diz “não, tá ok, a gente aceita...”

Laura - Voltou, voltou. Tinha caído.

Raquel - A responsabilidade volta pro Ministério das Cidades quando eles endossam, fazem um documento assumindo que aquele é um projeto aprovado.

Laura - Entendi.

Raquel - E aí a gente (não entendi - corta) ter que licitar tudo de novo, então a gente bateu o pé de tentar fazer a coisa direito dessa vez e contratar uma topografia adequada pro que a gente precisava e os estudos de sondagem de novo. E aí foi um tempo maior que foi necessário, porque a gente teve que refazer o projeto, né? E foi mais, sei lá, oito meses de trabalho até que fossem feitos todos esses estudos e a gente pudesse ajustar o projeto nas condições adequadas do lugar.

Laura - Isso foi depois que ele já tinha assinado, né? Isso já foi depois, assim, já tava...

Raquel - Isso. É. Eu não lembro exatamente o ano, mas eu acho que foi o ano passado, a gente trabalhou no primeiro semestre do ano passado, que foi 2018, nesse ajuste de projeto, e esse documento da Caixa... Da Caixa não, do Ministério das Cidades, ele foi liberado no segundo semestre de 2017. Que foi mais ou menos quando a empresa que tinha sido contratada também rescindiu. Ela rescindiu no final do ano, acho que em novembro... E em dezembro a gente começou as reuniões pra poder refazer o projeto, com a empresa que foi contratada pela URB, com a URB e com a associação de moradores, em dezembro de 2017. Aí, o que aconteceu, teve alguns ajustes no projeto, porque aí a gente tinha outros detalhes que a gente precisava considerar, a gente teve que fazer alguns ajustes pequenos. E aí a gente já conversou também com a associação de moradores sobre alguns pontos, se apresentou de novo o projeto e discutiu coisas, tipo... Pra execução, a gente ia ter que ter uma remoção de vegetação muito grande, então tinha área que a gente tava... Pra compensar isso, tinha área que a gente tava com mais pavimento e que a gente acabou diminuindo pra compensar essas áreas que ia ter supressão de vegetação, então a gente já aumentou a área de solo natural no projeto novo. Um outro ponto: eles ainda tavam muito receosos era com relação às passarelas que a gente tavam propondo sobre as pontes, pra conectar com a Cabunga e com aquela área junto da Toyolex, ali, junto com o Museu do Estado.

Laura - Eles tavam com medo da segurança?

Raquel - Isso. Aí a gente optou por tirar nesse momento. E aí quando os outros trechos tivessem... O que a gente negociou foi isso: quando os outros trechos tivessem prontos, então essas passarelas seriam instaladas, a gente reavaliaria a situação, ao invés de fazer agora sem ter segurança de que os outros trechos seriam construídos agora. E reapresentamos o projeto... A gente aumentou também a Rua das Pernambucanas, que antes o projeto ele ia só até uma parte, só até a Rua das Graças. A gente ampliou a requalificação da Rua das Pernambucanas até a Rua das Crioulas. E teve outro ponto que a gente conseguiu, que a gente não tinha conseguido antes, no primeiro projeto, que era a relocação da estação elevatória da Compesa, que tem uma estação elevatória de esgoto ali bem no final das Pernambucanas.

Laura - É, que foi ali onde ele assinou o termo, né? Naquela área.

Raquel - Isso. Que era uma coisa que a gente sempre batia e o pessoal das Graças também, mas que a Prefeitura achava que não era necessário mexer, porque aí é muito complicado a situação da Compesa e a gente conseguiu, finalmente, fazer essa articulação com a Compesa e viabilizar essa troca de lugar.

Laura - Essa requalificação que tu fala das Pernambucanas, é naquele espírito de "Via Parque"? Aquela história das calçadas, da iluminação... Enfim, de ter a cara do Parque? É isso?

Raquel - Isso.

Laura - Aí vai aumentar as calçadas...? Quais são os parâmetros aí do...?

Raquel - Então, como a gente não tem muito espaço naquela rua, (não entendi - corta) a gente conseguiu colocar mais canteiro, mais arborização e fazer uma uniformização e nivelar as calçadas, né? Porque tem uma parte que era toda desnivelada, né? Você sobe escada, sobe rampa... E a gente conseguiu nivelar isso e colocar mais árvores em algumas partes que não tinham muito sombreamento, mas a gente não conseguiu alargar muito as calçadas. No trecho final a gente conseguiu alargar, naquele trecho inicial a gente não conseguiu porque tinha que passar ônibus também, tem um fluxo de carro

muito grande. A gente conseguiu que fosse colocado como zona trinta, a gente elogiou com a CTTU também pra colocar como zona trinta, pra poder fazer compartilhamento com bicicleta.

Laura - Ah, com bicicleta... Entendi. Agora aquela história da Compesa ali é cruel mesmo, porque teve uma época que era obra atrás de obra nas Pernambucanas, não só aquela parte da estação, que é realmente um lugar muito inviável pra vocês, né? Tipo, termina comprometendo pra quem vai fazer o projeto pra lá, mas a via mesmo, assim... Teve uma época que a Compesa “rasgou” a rua toda e ficou lá, sabe? Ai meu Deus, lembro demais... Mas vai, diz.

Raquel - Mas, assim, além disso tinha uma complicação que aquilo dali agora ia ficar no meio do Parque, né? E assim, dia sim, dia não, pelo menos, eles vão lá e abrem aquele cestinho de esgoto pra lavar. Aí a gente... O que a gente colocava? A gente vai tá no meio de um Parque, criança correndo e brincando e de repente vai chegar um caminhão da Compesa, tirar esse cesto de esgoto pra limpar e deixar tudo sujo aí. Como é isso, né? Não dialoga. Os dois usam e não dialogam. E aí a gente conseguiu, finalmente, fazer essa relocação também. A gente apresentou de novo o projeto pra associação das Graças, depois que a gente acabou esse ajuste, apresentou lá na URB e apresentou numa reunião da associação, lá nas Graças mesmo, a obra foi licitada de novo, tá andando bem lentamente e a gente tem ido visitar a obra. Assim, no ritmo... Tá um ritmo muito lento, porque agora a construtora que ganhou, ela tá propondo um novo formato de execução. O que aconteceu? Quando a gente fez o primeiro projeto, a gente propôs que a execução da obra fosse por água, que fossem locadas... Que fossem usadas balsas, pra que não tivesse estrutura dentro d'água, que a gente tem algumas passarelas, algumas áreas de aterro... Que isso pudesse ser feito por água, porque quando é feito por terra, a gente tem que fazer muito mais aterro e tem que ter muito mais supressão de vegetação. Então a gente propôs que fosse feito por água pra poder diminuir esse impacto. A URB não aceitou porque disse que era um tipo de execução que eles não tinham no *hall* e que, como tem muita descontinuidade de repasse de verba pras construtoras, se acontecesse deles locarem uma balsa e tivesse descontinuidade, eles iam ter que ficar pagando aluguel dessa balsa enquanto ela tivesse parada. Então eles teriam um custo maior nesse ponto. E aí, optaram por mudar o plano de execução que a gente tinha proposto e contrataram um outro engenheiro pra fazer outro plano de execução por terra. (**não entendi - corta**) Esse construtor que ganhou, na segunda licitação, ele identificou que seria mais barato e menos danoso fazer a execução por água e aí ele fez essa proposta à URB. Então, assim, a diminuição do custo da obra seria de aproximadamente 30%, pra fazer essa execução por água.

Laura - “Danou-se”. Muito.

Raquel - É. E aí ele tá nessa conversa lá com a URB, só que a URB diz que não pode aceitar porque eles fizeram uma licitação e eles defenderam esse formato junto ao Tribunal de Contas, à Caixa, e agora que fizeram uma licitação e que só essa empresa se apresentou, se eles chegarem agora e mudarem o formato de execução, eles vão estar sujeitos a processos, tanto do público como do privado, porque eles licitaram de um jeito e agora se eles mudarem eles tão sendo incoerentes.

Laura - Justamente.

Raquel - É, exatamente. E aí tá nessa discussão, aí a obra tá lenta por causa disso. O construtor coloca que é mais fácil e mais barato e a URB não tá muito propensa a aceitar essa mudança.

Laura - Quem da URB tá na frente disso? É Norah... Quem mais?

Raquel - É Rubia.

Laura - Rubia. Norah é da URB também, não?

Raquel - Rubia é... Eu acho que Norah não tá mais diretamente na URB, viu? Quem tá responsável pela URB é João Alberto.

Laura - É, mas João Alberto acho que não participou desde o começo mesmo não, né? Ou participou... Não sei.

Raquel - Não, não foi desde o começo não. Ele entrou na segunda gestão de Geraldo.

Laura - De Geraldo. Entendi. Raquel, pelo que tu pegasse, assim, todo esse passo a passo, porque tudo é uma coisa pra deliberar, né? Aí volta pra associação... Tipo assim, a associação sempre esteve presente, o Parque também desde que começou, que foi ventilada essa ideia de abarcar o Parque, também sempre tá envolvido e... Enfim. É um processo como você mesmo disse, lento e complexo, porque vai e volta, aí o dinheiro, a licitação, o documento... Nesse processo todo, o que é que você acha que foi... Eu sei que você não tava diretamente com eles nessa época, mas... “Decisivo”, você falou assim do Parque como um instrumento e também da presença sempre da associação, mas o que é que você acha que foi decisivo pra que fosse mudado o projeto realmente, pra que tirassem o viário e resolvessem optar pelo Parque? Você falou mesmo que o próprio Parque já questionava a Prefeitura mas não tinha tanto, vamos dizer assim, poder de veto, sei lá se a gente pode usar essa palavra. Por outro lado vocês tinham todo o acervo técnico, enfim, o contato dos dois lados como você...

Raquel - O contrato pra fazer o Parque, também, né?

Laura - Isso. E também vocês tavam entre os dois, né? Tipo assim, sempre entre, como você falou, a associação sempre queria vocês presentes nas reuniões, então vocês estavam diretamente com a URB e diretamente com a associação. Nessa dinâmica, o que é que você acha que foi decisivo, assim, pra esse desfecho?

Raquel - Eu acho que o “*start*” mesmo de tudo, o que pesou, foi a presença da associação de moradores, que foi eles que articularam muito e eles realmente fizeram um trabalho... Enfim, foi constante, né? Muito intenso. De buscar esse diálogo com a Prefeitura e de trabalhar pra essa substituição. Se fosse o Parque sozinho, eu acho muito difícil que naquele momento a gente tivesse conseguido.

Laura - Mas também se fosse eles sozinhos e não tivesse a alternativa do Parque, eu também fico... Lógico, a gente nunca vai saber, mas assim...

Raquel - É. Não, se não tivesse nesse movimento mesmo da Prefeitura de já ter contratado o Parque Capibaribe, de ter tido essa decisão de fazer... Se não tivesse nesse movimento todo de sustentabilidade ambiental, que a Prefeitura, assim, pelo menos no discurso, e com algumas ações e alguns contatos eles tão trabalhando nisso, realmente eu acho que seria bem difícil, mas por outro lado, assim, se tivesse só o Parque Capibaribe, eu acho que seria muito difícil a gente conseguir também, porque também teve um movimento contrário muito grande. A gente teve reunião com, tipo, dono de posto de gasolina que veio questionar, aí a gente foi chamado lá na URB pra uma reunião com o dono do posto de gasolina da Rua Amélia, porque disse que já tinha um projeto aprovado, que era terreno dele, que aquilo ia acabar com a vida dele... De vez em quando chegava um, que a gente era chamado. Dono de concessionária... E “como é que vai fazer isso?”, “o ponto tava ótimo, eu tava guardando, tava contando com essa via aí...”. Então tem reação, do mesmo jeito que a gente teve lá no Baobá também. Tem reação, mas assim, o peso maior, da associação dos moradores querendo um formato diferente ali pra aquele trecho de cidade, eu acho que pesou muito. Pesou muito mesmo. Até porque naquele tempo o mercado ainda tava quente pra obra, pra construção, pra carro.

Laura - Entendi. E... É outra coisa que eu ia te perguntar... Ah, até já passou a hora que eu ia abrir essa janela, mas eu volto, não tem problema não. Você falou que vocês iam lá, né? Que eram públicos diferentes os que participavam das reuniões com a URB, por exemplo, e os que participavam do café da manhã, por exemplo. Eu sei que muitos dos representantes da associação, principalmente aqueles que iam mesmo pra reuniões com a URB, um grupo menor talvez, compôs pra arquitetos, advogados, pessoas que têm, de certa forma, conhecimento técnico pra lidar com aquela situação, mas nem todo mundo tem esse perfil. Quando você fala de perfis diferentes, vocês tiveram que... Vocês tiveram, sei lá, esse trabalho mesmo de apresentação, com pessoas que tavam totalmente por fora, como foi isso? Vocês só lidavam diretamente com pessoas como os arquitetos ou os advogados, ou tinha gente, assim,

bem aleatória que, enfim, vocês terminavam tendo que traduzir um pouco do projeto pra eles? Como foi esse contato com esses diferentes públicos que tu falasse?

Raquel - Tá. Vê, quando eu falei de diferente, era... Assim, quem tava nas reuniões com a URB era sempre o pessoal da associação de moradores. E realmente é como tu disse, eram pessoas que já tinham esclarecimento maior sobre o projeto. Tinha a presidente, que era Lúcia, Fernanda tava com a gente lá... Eita, tinha outro senhor...

Laura - Aloísio? Múcio? Geraldo...

Raquel - Não. Não era Aloísio e nem era Múcio. Era um senhorzinho que mora lá na Beira-Rio, naqueles prédios bem na beira d'água. Enfim, esqueci o nome do danado. Esses três estavam sempre presentes, certo? Fernanda, Lúcia e esse outro senhor que eu esqueci o nome dele. Enfim, lembrarei um dia. E eles sempre tavam presentes, às vezes vinha um ou outro mais, mas eram sempre eles. O que tinha diferença mais era que quando a gente fazia as reuniões à noite, da que às vezes era na Fazendinha, às vezes era ali naquele food park... Vinha um grupo de pessoas que não era o mesmo grupo que ia pro café da manhã. Tinha gente que não conseguia ir à noite durante a semana mas que conseguia ir no domingo de manhã. Então eram públicos diferentes. Mas nesses dois momentos, sempre apareciam pessoas leigas e o que a gente fazia era: a gente fazia uma apresentação do projeto, assim, não com questões técnicas como a gente discutia na URB, mas dizendo o que é que a gente tava prevendo pro Parque, né? Onde seriam os espaços, quais seriam as ruas que seriam trabalhadas, o que é que ia ter em cada lugar... E tentando colocar os pontos de referências, do bairro mesmo, e a gente passava um tempo disponível lá pra responder perguntas. Tinha gente que perguntava pra todo mundo e quando a gente acabava o momento tinha gente que chegava pra fazer perguntas mais próximas.

Laura - Mas tinha algum tipo de reação negativa nesses momentos ou era mais curiosidade mesmo? Como é que era a interação?

Raquel - Não, tinha reação negativa... Assim, tipo, gente "ah, a gente já tem essa cidade aí que ninguém consegue dar conta e vai construir mais espaço e vai ficar aí abandonado", tinha gente também que não gostava porque a gente tava tirando vaga de estacionamento, tinha gente que não queria que a gente passasse com o carro na frente da sua casa... Tinha de tudo. Teve gente que reclamou no dia mesmo lá do lançamento da obra, lá com Geraldo Júlio na Beira-Rio, teve uma mulher que tava reclamando porque no projeto prevê que no futuro seja instalado uma ponte, uma travessia de pedestres e bicicletas, entre as Graças e a Torre. E tinha uma pessoa lá protestando contra isso, que ela dizia que aquela ponte ia facilitar o acesso dos ladrões da Torre pras Graças. Entendeu? Então sempre tinha algum questionamento nesse sentido de insegurança, ou de tirar a vaga de carro... Sempre tinha. Aí isso, assim, a gente tentava rebater com os benefícios que o projeto traria, né? E que, assim, a gente colocava sempre: esse projeto não é um projeto só da Prefeitura, é um projeto da cidade, é um projeto do bairro. Foi uma luta do bairro pra que esse projeto fosse implantado, né? E aí eu acho que, como a população... A gente dizia isso, que como a população tava desde o começo disso, do projeto, a intenção era que ela permanecesse à frente desse cuidado também, né? Que não fosse só na capa do projeto, mesmo depois... Assim, durante a obra e quando tivesse construído, que a população continuasse tanto zelando pelo lugar, como também cobrando do poder público, ou quem quer que seja que tivesse o investimento e manutenção necessária pro projeto se manter. **(não entendi - corta)** Os pontos, assim, não é essa questão de ter uma ponte, por exemplo. Ok, ela vai trazer pessoas do outro lado pra cá, né? Pras Graças. Mas isso também vai facilitar a vida de quem tem alguma coisa pra resolver do lado de lá. Tem muita gente que morava nas Graças e que estudava ali no Equipe, que tinha que todo dia pegar um carro e dar uma volta gigantesca até chegar lá. Com uma ponte ali poderia **(acho que é diminuir)** bastante, né? Mas, enfim. A gente ia respondendo devagarzinho, né?

Laura - Entendi. E, mais duas coisas pra eu não tomar tanto mais teu tempo... Primeiro, eu queria que você avaliasse, assim, bem de uma forma compacta, vamos dizer assim, o resultado do projeto agora. Você falou de várias mudanças, várias etapas e esses ajustes da ponte mesmo, da passarela por baixo da ponte, enfim, licitação... Tudo isso que você falou. No final, o resultado final, como é que você enxerga

esse projeto pra cidade do Recife? Assim, quanto técnica, você tá satisfeita com o projeto? Acha que muda... Enfim, é um pouco um resumo da sua avaliação do resultado final. É isso.

Raquel - Bem, eu acho que o resultado final do projeto, que saiu, ele muda muito o perfil da área e muda pra melhor. A gente vai... É um espaço que, hoje na cidade, ele tá um espaço ou de lixo, ou de insegurança, e a gente vai criar um espaço de qualidade e realmente de uso pra cidade. Eu ainda questiono a forma de execução, mas o projeto, em si, eu acho que ele agrega muito. Como um espaço público, pra uso da cidade, agrega muito. A forma de execução me preocupa porque eu me preocupo com a questão ambiental. Tem uma agressão muito grande mas, o resultado final do projeto, eu fiquei satisfeita. Assim, dentro das condições que a gente tinha, do espaço disponível, eu acho que ficou bom. Muito bom. Mas eu sou suspeita, né? Pra falar...

Laura - É, verdade. Mas tu acha que, assim, isso foi, vamos dizer assim, um ponto fora da curva? Essa situação de convergência, como a gente tava falando, o Parque tá sendo desenvolvido ao mesmo tempo que tinha a verba do Ministério e ao mesmo tempo que tava num bairro onde as pessoas são muito engajadas e articuladas. Você entende isso como uma coisa, assim, um “Cometa Halley” que é bem esporádico ou você acha que faz parte de um movimento lento, mas contínuo?

Raquel - Eu acho mais por aí, acho que é lento, mas contínuo. Porque não é só isso, né? A gente conseguiu também e foi numa escala muito menor, fazer o projeto do Jardim do Baobá, que foi uma coisa parecida. A gente tinha um terreno que parte tava desapropriada, a gente tinha um recurso de entrave, que é tipo uma mitigação ambiental, uma multa ambiental, que dava pra cobrir aquela área. E foi também uma oportunidade. A questão é: os dois são em áreas ainda...

Laura - Desocupadas.

Raquel - Não. Em áreas que são mais ricas, né? Da cidade. Que já têm uma infraestrutura organizada. Mas aí a gente teve também a Praça Otávio de Freitas, que é ali na frente do Memorial de Medicina, que foi outra oportunidade. A gente tava trabalhando no Memorial de Medicina na mesma época que começou a obra do projeto de navegabilidade e eles tinham um projeto pra aquela praça, que a gente não foi de acordo, aí a gente propôs à Prefeitura mudar o projeto e a Prefeitura aceitou. O Estado também aceitou que tava responsável pela obra.

Laura - Isso já foi nessa segunda etapa da navegabilidade, né? Que eles...

Raquel - Não, a gente fez o projeto na primeira, só que ficou parado até agora. E aí quando chegou agora nessa segunda etapa, já não tinha mais o dinheiro que tinha antes, então o projeto teve que ser adequado pra metade dos recursos.

Laura - Que na época era Eduardo Campos ainda, né? Eduardo Campos tava vivo, eu acho. Foi logo antes dele sair.

Raquel - É. Isso. A gente fez esse projeto, lá daquela praça, se não foi 2013, foi 2014, mas só agora que saiu. E aí tá lá, executado, mas também foi outra oportunidade de casar os momentos. Mas a gente tem, por outro lado, iniciativa popular, como tem a Jardim Secreto, como tem o pessoal do Massapê e de Santa Luzia que tão trabalhando lá também na organização do espaço...

Laura - De Casa Amarela também.

Raquel - Pois é, então são vários movimentos que acontecem assim. O que tem que acontecer é ter... Assim, até agora a gente teve mais ou menos essa disponibilidade da Prefeitura, mas tem que ter alguém puxando isso e fazendo essa articulação sempre.

Laura - É, a minha dúvida é justamente sobre isso, sobre... Quando eu pergunto, assim, da população das Graças ser privilegiada, tem pessoas com conhecimento técnico e tal, é um pouco nesse sentido também de tentar entender se é um ponto fora da curva nesse aspecto, sabe? Ou se tem outras

comunidades que de repente... É uma ação muito micro, que é efetiva, não é por ser micro que não é efetiva, mas que não conversam, uma com a outra. E de repente, vocês, enquanto Parque, tão tendo uma visão mais macro, nesse sentido. Quando tem uma oportunidade ali, chega junto, quando tem uma oportunidade ali... Entendesse? Não sei se é mais ou menos por aí, porque eu, até conversando com as Graças mesmo, eles têm uma visão, não é boa nem ruim, mas eles têm uma visão daquele bairro. Pronto, cabou-se. Sabe? Não vai botar a mão em outra cumbuca. Claro que tem gente... Fernanda mesmo faz parte de outras ações, aquela história de Conselho da Cidade e tudo mais, mas em termos de bairro mesmo, até a questão da divulgação mesmo na imprensa, eu sempre olhando a clipagem acho uma coisa muito institucional, sabe? Não... Enfim, vamo ver como é que eu vou chegar no final do meu quebra-cabeça.

Raquel - Não, eu acho que cada um tá brigando pelo seu, né? A questão é como a gente conecta todas essas versões, porque, no final, aquela Praça do Derby é uma coisa da estação de navegabilidade e que agora o Memorial de Medicina tá querendo englobar, ou pelo menos cuidar da manutenção, tá tendo esse diálogo com a Prefeitura... As Graças tomou conta daquilo dali... Jardim Secreto tá com a Prefeitura, não tinha dono, teve muita... Jardim Secreto não, Jardim do Baobá. Teve muita briga, mas aconteceu, teve risco risco de ser embargado, mas foi enfrentado e rolou. E o Jardim Secreto é uma população também que tem condição financeira, tem educação, tem conhecimento, tem articulação e que tá fazendo o espaço de outra forma, completamente diferente do que a associação das Graças fez. Mas eles tão construindo um espaço que tá de muita qualidade e que também tá exigindo uma articulação com a Prefeitura, porque tem muita mão de obra da Prefeitura lá também, pra manutenção do espaço. Mas é um outro tipo de espaço. São várias ações que tão acontecendo ao mesmo tempo mas de forma diferente, de acordo com cada contexto. A situação das Graças foi muito particular porque tinha esse recurso lá guardado pra fazer uma outra coisa. Foi uma grande oportunidade, mas eu não acho que seja tão isolado assim não.

Laura - É, talvez não seja isolado no sentido de estarem acontecendo outros movimentos, mas esses movimentos não se interligam, entendeu? Não é? Não sei... “Tô viajando” agora.

Raquel - É, assim, a gente... Eles não interligam, mais ou menos, porque assim, a gente tá olhando os movimentos, pelo menos esses da margem esquerda a gente tá olhando. A gente acompanhou o Jardim Secreto desde o começo, Jardim do Baobá a gente fez o projeto e tá acompanhando, Graças também e o Derby também.

Laura - É. E aí talvez entre um elemento novo, tipo, vocês talvez entrem como elemento novo no sentido de... Roberto sempre falava “top-down” e “bottom-up”, tipo... Os movimentos que, sei lá, seriam só da Prefeitura para a comunidade ou da comunidade para a Prefeitura e vocês entram como um agente intermediário, nesse sentido de que pode conectar, que tá focado especificamente nisso.

Raquel - Então, é mais isso. O Jardim Secreto ele foi um movimento da comunidade. Eles resolveram fazer uma área que a gente já tinha identificado como uma área pra implantação do Parque no futuro, mas que eles se organizaram e vieram conversar com a gente, porque queriam fazer e queriam saber quais eram as diretrizes do Parque. E aí a gente fez algumas reuniões, colocou diretrizes, alguns limites de formato de ocupação, tipo de vegetação, deu algumas dicas de como articular, de como conversar com as pessoas... E aí a gente passou essa experiência e foi acompanhando por um tempo. Então é uma iniciativa deles e a gente entrou meio que como consultor do Jardim Secreto. A gente acompanha outros projetos também, mesmo privados, sempre... Agora que chega um projeto privado, que a Prefeitura tem conhecimento na borda do rio, eles mandam conversar com a gente pra gente passar as diretrizes, né? Pra ver o que é que pode ser feito do Parque nessas áreas também, privadas, como é que pode ser feita essa interface. Então é uma costura, na verdade. Assim, não necessariamente vai ser um projeto feito por a gente e com a mesma cara em todo lugar, mas a essência vai tá ali, vai tá presente em todos.

Laura - Olha, agora duas coisas, que não são perguntas, na verdade, mas... Quer dizer, tu acha que ficou faltando alguma coisa? Tem algum comentário que tu acha que vale a pena destacar nesse processo?

Raquel - Acho que não, acho que já falei, assim... Eu acho que a participação da população, né isso? Acho que é essencial. Essencial.

Laura - Entendi. A outra coisa é: Luís, tu tens o contato dele?

Raquel - Tenho. Luís Carvalho.

Laura - Ele tá por aí ou o doutorado é fora?

Raquel - Tá na Holanda.

Laura - Eita, é mesmo? Que coisa boa. Porque eu já tô começando a pensar em doutorado e lá na Holanda essa parte de comunicação de rede social é bem forte também, aí já que eu atravessei o oceano, né?

Raquel - Pronto, já tá do lado.

Laura - Não é não? Pois é, esse ano todinho pra mim, eu tô aqui mas tô trabalhando pro Brasil, mestrado no Brasil também. Aí só vai começar a valer o meu tempo no ano que vem, sabe? Pronto, quando a gente desligar tu me manda. E a outra coisa é: tu acha que eu consigo ter acesso a algum tipo de documento? Eu já peguei com Rodrigo a clipagem que me ajudou muito, vai me ajudar mais ainda porque eu fiz uma leitura dinâmica, mas depois eu vou fazer um filtro porque também tem muita coisa da clipagem que não é especificamente sobre aquele trecho. E aí eu vou ler tudo com mais calma. Mas, tipo assim, não sei se tinha ata dessas reuniões, ou até versões do projeto, tipo o primeiro que vocês apresentaram e o último, se tem isso acessível em algum lugar... Enfim, nem que eu tenha que pedir autorização, sabe? Mas o que é que tu acha que eu posso conseguir pra fazer esse desenho mesmo, sabe? Do que mudou, por exemplo, sei lá... O viário. Como é que eu tenho acesso a esse elevado, por exemplo, o projeto que era do elevado? É com a Prefeitura? Provavelmente. Entendes?

Raquel - A gente tem esse projeto, assim, que a gente recebeu. Não tem muitos detalhes mas a gente tem o projeto. E tem o projeto que foi feito depois e a gente tem perspectiva. Tu olhou no site?

Laura - Olhei, mas...

Raquel - Tem uma perspectivazinha do antes e depois.

Laura - É, aí aquela perspectiva eu não consegui localizar ela no tempo, não sei se é porque eu não tinha todas as informações, mas eu vou olhar de novo, antes, e sábado eu vou encontrar com Roberto aqui e de repente, enfim, se precisar de algum tipo de autorização, né? Eu posso ver com ele também, porque eu vou entrevistá-lo e aí... Enfim. Eu vou dar uma olhada na internet, mas assim, vocês tem...

Raquel - Se tu precisar de planta a gente passa pra tu também, porque eu acho que lá no site do Parque, o que tem? Tem uma plantinha esquemática, assim, que é o que a gente usava pra comunicar com a população mesmo, né? Que é uma plantinha mais fofinha. Mas da Beira-Rio em si, de como era originalmente, a gente tem um projeto em CAD, que é um projeto mais técnico.

Laura - “Originalmente” que tu diz é o que? É o elevado ou a primeira versão que vocês fizeram?

Raquel - O elevado. O elevado a gente tem e tem a primeira versão também mais técnica. Da primeira versão do projeto da gente pra essa segunda, não tem muita mudança não. A gente... Foi mais uma coisa de adequar o terreno, “tem uma árvore aqui, puxa pra lá...”. Mas o geral do projeto tá o mesmo. E aí o que tem lá no site, também tem uma imagem que mostra essa via do elevado e o projeto do Parque. E aí a gente pode pegar a perspectiva e te passar também, porque eu não sei se dá pra baixar do site. Mas olha o que tem no site e me diz mais o que tu precisa e aí...

Laura - Tu vai providenciando, né? Pronto. Por enquanto... Aí é que tá, eu vou ter que correr com uma qualificação que é agora em setembro, começo de setembro, aí eu acho que não vou me aprofundar tanto nessa parte das imagens agora, porque eu já tenho a clipagem, tenho o conteúdo da página dos moradores, que eu tenho que trabalhar também, e as entrevistas, então eu vou tentar... Tipo assim, já vai ser muita coisa pra processar agora.

Raquel - Tu vai arranjar tudo isso pra qualificação, é?

Laura - Já pensasse? Mas calma que não é assim não... Eu vou, vamos dizer assim, renderizar tudo isso. Não é tudo isso na íntegra não, entendeu?

Raquel - Eu tô só pensando como é que vai ser a dissertação, se tudo isso é pra qualificação.

**ROMERO PEREIRA - arquiteto e urbanista aposentado, foi secretário executivo de Meio Ambiente do Recife no período
(Entrevista em 3 de fevereiro de 2020)**

Laura Cortizo: Você enquanto secretário executivo da época né? Primeiro eu queria que você desse uma explanação geral sobre como você entendeu a controvérsia especificamente em cima daquele trecho...

Romero: Trecho Graças....

Laura: Porque eu sei que também teve como o Baobá, por exemplo, a história dos colégios, dos empresários... Sempre tem mas, no caso das Graças, especificamente, se estendeu por muito tempo tinha aquela versão outra lá das 4 faixas e enfim como é que você...

Romero: Eu vou fazer um resumo e dos dados assim... Eu acompanhei bem de perto né? porque eu era o coordenador do projeto da prefeitura né? O Inciti era...seria o braço na Universidade conveniado com a prefeitura. Veja bem... voltando um pouco pro período antes do Parque, pra História e na década de 80 se fez um grande projeto... o raciocínio na década de 80 era um raciocínio viário planejamento da cidade era feito de uma forma....privilegiando o carro, o transporte individual...o planejamento os anos 80 em diante perdeu um pouco a característica do desenho. Sentar numa prancheta e desejar e ver as...e isso se materializava tanto no traçado viário como nas questões de índices e parâmetros urbanísticos. Você queria que uma determinada área crescesse, se desenvolvesse mais, você facilitava, você dava índices mais generosos tal. Isso não funcionou muito porque era um momento de crise e você tinha um coeficiente, por exemplo de 3.0 que ninguém atingia aí você dava 7. Não adiantava; mercado não absorvia 3 quanto mais 7? Nesse momento se faz o projeto da Beira Rio, que era um projeto que ia da BR-101 até o centro.

Laura: Falava-se muito em via expressa, o termo é certo? é esse mesmo né?

Romero: É, é, é. A ideia (que eu não sei)...Eu não sou especialista nessa parte viária mas ideia é que você visse, atravessasse a cidade praticamente sem nenhum tipo de engarrafamento ou obstáculo. Eu tenho minhas dúvidas porque você tem os cruzamentos com as pontes e tal então você tem uma série de...Essa projeto que foi desenhado num nível ainda muito inicial se criou uma legislação que se criava... e isso foi bom pro parque que se criava, não se podia construir pra uma futura desapropriação não ser tão cara. Se fez aquele trecho lá ponte da torre-ponte da Capunga do lado de lá, da Torre ali, que é a Beira Rio da Torre. Depois, posteriormente ampliada um pouco mais pra cá até a rua Marcos André um pouco mais pra lá em direção a Ilha do Retiro. Bom...

Laura: Agora essa legislação que você falou de não poder construir era só de uma margem, era de um trecho específico, das duas...

Romero: As duas da BR até... é uma espécie de faixa de domínio. Como tem rodovia. Isso aqui tá reservado para futuramente

Laura: Tu sabes qual é essa lei?

Romero: Não. Mas isso você descobre fácil na Prefeitura, assim de cabeça não sei não. Tem um traçado tudo a lei... saiu com um traçado. Isso morreu teoricamente porque não aconteceu. Aconteceu aquele pedaço, mais nada.

Laura: Mas é por isso que, por exemplo, os prédios que estavam ali tiveram área construída, colocaram quadras e... né? Não construíram nada, só colocaram área de lazer...

Romero: Isso, isso, isso... Você na realidade tem uma legislação em cima da outra, você tem a questão da faixa da Beira Rio, da futura Beira Rio e você tem a faixa não edificante de curso d'água, são 20

metros. Então esses limites às vezes se encontravam, às vezes variavam, mas existem os dois, porque nunca ninguém revogou isso. Pra gente foi bom, pra gente que pensou o parque foi bom porque tava reservado lá de qualquer forma, né? Aí a gente fez a experiência do Baobá, uma experiência exitosa e nesse momento surge um recurso da, do PAC Pavimentação na Prefeitura e... como tudo nesse país parte da premissa, assim, tem um dinheiro pra fazer isso, mas precisa ter um projeto executivo e como se investe muito pouco em projeto... Não é porque eu me aposentei que eu tô falando não, eu falava isso lá dentro também... Os gestores não têm muito essa preocupação com projeto, porque projeto é uma coisa que é relativamente cara e não dá ibope.

Laura: Não é visível, né?

Romero: O certo era a prefeitura identificar dentro do seu planejamento geral coisas importantes que, embora não tenha dinheiro, você faz o projeto e deixa ele lá. Aparecendo o dinheiro o projeto tá pronto.

Laura: ou vai atrás desse dinheiro também, né?

Romero: Ou vai atrás desse dinheiro. Mas no Brasil acontecia justamente o contrário, o dinheiro aparecia e você não tinha o projeto. Resultado: a história era sempre a mesma (...) tem o dinheiro em Brasília e isso daí eu tô falando da, a gente tá falando do Parque da Beira Rio, mas se aplica pra tudo, pra escola, pra creche, pra hospital: tem o dinheiro pra fazer um hospital, mas tem que ter o projeto executivo, não tem, então vamos atrás de um terreno, vamos fazer um projeto nas carreiras e dá no que dá: problemas de construção, problemas de funcionamento, porque o projeto não foi feito... Eu participei de um encontro lá, mais na parte ambiental em Colonia, e tava conversando com um arquiteto da prefeitura, um urbanista de Colonia, eles disseram que o tempo deles de projeto é em torno de quatro anos, pra um projeto, e de obra dois... Ele disse o nosso...

Laura: Se planeja mais pra reduzir...

Romero: Claro! A obra é consequência, mas o importante é ter o projeto. Eu digo: lá nós somos o contrário, aliás, nem o contrário, nem em dois anos gasta no projeto. Quando a gente faz é em seis meses pra poder pegar o dinheiro, não perder o dinheiro. Enfim, quando apareceu essa oportunidade, a gente viu que, a prefeitura na época... isso ninguém falava nem em Parque ainda, escacavilhou tudo o que ela tinha de projetos executivos viário (...) Isso foi... acho que na administração de João da Costa. Fizeram o procedimento normal: tem o dinheiro, vamo ver o que a gente tem pronto, precisa de um projeto executivo, vamo ver, aí devia ter alguns outros menores, mas o grande era esse. E só tinha justamente executivo, projeto executivo é o que tem tudo - cálculo, drenagem, iluminação pública, tudo - só tinha exatamente esse trecho: Ponte da Torre-Ponte da Capunga. Mandaram pra Brasília, Brasília aprovou. Era um projeto depois foi que a gente foi conhecendo, que era extremamente danoso inclusive ao meio ambiente, né? Ele tinha projeção de via em cima do rio de sete metros, chegava até nove metros de balanço em cima do rio, isso era péssimo. E do ponto de vista viário, sinceramente, eu não sou nem especialista, eu não acho que era uma forma rápida de você sair de um engarrafamento pra outro: da Ponte da Torre pra quando chegar na Capunga você não passa, né?

Laura: Agora, me veio na cabeça, porque falou de João da Costa eu lembrei de outra coisa: é mais ou menos uma característica da Via Mangue ou não?

Romero: Mais ou menos. A ideia é parecida...

Laura: Em termos de entrar por cima do mangue... Porque a polêmica com a Via Mangue foi de entrar por cima do mangue...

Romero: No caso da Beira Rio, eu acho que é uma polêmica mais profunda porque tem o lado ambiental e tem outra série de consequências. Você tá trabalhando num tecido urbano denso, você tem áreas de habitação social, principalmente na margem direita e, finalmente, o conceito não é mais esse, o conceito não é mais o carro. O conceito é transporte público, é a locomoção não motorizada, é bicicleta, enfim...

Bom, isso foi pra Brasília, Brasília aprovou, ok, ok, ok... Depois eu soube... não existia parque, eu não tava nessa história, isso tudo foi resgate que eu fiz depois que eu entrei no negócio... que o projeto foi apresentado à comunidade das Graças lá na Igreja das Graças e o pessoal saiu debaixo de pedra. Com razão, eu fosse um morador das graças eu tinha jogado pedra também. Bom, quando começou o Parque... Aí, você diz e por que vocês fizeram, fizeram o Baobá e depois o trecho seguinte seria as Graças? Porque tinha o dinheiro. Então a gente... A primeira ideia foi: vamos usar esse recurso, foi o PAC. Mas aí houve muita oposição dentro da própria prefeitura, principalmente o pessoal da parte de...

Laura: De execução?

Romero: Viária, URB, os engenheiros... E começou aquele negócio: vai perder o dinheiro, num sei quê. O prefeito ficava enlouquecido. E eu na época coloquei muito: a gente vai em Brasília, a gente vai e mostra a alternativa e tal. Aí todo tipo de coisa: “não, mas tem que ser pelo menos 40%, sei lá, 50% de pavimento”...

Laura: Que era PAC Pavimentação né?

Romero: É... PAC Pavimentação. Aí eu digo: a gente dá um jeito, a gente muda um pouco o projeto e aumenta a área pavimentada e tal, mas não tem sentido é fazer um negócio desse, né?”

Laura: Na doida porque tem o dinheiro.

Romero: Mas aí quando... a gente teve uma apresentação pro prefeito, né? Uma apresentação geral. E o que foi que a gente pensou? Vamo fazer o seguinte: já que esse negócio tá muito difícil, já tá aprovado, coisa e tal... Porque a conversa era essa né? Vamos fazer uma via local, duas faixas, uma indo e uma voltando, sem avançar ou avançando o mínimo possível no rio, com calçadão, com uma ciclofaixa e tal, uma coisa mais... e quando tiver uma parte mais larga a gente faz uma área de contemplação e tal. Aí fomos apresentar isso na comunidade lá, eu crente que a gente ia ser aplaudido, porque a gente tava destruindo as quatro faixas, a Via Expressa. Mas não foi, foi assim, difícilíssimo... E olhe que eu conheço muita gente arquiteto que mora lá, amigo meu...

Laura: Isso foi, só pra recapitular... Isso foi depois daquela apresentação de vocês que foi lá no Banco Central que era uma apresentação preliminar do Parque.

Romero: Foi, foi... Ali era o plano geral, né?

Laura: Porque ali eu identifiquei... Esse meu levantamento preliminar identificou naquele momento um nó dessa controvérsia porque o projeto foi apresentado e, segundo os moradores das Graças não contemplava o trecho deles e aí tem até carta deles pra prefeitura...

Romero: É, eu não tenho muita certeza em que momento do desenvolvimento do projeto...

Laura: Se não contemplava... Mas foi depois daquele dia do Banco Central?

Romero: Mas... Se eles já tinham visto essa proposta de ficar só duas faixas ou se eles deduziram que “pô, vão fazer um parque no rio todinho e aqui o projeto que tem que já tá com o dinheiro da Caixa e tal é pra fazer uma avenida”. Bom, mas, no fundo, no fundo, nós, prefeitura...

Laura: De qualquer forma, só voltando um pouquinho, eles estavam inseguros nesse momento...

Romero: Tavam, tavam, tavam...

Laura: No momento em que vocês apresentaram pela primeira vez porque não sabiam se iam ser duas, se iam ser quatro, o que é que ia ser.

Romero: Isso, quando a gente apresentou, eles viram a de quatro sei lá, quatro anos antes, e a gente apresentou a de duas, né? Achando que seria uma solução melhor, mais palatável. Claro que a gente também queria fazer uma solução do Parque mesmo.

Laura: Que era o projeto de vocês, né? Vocês não tinham nada a ver com a de quatro faixas.

Romero: Nada, nada... Muito pelo contrário, a gente foi dentro da prefeitura... Enfim, mas, em conversas, aí tem, não sei se tu conhece o pessoal lá, mas Buga, é... Múcio...

Laura: Eu falei com Múcio...

Romero: Enfim, o pessoal todo que são colegas de profissão e tudo, e a gente tinha conversas paralelas, né? Eu digo: “ó, minha gente, vocês querem a mesma coisa que a gente: a gente, eu digo, do projeto do parque, agora, tem uma resistência, tem uma resistência... tem um terrorismo ‘vai perder o dinheiro, vai perder o dinheiro’ e vocês precisam ajudar a gente. vamos nos aliar.”

Laura: Porque se ficar batendo muito de frente podia...

Romero: Não, e no fundo, no fundo eu não tinha segurança absoluta de que de repente a gente ia perder esse dinheiro. Aí a gente ia virar os culpados de perder 56 milhões. Aí a gente foi montando esse negócio de “vocês fazer o papel de vocês como sociedade civil, manda carta, chuta a mesa do prefeito e a gente vai começar a desenvolver um projeto” e as coisas correram assim, né? Lúcia, o pessoal ficou aliado... aí a gente... aí Múcio com aquele bocão dele: “não mas então a gente quer acompanhar o projeto”. eu digo “não tem problema nenhum, vocês vão”. depois eles encheram o saco de ir toda semana no Inciti e viram que era um projeto bom, né? Era um projeto do Parque, num foram mais... Mas enfim, a gente desenvolveu o projeto, apresentou a eles, o projeto foi aprovado, neste meio tempo, ao longo desse percurso, a gente continuou a batalha com URB, para... trocar o projeto, trocar o projeto, né?

Laura: Trocar para a URB ou para a Caixa?

Romero: Trocar para a Caixa. Na realidade não era para a Caixa, porque a Caixa era, é uma mera operadora dessa história.

Laura: Era pro Ministério das Cidades.

Romero: Era pro antigo Ministério das Cidades. E eu dizia: “vamo, vamo pra Brasília, vamo mostrar”. Eu até conhecia alguns arquitetos...

Laura: Que nessa época o ministro já era Bruno Araújo ou não? Ou ainda era Bruno Araújo?

Romero: Não, numa parte ele chegou.

Laura: Acho que desfecho era ele, né?

Romero: Era ele, era ele.

Laura: Isso pesou de alguma forma? Ou foi mais argumentação mesmo?

Romero: Eu acho que deu mais velocidade só, mas eu acho que... porque quando a gente foi mostrar o projeto lá. Eu não fui porque, pasme você, pela primeira e única vez na minha vida eu perdi o avião.

Laura: Eita!

Romero: Eu cheguei lá, fui no totem, enfim, quando eu vi: fechado o voo de Brasília. Eu não fui, mas eu tinha feito uma apresentação, tudo. E quem foi foi justamente o pessoal da URB, o presidente da URB tal.

Laura: Que teve que defender no final...

Romero: Que teve que defender. Mas aí eu dei meu pen drive assim pelo...

Laura: Mas nesse momento que eles foram lá no ministério das cidades eles já estavam então consensuados, por um motivo ou por outro, eles já tinham aceitado.

Romero: É, o prefeito bateu o martelo, que era o projeto nosso do Parque, da gente, do Inciti. Aliás, o projeto do Inciti, mas que a gente acompanhava, que ia ser aquele projeto.

Laura: Mas mais pela pressão popular ou mais pelo conceito do projeto? O que é que você acha que pesou mais?

Romero: Eu acho que mais pelo conceito do projeto. Eu mesmo numa das conversas com ele eu disse “prefeito, a gente não tem como explicar como é que a gente faz um formato ao longo dos 30 quilômetros do rio e quando chega aqui a gente faz outro. Isso é inconcebível”. Porque aí tinha gente que dizia “aquela associação das Graças não é representativa”. Não é, de fato não é. Se você pegar ali, muita gente preferia...

Laura: A solução das quatro faixas...

Romero: É, parecido com o Estelita. Eu vi, cansei de ver gente que eu nem conhecia, em restaurante assim falando...

Laura: E como é que ficou? Por onde ficaram essas pessoas? Porque querendo ou não a voz pública era da Associação...

Romero: Mas normalmente esse tipo de gente que tem esse raciocínio não participa de, de, de... agora numericamente a, a, a... aliás, eu usei a palavra errada, não é que a Associação não seja representativa. O número de associados não corresponde a, sei lá, cinco por cento dos moradores de lá. A maioria raciocina assim.

Laura: É representativa, talvez tenha sido representativa porque pegou a causa, né? Pegou a causa e abraçou a causa.

Romero: É a tal história, se você vive numa comunidade e você não tá nem aí pro que tá acontecendo... é a mesma coisa de reunião de condomínio. Quem for lá discutir tá lhe representando, você não tá indo porque não quer, né? Então pra gente a Associação sempre foi o interlocutor. Até porque a gente tinha outro, né?

Laura: Cida até disse que às vezes recebia pessoas meio que discordando e ela dizia “olha, vá resolver na associação porque ali é a assembleia que a gente vai...”

Romero: Exatamente, nossa política era essa. “É um problema interno das Graças, converse com sua Associação. A associação se posiciona assim e a gente tá trabalhando nesta direção”.

Laura: Até porque vocês tinham já os conflitos internos da própria prefeitura já pra resolver.

Romero: Tinha, tinha. Que era uma coisa que a gente não podia também tá jogando na rua, né? No, no, no... Agora justiça seja feita a geraldo, desde o começo que ele defendia o conceito do Parque, só que ele num... sabe como é? Teve um dia que eu até brincando com Cida, Cida era minha chefe ainda, que ele disse, numa reunião lá no Inciti, que ele disse: “eu disse que o projeto é esse daqui”. Eu tive vontade de dizer: “prefeito, ligue aqui pro presidente da URB, que ele não tá sabendo não que o senhor disse”. Aí Cida: “você né doido não”. Eu: “olhe, que eu sou meio doido”. É claro que eu não fiz isso.

Laura: Mas isso terminou acontecendo por outras vias, né? A mensagem chegou de alguma forma.

Romero: Sabe qual foi minha preocupação? Tempo. A gente perdeu um ano nessa brincadeira, né? Você refazer o conceito, é relativamente rápido, mas você bater o martelo pra começar a fazer o projeto executivo... Porque aí tinham os prazos dos financiamentos da Caixa.

Laura: E tanto que o projeto executivo inicialmente não seria pelo Parque e terminou sendo pelo Parque.

Romero: Terminou sendo.

Laura: Mas não seria inicialmente?

Romero: Não, a ideia inicial era que nós faríamos projetos básicos e se contratava projeto executivo. Projeto executivo é uma coisa que demanda engenharia, cálculo, um bocado de coisa que num...

Laura: Que não tava na estrutura iniciado ao Inciti?

Romero: Mas a pressa fez com que a gente desenvolvesse o projeto executivo lá. E foi o único projeto executivo desenvolvido naquele momento no Inciti. Depois até se fez mais, trecho da Jaqueira, o trecho entre o Baobá e o... que são projetos que tão praticamente prontos... o trecho da Capunga...

Laura: Da Toyolex?

Romero: É ali da Toyolex. Todos dentro do mesmo conceito, tudo bem legal e tal. Apresentado... Mas aí a gente passou a brigar junto, a gente e a Associação. Quando eu digo a gente, leia-se: Inciti e a Secretaria Executiva de Projetos Especiais de Meio Ambiente, que era a quem pertencia o projeto. Bom, aí se ganhou essa parada, inclusive quando, na época o presidente da URB voltou e eu liguei pra ele “e aí como foi em Brasília” e ele: “rapaz, o pessoal adorou”. Eu sabia que isso ia acontecer, porque era arquiteto, era urbanista, era gente que também comungava da ideia, entendeu?

Laura: Do Ministério das Cidades isso?

Romero: Do Ministério das Cidades.

Laura: A equipe técnica do Ministério, né? Entendi.

Romero: Isso. Aí eu digo menos um obstáculo. O único obstáculo agora é político, aquela é burocracia, né? Porque aprovou uma coisa, vai retirar, vai botar outra.

Laura: Esse que foi levado pra Brasília já foi o final aprovado pelos moradores?

Romero: Foi, foi. Claro que nesse remi-remi aí sofreu algumas alterações, mas coisa muito pequena: puxa a calçada pra lá. Porque aí, quando bateu o martelo, aí a gente... Porque o medo era o seguinte: você gastar um tempo monstruoso e depois não ser, entendeu? Tempo e dinheiro. Até porque tempo é dinheiro. então a gente, quando bateu o martelo, ok, o Ministério das Cidades deu ok, que era o dono do dinheiro, a Caixa era operadora, quando deu tudo ok, aí começou a se detalhar, aí tinha problema de, de, de topografia, que a gente trabalhou com um levantamento meio caduco, a gente teve que fazer uma nova topografia, mas tudo ajuste fino, coisa pequena... E passou tudo pra essa discussão técnica, e um projeto daquele tamanho na beira do rio é um projeto complexo. Bota isso não bota, as coisas do Parque a gente sempre quis ser diferente do resto da cidade, sem botar banco da Emlurb, poste horroroso...

Laura: Pra marcar um novo conceito mesmo?

Romero: E mostrar às pessoas que é possível você ter coisa de boa qualidade. Você conhece o Baobá, não conhece? Pronto, os balanços do Baobá... metade dos meus cabelos brancos vieram daqueles balanços com os engenheiros da prefeitura, porque o balanço é assim... “Por que não bota reto?” Eu digo: “Por que está desenhado assim, o diferencial é esse...”. “E por que não usou aqueles balanços da Emlurb?” Por que aquele você não tem como licitar, você tem que fazer composição de preço, tem que fazer fundação, enfim...

Laura: Uhum, não é o prato-feito, né?

Romero: É, o que é bom e bonito é mais caro, dá mais trabalho, enfim, mas a ideia por trás do conceito urbanístico era você ter coisa de qualidade, até pro cidadão chegar lá na frente e dizer “ah, eu não quero minha praça com esses bancos de concreto da Emlurb não, eu quero igual a esse aqui.

Laura: Eu lembro que tinha matéria até falando da iluminação, que era de LED...

Romero: Isso, isso. A gente usou lâmpada de LED, fez um estudo luminotécnico, que não se faz em praça aqui, né? Aí tem gente que acha que é escuro, tem gente que acha que não.

Laura: Porque tem aquela história da natureza, né?

Romero: isso, isso. Tem os animais que você tem ali, as capivaras, não sei quê. Bom, venceu-se a batalha, fechou-se o projeto, eu tô assim passando bem na superfície, porque isso toda semana era um... tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista de decisão. Imagine que você... ficou um pouco aquele clima “vencemos, nós”.

Laura: Isso depois do Ministério das Cidades?

Romero: Isso depois de o Ministério das Cidades dar o OK. A gente teve uma reunião com a Caixa, aí as arquitetas da Caixa também, no fundo no fundo, adoravam o projeto. Então fizeram tudo pra facilitar. Mas tinha aquela burocracia. “Ah, tem aprovação da Capitania dos Portos?”. “Eita, tem não”. “Tem que ter”. Aí lá vai na Capitania dos Portos. A sorte é que na época era Jungman o Ministro da Defesa, também teve esse lado bom.

Laura: Sim, tava em dois momentos, dois postos estratégicos com Pernambuco, né? Foi um alinhamento dos planetas, né?

Romero: Isso, isso. Aconteceu naquele momento um...

Laura: Até porque se não houvesse o Parque... era até uma das perguntas que eu ia fazer. Como é que ia ser... Mas enfim, continue.

Romero: A história da Marinha só pra ilustrar, porque tinha muito detalhezinho. “Ah, porque tem que ter um estudo técnico-ambiental assim, assado”. A gente fazia. “Não, mas não é esse, é outro”. A Caixa, né? Aí quando você vencia essa etapa... “Ah, mas aquela licença já venceu. Tem que tirar outra”. E contando sempre, não digo com uma má vontade, mas com um meio: “Vocês não querem assim? Então se virem, resolvam”.

Laura: Interno da Prefeitura?

Romero: Da prefeitura, de alguns setores da prefeitura. Depois mudaram as pessoas, mudou tudo e melhorou um pouco a relação. E o serviço público ele tem um pouco esse problema. Não é maldade, é o seguinte: você é secretário de saneamento, eu sou secretário de habitação, fulano é secretário de planejamento, cada um tá cuidando do seu. É como se fossem uns feudos. Não interagem, entendeu? Então tem coisa que, por exemplo, um projeto como esse do Parque ele agrupa Emlurb, URB, Planejamento, Mobilidade, Controle Urbano, tudo. E quando você chega junto de um secretário, de

uma equipe técnica, o pessoal acha legal, mas eles têm lá... Por exemplo, Emlurb tem gente reclamando que tem lâmpada queimada, tem buraco, tem não sei quê, quer dizer, pressão muito grande. Aí eu acho que passa pela cabeça assim: “Eu não vou nem resolver, eu tô por aqui de reclamação, de pressão do prefeito, do vereador, aí vem esse povo com esse Parque que eu não sei nem se vai sair”. No fundo, no fundo, o raciocínio é um pouco esse. Não é agora, sempre foi assim, nos quarenta anos que eu passei na Prefeitura sempre foi assim. É... É importante que as coisas aconteçam, por isso que eu briguei tanto pro Baobá ficar pronto, pras pessoas verem.

Laura: Ganhar uma dimensão palpável, né? Materializar.

Romero: Tirar do papel pras pessoas entenderem. Não surtiu que eu queria, embora todo mundo ame o Baobá. Inclusive domingo eu fui pra um aniversário de uma filha de uma colega. (...) Aí cheguei lá tinha três aniversários, coisa que não é muito comum em Recife, gente com a toalha no chão, meio piquenique. O problema é que 90% das pessoas que conhecem o Baobá não entendem o Baobá como um pedaço do Parque, entendem como uma praça. Muita gente já veio me dar os parabéns: “Oh, ficou legal aquela pracinha que vocês fizeram ali atrás do Papacapim”. Eu digo: “Aquilo não é uma pracinha, aquilo é um pedaço... Porque é muito pequeno realmente, né?”

Laura: E ainda não está interligado, né? A partir do momento que interligar

Romero: Não, não está interligado. A gente conseguiu abrir, ampliar um pedaço ali, que tem um projeto pr'ali, obviamente, que vai até a Ponte da Torre. Aquela parte já tá pacificada, negociada com todo mundo, com os Batista da Silva, com a Toyolex, só falta o dinheiro pra gente fazer.

Laura: Agora foi no processo correto de resolver antes pra arrumar o dinheiro depois?

Romero: Isso, isso. Eu acho que essa história toda teve um lado bom: esse tipo de discussão não vai existir mais com relação ao Parque. Conceitual não. Acho que foi uma batalha grande mas foi vencida. Mas as Graças, eu até brincando outro dia, não sei se foi com Múcio ou com Aluízio, assessor de Ivan, eu disse: rapaz, quando a gente for cavar pra colocar as estacas essas coisas, a gente vai achar um monte de caveira de burro, porque essas Graças tá que é... Fez uma licitação, a empresa desistiu, fez uma segunda, tudo indica que a empresa quebrou. Não sei nem como é que tá, né? Que eu saí.

Laura: Alguma coisa trabalhista, né?

Romero: É, dívida trabalhista, não pode receber o dinheiro. Enfim, a obra tá parada. E tem uma terceira licitação péssima. Tanto que fizeram até um bloco lá, né? “Cadê a Beira Rio, ninguém sabe, ninguém viu”.

Laura: “Eu acho é Graça”, né?

Romero: É, eu acho é Graça. Eu até brincando com Aluízio Câmara disse que agora que eu tô aposentado e não tenho mais nada a ver com isso eu vou entrar no bloco. Mas eu acho assim, resumindo: foi um processo doloroso, foi um processo difícil, mas eu acho que teve muito ganho. O ganho palpável da obra que é o que todos nós queríamos vai acontecer. Pode não acontecer esse ano, muito pouco provável, até porque, porque o prazo da obra é dezoito meses e eu nunca ouvi nem reforma de banheiro dentro da casa da gente ser no prazo e no orçamento que a gente planeja, né? Por que toda vez o pedreiro diz: “em uma semana eu termino”. Bote um mês, né? E isso se aplica a tudo, principalmente no Brasil que o planejamento é muito, muito capenga, mas vai sair. Aquilo é inevitável, aquilo vai sair. Com dinheiro da Caixa, sem o dinheiro da Caixa. Que agora já tá a ameaça de novo, que agora não pode mais... Não sei como tá essa história, não me envolvi mais.

Laura: E quem tá gerindo? Ainda existe a de meio ambiente ou misturou com inovação?

Romero: Não. Ainda teve isso. Na realidade, no começo da segunda gestão de Geraldo, ele pegou três secretarias - Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Emprego, renda e Juventude - e juntou numa só.

Laura: Que é essa de inovação?

Romero: Não, que era Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, que foi até Bruno Schwambach o secretário. Aí ficou, juntou, veio mais coisa, mais setores independentes, a gente... Foi num momento até que eu resolvi me aposentar e Bruno, Chico disse ao prefeito que eu tava pensando... enfim, Bruno veio e veio com uma conversa mole, me enrolou e eu fiquei. Depois, dois anos depois teve uma... aí entra um pouco do, do, da coisa política, que a gente sabe que acontece, né? Teve a campanha pra governador, aí quando voltou fizeram uma nova reorganização da Prefeitura, aí o que tinham feito de juntar três secretarias desfizeram, dividiram em três de novo. Só que...

Laura: Meio Ambiente não voltou?

Romero: Meio Ambiente voltou, mas o Parque saiu de Meio Ambiente. Aí eu não sei exatamente de quem foi a mão. Hoje eu até agradeço, porque eu acho que Meio Ambiente perdeu o rumo. Acho que a mão foi de Bruno. Tirou o Parque pra área de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Que hoje tá com Guila. Que foi ótimo, pro Parque foi ótimo. Guila é um cara que se conversa, diferente do atual secretário de Meio Ambiente. Inclusive a Secretaria até o Controle Urbano eles perderam. Cabou-se.

Laura: É, não identifico mais nada. Agora, deixa eu te perguntar uma coisa, porque ainda tava na formatação antiga, né? Quando vocês aprovaram... Qual foi o papel que você acha que cada um desempenhou... A Associação aí... você falou que vocês conversaram e meio que distribuiu tarefas e tal. Como é que você avalia a participação de cada um? Associação, universidade e Secretaria. Eu sei que o Parque era Universidade e Secretaria juntos, mas o papel era distinto, né?

Romero: Certo, certo, certo. Isso é tranquilo, eu colocaria aí mais dois atores: a URB - por que a URB? porque a URB é quem executa, então ia chegar o momento que ia cair no colo da URB, que faz o serviço, quem contrata a obra...

Laura: Mas eu digo mais no sentido de resolver a controvérsia.

Romero: Veja, o quarto ator seria justamente o prefeito que era o decisor político, então tudo girava em torno da decisão dele. Mas eu acho que se deu exatamente da seguinte forma: por uma questão de afinidade... o Inciti, nós, Secretaria Executiva, e Associação a gente queria a mesma coisa, claramente. Isso teve um momento que ficou muito claro.

Laura: Mas esse momento não foi um pouquinho mais pra frente?

Romero: Foi um pouquinho mais pra frente.

Laura: Baixou a poeira e vocês dialogaram...

Romero: Isso, isso, isso. E quando eles perceberam, a Associação percebeu, depois de uma reunião na igreja, que a gente apresentou as duas faixas, aquela que eu te disse que eu pensei que a gente ia ser carregado nos braços e foi pedra do mesmo jeito.

Laura: Circe falou dessa reunião também hoje. Acho que ninguém tinha falado ainda... Que foi um susto, né?

Romero: Foi, que eu achei, depois... “Pessoal, não é o que eu quero, eu queria que ficasse parque, mas melhor do que quatro faixas né? E nove metros dentro do rio”. Mas a reação não foi essa, né? E fizeram perguntas que eu não soube responder. Eu fiquei calado.

Laura: De alguma forma foi importante esse tensionamento? Essa primeira?

Romero: Importantíssimo, importantíssimo. Porque não fora a Associação, veja bem, não é que o pensamento da gente, em Meio Ambiente e da Universidade fosse diferente não, mas talvez a gente não tivesse conseguido ganhar a guerra, porque a Associação tem repercussão política, não é? Está fora da prefeitura, nosso poder na prefeitura é limitado, mas a Associação queima pneu. Eu fazia o maior terrorismo dentro da Prefeitura: “olha, o pessoal tá indo tocar fogo ali”. Então o papel foi fundamental. Não é correto dizer, como eu já ouvi a teoria, que a Associação tinha essa ideia. Não, a Associação não queria, inicialmente, antes de se falar em Parque em tudo, ela não queria avenida. Ela não dizia o que queria, ela não sabia o que queria. Mas ela sabia o que não queria, ela não queria uma avenida. Quando o Parque entra e o pessoal da Associação conhece o projeto do Parque como geral. Aí tiveram a ideia: a gente quer isso. E ainda faziam a pergunta: por que todas as margens vão ser assim e a gente vai ser quatro faixas, duas faixas. E era uma coisa... No dia dessa reunião eu disse, não porque tem o dinheiro, num sei quê

Laura: Mas não era uma coisa que se engolisse facilmente.

Romero: Não era.

Laura: Mas aproveitando que a gente ainda tá na Associação, como é que você enxerga o perfil mesmo dos moradores. Porque como você disse, muita gente não foi e quem foi mais ou menos tem o mesmo perfil de já participar dessa luta ou de ter o conhecimento técnico e político.

Romero: É verdade. Veja, você vai convivendo (...) você vai vendo o perfil, ao longo desses três anos que durou esse processo aí você vai conhecendo as pessoas, vai conversando... A Associação pra mim tava muito claro quem eram as pessoas o que eles queriam e tal. Eu sempre tive uma leitura deles como aliados. Aliados da ideia. Até porque eles tavam interessados no deles. Agora, eu ouvi muito, gente daqueles edifícios que alguns foram projetados com uma ou duas vagas na garagem, né? E hoje em dia, qualquer família de classe média tem três, quatro carros, que usavam aquele terreno ali pra estacionar. Aliás, se você passar por lá hoje tá cheio de carro parado. Então o pessoal é meio egoísta, né? Não verbalizavam, mas tava claro que era, era meio o quintal deles, né?

Laura: Mas você acha... aproveitando, eu lembrei de uma outra entrevista, não lembro exatamente quem comentou isso... mas que a própria luta pelo Parque tem um pouco desse perfil de tipo assim: “é o nosso parque, é o nosso quintal, é o nosso playground”.

Romero: Veja, quando a gente está trabalhando no serviço público a gente ouve vários lados, né? Pessoas conhecidas que vem e tudo. E eu também ouvi críticas à Associação que diziam assim...

Laura: Privatizar o espaço público?

Romero: Não era nem privatizar, mas assim: que direito - e eu até tinha uma resposta pronta pra isso - que direito eles têm de estar querendo participar de uma forma tão contundente? Participar, dizer eu quero ou não quero, tudo bem, mas... Aí eu digo: primeiro, dentro da Associação tem profissionais da área, bons profissionais, esse é um ponto; e o segundo, é normal do ser humano, você está tratando do jardim deles. Que era quintal e agora vai virar jardim. Então todo mundo quer dar um pitaco. Quero assim, quero assado e tal. Cabe à gente ir mobilizando isso... então você diz: a Associação é maravilhosa? Não. Como toda Associação tem os problemas, tinha gente que ia lá e ficava meio... teve um dia que eu me chateei numa reunião e disse “peraí, a gente tá todo mundo no mesmo barco ou não tá?”. A gente tá querendo a mesma coisa que vocês, nós urbanistas da Prefeitura a gente quer...

Laura: Me ajude pra eu lhe ajudar...

Romero: É. E se vocês ficarem vendo cabelo em ovo não vai sair do canto. “Não porque a Prefeitura...” Tinha um cara lá que era engenheiro, insuportável, aí quando começou mesmo a obra veio um negócio de barulho. Toda obra faz barulho! Nunca ouvi falar de uma obra silenciosa. Se for no fim de semana, terrível; se for de noite, terrível; vai ter que ser de dia, dia de semana, não tem outro jeito. Tem bate-estaca, tem uma infinidade de coisa, não tem jeito. Vai ter poeira. Vai ter tremor, né? Porque treme quando você bate a estaca, o povo pensa que o prédio vai cair. Mas paciência. Faça uma obra dentro da sua casa pra você ver, né? Troque o azulejo da área de serviço. E mesmo você, morador, poeira e tal. Então, isso daí é normal. E como eles são muito atuantes, algumas vezes eu enchi o saco. Cheguei a arengar mesmo, com Lúcia, com Fernandinha... Fernandinha eu brigava que só faltava ir às tapas. Que ela vinha “não porque a lei, num sei quê”. Eu dizia: “Fernandinha, tu era diretora da Dircon, Fernandinha, tais querendo inventar a roda? Inclusive tem prédio aí que tá construído não é nem em cima da faixa de domínio da Beira Rio não, tá em cima da área não edificante da lei ambiental, Fernandinha”. Aí vinha: “Mas não foi na minha época”. Eu digo: “Mas você vai derrubar? Edifício de 25 andares. Fato consumado. Então não pense que a gente tá em Londres, a gente tá em Recife, nos Trópicos. A gente não tá em Berlim, que as coisas funcionam”. Então você tinha essas dificuldades, mas no geral o pensamento era o mesmo, nos tornamos parceiros...

Laura: E o fato de a universidade estar, de certa forma, como mediadora entre o poder público e a Associação, o bairro, no sentido de ir lá apresentar, etc.

Romero: A universidade.. E aí como tudo na vida, não são só as instituições, são as pessoas. Circe, eu arengava muito com Circe, mas Circe tem uma grande qualidade, ela bota a cara e vai, e faz café da manhã e... coisa que não é do meu perfil, mas é dela. E ela adorava e tal. O povo dizia “ah, mas Circe adora um holofote”, aí eu dizia “mas pra mim tá ótimo”.

Laura: Que ande com o holofote que for...

Romero: E às vezes até ouvi reclamação tipo assim “não apareceu o nome da prefeitura, a prefeitura tá pagando tudo”. E é verdade, o Inciti não tava lá de Graça não, todo mundo ganhou o salário, então essa... A experiência como eles foi muito boa, agora a relação sempre foi assim: o projeto é da prefeitura, a prefeitura vai pagar através de bolsas pra uma equipe montada por um laboratório da universidade que envolvia os pesquisadores. A lógica era essa. E todos os projetos, as primeiras pessoas que viam éramos nós...

Laura: Não, mas o quando eu digo do papel da Universidade é mais no sentido de relação com a comunidade, não necessariamente o que saía oficialmente.

Romero: Sim, sim. Mas isso foi... Primeiro, contribuíram muito porque a universidade é um ente meio acima do bem e do mal...

Laura: Neutro até certo ponto, né? Porque também nesse caso eles tavam recebendo pela Prefeitura.

Romero: É, mas eles são... os professores são concursados, o pessoal é gente de graduação, pós-graduação, de mestrado, doutorado, que tava trabalhando no projeto. É meio isento, não é a figura daquele prefeito, daquela administração que as pessoas entendem. Embora a gente tenha levado cacete, porque quando lá atrás a gente resolveu fazer o projeto com a universidade, quase dão em mim. O pessoal do IAB que fizesse um concurso, Eu digo, “rapaz, não existe concurso de trinta quilômetros de... nenhum escritório”. Aí “não, então, fazer uma licitação”. Eu digo: “qual é a lógica? Que escritório é esse que tem biólogo, especialista em solo, num sei quê? Só quem reúne esse conhecimento é a academia e ela está se dispondo”. “Ah, mas você sabe que tudo com a universidade que faz convênio com o serviço público não sai”. Eu digo: “não sai porque não paga. Fica naquele negócio de fazer um protótipo num sei quê. Mas pagando? Vai pagar”.

Laura: E nesse caso teve também, e aí eu trago também a referência porque não foi à toa que todo mundo pediu pra eu falar com você, teve a interlocução, como se fosse uma cadeia, né? Você, a universidade e o pessoal, não que você não falasse com o pessoal, mas assim... o fato de fazer essa costura...

Romero: Isso, e a questão toda técnica era desenvolvida dentro do Inciti, dentro da Universidade. Então a partir do momento que se fechava o acordo vamos chamar de político, embora não seja, da ideia geral... Aí quando Múcio, Buga, disse: “a gente quer acompanhar, nós arquitetos”. “Ok, tranquilo, vocês serão muito bem-vindos, pra dar sugestões inclusive como arquitetos”. Por que todo mundo se conhece, né? Aqui no Recife todo mundo...

Laura: A panelinha...

Romero: A panelinha. Aí, pronto, a partir desse momento eu meio que saía de cena como prefeitura, e passava a ter a universidade e eles.

Laura: Na prática, mas politicamente você continuava sendo importante no sentido de que não necessariamente o secretário executivo tinha que ser um arquiteto, né? E um arquiteto com essa visão.

Romero: Foi, foi. Claro. Mas foi o contrário. Mas respondendo a tua pergunta em relação à universidade: foi muito bom que tenha sido a universidade. Se fosse um escritório, o escritório de... porque morreu quase todos os arquitetos famosos do mundo. Mas um luminar. Não tenha dúvida que o pau cantava. A universidade é um ente, né?

Laura: E também tem a questão do tempo, não é? Porque querendo ou não o escritório trabalha com, por mais que os arquitetos sejam afeitos a estender, estender, estender... leva uma prancheta junto...

Romero: A gente nunca acha que tá bom.

Laura: De qualquer forma, o escritório tem a questão de “ah, tem que terminar esse projeto pra começar outro”. E a universidade, de certa forma, não trabalha com essa pressão, aí tem esse tempo de ir lá conversar e tal...

Romero: Isso, isso. De fazer todo esse meio de campo. No começo do trabalho, que foi a definição das diretrizes gerais, envolveu a Universidade Rural, o departamento de Engenharia. Era justamente o que a gente queria.

Laura: Multidisciplinar.

Romero: Exatamente. Você foi buscar... Então, tem um levantamento fantástico, que a gente tá querendo agora disponibilizar. É porque eles nunca terminam de arrumar... na internet, mas que tem de fauna de tudo. Aí é superlegal que você vê na medida que você vai saindo, eles tem um gráfico, na medida que você vai saindo do Centro, ao longo do rio, vai chegando perto da Várzea, aumenta assim, exponencialmente a quantidade de espécies, porque vai saindo de longe da arte mais poluída, mais densa e tal, né? Aí aparece mais ave, mais peixe, mais tudo. E se constatou muita coisa, aí foi trabalho da Rural... Como é o nome dela? Da diretora dessa área. Descobriu-se que o rio tava vivo, tinha peixe, tinha ave... aí foi quando descobriu a garça azul. Que eu brincava dizendo que era uma garça de Toritama, como aquela coisa de lavar jeans ela ficou... Mas descobriu-se o que eles chamam de lontra, mas não é, é uma ariranha. Eu acho que aquilo é uma ariranha, lontra é mais... Enfim, jacaré de tuia, né? Que se desconfiava que tinha bastante, mas tem muito, muito. E tem um ali que frequenta o Derby/Torre que é enorme, chega dá medo.

Laura: Já apareceu no Baobá também, não foi?

Romero: Já, já. Ali eles gostam muito de ficar, acho que é mais tranquilo, ali por trás do colégio militar ali no Derby. Tem uma loquinha lá, mas tem um enorme, de vez em quando o pessoal filma. Mas sagui,

enfim uma fauna exuberante até para um rio que todo mundo dizia que tava morto. É verdade que tem pneu, tem sofá, tem um bocado de coisa, mas... Isso era outra coisa que eu defendia. Ah, você vai... Um rio poluído! Aí eu digo: “olhe, primeiro que esse rio não é de Recife, esse rio é do Estado, é um rio estadual que passa em bairros do Recife. Então todos eles jogam, inclusive Recife joga esgoto, joga lixo, né?”. Eu pegava o povo de Casa Forte, meus colegas aí de bairro: “Você, quando chama seu Zé, carroceiro, pra dar fim a um sofá seu, você não sabe onde ele vai botar, mas eu vou lhe dizer: ele vai jogar no rio. Não é nem que ele jogue na água, ele bota ali e numa maré alta o sofá entra na água. Então não se iluda, qualquer lixo que você tira da sua casa, lixo entulho, sofá velho, televisão, vai bater lá”.

Laura: E tem que começar de algum lugar né? Começar a descortinar...

Romero: Pois é, aí qual é a vantagem do projeto? As pessoas não veem o rio, as pessoas da cidade do Recife não veem o rio. Só vê quando passa pela ponte aí presta atenção. No Centro, que ainda se via, o mangue tomou conta, você não vê nem a Casa da Cultura. Isso é uma discussão também que eu tenho com os ecologistas sem fim. Acho que nunca existiu um mangue ali, mangue é uma vegetação estuarina, mas aquilo foi plantado, foi plantado na década de oitenta, eu vi sendo plantado.

Laura: Jarbas, não foi?

Romero: Era Jarbas. Foi plantado por um bocado de gente, eu até brinco com essas pessoas e digo “olha, a culpa é de vocês por esse matagal aqui”. E não tem como, não dá pra podar mangue. E se podar não adianta, porque com três meses ele tá do mesmo tamanho.

Laura: E de certa forma surgiu... Na verdade foram vários movimentos pontuais que aí... Barco, barqueata, catamarã já existia, mas agora tem aquele no Baobá que sai dali...

Romero: É, eu acho que funcionou pra isso. Funcionou que as pessoas estão olhando, estão vendo o rio e vendo os problemas dele: vê saco plástico, vê garrafa, que não viam antes, que também não prestavam atenção. O mangue, esse mangue plantado, da Torre pra foz, ele tem muita qualidade de filtro biológico, mas ao mesmo tempo ele é um filtro de lixo. Quando você chega junto, vá ali na Casa da Cultura, atrás, e olhe o que tem de sandália japonesa, saco plástico, fica lá, porque não há um trabalho de recolhimento disso. Então ele...

Laura: Ele esfrega na sua cara depois né?

Romero: É, aí depois vem uma maré alta, enfim... Não é uma coisa fácil lidar com o rio. E eu sempre dizia às pessoas: “ó, o projeto da gente não é um projeto na água, é um projeto de margem, agora, o fato de as pessoas começarem a usar as margens e olhar pra água pode criar uma força que vá pressionar politicamente quem de direito pra tratar o rio. É impossível? Não, tem muito rio aí que tá bem limpinho de você tomar banho.

Laura: É, agora pegando carona nisso de onde começa uma coisa e termina outra, um dos referenciais teóricos que eu tô utilizando é David Harvey que fala, que resgata muito de Lefebvre, o conceito de heterotopia de Lefebvre que é... são momentos em que uma fissura, onde algo novo começa a ser possível a partir dali. E aí a pergunta de um milhão de dólares: você acha que essa experiência, especificamente, foi um alinhamento dos planetas que não se repete ou foi justamente a abertura para... o próximo passo já vai pegar essa herança. Tá entendendo o que eu tô falando? Se foi uma coisa isolada ou se faz parte de uma trajetória.

Romero: Entendi, entendi. Eu acho que faz parte de uma trajetória, agora a velocidade de como essa trajetória ocorre aí depende de várias condições de planeta. Acho que tem coisa que é inevitável, isso ia acontecer em algum momento. Com um resultado ou com outro ia acontecer. Eu não tenho a menor dúvida disso. Há um clima, até mundial, dessa questão de mudança climática, questão ambiental, emissão de gases e tal, que também propicia um dos conceitos do Parque que é privilegiar o transporte não motorizado, então isso ajuda bastante né? Então tem coisas hoje que não existiam há 20 anos atrás, ciclotivista, Chico Cunha andando pra cima e pra baixo com... Eu brinco com ele que falta só um

cajado pra você ir com seu séquito atrás, mas enfim, são coisas impensáveis 20 anos atrás, Chico foi da minha turma, isso é há quarenta anos atrás se chegasse pra Chico e dissesse, olha Chico tu vai ser um guia... Porque essas coisas foram acontecendo, juntou-se um bocado de coisa, agora, isso era inevitável, como foi na década de 1990 a questão do patrimônio histórico. Bairro do Recife, né? Que de repente... Eu coordenei o projeto do Bairro do Recife, em 1995, e as pessoas que iam pro Bairro do Recife mais jovens, quando a Bom Jesus começou, depois até perdeu o rumo, mas eu ouvi muita gente que nunca tinha ido pro Bairro do Recife. Gente da tua idade, da idade das minhas filhas, da idade de Rafa, que nunca tinha ido lá, porque era uma zona de baixo meretrício, tava tudo fechado, o porto tava decadente, e começou a ver um pedaço da cidade, aí é um resgate mesmo de você... O que é que essa pessoa conhecia? Shopping, Boa Viagem, praia, né? Hoje o Bairro do Recife é... Eu discordo até de alguns rumos e tal, mas ele não volta atrás mais...

Laura: Sim, porque também as pessoas foram se apropriando de maneiras diferentes, né?

Romero: Sim, sim. Que na época eu ficava assim, que é uma coisa muito do urbanista, do arquiteto, querendo que aquela coisa aconteça como você pensou, mas vai maturando as cidades, é orgânico, as pessoas vão se apropriando de um jeito ou de outro, repito, a gente não tá em Berlim, né? Então tem muita gente... Muita gente no Bairro do Recife mesmo, dono de prédio que tava lá fechado, ou então o cara só usando o térreo, que foi contra o projeto desde o primeiro momento. Quando ele começou a perceber que o prédio dele tinha se valorizado enormemente, né? Era um prédio que ninguém queria, prédio velho que ninguém quer. Segundo, ele mesmo poderia empreender e eu vi vários casos, de repente virar entusiasta do patrimônio histórico, o que não era verdade, são entusiastas de ganhar dinheiro. Mas, aí eu ficava, sabe? Pô, mas não é assim, esperando que esse pessoal mudasse a cabeça e mudasse... Não vai mudar nunca. Aconteceu o queria? Aconteceu. Aí tem um errinho aqui? Tem, mas é melhor do que não ter nada, do que ficar caindo como tava caindo.

Laura: Ainda mais numa cidade como Recife, né? Piscou, tem duas torres ali.

Romero: Exatamente, uma cidade que é muito difícil.. e hoje eu acho que graças aos movimentos espontâneos ou não, mais populares, de quando as pessoas se juntam... Eu brincava muito com o pessoal do Estelita, que ficava aquelas meninas pendurada nos panos, aí uma vez eu cheguei pra um deles, não sei se foi Léo, aí disse, “ó, a gente acabou de vencer uma batalha dentro da prefeitura, que apareceu aqui uma proposta pra construir 15 mil unidades habitacionais lá na APA Aldeia-Beberibe e o prefeito ia embarcar, porque 15 mil... E vizinho a uma área de proteção ambiental. Quase na divisa de Paulista”. Mesmo quando você tem 15 mil unidades habitacionais, tá certo que era em três etapas de 5 mil, mas são, botando cinco pessoas por...

Laura: É impacto danado. Sem infraestrutura pra isso, né?

Romero: É uma cidade. E a gente sabe o que aconteceu com os conjuntos habitacionais, basta você andar, não precisa ir muito longe não: Avenida Recife, aqueles conjuntos. Isso destrói, isso não existe, não existe. Eu tive várias brigas. Aí, eu brincando com essa pessoa, não me lembro quem era, eu disse “ó, pega essas meninas penduradas nos panos, manda elas pendurarem nos panos lá na APA Beberibe”. Aí: “E é?”. Eu digo “é, é tão grave quanto”. E sabe porque não vai? Porque não passa ninguém. Ali tem trânsito, o povo vê, a Globo. Várias vezes me perguntaram: e o que é que você acha. Eu não sei, eu sei que não é aquilo. Agora também não é o que tá. se eu fosse o prefeito eu chamava aquele povo todo na mesa dele e dizia: pronto, agora vocês têm seis meses pra me entregar uma proposta viável. Não precisa de uma proposta do mercado imobiliário, mas uma proposta viável, porque ninguém vai fazer um Parque de um quilômetro se não consegue cuidar nem da Jaqueira.

Laura: Inclusive nessa questão do Parque também teve essa característica, né? Porque não teve o interesse imobiliário. A não ser Janguê que ficou ali.

RÚBIA CAMPELLO - arquiteta e urbanista, foi gerente de projetos da URB no período (Entrevista em 31 de agosto de 2019)

Laura: Vê só, meu projeto é em torno da negociação, da articulação, dos moradores das Graças pra mudar o projeto ali que vai entre as pontes da Torre e da Capunga.

Rúbia: Certo, a Beira Rio.

Laura: A Beira Rio, é, enfim... É baseado numa metodologia chamada cartografia da controvérsia e aí a ideia, por isso que eu tô falando com todos vocês, mais ou menos, fazendo mais ou menos as mesmas perguntas, inclusive, porque a ideia é que a gente possa traçar esse panorama mesmo do que é que... da movimentação de cada ator desse processo, individualmente e institucionalmente também. Aí pronto, além de levantar clipagem, enfim, outro tipo de fonte que eu consiga, todas as fontes são bem úteis, o próprio site do Parque Capibaribe, enfim, várias etapas de pesquisa, incluindo essa etapa das entrevistas. Aí pronto, eu queria entender onde é que você estava, assim, qual é sua trajetória nessa controvérsia, em que ponto você entrou e como foi que você entrou, por que entidade, né?

Rúbia: Uhum, tá certo, então deixa eu lhe explicar um pouquinho. Esse projeto ele foi concebido dentro de uma lógica dos anos noventa, onde essa Beira Rio era entendida como uma via pra carros, tá bom? Essa Avenida Beira Rio ela tinha vinte e cinco quilômetros, ela vinha desde Apipucos até a Torre, porém a gente tem trechos que o rio... não tem espaço pra ter via, né? Então esse trecho entre as pontes da Capunga e da Torre foi enquadrado num programa PAC Pavimentação, um programa ligado ao Governo Federal, tá?

Laura: Uhum, tu lembra quando foi esse enquadramento? Tu tens essa data mais ou menos?

Rúbia: Olhe, é... Acho eu, porque isso é anterior à minha volta pra URB, que eu sou da URB, mas eu tava fora. Deve ter sido, nos anos entre 2012, tá? 2009 a 2012 mais ou menos a captação, certo? Foi apresentada ao Ministério das Cidades e foi aprovado no valor de cinquenta e seis milhões. E esse trecho ele tinha, né? Via expressa pra carro. A gente fez o primeiro projeto, que era um projeto que já existia, só foi atualizado. Eu estava como gerente de projetos da URB, certo? E Norah era diretora, então esse projeto ele foi feito e já estava pra ser licitado, quando houve a mobilização da população, começou o início da mobilização, então a própria URB pediu à empresa contratada pra alterar o projeto. Já botando ciclovia, num sei quê tarará, porém esse projeto era um projeto viário, certo? Tinha uma, um trecho da via que era em estacas sobre o rio e ele não tinha nenhuma preocupação com o meio ambiente, era uma coisa mais de concreto mesmo, enfim, uma obra viária. Então a população começou a se mobilizar, em maio de 2014, por aí, houve uma reunião com o prefeito e o Inciti, que é um laboratório de urbanismo da UFPE estava fazendo já o projeto do Parque Capibaribe, que é voltar a mobilidade não para o transporte motorizado e sim para outros modais, bicicleta, é... patins e a pé mesmo. A lógica era totalmente diferente. Então a gente ia licitar essa obra viária e aí a população se juntou, pediu uma audiência com o prefeito, e já mostrou um estudo daquele trecho fazendo parte do Parque Capibaribe.

Laura: Agora esse estudo foi pela população ou foi o Inciti que fez?

Rúbia: Não, o Inciti que fez. E aí apresentaram ao prefeito e o prefeito então resolveu que não seria mais licitado o projeto viário, aí começou a se trabalhar nessa perspectiva, entendeu? De uma via parque, uma via compartilhada, tal. Sem ser uma via expressa. Aí refizemos o projeto, lançamos a licitação, nesse ínterim, eu passei dois meses e meio na secretaria de Meio Ambiente trabalhando diretamente com Romero Pereira, depois de dois meses e meio eu voltei pra URB...

Laura: Mas esses dois meses e meio foram justamente pra trabalhar em cima disso ou tiveram outras demandas?

Rúbia: Não, eu trabalhava lá com análise de projetos e tal, mas o Parque Capibaribe era ligado a Romero e a mim. Aí eu participava também, depois eu voltei pra URB. Aí assumi a diretoria de projetos.

Laura: Que antes era com Norah?

Rúbia: É, exatamente. Norah assumiu a presidência da URB em julho de 2016, e eu voltei pra ser diretora de planejamento de projetos. Aí a gente licitou, né? Refizemos os projetos todos, quer dizer, o Inciti fez a concepção, a gente contratou os projetos complementares e lançamos a licitação. Só que a empresa que ganhou a licitação ela só fez três furos de sondagem, fez uma coisa assim inicial, montou o barracão, mas pediu pra sair do processo.

Laura: Isso em 2016?

Rúbia: O projeto tinha algumas deficiências, por exemplo, a parte de meio ambiente, a gente não tinha a licença, não tinha sido feito o estudo ambiental para ver quais eram as espécies que sairiam. Então, a gente... A empresa desistiu, era um consórcio, a gente então resolveu mudar um pouco o projeto para facilitar a execução. Ele tem uns píeres flutuantes e tinha umas debilidades o projeto que tinha sido licitado. A gente então passou seis meses retrabalhando o projeto e lançou a licitação de novo já como uma Via Parque, sem ser uma Via Expressa, a pessoa vem entra e circula pelo bairro, porque a via anterior era uma via expressa, você só...

Laura: Passava...

Rúbia: Interligava, é... Fazia a interligação, uma via de interligação pra você cortar caminho pela Rui Barbosa e tal, e aí essa outra não, você entra no bairro, você não tem um fluxo contínuo de carro, além do mais, se fez estudo técnico ambiental, as licenças... porque tudo que você faz na beira de água, você tem que submeter à capitania dos Portos. A gente também não tinha licença pra fazer os píeres, os píeres de atracação, aí não tinha a licença, sabe?

Laura: Uhum. E pra, e pra o projeto anterior que também teria um trecho por cima do rio já estavam com as licenças todas ou ainda ia passar por essa fase?

Rúbia: A gente deu entrada na licença da capitania, só que eles passam muito tempo pra liberar. Então quando a licença saiu a empresa já tinha desistido. Aí foi isso que aconteceu, a gente licitou de novo já com todas as licenças, todos os estudos, tudinho, e a empresa que ganhou foi a única concorrente, então... Inclusive nem é uma empresa, assim, tá meio suja no mercado.

Laura: E é a que tá fazendo agora?

Rúbia: Uhum. E a obra tá saindo assim beem lentamente.

Laura: Uhum, entendi. Agora esse, essa... Pelas outras conversas que eu tive e até pela pesquisa mesmo, antes... Um pouco antes e um pouco depois da conversa dos moradores com o prefeito teve mais mobilização, houve algum tipo de resistência pra mudar o projeto, enfim... Eles também não teriam articulado...

Rúbia: Eles têm uma Associação muito forte, né? E a gente teve muita reunião com eles, cada etapa do projeto a gente se reunia com eles, pra mostrar o projeto. E eles fizeram umas manifestações, de queima de pneu com... é, é... virtual, num sei o quê, num sei o quê, porque eles achavam que a gente tava só enrolando, entendeu? Que não ia mais ter projeto nenhum. Enquanto a gente ia refazendo, eles fizeram várias manifestações.

Laura: Quando vocês tavam refazendo ainda dentro da perspectiva da Via Expressa só que com ciclofaixa?

Rúbia: Não, não, não. Eu tô me referindo a esses dois processos, esses dois momentos do segundo projeto.

Laura: Ah, tá, tá, tá, entendi. A parte da licitação e dos, dos, das licenças que eram necessárias ainda né?

Rúbia: É, faltava a licença ambiental e faltava a licença da capitania dos Portos.

Laura: Uhum, mas antes de eles chegarem com a solução do parque, eles já tinham se manifestado contra, né? Assim, logo quando vocês anunciaram... A prefeitura, não sei se você tava lá na época mas...

Rúbia: Tava.

Laura: Anunciaram o projeto da Via Expressa eles já tinham se movimentado né? Como é que foi?

Rúbia: Já, aí eles diziam que não queriam de jeito nenhum esse projeto, que queriam repensar o projeto, que queriam tirar uma comissão tal. Aí foi quando surgiu o Parque, né? Com o Inciti, que aí o projeto partiu do Inciti mesmo, né?

Laura: Mas o Inciti mobilizado por eles ou não?

Rúbia: Não, o Inciti tem um convênio com a Prefeitura do Recife...

Laura: Não, eu sei. Mas eu tô dizendo assim: pra fazer essa parte daquele trecho, é... porque a primeira versão do parque não tinha aquele trecho, né? Não cobria aquele trecho. É... E aí, eu tô partindo só do que a gente já tinha conversado de que em 2014 teve essa reunião com o prefeito e os moradores chegaram com um projeto que já era do Inciti, né? Mas pra chegar nesse projeto do Inciti, teve alguma articulação anterior. Aí foi por parte dos moradores? Foi a prefeitura que articulou?

Rúbia: Eu acho que foi um combinado, entendeu? A secretaria de Meio Ambiente junto com o Inciti... e a população. Por que tem muita gente, assim, da área de urbanismo que mora nas Graças, sabe? Professores de arquitetura, jornalista, tem vereador, tem uma turma bem mobilizada, né? Aí foi uma coisa que eles tinha, que eles conheciam que ia haver esse projeto do Parque Capibaribe, juntou que a gente apresentou o projeto lá no salão paroquial da igreja das Graças e eles então tomaram conhecimento do que seria e começaram a se manifestar, se mobilizar, aí se mudou o rumo do projeto, né?

Laura: E do ponto de vista da URB, assim, é... Por que, por exemplo, é um projeto que nasceu na secretaria de Meio Ambiente, tem essa pegada mais, menos ligada aos carros como você falou, com... Relacionado a outros modais e até a questão do parque mesmo, né? Da vegetação e tudo mais. Pra URB, qual é a diferença, assim sabe? Entende o que eu tô querendo dizer? O primeiro projeto nasceu com vocês, né? Por que vocês defendiam e como é que vocês interpretaram essa mudança, entendeu?

Rúbia: Veja, essas mudanças, assim, tem uma posição que é, digamos assim, uma posição da instituição URB, né? E tem posições contrárias mesmo, entendeu? Pra quem defende o carro como a prioridade, o projeto da URB vinha a atender, pra quem defende a questão mais ambiental, aquele projeto não se aplicava, entendeu? Não existia um consenso. Mesmo na minha equipe, porque eu coordeno um monte de gente né? De arquitetos e urbanistas... Tinha essa dicotomia, entendeu? Um lado que achava bom um projeto, outro lado que achava bom o outro, enfim... Nunca foi um consenso não.

Laura: Entendi, e... Do ponto de vista dos carros... Eu não lembro se eu li em matéria ou se alguém que eu já entrevistei falou, que uma das justificativas era essa questão de desafogar o trânsito, mas que os estudos técnicos não chegavam a confirmar que isso ia acontecer mesmo. Aí eu tô perguntando do

ponto de vista técnico mesmo, se existia essa perspectiva de, com a via expressa, desafogar o trânsito, e o trânsito de onde? Como é que iria funcionar isso como obra viária, né?

Rúbia: Veja, eu não tenho nem como justificar. Primeiro porque não se teve uma contagem, né? Depois porque eu não acreditava nesse projeto, entendeu? Eu era da ala que preferia a via parque, então eu acho que não tem justificativa técnica, porque um pedacinho daquele de um quilômetro não resolve engarrafamento de jeito nenhum. Então realmente, eu não sei... Talvez você tenha conversado com Norah sobre... Eu tive uma posição desde o começo contrária, entendeu?

Laura: Entendi. E do ponto de vista de quem defendia o primeiro projeto, já que você fazia parte do outro grupo, o que é que você sentiu depois do desfecho? O pessoal se conformou ou ainda ficou meio inconformado?

Rúbia: Não, não. O pessoal ficou satisfeito.

Laura: Terminou agradando a gregos e troianos como diz a história?

Rúbia: Mas olhe, uma situação dessa, jamais você vai agradar todo mundo, entendeu? Por que as pessoas que moram na Beira Rio, que se acostumaram a morar ali e tal, acham que o rio é o fundo do quintal deles, entendeu? E aí o que você botar ali vai ser de coisa, né? Uns gostam, outros não. Não tem consenso...

Laura: Mas assim, você... Eu pelo menos conversando com todo mundo que já conversei e lendo o que eu já li, duas coisas pra mim ficaram evidentes como pontos de encaminhamento da solução. Dois fatores que protagonizaram esse desfecho, que foi a participação da população do jeito que foi né? Como você já falou e a própria, a coincidência ou não de estar saindo o Parque Capibaribe bem naquela época, porque simplesmente não ter gostado do outro projeto talvez não fosse suficiente, aí eu não sei se essa é uma leitura coerente ou se você acha que teve algum outro fator que também pesou nesse encaminhamento que eu esteja desconsiderando, enfim. Como é que você entende que funcionou essa dinâmica?

Rúbia: Veja, a gente tá numa... Nós temos uma geração que não aceita mais esse tipo de intervenção de cima pra baixo, entendeu? As pessoas precisam dessa participação, então são várias coisas convergentes, por exemplo, um bairro que tem o maior número de urbanistas da cidade. Tá entendendo? Eu posso citar dez aqui. Então isso é um fator. Eles tinham justificativas muito fortes e muito interessantes, por exemplo, a gente não quer um bairro do Espinheiro. No bairro do Espinheiro se perdeu a característica de bairro, é um bairro de passagem, você passa por ele cortando caminho pra ir pra um canto, pra ir pra outro, entendeu? Então eles não queriam isso eles sabiam o que quer... o que não queriam. Não sabiam o que queriam, mas sabiam o que não queriam. E isso foi sendo construído. Obviamente que não ficou exatamente o que eles queriam, porque tem coisa que a gente não consegue fazer mesmo, não é? E houve uma, uma, um fator importante que foi esse estudo inicial pra Beira Rio, toda a Beira Rio, né? De um lado e do outro, ser o Parque integrando o rio ao resto da cidade, e possibilitando que as pessoas façam esse percurso a pé ou de bicicleta ou de patinete, entendeu?

Laura: uhum, e na época, 2013 por aí, tinha até a questão da navegabilidade que ainda tava mais forte, né?

Rúbia: Pronto, tinha, mas quando a coisa começou esse projeto já tava parado. Tinha sido paralizado. Se fez muita coisa, muitas licitações tudo, a dragagem do rio praticamente ficou concluída, mas tinha, sei lá, cinquenta por cento das obras pra serem feitas que ficaram paralizadas.

Laura: Uhum, as obras eram de vocês também, não né? Eram estaduais...

Rúbia: Governo do Estado, secretaria das cidades.

Laura: Uhum... Norah, desculpa, Rúbia. É que eu tava lembrando da conversa com Norah. É... Também teve um lado desse processo todo que foi a questão do dinheiro, né? Que você tinha dito que tava captado, que o prefeito quando disse que... Quando resolveu suspender o primeiro projeto, ponderou essa questão que não queria verba, colocou isso como condição. Como foi essa condução aí com o Ministério das Cidades, com a Caixa... Como foi isso? Por que via foi feita essa repactuação com as instâncias federais?

Rúbia: Olhe, houve uma, uma, um casamento, né? Da URB com a Secretaria de Meio Ambiente pra fazer essa defesa no Ministério. Não foi tranquilo não, sabe? Mas se conseguiu reverter porque... Não é tão difícil de você convencer, porque hoje a gente sabe que não adianta fazer um pedaço de via, ela não consegue resolver e a tendência era ficar isolada, entendeu? Então as pessoas foram a Brasília, né? Foi o presidente da URB, a diretora de planejamento, o secretário de Meio Ambiente, que era Romero Pereira, né? Foram a Brasília defender, a gente defendia na Caixa no Recife, entendeu?

Laura: E qual era a dificuldade? Por que você disse que, que não foi tão fácil, né? Apesar de ter essa justificativa, não foi tão fácil. Qual era a... ?

Rúbia: Porque o programa ele é voltado pra pavimentação de vias. Tanto é que pra ser enquadrado no programa você tem que ter sessenta por cento de pavimento e quarenta por cento de serviços complementares, entendeu?

Laura: Uhum. Mas e aí como é que resolveu esse impasse?

Rúbia: Aí a gente criou mais calçadas, mais via compartilhada com bicicleta, tal, pra poder chegar a esse enquadramento, esse sessenta/quarenta.

Laura: E ficou assim no final? Esse sessenta/quarenta?

Rúbia: Uhum, sim. Ficou assim.

Laura: E... Eu também li que talvez vocês não usem, que o projeto vai sair mais barato do que os 56 milhões, né?

Rúbia: É

Laura: E a diferença como é que vocês vão encaminhar? Porque a ideia era não perder o dinheiro, né? Então...

Rúbia: Olhe, a gente, é... Nós solicitamos, desde o ano passado, agora o pessoal do Parque Capibaribe tá ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Então nós solicitamos que o Inciti fizesse o projeto executivo do trecho da Ponte da Torre até a Jaqueira.

Laura: O Baobá?

Rúbia: É, do trecho do Baobá até a Ponte da Torre. E eles estão fazendo. A gente tem que entregar esse projeto à Caixa, submeter à aprovação da Caixa e, se der certo, a gente licita. Pra usar o saldo do recurso.

Laura: Entendi, entendi. Aí vai estender o trecho... Mas aí a diferença iria pro projeto e não pra execução?

Rúbia: Não, pra execução. Vão sobrar em torno de R\$ 20 milhões. Se a obra tiver um aditivo de... Ela pode ter um aditivo de vinte e cinco por cento, ou seja, nove mil. Digamos que vá pra R\$ 42 milhões, ainda tem aí R\$ 14 milhões...

Laura: Uhum. Pra fazer esse trecho...

Rúbia: Agora tudo tá muito difícil pq assim, mudou o governo, o ministério foi extinto, PAC... Esses programas de aceleração do crescimento têm o carimbo do PT. E tudo que tem esse carimbo em Brasília foi desconstruído, entendeu? Então...

Laura: Mas aí corre o risco de perder a verba ainda?

Rúbia: Claro, claro. Corre...

Laura: Dessa primeira parte ou da segunda?

Rúbia: Todo o dinheiro tá contingenciado. A gente tem um programa de é... encostas. Recife é arrodado de morros, a gente aprovou R\$ 150 milhões até o fim do ano passado pra licitar os doze lotes de encosta. Eu licitei todos e eles não liberam o recurso. As instituições foram todas dilaceradas, entendeu? Então assim, as pessoas que restam do governo anterior disseram “entrem com um mandado judicial, da justiça, pra ver se vocês conseguem liberar esse dinheiro”. Então o risco existe. Inclusive, quando a empresa é uma empresa que tá passando por uma situação difícil, ela tá aí pra receber uma parcela, e não consegue por que ela divide FGTS. E conseguiu uma liminar pra receber. Mas tem um monte de documentos que tão sendo preparado pra ela receber. Se nesse intervalo de tempo a gente não conseguir montar tudo que a Caixa existe... Essa liminar tem um tempo, digamos, dez dias. Se a gente extrapolar esse tempo, ela não recebe. O que é muito ruim, porque o programa ele diz o seguinte: não pode passar mais de doze meses sem movimentar. Quando você sai desse universo temporal, você vai pra um enquadramento que se chama tomada de conta, que aí você fica como se fosse uma, uma cobrança em cima de você. A gente tem prazo pra tudo isso. O risco existe, porque se esse outro que eu tô falando, tem doze lotes de encostas, a gente realizou três, certo? Com essas chuvas, caíram não sei quantas barreiras, morreram pessoas, tudo.. E o ministério não libera o recurso, entendeu? Então o risco existe...

Laura: Entendi... É, eu ia te perguntar outra coisa. Ah! Você falou do ministério extinto aí, eu me lembrei que Bruno Araújo era ministro durante algum, algum... Coincidiu, né? Se isso de alguma forma facilitou a interlocução ou não. Ou se foi anterior a ele... Como é que foi?

Rúbia: Ele teve uma participação pequena nisso, sabe? Mas era pernambucano, né? Acho que de certa forma ajudou.

Laura: Mas nessa época, então, que vocês negociaram? Foi na época que ele tava lá?

Rúbia: Foi um pouquinho antes de Bruno, mas Bruno teve um detalhezinho meio chato desse projeto, que a Caixa Econômica glosou uma passarela que vai ser feita de serviço. E era em torno de R\$ 10 milhões, R\$ 12 milhões, sei lá. Tirou do... Que a gente não podia usar o dinheiro pra fazer isso. E aí a gente tratou isso diretamente com Bruno, fez uma justificativa e tal e conseguiu então enquadrar desse jeito, sabe? Ele deu uma ajuda nisso.

Laura: Entendi. Outra coisa que eu ia te perguntar... ah! Assim, na verdade, eu tô tentando não aprofundar essa parte de datas na entrevista porque naturalmente vocês têm outras coisas no juízo pra lembrar precisamente. Mas uma das etapas do meu trabalho é justamente reconstituir, fazer essa reconstituição numa espécie de timeline dessa, desse caso.

Rúbia: Eu na verdade não sei se essa reunião com o prefeito foi em quatorze ou foi em quinze.

Laura: Não, é. Mas a do prefeito eu consigo recuperar...

Rúbia: É, porque minha memória está realmente misturada, porque já foram tantos momentos, que eu não sei se essa reunião foi em maio de 2015, certo? Ou foi catorze.

Laura: Não, mas fique tranquila. Algumas coisas que eu vou perguntar aqui a data, se você não lembrar, como é que eu consigo descobrir essas datas macro, assim, né? No sentido de... Quais seriam, por exemplo, é... A primeira vez que vocês falaram ou lançaram a via expressa, por exemplo. Quando foi lançada a história da via expressa. Ai a outra era a data de expiração da verba, né? Porque eu lembro que o caldo engrossou justamente porque vocês tinham que usar a verba antes que expirasse, pelo menos nos outros relatos, né? Posso estar errada mas enfim. O prazo de expiração da verba inicial, pelo menos... Quê mais? E até ter acesso ao projeto. Porque assim, eu vi uma foto só no JC do projeto com as duas faixas, mas já incluía a ciclovia, por exemplo. E era só um print, sabe? Se eu tenho como ter acesso a alguns desses documentos tanto pra balizar essa questão das datas como pra visualizar essas propostas, sabe? A primeira versão que tinha quatro faixas, a segunda que tinha duas e ciclofaixa, e aí a do Parque já é mais atual, é mais fácil de pegar, inclusive com a própria equipe do Inciti, se for o caso, mas essas outras da URB é que eu tô um pouco patinando na questão das datas, por exemplo, eu vi também uma matéria no site da prefeitura, que era Geraldo Júlio lá, 2013, lá com Dilma pra tratar do PAC, numa reunião sobre o PAC, então meio que eu tenho esse referencial temporal, sabe? Um pouco antes disso eu já não consegui achar... Não é uma resposta pra agora, mas se tu podes me ajudar a levantar esse... ou que poderia me ajudar a levantar esses marcos, sabe? De projeto e de data.

Rúbia: Tá. A gente forneceu isso pra Maurício Guerra, que era secretário-executivo de Meio Ambiente. Ele fez um, não sei se foi mestrado, se foi um MBA. A gente passou tudo isso pra ele. Mas aí veja o que você quer, me mande por escrito que eu vejo lá o que é que eu posso mandar, tem muita coisa, né? Tem o primeiro projeto, que eu acho que era uma plantinha só pra você ver e tem o último, porque do segundo pro terceiro, né? Que eu digo assim, o Parque do jeito que ele foi concebido agora, são nuances muito pequenas, entendeu?

Laura: Foi o que Raquel me falou, lá do Parque. Ela também disse isso que era uma coisa pequena. Eu acho que mais importante...

Rúbia: É. A primeira licitação foi em dezembro de 2016.

Laura: É, É. Esses mais recentes é mais fácil de levantar. Inclusive porque eu peguei a clipagem do Parque Capibaribe de 2016 e 2017. Então é mais fácil. Tô pensando até em pedir a eles as anteriores, 2014, 2015. Que eles devem ter também, porque talvez me ajude. Mas antes de 2014, por exemplo, já fica mais complicado, entendesse? Até pra achar matéria sobre isso e tal. Aí assim, o que vocês conseguirem me mandar... Eu vou passar o e-mail pra você. E se você quiser me passar também o contato de Maurício Guerra, porque aí eu já posso olhar o que ele tem, e aí peço só o que eventualmente não tenha com ele.

Rúbia: Ele tem, ele tem tudinho. Eu mando o contato dele pra você.

Laura: Pronto, eu já pulo uma etapa, né? É... pronto, Rúbia, eu não sei. Tem mais alguma coisa desse processo que você ache importante falar, enfim... Ou de positivo ou de negativo, enfim o que você enxerga que a gente não cobriu aqui nessa conversa e que seria importante.

Rúbia: Não, eu acho que tá bem amarradinha. Eu ressalto uma participação positiva da população. Eu acho que o projeto cresceu, entendeu? Foi muito importante. É uma coisa que a gente sabe que não dá certo mais essas imposições, né? Você vem com o projeto pronto e lança e vai simhora. Quando você tem a participação da população é muito mais eficaz.

Laura: Entendi, entendi. E teria alguém que você sugere falar? Porque assim, na verdade eu ainda, uma pessoa que eu acho que ainda pode ajudar no sentido de dar o contraponto seria Braga, porque era

da secretaria de mobilidade, né? Tá aqui na minha listinha. Mas de repente tem alguma outra pessoa que você ache que, enfim, seria interessante que eu falasse pra dar esse contraponto.

Rúbia: Veja, eu... Você pode até ouvir Braga, viu? Eu acho que ele não vai lhe acrescentar muita coisa não, porque ele não participou de discussão nenhuma.

Laura: Entendi. Ele apareceu pra mim numa reunião que teve lá nos Manguinhos, eu acho que foi em 2015. Inclusive eu tava nessa reunião... E aí vendo as fotos eu lembrei que ele tava lá. E aí, enfim, ele apareceu pra mim nesse sentido de que como a primeira proposta era via expressa e ele tava nessa apresentação do Parque Capibaribe lá de alguma forma. Aí eu disse: não, de repente tem algum ponto de vista... Porque no final das contas, eu tenho muita gente que fala do desenrolar da conversa, mesmo vocês sendo da URB, você e Norah que eram meio que a origem do outro projeto, mas vocês já têm uma ideia de, passado todo o processo, que o desfecho foi positivo e tudo mais, né? Mas enfim, tá me faltando ainda alguém que levantasse essa bandeira, não sei se alguém das próprias Graças, não sei...

Rúbia: Eu acho, acho que você deveria ouvir o pessoal das Graças.

Laura: Não, eu ouvi. Mas o pessoal das Graças tá ainda do lado do Parque, entendeu? Eu precisava de uma visão que fosse assim “ah não, a gente meio que ainda acredita”, não ainda acredita... mas “a gente defendeu mesmo a via expressa”, entendeu? Não é forçando a barra, mas é só pra aparecer, pra que essa força antagônica também apareça, entendeu? Porque no final, depois que tudo acabou, ficou tudo certo, tudo bem, pacificou. Mas em algum momento tinha alguém que não concordava com aquilo. Quem era essa pessoa? Entendeu?

Rúbia: Rapaz, tem muita gente. O dono do posto de gasolina mesmo é contrário demais, não sei se ele já mudou. Ele disse que ia perder clientela, que num sei quê, que o carro num sei quê, enfim. É um contato pra você fazer mesmo, porque eu acho que até hoje ele não mudou de ideia não.

Laura: Uhum. Entendi. Pronto. Eu vou levantar essa bola de novo. Mas se você por acaso lembrar de alguém, ou sei lá alguém que tenha interlocução, que possa falar, no caso né? Ou da URB ou da Caixa ou da prefeitura...

Rúbia: Tem pessoas que foram importantes no processo, né? Tem Aluizio Camara que foi até assessor de, do vereador, de Ivan...

ANEXO A - MATÉRIAS MAIS RELEVANTES NO PERÍODO

29 de agosto de 2017



COTIDIANO GRAÇAS | JAQUEIRA | DERBY NOTÍCIAS

Parque Graças: o projeto, tintim por tintim

por
Paula Melopublicado em
29/08/2017

1

Mais de cem pessoas participaram da **reunião** realizada na noite desta segunda-feira (28), no Graças Food Park. O motivo que levou tantos moradores das Graças, na Zona Norte do Recife, à Rua das Pernambucanas foi que seria ali apresentada a 2ª etapa do Parque Capibaribe, trecho batizado de "Parque Graças", já que vai da Ponte da Capunga à Ponte da Torre.

VEJA TAMBÉM:

[Rio Capibaribe: um zoo a céu aberto](#)[3ª etapa do Parque Capibaribe será da Ponte da Torre ao Jardim do Baobá](#)

Estiveram presentes o secretário Bruno Schwambach e o secretário executivo Romero Pereira (ambos da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade do Recife), o presidente da URB Recife, João Alberto Farias, Circe Monteiro e Ana Raquel Meneses, do INCITI, entre outros.

Link para a matéria: <https://poraqui.com/gracas/parque-gracas-o-projeto-tintim-por-tintim/>

02 de agosto de 2017



Foto: Silvia Laurentino/colaboração

COTIDIANO DESTAQUE GRAÇAS | JAQUEIRA | DERBY NOTÍCIAS

Parque Capibaribe: construções ilegais começam a ser derrubadas

por
Paula Melo

publicado em
02/08/2017

1

Moradores da Rua Osvaldo Salsa, nas Graças, Zona Norte do Recife, presenciaram uma cena, no mínimo, inusitada na manhã da última terça-feira, 1º de agosto. Tratores demoliram a quadra de esportes e o muro de um edifício localizado no fim da rua, na beira do Rio Capibaribe. Segundo a Autarquia de Urbanização do Recife (URB), haverá demolição de outras construções particulares que ficam no trajeto onde será construído o Parque Capibaribe.

Link: <https://poraqui.com/gracas/parque-capibaribe-construcoes-ilegais-sao-derrubadas/>

06 de julho de 2017

Bruno Schwambach: Uma nova concepção para as margens do Capibaribe nas Graças

Bruno Schwambach é secretário de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife

Publicado em: 06/07/2017 07:31 Atualizado em:

No dia 15 de março de 2014, a manchete de capa do **Diário de Pernambuco** anunciava em letras maiúsculas: "A nova beira rio vai sair do papel". No topo da página, uma ilustração mostrava o que, na época, era a concepção da obra: uma "autoestrada" de quatro faixas para carros, ainda refletindo uma visão ultrapassada que teve seu auge no século 20. Além disso, o projeto estava em franca contradição com princípios norteadores do Parque Capibaribe - Caminho das Capivaras, iniciativa da atual gestão municipal que já era realidade àquela altura, com o convênio com a UFPE assinado seis meses antes, cujo objetivo é transformar as margens do rio em um grande corredor para pedestres e ciclistas, com parques, praças e equipamentos públicos.

Aquela "via expressa", projetada em gestão anterior, não fazia sentido. Sabendo disso, o prefeito Geraldo Julio recolocou o projeto em discussão e, após amplo debate com a população, mudou completamente seu conceito. Em vez das quatro vias de asfalto, as margens do Capibaribe, entre as Pontes da Torre e da Capunga, agora ganharão características de via local e serão urbanizadas com passeios, ciclovia, áreas de convivência e espaços de aproximação com o rio, além de um refúgio para capivaras. Também haverá passarelas sob as pontes, mirante e dois pieres para pequenas embarcações.

A nova concepção do projeto vem de encontro também ao Plano de Baixo Carbono do Recife, que estimula o uso de bicicletas e o caminhar como forma de deslocamento, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa. Além de todos os avanços urbanísticos, a mudança gerou uma significativa economia de recursos públicos, já que o orçamento caiu de R\$ 57 milhões para cerca de R\$ 27 milhões. Os trâmites burocráticos foram superados e a obra teve início neste mês de junho, com prazo de 18 meses para sua conclusão e financiamento assegurado pelo Ministério das Cidades, por meio da Caixa Econômica Federal.

Foi um processo emblemático, que comprovou, mais uma vez, a disposição da atual gestão municipal para quebrar paradigmas e evitar a inércia que com frequência guia as ações do poder público. Ouvindo a população, a Prefeitura do Recife transformou um projeto conservador, típico do século passado, numa proposta moderna, que mira o futuro, voltada não para os carros, mas para o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Seguindo essa mesma linha, o projeto Parque Capibaribe já entregou o Jardim do Baobá, exemplo de sucesso, utilizado por centenas de famílias que começam a estabelecer uma nova relação com a cidade e com nosso principal rio. É um processo que está em pleno andamento, com foco nas próximas gerações e que, ao ser validado pela população, será irreversível.

Link para a matéria:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2017/06/doacao-para-obra-do-parque-capibaribe.html>

24 de junho de 2017

Doação para obra do Parque Capibaribe

Publicação: 24/06/2017 03:00

Recentemente, o Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau) doou um terreno situado às margens do Rio Capibaribe para a implantação do projeto Parque Capibaribe. A área, que possui em torno de dois mil metros quadrados, foi adquirida junto com a antiga Fundação Capunga para a instalação do Bloco C da Uninassau há mais de dez anos. Atualmente, o terreno é utilizado para estacionamento. A ideia é que, com a assinatura do contrato, o trecho seja integrado ao projeto Parque Capibaribe, que tem como principal objetivo elevar a taxa de área verde pública da capital pernambucana. Hoje o índice é de 1,2 metros quadrados por habitante. A meta é de 20 metros quadrados por habitante em 2037, quando o Recife completa 500 anos.

O processo de doação formal está em andamento, porém, o Grupo Ser Educacional já autorizou a prefeitura a iniciar as obras no mês de julho, período de recesso acadêmico. “O projeto Parque Capibaribe trará diversos benefícios para a cidade, em especial aos moradores do bairro das Graças e os alunos da Uninassau. A revitalização da Beira Rio terá um impacto bastante positivo em termos ambientais, de mobilidade, de ordenamento urbano e, principalmente, na qualidade de vida da população. Outro fator importante é a aproximação das pessoas com o Rio Capibaribe, já que espaços de contemplação serão criados na área. Essa obra trará mais vida para o bairro e para a cidade do Recife como um todo”, afirma o CEO do grupo Ser Educacional, Jânio Diniz.

Atualmente, a área que será doada ao Parque Capibaribe funciona o estacionamento de alunos e professores da Uninassau. “Foi uma questão de respeito pela cidade e por projetos modernos e inovadores que primem pela preservação do meio ambiente e qualidade de vida da população. O Grupo Ser Educacional tem um compromisso social muito forte com a cidade e com o estado e não seria em nenhuma hipótese empecilho para a concretização da obra”.

Segundo o executivo, em 2016, outra área foi doada pelo Grupo Ser Educacional para a Prefeitura do Recife. “Nos referimos à faixa F que fica na Beira Rio, no bairro do Derby, próxima ao Hospital da Polícia Militar. Esse local servirá para a viabilização de mais uma etapa do projeto, que vai da Ponte da Capunga à Ponte do Derby. No local será construída uma praça de alimentação, que viabilizará o disciplinamento do comércio ambulante na área, beneficiando assim todos os envolvidos e revitalizando a área por completo. Também serão construídas áreas para lazer que fazem parte do Projeto Capibaribe, que irá beneficiar moradores do bairro das Graças e entorno”.

Link para a matéria:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2017/06/doacao-para-obra-do-parque-capibaribe.html>

02 de junho de 2017

Capibaribe terá sua Via Parque

As obras que farão ligação entre as pontes da Torre e Capunga serão iniciadas neste mês e integram a segunda etapa do Parque Capibaribe

Por: Diário de Pernambuco

Publicado em: 02/06/2017 09:28 Atualizado em:



Foto: Parque Capibaribe/Divulgação

Quando o primeiro trecho do Jardim do Baobá, nas margens do Rio Capibaribe, foi entregue à população, em setembro de 2016, dava-se início, ali, a uma nova perspectiva de olhar e vivência do rio na cena urbana. A segunda etapa da urbanização do Capibaribe, no trecho entre as pontes da Torre e da Capunga, foi assinada ontem pelo prefeito Geraldo Jullo. O projeto, que inicialmente teria quatro vias para carros, foi modificado pela ação dos moradores para ser uma Via Parque.

A urbanização dos 30 km das margens do rio, que darão lugar a um grande parque urbano, está sendo feita por etapas e a Via Parque pode ser considerada a segunda ação do projeto. "Agora teremos um trecho maior, um espaço que foi construído em conjunto com a população", destacou o prefeito. Orçado em R\$ 26 milhões, por meio de financiamento entre a Caixa Econômica Federal e o Ministério das cidades, o projeto tem um prazo de um ano e seis meses para execução.

02 de junho de 2017

Via Parque à beira do Capibaribe será interligada ao Jardim do Baobá

A via corresponde à segunda etapa do Parque Capibaribe, projetado para as margens do rio na cidade do Recife

Publicado em 02/06/2017, às 08h08



A nova etapa do Parque Capibaribe será implantada no bairro das Graças, entre as Pontes da Capunga e da Torre.
Foto: Guga Matos/JC Imagem

Da Editoria Cidades

A **segunda etapa do Parque Capibaribe**, nas Graças, Zona Norte do Recife, teve a obra iniciada nesta quinta-feira (1º) e vai abrir para a cidade as margens do Rio Capibaribe da Ponte da Torre à Ponte da Capunga. Com 950 metros de extensão, a Via Parque, no futuro, será interligada ao Jardim do Baobá, primeiro trecho inaugurado do parque, também nas Graças.

"Estamos trabalhando na elaboração do projeto desse caminho entre o Jardim do Baobá e a Ponte da Torre, que tem 400 metros de extensão, e negociando recursos. A intenção é

Link para matéria:

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/cienciamambiente/noticia/2017/06/02/via-parque-a-beira-do-capibaribe-sera-interligada-ao-jardim-do-baoba-287355.php>

01 de junho de 2017



Foto: Fernanda

COTIDIANO

GRAÇAS | JAQUEIRA | DERBY

NOTÍCIAS

Geraldo Julio assina ordem de serviço, e obra do Parque Capibaribe tem início imediato

por
Paula Melo

publicado em
01/06/2017

10

Um palanque montando no final da Rua das Pernambucanas, na manhã da quarta-feira (31), indicava que alguma coisa importante aconteceria ali. O céu dera uma trégua. Junho amanhecera ensolarado. Um bom sinal, aparentemente.

A quinta-feira (1) entraria para a história do bairro das Graças. O prefeito Geraldo Julio assinava, ali, na frente de todos, a ordem de serviço da obra da segunda etapa do Parque Capibaribe – Caminho das Capivaras, que teria início naquele dia mesmo.

Os moradores da localidade, principalmente os integrantes da Associação por Amor às Graças, não conseguiam esconder a felicidade. **Não havia dúvidas – até o prefeito reconheceria em sua fala – eles eram os responsáveis por tornar o projeto mais humano.**

Link para a matéria: <https://poraqui.com/gracas/geraldo-julio-assina-ordem-de-servico-e-obra-do-parque-capibaribe-tem-inicio-imediato/>

31.05.17



O prefeito Geraldo Julio deve vir ao bairro das Graças nesta quinta, 1º de junho, às 8h30, para assinar a ordem de serviço que autoriza o início das obras da segunda etapa do Parque Capibaribe, a Via Parque das Graças (a primeira é o Jardim do Baobá).

O ato, que deve contar com a presença de moradores e integrantes da Associação por Amor às Graças e acontece no fim da Rua das Pernambucanas, próximo à beira-rio, está na agenda oficial do prefeito. Segundo sua assessoria, a presença do mandatário, apesar de ser um evento oficial, ainda não está confirmada por conta das chuvas que acontecem no Recife.

Ainda conforme informações passadas pela assessoria, as obras da Via Parque devem começar imediatamente, ou seja, ainda nesta semana, logo após a assinatura da ordem de serviço.

Além do prefeito, devem participar também o secretário de meio ambiente da cidade do Recife, Bruno Schwambach, o secretário de infraestrutura e habitação, Roberto Gusmão, a ex-secretária Cida Pedrosa e integrantes do Inciti, entre outros.

Para Lúcia Moura, presidente da Associação por Amor às Graças, o início das obras é a **coroação de uma vitória**. "Conseguimos realizar uma parte do pleito, graças à comunidade, que se uniu", comemora.

O projeto, que inicialmente previa a construção de uma via expressa, foi modificado depois que a associação de moradores fez pressão junto aos órgãos do governo para que fosse construído ali um espaço de convivência.

Via Parque -Jardins, praças, brinquedos, uma passarela de acesso ao rio e um pier flutuante estão entre os equipamentos previstos para a etapa do projeto Parque Capibaribe que ficará nas Graças.

Uma via compartilhada por carros, bicicletas e pedestres também está no projeto, que, quando finalizado, vai cobrir uma área de quase 1 km de extensão de uma ponte à outra.

Não se trata, no entanto, de uma via expressa, já que haverá trechos exclusivos para pedestres e veículos de duas rodas não motorizados.

Link para a matéria:

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/05/12/segunda-etapa-do-parque-capibaribe-comeca-em-junho-no-recife-283097.php>

12.05.17

HOME » CIDADES » GERAL

PARQUE CAPIBARIBE



Segunda etapa do Parque Capibaribe começa em junho no Recife

O novo trecho do Projeto Parque Capibaribe será implantado às margens do rio, entre as Pontes da Torre e da Capunga, nas Graças.

Publicado em 12/05/2017, às 08h08



Simulação de playground do novo trecho do Parque Capibaribe, na Zona Norte do Recife

Foto: Divulgação/Prefeitura do Recife

Da Editoria Cidades

O primeiro trecho da nova etapa de implantação do Parque Capibaribe, entre as Pontes da Capunga e da Torre, nas Graças, bairro da Zona Norte da capital pernambucana, terá início em junho de 2017. De acordo com a Empresa de Urbanização do Recife (Urb), responsável pela obra, a licitação para escolha da empresa que executará a **Via Parque** corre no prazo previsto e será finalizada até o fim de maio.

Link para a matéria:

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/05/12/segunda-etapa-do-parque-capibaribe-comeca-em-junho-no-recife-283097.php>

09.02.17

INFRAESTRUTURA | 09.02.17 - 16H06

Prefeitura apresenta projeto de requalificação da Beira Rio para moradores

Gosto 2 Partilhar Tweet



Reunião aconteceu na sede da URB Recife, órgão responsável pela licitação e execução do projeto (Foto: Cortesia)

Representantes da Prefeitura do Recife apresentaram, nesta quinta-feira (09), o projeto de requalificação da Avenida Beira Rio, nos trechos entre as Pontes da Torre e da Capunga, aos integrantes da Associação Por Amor às Graças. O encontro teve como objetivo o alinhamento de informações entre o poder público e a sociedade para que a obra, que está em fase de licitação, seja executada dentro do planejado e sem entraves. Entre os membros da Prefeitura, estavam presentes os secretários de Infraestrutura e Habitação, Roberto Gusmão; de Mobilidade e Controle Urbano, João Braga; e de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, Bruno Schwambach; além da diretora presidente da URB, Norah Neves e do corpo técnico das secretarias envolvidas.

Abrindo a reunião, o secretário Roberto Gusmão deixou claro todo o esforço da Prefeitura em planejar a obra para evitar futuras dificuldades. "A obra está estudada e planejada no que diz respeito à engenharia. Já temos as licenças de construção e também a ambiental. Toda a intervenção está aprovada e será monitorada de forma permanente para que a gente possa garantir a obra será realizada no prazo previsto", esclareceu o secretário. Já a diretora presidente da URB lembrou o início das discussões com a comunidade das Graças. "Particpei da primeira reunião entre a Prefeitura e a Associação por Amor às Graças. Na época, tínhamos um projeto já aprovado pelo agente financiador, mas fizemos questão de escutar as demandas da comunidade e incorporá-las", disse Norah Neves.

Na reunião, a diretora de Planejamento e Projetos da URB, Rúbia Campelo, fez um retrospecto de

<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/09/02/2017/prefeitura-apresenta-projeto-de-requalificacao-da-beira-rio-para-moradores>

09.02.17



Foto: Divulgação

Repasses e ações do tucano

No discurso, Álvaro Porto apresentou lista de obras e projetos tocados pelo Ministério das Cidades no Estado.

Na Região Metropolitana citou a readequação dos projetos do PAC Beberibe II e PAC Cordeliro, com financiamento de R\$ 200 milhões e elencou repasses por municípios: Jaboatão recebeu R\$ 19 milhões para a Urbanização da comunidade de Aritana e Olinda obteve R\$ 22,9 milhões para a Via Metropolitana Norte. Por sua vez, Paulista terá R\$ 40 milhões para saneamento.

Para o Recife, a pasta destinou R\$ 38 milhões para obras de encostas em dez bairros e outros R\$ 54 milhões para a execução do Parque Capibaribe, entre as Pontes da Capunga e da Torre. Ainda para a capital, foi autorizado o repasse de R\$ 105 milhões para melhorias de calçadas.

Link para a matéria: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2017/02/09/eleicoes-2018-alvaro-porto-enaltece-atuacao-de-bruno-em-ministerio-e-diz-que-pernambuco-precisa-reconhecer-investimentos-federais/>

03.02.17

DIÁRIO de PERNAMBUCO
IMPRESSO

Via Parque começa neste semestre

Projeto de urbanização das margens do Rio Capibaribe no trecho entre as pontes da Capunga e Torre terá empresa escolhida em março



Projeto vai requalificar as margens do Capibaribe e criar sistema de mobilidade

A abertura da licitação das obras da Via Parque, no trecho entre a Ponte da Capunga e a Ponte da Torre, acontecerá no dia 7 de março, quando será escolhida a empresa executora das obras que vão requalificar as margens do Rio Capibaribe e criar um novo esquema de mobilidade no bairro das Graças. A estimativa é que os serviços comecem no primeiro semestre deste ano, com tempo previsto de execução de 18 meses.

O primeiro projeto previa uma via com quatro faixas, mas acabou sendo alterado após reação da sociedade. A obra de infraestrutura dos 950 metros da Via Parque está orçada em R\$ 30 milhões e prevê, além da pavimentação, plano de drenagem, iluminação e arborização. Hoje, a área serve para depósito de lixo, estacionamento e há construções irregulares avançando dentro do rio.

Link da matéria:

<http://www.impreso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2017/02/via-parque-comeca-neste-semester.html>

30.12.16



CONTINUA

Prefeitura do Recife lança edital de licitação da Via Parque

Projeto prevê a requalificação urbanística do espaço priorizando pedestres e ciclistas, integrando todo o bairro das Graças

Por: portal FolhaPE em 30/12/16 às 13H57, atualizado em 30/12/16 às 14H02



Via Parque
requalificação

A Prefeitura do Recife lançou, na última quinta-feira (29), o edital de licitação para as obras da Via Parque, trecho do Parque Capibaribe entre as pontes da Capunga e da Torre. O projeto, contratado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smas), foi elaborado pelo grupo Inovação e Pesquisa para as Cidades (InCiti), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e amplamente discutido com a sociedade civil, prevê a requalificação urbanística do espaço priorizando pedestres e ciclistas, integrando todo o bairro das Graças.

As obras serão executadas pela Empresa de Urbanização do Recife (URB) e devem começar no primeiro semestre de 2017. Os recursos já estão assegurados por meio de financiamento com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades.

O projeto da Via Parque prevê uma faixa para carro compartilhada com bicicleta em dois trechos: da Ponte da Capunga até a Rua Dom Sebastião Leme e da Rua Manoel de Almeida em direção à Ponte da Torre. Também haverá um pier no Rio Capibaribe na altura da Rua das Pernambucanas, um

mirante na Rua Dom Sebastião Leme e duas passarelas sob as pontes. Além disso, será criado um refúgio para capivaras. Ao todo, serão construídos passeios, ciclovia, áreas de estar, espaço de aproximação com o rio, passarelas e píeres para pequenas embarcações.

A Via Parque faz parte de um projeto maior, o Parque Capibaribe, que pretende envolver mais de um terço da área da cidade e beneficiará 42 bairros, atingindo diretamente 445 mil habitantes do Recife. O projeto urbanístico tem como objetivo sanear e repaginar 30 km das margens do Rio Capibaribe, do Centro ao bairro da Várzea.

O Parque teve início em 2013, sendo fruto de um convênio de cooperação técnica entre a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), através da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smas), e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nos dois primeiros anos, houve um repasse de R\$ 2,4 milhões para a UFPE. Em 2015, o convênio foi renovado por três anos no valor de R\$ 5,2 milhões.

30.12.16



Ministério das Cidades vai financiar Parque Capibaribe entre as pontes da Capunga e Torre

Publicado por jamildo em Notícias às 12:03



A Prefeitura do Recife lançou nesta quinta-feira (29/12) o edital de licitação para as obras da Via Parque, trecho do Parque Capibaribe entre as pontes da Capunga e da Torre.

O projeto, contratado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smas), prevê a requalificação urbanística do espaço priorizando pedestres e ciclistas, integrando todo o bairro das Graças.

As obras serão executadas pela Empresa de Urbanização do Recife (URB) e devem começar no primeiro semestre de 2017.

Segundo a PCR, Os recursos já estão assegurados por meio de financiamento com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades.

O projeto da Via Parque prevê uma faixa para carro compartilhada com bicicleta em dois trechos: da Ponte da Capunga até a Rua Dom Sebastião Leme e da Rua Manoel de Almeida em direção à Ponte da Torre.

Também haverá um pier no Rio Capibaribe na altura da Rua das Pernambucanas, um mirante na Rua Dom Sebastião Leme e duas passarelas sob as pontes. Além disso, será criado um refúgio para capivaras.

<https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2016/02/29/orcado-em-r-22-milhoes-projeto-da-beira-rio-das-gracas-sera-apresentado-nesta-segunda/>



RECIFE

Jardim do Baobá recebe atividade de lazer inaugural neste domingo

Obra ainda não foi concluída

Publicado em: 09/09/2016 15:28 Atualizado em:

Primeiro trecho implantado do Projeto Parque Capibaribe, o Jardim do Baobá, no bairro das Graças, Zona Norte do Recife, receberá atividades de lazer e educação ambiental neste domingo. A programação acontecerá das 9h às 17h.

O espaço de 2,2 mil metros quadrados ainda está em construção, mas alguns equipamentos já podem ser usados, como uma mesa de 10,5 metros para piqueniques e jogos e três balanços-escultura de seis metros de altura para crianças e adultos. O público também poderá fazer ioga, meditação, pilates e esportes, entre outras atrações.

10.08.16

Jardim do Baobá no centro de polêmica

Grupos fazem abaixo-assinados defendendo visões diversas sobre projeto urbanístico nas Graças

Publicação: 10/08/2016 03:00



Projeto está previsto para ficar pronto em setembro.

Primeira etapa do Parque Capibaribe, o Jardim do Baobá, nas Graças, está no centro de uma polêmica. Projetado como área de contemplação em uma lógica de deslocamento não motorizado, o jardim é razão de dois abaixo-assinados - um lançado ontem e outro há cerca de um mês. O documento mais recente, disponível no site Change.org, já recebeu mais de mil assinaturas. Defende a priorização de espaços verdes. O outro, enviado à prefeitura e à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, pede mais vagas de estacionamento, que já foram aumentadas de sete a 16.

A documento lançado ontem é conduzido pelo Movimento Jardim do Baobá, Projeto Parque Capibaribe, InCiti, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Observatório do Recife, Ameciclo e Meu Recife. "Queremos mostrar que grande parte dos moradores tem a ideia de fazer uma cidade para pessoas", explicou uma das coordenadoras do InCiti e professora da UFPE Circe Monteiro.

O outra coleta foi conduzida por moradores e empresários. Eles afirmam que não foram consultados e que a obra trará prejuízos. Pedem a paralisação do serviço e a aprovação pela maioria dos usuários da microrregião. "A obra é bonita, mas será um problema para estacionamento", pontua o morador e analista judiciário Felipe Dubeux, 29 anos.

A secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade afirmou que tenta compatibilizar os interesses, mas que a prioridade é implantar o conceito de cidade-parque. "O jardim é o marco inicial de um projeto que entende a cidade para as pessoas, aliando a qualidade de vida com a dimensão ambiental. Há um embate e estamos abertos ao diálogo", esclareceu a secretária Inamara Melo.

Jardim do Baobá

- 3,8 mil metros quadrados
- R\$ 1,5 milhão de investimento
- 3 balanços duplos
- 1 mesa comunitária
- 1 pier flutuante

Entenda o projeto Parque Capibaribe

Prevê a instalação de um sistema de mobilidade não motorizada, por meio de passeios qualificados e cicloviárias, assim como espaços de contemplação do Rio Capibaribe

- 33 bairros serão diretamente envolvidos
- 30 km de extensão
- 7.250 hectares de área

Link para a matéria:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2016/08/jardim-do-baoba-no-centro-de-polemica.html>



Esta tarde **Recife anuncia início das obras do Jardim do Baobá** Novo espaço de lazer e contemplação será construído às margens do Rio Capibaribe, no bairro das Graças

Publicado em: 31/03/2016 09:56 Atualizado em: 31/03/2016 10:10



Link da matéria: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2016/03/recife-anuncia-inicio-das-obras-do-jardim-do-baoba.html>

28.03.16

Com Jardim do Baobá, Parque Capibaribe começa a sair do papel

Primeira etapa do novo parque da prefeitura será construída no entorno do baobá mais antigo do Recife

Publicado em 28/03/2016, às 06h22



Jardim será construído em torno de baobá mais antigo do Recife, segundo a prefeitura
Imagem: Google Maps

Paulo Veras

Projeto ambicioso de revitalização urbana no entorno do rio, o **Parque Capibaribe** começa a sair do papel nesta segunda-feira (28), quando a Prefeitura do Recife lança as obras de construção do Jardim do Baobá, no trecho de margem que fica entre as ruas Madre Loyola e Antônio Celso Uchoa Cavalcanti, por trás da Estação Ponte D'Uchoa. Prometido como pedra fundamental do parque, o jardim deve incluir a construção de um pier flutuante, brinquedos infantis e mesas para piqueniques, além de um espaço que busca levantar a reflexão entre o baobá e a história da cultura africana.

Orçado em R\$ 1,5 milhão, o jardim será financiado em uma parceria com o Hospital Português, dentro do programa de revitalização de áreas verdes da PCR, e deve ser concluído em

Link da matéria: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/03/28/com-jardim-do-baoba-parque-capibaribe-comeca-a-sair-do-papel-228243.php>

01.03.2016



Parque Capibaribe: obras saem em junho

Prazo depende da conclusão do processo licitatório junto ao Governo Federal. Projeto custará R\$ 54 mi

Parque Capibaribe, - projeto que prevê ações de transformação do Recife em cidade-parque até o ano de 2037, quando a capital completará 500 anos - tem a sua primeira etapa definida e com estimativa de início de obras para junho deste ano. A informação foi repassada à Folha pela diretora de Planejamento e Projetos da Empresa de Urbanização do Recife (URB), Conceição Lafaiete, ontem, durante reunião para a apresentação das diretrizes do projeto aos moradores do bairro das Graças.

Segunda a diretora, para que isso ocorra é necessário a conclusão do processo licitatório junto ao Governo Federal. O orçamento previsto é de R\$ 54 milhões, sendo R\$ 22 milhões apenas para a execução da primeira etapa. Hoje, diretores da URB se reúnem em Brasília com representantes do Ministério das Cidades, para buscar a aprovação da alteração do projeto, que até o ano passado previa a implantação de quatro faixas de rolamento para veículos que compreendia o trecho do Parque Santana até a ponte da Torre.

No entanto, por desaprovação e resistência dos moradores das Graças, o plano foi alterado para a construção de apenas uma via compartilhada (carro, bicicleta e pedestre) com equipamentos de lazer e espaços de aproximação da população com o rio Capibaribe. O bairro terá um parque e uma via que será de velocidade reduzida para veículos em 30 Km/h, compreendendo o trecho de sentido único da ponte da Capunga, na Madalena, até o elevador da Torre.

01.03.2016

DIÁRIO de **PERNAMBUCO**
IMPRESSO

Moradores aprovam a Via Parque

A versão final do projeto no trecho do Parque Capibaribe entre as pontes da Capunga e da Torre foi apresentada ontem pela PCR no bairro das Graças



A versão final do projeto da Via Parque, como foi chamado o trecho do Parque Capibaribe entre as pontes da Capunga e da Torre, nas Graças, foi apresentada aos moradores do bairro da Zona Norte do Recife na noite de ontem. Detalhes técnicos, características do equipamento urbano e o orçamento da obra foram apresentados pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife e por professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que elaboraram, no grupo Inovação e Pesquisa para as Cidades (InCiti), o projeto básico. Após seis anos de discussões, os moradores das Graças aprovaram a versão apresentada.

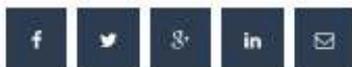
Ao longo do desenvolvimento do projeto, audiências, workshops e eventos foram promovidos para ouvir a população diretamente impactada pela obra. "Nossa voz foi ouvida no processo. No início, nos apresentaram uma via com quatro faixas para carros e rejeitamos a ideia. Hoje, temos um projeto humanizado, que agrada aos moradores", afirmou a presidente da Associação de Moradores por Amor às Graças, Lúcia Moura. Depois de acrescentar os ajustes feitos a partir da participação popular, a obra de infraestrutura prevê a construção de uma via de 4,5 metros compartilhada entre veículos motorizados (que terão velocidade máxima de 30 km/h) e bicicletas.

Link da matéria: http://www.impreso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/vida-urbana/2016/03/01/interna_vidaurbana,138729/moradores-aprovam-a-via-parque.shtml

Orçado em R\$ 22 milhões, projeto da Beira-Rio das Graças será apresentado nesta segunda

29/02/16

Publicado por jamildo em Notícias às 17:43



Avenida Beira-rio. Foto: Foto: Emar Melo/ Arquivo JC

O projeto final da Beira-Rio do bairro das Graças, na Zona Norte do Recife, será apresentado aos moradores do local nesta segunda-feira (29), às 19h, no Palácio dos Manguinhos. O projeto, localizado entre as pontes da Torre e da Capunga, modificou a ideia inicial de quatro faixas de rolamento para carros e agora prevê a construção de um corredor para pedestre e ciclistas nas margens do Rio Capibaribe, da Várzea à Boa Vista, com praças, brinquedos infantis, passarelas e mirantes.

Link da matéria: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2016/02/29/orcado-em-r-22-milhoes-projeto-da-beira-rio-das-gracas-sera-apresentado-nesta-segunda/>



Saindo do papel **Projeto da Via Parque é aprovado pela URB e deve ter obras autorizadas pela Caixa**

Com 950 metros de extensão na Beira-Rio, a via está orçada em R\$ 22 milhões e prevê pavimentação, plano de drenagem e iluminação

Por: Rosália Vasconcelos

Publicado em: 13/02/2016 07:57 Atualizado em: 13/02/2016 08:08



Link da matéria:

<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2016/02/projeto-da-via-parque-e-aprovado-pela-urb-e-deve-ter-obras-autorizadas.html>

21.06.15



21/06/2015 10h51 - Atualizado em 22/06/2015 10h26

No Recife, Graças vai ganhar sistema viário com ciclovia e área verde

Projeto liga pontes da Capunga e da Torre com ciclovia, calçadão e parque. São previstos ainda piores de observação e passarela ligando margens do rio.

Marina Barbosa
Do G1 PE



Matéria completa em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/06/no-recife-gracas-vai-ganhar-sistema-viario-com-ciclovia-e-area-verde.html>

Sexta-feira, 17 de abril de 2015.

jornal do  **commercio**

capa dois

www.jconline.com.br

repórter jc

Pág: 02.



A proposta do Parque Capibaribe para o bairro das Graças (foto), segundo resposta da assessoria do projeto a nota desta coluna, não é a de quatro faixas contínuas para carros. Essa ideia é anterior ao projeto. A via-parque servirá para o escoamento do trânsito de carros, bicicletas e pedestres, além das calçadas. O assunto está em negociação com a Urb.

Quinta-feira, 16 de abril de 2015.

jornal do  **commercio**

capa dois

www.jconline.com.br

repórter jc

Pág: 02

As Graças e o projeto

Tão importante quanto implantar projetos urbanísticos com o propósito de humanizar a cidade é o processo de discussão desses projetos. Por isso, os moradores das Graças estão temerosos de que o prefeito Geraldo Júlio tenha mantido a ideia inicial do Parque Capibaribe, que vai repaginar as margens do rio. O problema é que no trecho entre as pontes da Torre e da Capunga, onde fica o bairro, o projeto deixa de ser parque e oferece apenas quatro vias contínuas de carro. Os moradores das Graças querem vias de compartilhamento, com faixa de pedestres, ciclofaixas, espaço para quiosques e somente duas pistas para carros. Em maio, o prefeito prometeu que atenderia o pleito e fez o acordo com a população. Onze meses se passaram e até agora a nova versão não foi apresentada; nenhum retorno foi dado à comunidade. A Associação dos Moradores e Usuários das Graças protocolou carta, no dia 9, na Prefeitura do Recife, solicitando audiência com o prefeito e está planejando eventos, para chamar atenção para o problema.

Terça-feira, 24 de fevereiro de 2015.



Prefeitura do Recife prepara lançamento da primeira etapa do Parque Capibaribe



Reunião entre integrantes do projeto do Parque Capibaribe e membros da PCR. Foto: Manuela Salazar/divulgação.

Por Paulo Veras, repórter do Blog

A Prefeitura do Recife deve lançar nas próximas semanas o projeto básico da primeira etapa do **Parque Capibaribe**, projeto de parque urbanístico para o rio, que está em conclusão, mas já foi apresentado ao prefeito Geraldo Julio (PSB) e à secretária de Meio Ambiente, Cida Pedrosa.

A primeira etapa compreende o trecho entre o Parque de Santana e a Ponte da Torre. A ideia é que no trajeto sejam instalados mirantes, passarelas e praças e feita a recuperação da margem.

A ideia inicial é valorizar praças e parques já existentes e conectá-los com passeios e ciclofaixas e integrar ruas ao **Parque**. O projeto é fruto de um convênio entre a PCR e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

“Escolhemos essa área para começar por se tratar de um trecho que permite uma implantação mais simples, sem muita burocracia. Assim aceleramos o processo de encantamento dos recifenses pelo rio”, disse a arquiteta e a coordenadora Circe Monteiro.

O **Parque Capibaribe** deve ter mais de 30 quilômetros de extensão e cortar 21 bairros, da Várzea até a Boa Vista. Ele deve abranger uma área de influência de mais de 7 mil hectares e beneficiar até 400 mil pessoas.

Desde o lançamento, em abril de 2014, Geraldo Julio já disse que, devido ao valor do projeto, ele deve ser tocado em partes e não ficará pronto antes do fim do mandato que termina em 2016.

No final do ano passado, a bancada pernambucana incluiu uma emenda de R\$ 120 milhões para implantação do projeto é requalificação do Rio Capibaribe.

Em janeiro, uma expedição tentou identificar a viabilidade de expandir o programa para Camaragibe, São Lourenço da Mata, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Limoeiro e Salgadinho.

Link da matéria: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2015/02/24/prefeitura-recife-prepara-lancamento-da-primeira-etapa-parque-capibaribe/>

Domingo, 28 de setembro de 2014.

LeiaJá

Grupo protesta contra a construção de vias nas Graças
Vias poderão ser levantadas por dentro do Rio Capibaribe





Insatisfeitos com a atual mobilidade da capital pernambucana, cerca de 150 pessoas se reuniram, na tarde deste domingo (28), na Rua das Pernambucanas, no bairro das Graças, Zona Norte do Recife. O objetivo foi protestar, de forma pacífica e harmoniosa, contra a construção de quatro vias expressas que poderão ser levantadas por dentro do Rio Capibaribe. A construção pretende ligar a Ponte da Capunga à Ponte da Torre, também no bairro das Graças.

O que o grupo quer, na verdade, é um projeto que contemple a área verde da cidade, assim como os manifestantes do Movimento Ocupe Estelita. O plano sugerido pelo grupo a Prefeitura do Recife (PCR) é o do **Parque Capibaribe**, que ainda não saiu do papel, e prevê a construção de apenas duas vias.

“Sou totalmente contra a construção de quatro vias expressas aqui, no bairro das Graças. Não podemos aceitar quatro vias dentro do Rio (Capibaribe) e simplesmente deixar o mangue de lado. O **projeto Parque Capibaribe**, sim, seria uma boa ideia, porque vai dar espaço a natureza. Porém, ainda precisamos dialogar mais com a Prefeitura”, disse Ivan Moraes, presente no movimento.

A construção de duas vias compartilhadas que faz parte do projeto **Parque Capibaribe** contempla não só os carros, mas também pedestres e ciclistas. É neste plano para o bairro que Lúcia Maria, integrante da Associação por Amor as Graças, acredita que dê certo.

“Queremos a construção das vias compartilhadas e este movimento de hoje é para mostrar que apoiamos o projeto Parque Capibaribe”, relatou. Moradora do bairro das Graças há 14 anos, Lúcia não imagina como seria se o local desse espaço apenas ao tráfego de veículos. “O projeto (Parque Capibaribe) vai contemplar muita gente e ainda vai deixar ainda mais evidente o verde do nosso bairro”, concluiu.

Tranquilidade e descontração marcaram o movimento. No local, crianças brincavam e pulavam corda, enquanto grupo de amigos jogavam conversa fora. Também havia adultos e crianças pintando desenhos e tirando fotos.

Projeto Parque Capibaribe – De autoria da Prefeitura do Recife com parceria da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o plano pretende articular o Rio Capibaribe com espaços urbanos, criando ciclovias e interligando vias de ônibus no mesmo projeto. A iniciativa prevê, ainda, elevar a taxa verde da cidade do Recife. O projeto possui 30 quilômetros de extensão e tem como objetivo beneficiar 35 bairros da capital pernambucana.

Link da matéria: <http://www.leiaja.com/noticias/2014/09/28/grupo-protesta-contrucao-de-vias-nas-gracas/>

14.03.14

MENU

G1

PERNAMBUCO

NORDESTE

14/03/2014 19h20 - Atualizado em 14/03/2014 19h33

CDU aprova construção de edifício-garagem na Zona Norte do Recife

Prédio será erguido na Rua Joaquim Nabuco, Graças, e servirá à Uninassau. Como contrapartida, universidade terá que ceder um terreno à prefeitura.

Do G1 PE



Edifício-garagem da Uninassau ficará na Joaquim Nabuco
(Foto: Luna Markman / G1 PE)

O Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura do Recife aprovou, nesta sexta-feira (14), a construção de um edifício-garagem na Rua Joaquim Nabuco, no bairro das Graças, na Zona Norte da cidade, que servirá aos alunos e funcionários do Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau). O projeto prevê um imóvel com 12,7 mil metros quadrados, oito pavimentos e 450 vagas, além de bicicletário e estacionamento para motos.

Como compensação, a prefeitura pediu que a instituição doasse o terreno às

margens do Rio Capibaribe, próximo à Ponte da Capunga, onde se pretende construir uma via até a Rua Amélia. De acordo com a secretária-executiva de Licenciamento Urbano, Taciana Sotto-Mayor, a Maurício de Nassau entrou com o pedido na Prefeitura do Recife em março de 2012.

Entre os fatores que levaram à aprovação do edifício-garagem pelo CDU, está o parecer favorável da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU). "Como os carros vão entrar e

Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/03/cdu-aprova-construcao-de-edificio-garagem-na-zona-norte-do-recife.html>

28.04.14

MENU G1

PERNAMBUCO NORDESTE

28/04/2014 15h48 - Atualizado em 28/04/2014 18h13

Plano preliminar do Pq. Capibaribe prevê parques e passarelas no Recife

UFPE apresentou primeira versão do documento nesta segunda (28). Projeto visa transformar o Recife em cidade-parque até 2037.

Katherine Coutinho

Do G1 PE

CORDEIRO - CAIARA



Projeto visa integração maior da cidade com o rio, através da criação de espaços de convivência, passarelas e ciclovias (Foto: Divulgação / Parque Capibaribe)

Uma cidade integrada com o Rio Capibaribe, com pontes para cruzá-lo a pé ou de bicicleta, e ciclovias ao longo das margens. O plano preliminar do projeto Parque Capibaribe foi apresentado nesta segunda-feira (28), em consulta pública realizada no auditório do Banco Central, no **Recife**, trazendo uma proposta de reinvenção da cidade a partir de sua relação com as águas.

O objetivo principal é integrar a cidade ao rio, com um projeto que prevê a criação de 12 pontes para pedestres, além da criação de oito parques temáticos, explorando as potencialidades existentes em cada polo. Os parques próximos, como o da Jaqueira, passam a ser integrados ao rio através de ruas-parque, que seriam vias verdes, muito arborizadas, de forma a melhorar a oxigenação da cidade.



"Por muitos anos, nós demos as costas para as nossas águas. É hora de criar esse espaço de convivência, de harmonia e de ter o ambiente que precisamos de qualidade para uma transformação no Recife", explica o professor da UFPE e presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo local, Roberto Montezuma.

O projeto do Parque Linear do Capibaribe, que vem desde o bairro da Várzea até a Boa Vista, foi desenvolvido através de um convênio entre a Prefeitura de Recife e a Universidade

Link da matéria: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/04/plano-preliminar-do-pq-capibaribe-preve-parques-e-passerelas-no-recife.html>

15.03.14

MOBILIDADE



Avenida Beira-Rio mais perto de se tornar realidade

A nova via, entre as Pontes da Capunga, no Derby, e da Torre, no bairro das Graças, deve começar a ser construída em agosto, segundo a gestão municipal

Publicado em 15/03/2014, às 06h15



População deverá usar a nova via no início de 2016
Divulgação

Margarida Azevedo

O trecho da Avenida Beira-Rio, entre as Pontes da Capunga, no Derby, e da Torre, no bairro das Graças, Zona Norte do Recife, está mais perto de virar realidade. A nova via, com 860 metros de extensão, deve começar a ser construída em agosto, segundo a gestão municipal. A previsão é que a obra dure um ano e meio, ou seja, a população tráfegará pela avenida somente no início de 2016. A aprovação do projeto de construção de um edifício-garagem do Centro Universitário Maurício de Nassau, nesta sexta-feira 14, pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), foi um passo decisivo para agilizar a construção da nova avenida, uma vez que o atual local onde funciona o estacionamento da instituição deixará de existir para dar passagem à Beira-Rio.

Link para a matéria:

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/03/15/avenida-beira-rio-mais-perto-de-se-tornar-realidade-121511.php>

14.03.14

 MENU



PERNAMBUCO

 NORDESTE

14/03/2014 19h20 - Atualizado em 14/03/2014 19h33

CDU aprova construção de edifício-garagem na Zona Norte do Recife

Prédio será erguido na Rua Joaquim Nabuco, Graças, e servirá à Uninassau. Como contrapartida, universidade terá que ceder um terreno à prefeitura.

Do G1 PE



Edifício-garagem da Uninassau ficará na Joaquim Nabuco (Foto: Luna Markman / G1 PE)

O Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura do Recife aprovou, nesta sexta-feira (14), a construção de um edifício-garagem na Rua Joaquim Nabuco, no bairro das Graças, na Zona Norte da cidade, que servirá aos alunos e funcionários do Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau). O projeto prevê um imóvel com 12,7 mil metros quadrados, oito pavimentos e 450 vagas, além de bicicletário e estacionamento para motos.

Como compensação, a prefeitura pediu que a instituição doasse o

terreno às margens do Rio Capibaribe, próximo à Ponte da Capunga, onde se pretende construir uma via até a Rua Amélia. De acordo com a secretária-executiva de Licenciamento Urbano, Taciana Sotto-Mayor, a Maurício de Nassau entrou com o pedido na Prefeitura do Recife em março de 2012.

Entre os fatores que levaram à aprovação do edifício-garagem pelo CDU, está o parecer favorável da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU). "Como os carros vão entrar e sair pela Joaquim Nabuco, que é uma via com fluxo grande, a CTTU pediu que incluíssem uma baía para os veículos ficarem esperando lá dentro e não na rua. Por isso, o projeto sofreu um recuo de 7,6 metros em relação à calçada. Com essa modificação, a CTTU apontou que tudo está de acordo com o projeto de mobilidade para o bairro", explicou Sotto-Mayor.

Link: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/03/cdu-aprova-construcao-de-edificio-garagem-na-zona-norte-do-recife.html>

06.03.13

CULTURA | 06.03.13 - 18H20

Prefeitura garante R\$ 70 milhões para obras vinculadas ao PAC

Gosto 0

Partilhar

Tweet



[caption id="attachment_31910" align="aligncenter" width="680"]



Presidente Dilma Rousseff recebeu governadores e prefeitos no Palácio do Planalto, em Brasília/DF. (Foto: Roberto Stuckert Filho/PR)[/caption]

O prefeito Geraldo Julio assegurou, na manhã desta quarta-feira (6), R\$ 69,4 milhões junto ao Governo Federal para a execução de cinco obras de pavimentação no Recife, todas vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O gestor participou, em Brasília, de uma reunião sobre o tema com a presidente Dilma Rousseff, o governador Eduardo Campos, e demais prefeitos e governadores do País no Palácio do Planalto. Do montante assegurado para a capital pernambucana, R\$ 54,6 milhões serão investidos na pavimentação e qualificação da Avenida Beira-Rio, entre as pontes da Capunga e da Torre. O restante será aplicado em outras quatro intervenções na cidade.

Link para a matéria: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/06/03/2013/prefeitura-garante-r-70-milhoes-para-obras-vinculadas-ao-pac>

ANEXO B – DOCUMENTOS

Cópia

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DO BAIRRO DAS GRAÇAS
POR AMOR ÀS GRAÇAS
 CNPJ/MF – 08.487.582/0001-94
 associacaoporamoragracas@gmail.com

02 MAIO 2014

Protocolo 2014
 Gabinete do Prefeito
 0880

À Prefeitura da Cidade do Recife

Prefeito da Cidade do Recife

Recife, 30 de abril de 2014

Senhor Prefeito

A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DO BAIRRO DAS GRAÇAS - POR AMOR ÀS GRAÇAS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o número 08.587.582/0001-94, com endereço na Rua Cardeal Arcoverde, 100, Graças, Recife, PE, CEP 52011-240, vem, por meio desta, confirmar reunião agendada para o dia 06/05/2014, as 20.00h, no Salão Paroquial da Igreja das Graças, situado na Rua das Graças, quando será apresentado pela secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade o Projeto Parque das Capivaras para a comunidade do bairro das Graças.

Gostaríamos de sugerir que sejam convidadas a participar da mencionada reunião a equipe técnica da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE - responsável pela elaboração do projeto, bem como a Secretaria municipal de Controle Urbano e Mobilidade e a Secretaria municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Por fim, informamos que foi protocolado no dia 31 de março – Protocolo 2014/Gabinete do Prefeito/0659 (documento em anexo) pedido de informação à Prefeitura da Cidade do Recife. Até a presente data não foi disponibilizada nenhuma das informações/documentos solicitados, apesar de vencidos todos os prazos estabelecidos pela Lei nº 12.527/2011 – da Lei Geral de Acesso a Informações Públicas. Acreditamos que o dia 06/05/2014 apresenta-se como uma ótima oportunidade para a entrega dos documentos e informações solicitados e assim garantir o fortalecimento da democracia e da transparência da gestão pública.

Renovamos nossos votos de Estima e Consideração.

Um cordial abraço

Lúcia Moura
 Lúcia Moura

c/c para Cida Pedrosa

CR - Gabinete do Prefeito
 Doc. Recebido em 02/05/2014
 11:35 horas
Sônia Maria da Silva
 Sônia Maria da Silva
 Matr. 10.000-0

Cópia

**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DO BAIRRO DAS GRAÇAS
POR AMOR ÀS GRAÇAS**
CNPJ/MF – 08.487.582/0001-94
associacaoporamoragracas@gmail.com

À Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Dra. Cida Pedrosa

Recife, 30 de abril de 2014

Prezada Secretária

A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DO BAIRRO DAS GRAÇAS - POR AMOR ÀS GRAÇAS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o número 08.587.582/0001-94, com endereço na Rua Cardeal Arcoverde, 100, Graças, Recife, PE, CEP 52011-240, vem, por meio desta, confirmar reunião agendada para o dia 06/05/2014, as 20.00h, no Salão Paroquial da Igreja das Graças, situado na Rua das Graças, quando será apresentado por essa secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade o Projeto Parque das Capivaras para a comunidade do bairro das Graças.

Gostaríamos de sugerir que sejam convidadas a participar da mencionada reunião a equipe técnica da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE - responsável pela elaboração do projeto, bem como a Secretaria municipal de Controle Urbano e Mobilidade e a Secretaria municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

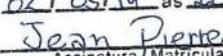
Por fim, informamos que foi protocolado no dia 31 de março – Protocolo 2014/Gabinete do Prefeito / 0659 (documento em anexo) pedido de informação à Prefeitura da Cidade do Recife. Até a presente data não foi disponibilizada nenhuma das informações/documentos solicitados, apesar de vencidos todos os prazos estabelecidos pela Lei nº 12.527/2011 – da Lei Geral de Acesso a Informações Públicas. Acreditamos que o dia 06/05/2014 apresenta-se como uma ótima oportunidade para a entrega dos documentos e informações solicitados e assim garantir o fortalecimento da democracia e da transparência da gestão pública.

Renovamos nossos votos de Estima e Consideração.

Um cordial abraço


Lúcia Moura

c/c para o Prefeito Geraldo Júlio

 **PREFEITURA DO RECIFE**
Secretaria de Meio Ambiente
RECEBIDO
Em 02/05/14 às 11:20 h

Assinatura / Matrícula

09 ABR. 2015

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DO BAIRRO DAS GRAÇAS
 POR AMOR ÀS GRAÇAS
 CNPJ/MF 08487.582/0001-94

Protocolo 2015
 Gabinete do Prefeito
 0600

À Prefeitura da Cidade do Recife
 Sr. Geraldo Júlio
 Prefeito da Cidade do Recife

Recife, 08 de abril de 2015.

Senhor Prefeito,

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E USUÁRIOS DO BAIRRO DAS GRAÇAS – POR AMOR ÀS GRAÇAS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o número 08.487.582/0001-94, com endereço na Rua Cardeal Arcoverde, 100, Graças, Recife, PE, CEP 52011-240, vem solicitar o agendamento de um encontro cujo objetivo é discutir o Projeto Parque das Capivaras – Projeto Parque Capibaribe no bairro das Graças, em especial no trecho compreendido entre as Pontes da Torre e da Capunga, margem esquerda do rio Capibaribe.

Esta solicitação tem como motivação o desejo dos moradores e usuários do bairro das Graças se inteirarem de como andam as negociações entre os órgãos dessa Prefeitura e o corpo técnico da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE encarregado da elaboração do projeto urbanístico e paisagístico para o referido trecho.

Registramos que os moradores e usuários das Graças têm, reiteradamente, demonstrado seu desejo e interesse em participar de forma ativa e efetiva na gestão da cidade, em especial do bairro. Os projetos com incidência nesse território têm sido objeto de discussão pela comunidade local, em especial os projetos de intervenção na margem esquerda do Rio. Por solicitação da Associação dos moradores, a URB-Recife, a CTTU e a Universidade apresentaram o projeto Parque Capibaribe em reunião ocorrida em maio do ano passado, onde foi constituído grupo para discussão com a URB-Recife. Várias foram as sugestões dos moradores visando uma melhor adequação do projeto. A URB - Recife informou que iria formular os ajustes solicitados e posteriormente viria á comunidade apresentar o projeto.

Passados 11 meses do ultimo encontro entre os representantes da Secretaria Municipal de Controle Urbano e Mobilidade, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Secretaria de Sustentabilidade e Meio Ambiente, equipe técnica da Universidade Federal de Pernambuco e moradores, não houve qualquer retorno a esta Associação sobre o andamento das discussões e ajustes recomendados e acordados naquela reunião realizada em maio/2014. Nas várias tentativas da Associação dos Moradores em obter informações ou agendar reuniões para discussão, os mesmos têm sido informados que qualquer informação sobre o projeto só podem ser repassadas pelo Presidente da URB-Recife ou pelo senhor Prefeito da Cidade do Recife.

PCR - Gabinete do Prefeito
 Doc. Recebido em 08/04/2015
 Sônia Maria da Silva
 Matr. 18.884-0
 33 55 83 26

Com o escopo de melhor compreender o processo em curso, informamos ainda que mantivemos reuniões formais com os técnicos da UFPE, bem como um encontro com o Vice-Prefeito da Cidade do Recife, Sr. Luciano Siqueira quando na ocasião solicitamos o seu empenho em levar ao senhor os anseios de uma comunidade participativa e atenta às movimentações que dizem respeito a qualidade de vida dos recifenses.

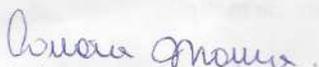
Lembramos também que, por ocasião do lançamento do Projeto Parque Capibaribe, o Senhor autorizou o grupo da Universidade Federal de Pernambuco, responsável técnico pela elaboração desta grande obra urbanística da Cidade do Recife, incluir o trecho acima referido que, até então, não havia sido contemplado.

Por fim registramos que todos os pedidos de informações formulados pela Associação dos Moradores a essa administração não foram atendidos.

Solicitamos que a conclusão do projeto básico só ocorra após apresentação e discussão com a população diretamente atingida, a mesma que tem se colocado interessada em contribuir com a definição do projeto que interferirá radicalmente com a qualidade de vida dos moradores das Graças.

Na certeza de que os nossos pleitos sejam considerados renovamos votos de estima de consideração.

Um cordial abraço.


Lucia Moura
Associação Por Amor às Graças

Cópia

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DO BAIRRO DAS GRAÇAS
 POR AMOR ÀS GRAÇAS
 CNPJ/MF – 08.487.582/0001-94
 associacaoporamorasgracas@gmail.com

31 MAR. 2014

Protocolo 2014
 Gabinete do Prefeito
 0659

EXMO. SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RECIFE-PE

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DO BAIRRO DAS GRAÇAS - POR AMOR ÀS GRAÇAS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o número 08.587.582/0001-94, com endereço na **Rua Cardeal Arcoverde, 100, Graças, Recife, PE, CEP 52011-240**, aqui representada por seu Presidente, Flávio Figueiredo Gimenes, brasileiro, casado, advogado, OAB PE 485-B, após tomar conhecimento da notícia veiculada nos principais jornais da cidade sobre o projeto de construção do trecho da Av. Beira Rio, no Bairro das Graças, vem, com fundamento no artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – da Lei Geral de Acesso a Informações Públicas, dirige-se respeitosamente a Vossa Excelência, para apresentar o seguinte

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

1. A Requerente deseja saber:

- Sobre os estudos realizados pela Prefeitura do Recife, que motivaram a Administração Pública optar pela construção da Av. Beira Rio no trecho da Ponte da Capunga a Ponte da Torre, no bairro das Graças;

Recebido em 31/03/2014
 Rótulo Boveres
 Mat. 55023-3

1

**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DO BAIRRO DAS GRAÇAS
POR AMOR ÀS GRAÇAS**
CNPJ/MF – 08.487.582/0001-94
associacaoporamorasgracas@gmail.com

- Da deliberação do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), que autorizou a troca de área com a UniNassau para construção da Av. Beira Rio.

2. Em complemento as informações acima, a Requerente solicita acesso aos seguintes documentos:

- PROJETO BÁSICO DA AVENIDA BEIRA RIO – trecho entre as Pontes da Torre e Capunga, no bairro das Graças;

- ESTUDOS AMBIENTAIS DO PROJETO DA AVENIDA BEIRA RIO – trecho entre as Pontes da Torre e da Capunga, no bairro das Graças;

- LICENÇA PRÉVIA DO PROJETO DA AVENIDA BEIRA RIO – trecho entre as Pontes da Torre Capunga, no bairro das Graças;

- PROJETO PARQUE LINEAR DO CAPIBARIBE – Identificação dos locais onde são propostos os parques e a justificativa técnica pela não inclusão do trecho entre a Ponte da Torre e a Ponte da Capunga nas Graças;

- CÓPIA DAS SÍNTESES DOS PROJETOS DE ARQUITETURA DOS EDIFÍCIOS localizados na Rua Dom Sebastião Leme, 171; Rua Dr. Osvaldo Salsa, 100; Beira Rio, 590 (edifício Sítio Beira Rio da Construtora Duarte);

- CADASTRO IMOBILIÁRIO de todos os imóveis lindeiros ao trecho da Beira do rio entre as Pontes da Torre e da Capunga, no bairro das Graças;

- CÓPIA INTEGRAL DO PROJETO DE ARQUITETURA do Edifício Garagem proposto na Rua Joaquim Nabuco, com oito pavimentos e 450 vagas, proposto pela UniNassau;



ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E USUÁRIOS DO BAIRRO DAS GRAÇAS
POR AMOR ÀS GRAÇAS
CNPJ/MF – 08.487.582/0001-94
associacaoporamoragracas@gmail.com

- CÓPIA INTEGRAL DOS ESTUDOS AMBIENTAIS E DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROJETO DE ARQUITETURA do Edifício Garagem proposto na Rua Joaquim Nabuco, com oito pavimentos e 450 vagas, proposto pela UniNassau;

- IMAGEM DE SATÉLITE QUICKBIRD/2002/Prefeitura do Recife.

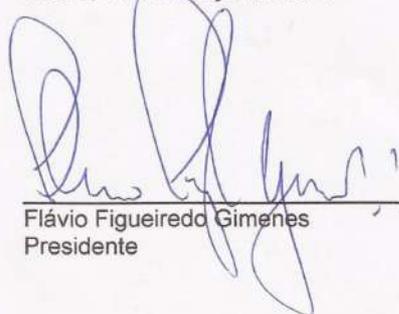
3. Em cumprimento ao artigo 11 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o acesso às informações requisitadas deve ser imediato. Não sendo possível o acesso imediato, a resposta, em conformidade com o referido artigo, deve ser expedida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados do protocolo deste Requerimento junto a essa Prefeitura.

4. Para recebimento da resposta, indicamos o endereço constante no início deste requerimento.

Nestes termos,

Pede deferimento

Recife, 31 de março de 2014.



Flávio Figueiredo Gimenes
Presidente



RECIFE
PREFEITURA DA CIDADE



Portal de Licenciamento Urbanístico

Entrar

▶ **PRINCIPAL** | ▶ **SERVIÇOS** | ▶ **LEGISLAÇÃO** | ▶ **ORIENTAÇÃO** | ▶ **PERGUNTAS I**

Início » 07.10219.1.12

07.10219.1.12

Entidade:

CDU - Conselho de Desenvolvimento Urbano

Assunto:

Empreendimento de Impacto

Data da Reunião:

sexta-feira, 14 Março, 2014

Data da Homologação:

sexta-feira, 14 Março, 2014

Memorial do Projeto:

 [Relatório de Impacto Edifício Garagem Fac. Maurício de Nassau 2009\(1\).pdf](#)

Parecer do Relator:

 [Parecer Uninassau.pdf](#)

Descrição:

Projeto para construção de um edifício-garagem, na Rua Joaquim Nabuco, 583 – Graças (Faculdade Maurício de Nassau)

Ações Mitigadoras:

Custear a execução da Av. Beira Rio, no trecho interrompido da antiga Fábrica da Fundação, da Ponte da Capunga à Rua das Pernambucanas. Doação para o Município da área onde funciona atualmente o estacionamento da Faculdade Maurício de Nassau, próximo a Ponte da Capunga.

Disponível em: <https://licenciamento.recife.pe.gov.br/node/351>